UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

MAYKA DANIELLE BRITO AMARAL

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E CARVOEJAMENTO NA AMAZÔNIA: *a produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará - PA*

v.1

São Paulo
2011

MAYKA DANIELLE BRITO AMARAL	**A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO A PARTIR DA ATIVIDADE DE CARVOEJAMENTO EM RONDON DO PARÁ-PA**		São Paulo 2011

MAYKA DANIELLE BRITO AMARAL

MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E CARVOEJAMENTO NA AMAZÔNIA: a produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará - PA

v.1

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profª. Drª. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: AMARAL, Mayka Danielle Brito.

Título: MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E CARVOEJAMENTO NA AMAZÔNIA**:** a produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará - PA

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr (a): _____ Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Prof. Dr (a): _____Instituição: _____

Julgamento: _____Assinatura: _____

Àqueles que me fortaleceram e me iluminaram com o mais pleno amor, carinho e atenção, durante todos os momentos dessa caminhada, aos meus amados: Maria Jane, Valdívio Amaral, Márcio Douglas, Aroldo, Lorrane, Gabriel e Rafael.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a todos os camponeses e camponesas dos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida e do acampamento Bonfim, que socializaram comigo um pouco das suas trajetórias de vidas e de lutas, e as suas esperanças e perspectivas de continuarem se reproduzindo em suas terras. E a todos os trabalhadores carvoeiros que sobrevivem em condições miseráveis de vida e de trabalho no "mundo do carvão" em Rondon do Pará, com os quais tive a oportunidade de conversar durante a realização do trabalho de campo, mas que não pude identificá-los ao longo deste texto para assegurar a proteção das suas identidades.

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro concedido para a realização deste trabalho, sem o qual ele não teria sido concluído.

Com um carinho muito especial, agradeço à professora Larissa Mies Bombardi, pela sua orientação, pelo imenso apoio, atenção e compreensão durante todas as etapas deste trabalho. Uma pessoa maravilhosa, que valorizou e reconheceu a importância do meu trabalho, desde quando ainda era apenas uma proposta inicial de estudo. Larissa, muito obrigada pela oportunidade de poder dialogar e aprender um pouco dos seus riquíssimos ensinamentos.

À professora Mônica Arroyo, com quem dialoguei, primeiramente, através da disciplina "território e circulação", que fiz ainda como aluna especial, antes de me inserir como aluna regular no Curso de Pós-graduação em Geografia Humana, nessa Universidade. A professora Mônica contribuiu muito com as reflexões iniciais sobre a minha proposta de pesquisa, sempre me estimulando a seguir de forma disciplinada na busca pelo conhecimento da realidade, mesmo depois da disciplina, pelos corredores do prédio da Geografia.

À professora Sandra Lencioni pelo seu carinho de sempre, e por acreditar no potencial e na contribuição que as pessoas da Amazônia têm para oferecer no processo de conhecimento da realidade geográfica brasileira.

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira pelo diálogo e pelas riquíssimas contribuições oferecidas durante e depois da sua disciplina, principalmente, na avaliação do meu relatório de qualificação, em que tive a oportunidade de receber as suas críticas e os apontamentos dos possíveis caminhos que eu poderia trilhar na trajetória da pesquisa. Ari, obrigada pela sua disponibilidade em ouvir as minhas angústias teórico-metodológicas.

À professora Marta Inês Medeiros Marques e à Valéria de Marcos pela atenção e contribuição para a realização das minhas reflexões teórico-metodológicas durante a realização das suas disciplinas. À professora Marta, também, pelas importantes considerações sobre o meu relatório de qualificação.

Ao professor Júlio Cézar Suzuki pela oportunidade de participar como monitora na sua disciplina "Geografia Agrária I", ministrada no curso de graduação em Geografia, na USP, em que tive a oportunidade de acompanhar e contribuir com os debates durante as suas aulas e no trabalho de campo realizado.

Aos funcionários dos laboratórios do departamento de Geografia: Selito (do Laboratório de Geografia Agrária), Clenes (do Laboratório de Geografia Política), e Ana (do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental), pela atenção e pelo apoio oferecido durante o período de minha integralização das disciplinas do curso de mestrado.

Aos funcionários da secretaria da pós-graduação do departamento de Geografia: Ana, Jurema e Firmino, pela atenção e agilidade nas informações solicitadas.

Aos funcionários da limpeza, em especial a "Abençoada", que faz o café para todas as reuniões realizadas no Departamento de Geografia, quem sempre me ofereceu o seu cafezinho e um bom papo durante os intervalos dos meus estudos.

À Ana e ao Sandro (da copiadora da Geografa), pelos seus ótimos serviços e o apoio dado aos estudantes que moram longe da USP, principalmente, na Amazônia.

Aos colegas da Amazônia: Jurandir, Edmilson Rodrigues, Rovaine Ribeiro, Luciana Borges, Rosiete Santana e Fabrício, que tive a oportunidade de conhecer e construir uma bela amizade, principalmente, o Fabrício e a Rosiete com que dividir muitas angústias, sonhos, planos e horas de diversão nos passeios pela cidade de São Paulo e em nossos encontros nos "cafés filosóficos", que foram fundamentais para nos conhecermos melhor e construirmos uma linda amizade. À Rovaine Ribeiro, em especial, por me ajudar nos trâmites da entrega final deste trabalho.

Ao querido amigo Fernando Soares, com quem dividir a minha moradia durante um período da minha estadia em São Paulo. Fernando, agradeço pelos momentos de distração e debates que realizamos em nossa "casa" e em nossas caminhadas matinais pela trilha da USP.

Ao casal Fabiano e Tati, com quem dividir a primeira moradia na cidade de São Paulo. E à Clarisse, com quem dividir a última moradia do período em que permaneci nessa cidade. Clarisse, obrigada pelo seu apoio e pela sua disponibilidade para ajudar com as

informações que eu precisava, e pelas nossas rápidas conversas nos intervalos dos nossos estudos.

Aos amigos Evandro e Heitor, pelo carinho e apoio que sempre me ofereceram, principalmente, por me acolher em sua casa durante as minhas idas a São Paulo.

Ao meu querido amigo Spinosa, que tanto me estimulou durante os debates na disciplina da professora Mônica Arroyo. Spinosa, muito obrigada por acreditar no meu potencial. E ao amigo José Sobrinho, do meu grupo de estudos, com quem sempre fazia os trabalhos das disciplinas de agrária, e, com quem dividia as angústias e os planos acadêmicos.

Aos meus companheiros de trabalho de campo: Aroldo (meu irmão), Valdívio (meu pai), Deivison, Alex, Josivan (Pedro), Márcio, Poliana, e, principalmente, o meu querido amigo Edilson Moreira. Todos se disponibilizaram a me ajudar, orientar e acompanhar durante as visitas às carvoeiras tradicionais e aos assentamentos e acampamentos rurais, no município de Rondon do Pará. Ao Edílson Moreira, de forma muito especial, porque além de me orientar e acompanhar, não mediu esforços para me ajudar a estabelecer os contatos necessários para a realização do trabalho de campo.

À ex-coordenadora do Núcleo Pedagógico de Rondon do Pará, Rosa Peres, que disponibilizou uma sala especialmente para que pudesse escrever uma parte do meu relatório de qualificação.

Ao amigo Genylton Rocha, que além do seu carinho, me ajudou muito com as suas críticas em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa.

Ao meu querido Tiago Malcher, pela sua companhia, pelo intenso amor, atenção e apoio que tanto me dedicou, principalmente, na fase final da redação deste trabalho. Além do Tiago, agradeço toda a sua família, Dona Graça, Sr. Antonio, Marcelo e Luciana, que me adotou como “filha”, “irmã” e amiga, durante todo o período que permaneci em Belém, sempre me oferecendo muito carinho e o aconchego da sua residência, me ajudando no que fosse preciso.

Ao professor Maurílio Monteiro, com quem desenvolvi o meu primeiro trabalho de iniciação científica, ainda na graduação, sobre a atividade de carvoejamento em Rondon do Pará, temática que venho discutindo ao longo da minha trajetória acadêmica. Muito obrigada por me ensinar a importância do trabalho de campo na realização da pesquisa científica.

À professora Rosa Acevedo, que me orientou na realização da pesquisa sobre a insustentabilidade da atividade de carvoejamento em Rondon do Pará, em 2007, que me inseriu no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, e que sempre me apoiou durante as

minhas pesquisas, sempre disposta a dialogar sobre a diversidade socioterritorial da Amazônia brasileira.

Ao Albano e à Tabilla, que ajudaram com a correção, formatação e elaboração dos mapas deste trabalho.

Aos amigos Dawdson e Bruno Wanzeler, que me fizeram companhia via internet, não deixando que eu me sentisse sozinha, no período que permaneci em São Paulo.

Ao Marcos Alexandre Pimentel da Silva, que me ajudou a construir primeira versão da proposta de pesquisa que apresentei na seleção de mestrado da USP, quando ainda residia na cidade de Macapá-AM. Marcos, obrigada pelas grandes contribuições.

À minha família, pelo grande e imensurável apoio, amor, atenção e compreensão durante toda a realização deste trabalho, principalmente, à minha mãe Maria Jane, o meu pai Valdívio, meu irmão Aroldo, minha cunhada Lílian e os meus sobrinhos Lorrane, Gabriel e Rafael, os quais constituem a força que me ajuda a caminhar.

Em especial, ao meu querido e amado irmão Márcio Douglas, que sempre me fortaleceu e me iluminou durante toda a minha trajetória acadêmica. Quem, assim como toda a minha família, sempre contribuiu com os meus estudos, nunca deixou que eu desistisse de sonhar e de lutar por um mundo mais justo e melhor, além de acompanhar toda a realização deste trabalho, sempre dialogando e me apontando questões fundamentais sobre a realidade da Amazônia brasileira. Muito obrigada pela sua presença em minha vida e pelas oportunidades que sempre me ofereceu!

Muito obrigada a todos e a todas!

Se eu pudesse deixar algum presente a vocês,
deixaria acesso ao sentimento de amar
a vida dos seres humanos,
a consciência de aprender tudo o que foi ensinado tempo afora.
Lembraria os erros que foram cometidos,
para que não mais se repetissem.
A capacidade de escolher novos rumos.
Deixaria para você, se pudesse
o respeito por aquilo que é indispensável:
Além do pão, o trabalho.
Além do trabalho, a ação.
E, quando tudo mais faltasse,
um segredo:
O de buscar no interior de si mesmo,
a resposta e a força para encontrar a saída.

Gandhi.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o processo de monopolização do território pelo capital, materializado nas indústrias siderúrgicas, a partir da atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará, localizado no sudeste do estado do Pará, na Amazônia brasileira. As indústrias siderúrgicas constituem a materialização do capital, caracterizado como desigual, combinado e contraditório, que ao se implantarem na Amazônia promoveram uma relação de subordinação de diversos sujeitos sociais em diferentes municípios, para produzirem o carvão vegetal. Dentre esses municípios, este trabalho destaca a realidade de Rondon do Pará, que produz o carvão vegetal desde o início da produção da siderurgia na Amazônia. Dessa maneira, buscou-se caracterizar e analisar o processo de monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento nesse município, onde se verificou que a produção do carvão vegetal tem sido realizada através de relações de produção capitalistas assalariadas, e de relações não-capitalistas camponesas de produção. Além de se produzir carvão da forma tradicional, por meio do reaproveitamento do resíduo de serraria e da pecuária, do desmatamento primário e secundário, essa atividade foi introduzida nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, e tem substituído a produção de alimentos. Dessa forma, notou-se que a monopolização do território pelas indústrias siderúrgicas, a partir da atividade de carvoejamento, é realizada através da apropriação da renda camponesa da terra e da extração da mais-valia, tanto nas carvoeiras tradicionais quanto nas carvoeiras localizadas no interior dos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária no município de Rondon do Pará.

Palavras-chave: Monopolização do território. Carvoejamento. Amazônia. Rondon do Pará. Assentamentos e acampamentos rurais. Carvoeiras tradicionais.

ABSTRACT

The paper concerns the territory monopolization process by the capital, present in steel industries, starting from the charcoal production that takes place in the city of Rondon do Pará, located southeastern of the state of Pará, in the Brazilian Amazon. The steel industries constitute the capital materialization, considered uneven, combined and contradictory, that when implemented in the Amazon promoted a subordination relationship of several social actors in different cities, for the production of charcoal. Among these cities, this paper emphasizes the reality of Rondon do Pará, which produces charcoal since the beginning of the steel production in the Amazon. Thus, it was sought to characterize and analyze the territory monopolization due to the charcoal production activity in this city, where it was verified that such production has taken place though employment capitalist production relations and rural non-capitalist production relations. In addition to the traditional charcoal production, through reuse of sawmills and livestock waste, and primary and secondary deforestation, this activity has been introduced in the land reform rural settlements and camps and has substituted food production. Thus, the territory monopolization by the steel industries, starting from the charcoal production, takes place through the appropriation of land peasantry income and surplus value extraction, in traditional charcoal production areas as well as in charcoal production areas located in the interior of land reform rural settlements and camps in the city of Rondon do Pará.

Key-words: Territory monopolization. Charcoal production. Amazon Rainforest. Rondon do Pará. Rural settlements and camps. Charcoal production areas

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Relações existentes na produção familiar do carvão vegetal……..……154

Esquema 2 - Relações existentes na produção assalariada do carvão vegetal nos assentamentos rurais: José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim…….....…….165

Esquema 3 – As relações e os sujeitos envolvidos no processo de produção e circulação do carvão vegetal produzido em Rondon do Pará……183

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - As atividades e remunerações da produção familiar do carvão vegetal nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida e Unidos para Vencer …….....……156

Quadro 2 - As atividades e remunerações na produção assalariada do carvão vegetal nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim .....……162

Quadro 03: Riscos das atividades …….....……190

Quadro 04: Funções desempenhadas pelos trabalhadores carvoeiros e as suas respectivas remunerações…….……193

Quadro 5: Refeições diárias dos trabalhadores carvoeiros .....……195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Rondon do Pará …….....……61

Mapa 2 – Localização do município de Rondon do Pará no "arco desflorestamento" ...……67

Mapa 3 – Localização das indústrias siderúrgicas no município de Marabá PA .....……72

Mapa 4 - Localização das carvoeiras em áreas desmatadas do município de Rondon do Pará ……..……78

Mapa 5 – Principais municípios fornecedores de carvão vegetal no estado do Pará, até 2003 ……86

Mapa 6 – Principais municípios fornecedores de carvão vegetal no estado do Pará, até 2008 ……87

Mapa 7 - Indicação dos municípios que mais produziram carvão vegetal no Estado do Pará nos anos de 2003 e 2008 ……...……88

Mapa 8 – Localização dos assentamentos rurais no município de Rondon do Pará …….....…….....…100

Mapa 9 – Fluxo dos trabalhadores rurais camponeses dos seus locais de origem para Rondon do Pará …….....……104

Mapa 10 – Localização das carvoeiras nos assentamentos rurais no município de Rondon do Pará…….....…137

Mapa 11 – Localização das carvoeiras no município de Rondon do Pará ……169

Mapa 12: Fluxo dos trabalhadores carvoeiros dos seus locais de origem para Rondon do Pará ……198

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de carvão vegetal em Rondon do Pará – 1990 a 2009……81

Gráfico 2 - Produção de carvão vegetal em Rondon do Pará – 2006-2009……82

Gráfico 3 – Municípios que mais forneceram carvão vegetal no estado do Pará – 2006-2009……90

Gráfico 4 – Municípios que menos produziram carvão vegetal no estado do Pará – 2006-2009…….....……91

Gráfico 5 – Local de origem dos camponeses dos assentamentos rurais em Rondon do Pará – 2009/2010……103

Gráfico 6 – Produtos cultivados nas roças dos assentamentos rurais de Rondon do Pará-2009-2010……...……122

Gráfico 7 – Número de famílias que acessaram o financiamento do PRONAF (2009-2010)……..……128

Gráfico 8 – Resultado dos projetos financiados pelo PRONAF……...……129

Gráfico 9 – Total de famílias que acessaram o financiamento do PRONAF nos assentamentos rurais de Rondon do Pará (2009-2010) …….....……130

Gráfico 10 – Resultado total dos projetos financiados pelo PRONAF nos assentamentos rurais de Rondon do Pará (2009-2010) ……130

Gráfico 11 – Atividades realizadas nos assentamentos rurais de Rondon do Pará – 2009-2010……146

Gráfico 12: Número de trabalhadores carvoeiros segundo as carteiras de trabalho – 2009/2010.…….……192

Gráfico 13: Local de origem dos trabalhadores carvoeiros de Rondon do Pará…….……196

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Vila do assentamento José Dutra……..…...……117

Fotografia 2 - A escola do assentamento José Dutra…….…...…..……118

Fotografia 3 - O interior da escola da vila do assentamento José Dutra……....……118

Fotografia 4 - Área de plantação do Sr. Sebastião Nunes da Silva……...…..……126

Fotografia 5 - Plantação de abacaxi……...……....…..……127

.

Fotografia 6 - Carvoeira familiar……...…….……...……144

Fotografia 7 - Descarregamento da madeira na "boca do forno"……...……149

Fotografia 8 - Acumulação de carvão na carvoeira……..……151

Fotografia 9 - Acumulação de carvão em sacos …….....…….....……151

Fotografia 10 - Carvoeira de trabalho assalariado……...……160

Fotografia 11 - Alojamento de uma carvoeira de produção assalariada……..…163

Fotografia 12 - Alojamento de uma carvoeira de produção assalariada…….……163

Fotografia 13 - O interior do alojamento da carvoeira de produção assalariada….……164

Fotografia 14: Carvoeira de localização permanente em Rondon do Pará I……..……170

Fotografia 15: Transporte do resíduo da serraria para a carvoeira……..……171

Fotografia 16: Transporte do resíduo da mata para a carvoeira……..……172

Fotografia 17: Corte da madeira na "boca" do forno……..……173

Fotografia 18: Enchimento do forno……..…..……174

Fotografia 19: Fechamento do forno……..…….……174

Fotografia 20: Barrelamento e esfriamento do forno……..……175

Fotografia 21: Retirada do carvão vegetal do forno……..……..……176

Fotografia 22: Esfriamento do carvão vegetal fora do forno……..…..……176

Fotografia 23: Carregamento da caixa de água na carvoeira……..…..……177

Fotografia 24: O carregamento do caminhão "gaiola" com carvão vegetal 178

Fotografia 25: Fila de caminhões esperando para descarregar o carvão na indústria siderúrgica…….....…….....……181

Fotografia 26: Alojamento da carvoeira estruturada……..….……186

Fotografia 27: Alojamento da carvoeira estruturada……..…....……..…186

Fotografia 28: Alojamento da carvoeira semi-estruturada……..….……187

Fotografia 29: Dormitório dos trabalhadores carvoeiros das carvoeiras semi-estruturadas ……..……..……187

Fotografia 30: Placa de aviso sobre a utilização de materiais de proteção ……..……..……189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de carvão vegetal no estado do Pará (toneladas) – 2003, 2008 e 2009 …….....…….....……..…84

Tabela 2 - Produção de carvão vegetal no estado do Pará (toneladas)……..……90

Tabela 3 - Área dos assentamentos rurais de Rondon do Pará…….....….……115

Tabela 4 - Alimentos cultivados nas roças dos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará (2009-2010)…….....…..……121

Tabela 5 - Criação de animais nos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará (2009-2010)…….....…..……124

Tabela 6 - Projetos de investimento do Pronaf dos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará – 2009/2010…….....……134

Tabela 7 - Número de pessoas entrevistadas nos assentamentos e acampamento rurais do município de Rondon do Pará - 2009-2010……...……138

Tabela 8 - Relações sociais de produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos rurais de Rondon do Pará- 2009-2010……139

LISTA DE SIGLAS

ALBRÁS – Alumínio Brasileiro S.A.

ALUNORTE – Alumina do Norte do Brasil S.A.

ALUMAR – Consórcio de Alumínio do Maranhão

COSIPAR – Companhia Siderúrgica do Pará

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DATERRA – Siderúrgica da Terra

DER – Departamento de Estrada e Rodagem do Estado do Pará

DOF – Documento de Origem Florestal

EPI'S – Equipamentos de Proteção Individual

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste

FINAN – Fundo de Investimento da Amazônia

FIPAM – Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas

FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GF – Guia Florestal

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBERICA – Siderúrgica Ibérica do Oara S/A

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MARAGUSA – Marabá Gusa Siderúrgica Ltda

NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

PIN – Plano de Integração Nacional

PGC – Programa Grande Carajás

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEMA – Secretária de Estado do Meio Ambiente

SIDEPAR – Siderúrgica do Pará S.A.

SIDERNORTE –

SIMARA – Siderúrgica Marabá

SIMASA – Siderúrgica do Maranhão

SINOBRÁS – Siderúrgica Norte Brasil S.A.

UFPA – Universidade Federal do Pará

USP – Universidade de São Paulo

USIMAR – Usina Siderúrgica de Marabá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO …….....……..…… 24

CAPÍTULO I – REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O MOVIMENTO DO CAPITAL NA FRONTEIRA AMAZÔNICA …….....……36

1.1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAPITALISTA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA DE RECURSOS…….....…..…...……39

1.2 O MOVIMENTO DO CAPITAL E A SITUAÇÃO DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA…….……45

CAPÍTULO II – A GÊNESE DE RONDON DO PARÁ E O MOVIMENTO DO CARVOEJAMENTO…….……58

2.1 O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ NO MOVIMENTO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA……..……..…62

2.1.2 O movimento da frente de expansão e da frente pioneira em Rondon do Pará…...64

2.2 O MOVIMENTO DO CARVOEJAMENTO NA AMAZÔNIA……..…....…68

2.2.1 O carvoejamento no município de Rondon do Pará……...……76

CAPÍTULO III – O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO CARVOEJAMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE RONDON DO PARÁ…….…98

3.1 A GÊNESE HISTÓRICA DO CAMPESINATO RONDONESE ……99

3.2 A PRODUÇÃO CAMPONESA E A RELAÇÃO DO CAMPONÊS COM A TERRA …….....……120

3.3 A PRÁTICA DO CARVOEJAMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ: NOVA VITÓRIA, UNIDOS PARA VENCER, NOSSA SENHORA APARECIDA, JOSÉ DUTRA E NO ACAMPAMENTO BONFIM……135

3.3.1. A produção do carvão vegetal a partir do trabalho familiar……..……142

3.3.2 A produção do carvão vegetal a partir do trabalho assalariado…….……158

CAPITULO IV – O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO CARVOEJAMENTO NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ ……..……167

4.1. A PRODUÇÃO DO CARVÃO VEGETAL NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ .....……167

4.2. DE RONDON DO PARÁ À MARABÁ: O ATRAVESSAMENTO DO CARVÃO VEGETAL PRODUZIDO NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS PARA AS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS……..……179

4.3. ENTRE A CINZA E A FUMAÇA SOBREVIVEM OS TRABALHADORES CARVOEIROS: AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ……184

4.4. OS TRABALHADORES CARVOEIROS E A SUPEREXPLORAÇÃO E DEGRADAÇÃO DA VIDA NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ……..……195

CONCLUSÃO……...……202

REFERÊNCIAS……209

INTRODUÇÃO

O CAMINHO PERCORRIDO

Fonte: AMARAL, M. D (24/11/2009)

Estradas sem curvas, com muitas curvas, ladeiras, buracos, cortadas e bloqueadas, foram percorridas ao longo dessa trajetória de pesquisa. A imagem acima mostra uma dessas estradas percorridas, contendo árvores que foram cortadas e espalhadas pelas suas margens, para serem, posteriormente, recolhidas e levadas para a carvoeira onde serão transformadas em carvão vegetal.

Essa imagem registra dois momentos importantes: um momento da pesquisa e um momento da pesquisadora. O momento da pesquisa é o da busca da localização das carvoeiras pelo interior das terras de um município da Amazônia. E o momento da jovem pesquisadora é o da busca incessante pelo conhecimento da realidade. Assim como encontramos "troncos de árvores" que dificultam o trajeto nas "estradas" da realização dos procedimentos da pesquisa científica, como mostra a imagem, nas "estradas" que levam ao conhecimento, eles também são encontrados.

Nesse sentido, é possível afirmar, também, que "troncos de árvores" são constantemente espalhados nas "estradas" da vida, podendo provocar inquietações e questionamentos sobre quem os espalhou, porque e para que os espalharam, e quais as conseqüências dessa ação. Para alcançar as possíveis respostas desses questionamentos, precisamos trilhar por determinadas "estradas" que possam nos levar às respostas e, até mesmo, à compreensão de todo processo.

Partindo dessa premissa, considero importante ressaltar um pouco sobre os "troncos de árvores" que provocaram a escolha das "estradas" percorridas na realização deste trabalho, desde a elaboração da temática até a conclusão da redação final desta dissertação.

Desde muito cedo, antes mesmo de entrar na universidade, percebi que a contradição, a desigualdade, a injustiça, a exploração e a violência são elementos intrínsecos ao mundo em que vivemos. Essa percepção foi construída a partir das práticas e experiências vivenciadas no cotidiano do "núcleo" familiar, em que cresci ouvindo as histórias de vida, as lamentações e as insatisfações em relação às conseqüências dos processos sociais que atingiram esse "núcleo".

Foi no contexto das políticas públicas de integração da Amazônia ao restante do Brasil, que a minha família se deslocou da Bahia, para a Amazônia oriental, especificamente, para o Sudeste paraense, deslumbrados pelos discursos propalados acerca das "terras sem homens, para os homens sem terras". Discurso que indicou uma possível oportunidade de acessar a terra para garantir a reprodução da vida familiar.

Quando essa família chegou ao Sudeste paraense, especificamente, no município de Rondon do Pará, que ainda se chamava Vila Rondon, localizado à margem da antiga estrada PA-70, atual BR-222, por volta de 1972, ela conseguiu um "pedaço" de terra para se reproduzir. Nesse "pedaço" de terra, cultivou a roça e criou algum gado leiteiro, galinhas e porcos. Entretanto, aos poucos, ela foi sendo "engolida" pelos latifundiários que aumentava cada vez mais nesse município. Além de serem "engolidos" num processo de subordinação, os camponeses[1] dessa família foram expropriados e expulsos da pequena quantidade de terra que haviam conseguido.

Expropriados violentamente dos seus meios de vida, esses camponeses se viram obrigados a seguirem rumo à cidade, para se transformarem em trabalhadores assalariados e sobreviverem em precárias condições de vida. Todavia, mesmo diante dessas condições adversas, após terem sido despojados da propriedade dos meios de produção, tornando-se apenas trabalhadores proprietários e vendedores da sua força de trabalho, eles permaneceram com o que Woortmann (1990, p. 11) denomina de "ordem moral camponesa", constituída por

[1] Estou entendendo o camponês a partir do movimento do pensamento de Martins (1986, p. 22) que afirma que as palavras "[...] camponês e latifundiário - são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção de História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contradição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende se também a designação de um destino histórico"

uma forma específica "[...] de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra".

O apego a terra, o desejo de um dia poder retornar ao campo e ter de volta o meio de vida que lhes foram saqueados, bem como, a autonomia e a liberdade no processo de reprodução da família, todos esses elementos presentes nas narrativas relatadas cotidianamente expressam a "ordem moral camponesa" desses sujeitos.

Como parte integrante dessa realidade e sabendo que ela não é única, mas é reveladora de situações vivenciadas por diversos camponeses que vieram para a Amazônia, em busca de terras livres para reproduzirem a vida e não o lucro, é que surge o meu interesse pela geografia agrária. O interesse em compreender os processos mais amplos que atuam como determinações na vida dos diversos sujeitos sociais dessa porção do planeta. Não apenas compreender, mas também, contribuir de alguma forma para a transformação dessa realidade, pois, de acordo com os ensinamentos de Paulo Freire (1987), nós, sujeitos sociais "oprimidos", devemos estar sempre na "busca do ser mais", isto é, na busca constante pela libertação das "amarras" da "opressão alienante" que procuram nos sufocar e subordinar.

Nesse sentido, o presente trabalho é um dos resultados dessa busca constante. A sua temática central versa sobre o processo de territorialização do capital e a monopolização do território a partir do carvoejamento na Amazônia oriental brasileira. A escolha desse tema foi realizada a partir da necessidade de compreender as determinações que provocaram e continuam provocando alterações socioterritoriais nessa porção da Amazônia, especificamente, no município de Rondon do Pará.

Através da identificação de alterações socioterritoriais provocadas por meio da expansão da atividade de carvoejamento na Amazônia oriental, especificamente, em Rondon do Pará, durante a pesquisa de iniciação científica, ainda na graduação, fui me aproximando da temática desse trabalho. Essa aproximação se estreitou com a pesquisa realizada no curso de pós-graduação *lato-senso*: Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM), no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/UFPA, quando estudei a relação da atividade de carvoejamento com o desmatamento da cobertura vegetal desse município.

Durante a realização dessa pesquisa, pude perceber que além da pecuária, da extração madeireira e da produção de roças, outra atividade que exerce forte pressão sobre a biomassa vegetal, não apenas de Rondon do Pará, como de toda a Amazônia oriental, é o carvoejamento. Ao contrário, da idéia que muitos autores (ALENCAR et al., 2004; ANDERSON, 1988; BARROS, 1985; CASTRO, 2005; FEARNSIDE, 2001; MARGULIS,

2003; NEPSTAD, 2000; e VIEIRA, 2004), apresentam sobre essa atividade, identificando-a como complementar e secundária, a pesquisa realizada mostrou que ela é, também, uma atividade principal e primária, pois, atua diretamente sobre a floresta visando a sua remoção tão somente para produzir o carvão vegetal.

Nesse estudo, destaquei que o carvoejamento era realizado em Rondon do Pará, principalmente, a partir do resíduo da mata, seja mata nativa ou mata secundária, tanto como uma atividade complementar, como primária. O resíduo era obtido através da pecuária, da produção de roça, do desmatamento secundário (em área de capoeira) e do desmatamento primário (em mata nativa). Das 68 carvoeiras visitadas, 58 produzem o insumo a partir do resíduo da mata, apenas 10 delas utilizam resíduos de serrarias, ressaltando que entre essas, somente 05 estão ativadas, enquanto as outras 05 estão desativadas. Das 58 carvoeiras, 11 produzem a partir do resíduo obtido através da pecuária; 06 através da produção de roça; 24 por desmatamento secundário e 17 por desmatamento primário (AMARAL, 2007).

Além disso, outro elemento importante que a realidade investigada estava revelando, mas que merecia outro estudo específico e mais profundo se refere à expansão da atividade de carvoejamento para os assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária. A partir dessa revelação busquei construir o objeto de pesquisa do presente estudo, o qual deveria estar pautado num movimento que permitisse um conhecimento mais totalizante acerca dessa realidade. Tendo isso em vista, iniciei um estudo mais sistemático sobre a expansão do carvoejamento e suas implicações na Amazônia brasileira.

A atividade de carvoejamento teve início na porção oriental da Amazônia, a partir da implantação de políticas públicas na década de 1980, quando se vislumbrava acelerar o seu desenvolvimento industrial. Isso ocorreu através da criação de projetos e programas voltados para a exploração do seu potencial mineral, por meio da criação de um corredor de exportação de bens de alto valor agregado, como o Programa Grande Carajás, que passou a estimular e coordenar o surgimento de diversas indústrias, entre as quais se destacam as sídero-metalúrgicas, que seriam algumas das responsáveis pelo propalado desenvolvimento industrial (MONTEIRO, 1998).

As indústrias siderúrgicas se deslocaram do sudeste do país para a Amazônia oriental, atraídas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal, que além de fornecer uma significativa porcentagem para a implantação dos seus parques industriais, continuou favorecendo-as através do apoio do Governo Estadual mediante a “flexibilização” da fiscalização ambiental e trabalhista do processo de produção do ferro-gusa e, concomitantemente, do carvão vegetal, como ressaltou Barros (2011).

As indústrias siderúrgicas produzem o ferro-gusa para a antiga Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, e para a exportação. Elas foram implantadas na Amazônia promovendo a mobilização de alguns municípios, tais como Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Tailândia, Goianésia do Pará, e outros, para produzirem o carvão vegetal, que representa o insumo energético básico para a sua produção. Essa mobilização ocorreu sem nenhuma prudência ambiental e nem tão pouco social, uma vez que seu interesse maior era e, continua sendo, unicamente, a remoção da biomassa para a produção do carvão vegetal sem grandes custos ambientais e sociais.

Na verdade, as indústrias siderúrgicas constituem uma das formas da materialização do próprio capital na Amazônia oriental. Nesse sentido, elas atuam reproduzindo a lógica do "[...] lucro livre e socialmente irresponsável", já que não se sentem obrigadas a pagar pelos problemas sociais e ambientais que criam no seu processo produtivo (MARTINS, 2003, p. 30).

Essa lógica do "[...] lucro livre e socialmente irresponsável", que as siderúrgicas adotam, consiste na própria lógica do modo capitalista de produção, compreendido por Martins (2003) como desigual, combinado e contraditório, pois à medida que avança reproduzindo relações capitalistas assalariadas, cria, concomitantemente, relações não capitalistas de produção e de trabalho típicas da "acumulação primitiva", como as relações camponesas, a peonagem e o trabalho escravo sob nova roupagem, por exemplo.

Para entender esse movimento desigual, combinado e contraditório praticado pelo capital em seu processo de expansão, Oliveira (1999) apresenta um instrumental de análise geográfica importante, formado pelos conceitos de "territorialização do capital" e de "monopolização do território". Esses conceitos traduzem as estratégias utilizadas pelo capital na expansão das relações tipicamente capitalistas assalariadas, quando ele realiza a sua territorialização plena, e das relações não capitalistas de produção, quando não se territorializa, mas cria relações de subordinação a partir dos seus interesses, promovendo a monopolização do território.

Partindo da ideia de que as indústrias siderúrgicas constituem a própria materialização do capital caracterizado como desigual, combinado e contraditório, e que essas indústrias, ao se implantarem na Amazônia, promoveram uma relação de subordinação de diversos sujeitos sociais em diferentes municípios, para produzirem o carvão vegetal. Defini como objeto de investigação do presente trabalho: os processos de territorialização do capital e de monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará.

O que norteou a definição desse objeto de investigação foi a hipótese de que para obter o carvão vegetal a baixo custo e em abundância, as indústrias siderúrgicas atuam estrategicamente desenvolvendo a territorialização do capital, produzindo o seu próprio carvão vegetal, através de relações de produção capitalistas assalariadas, e a monopolização do território, através da subordinação de relações não-capitalistas de produção, envolvendo diversos sujeitos sociais dos diferentes municípios mobilizados.

Dentre os municípios inseridos no processo de monopolização praticado pelas indústrias siderúrgicas, procurei destacar a realidade de Rondon do Pará, que produz o carvão vegetal desde a implantação dessas indústrias na Amazônia.

Apesar de ter começado a produzir o carvão desde a implantação das indústrias siderúrgicas na Amazônia, somente a partir de 1996, que sua produção se intensifica, quando produziu 10.800 toneladas de carvão, chegando a alcançar uma produção de 44.982 toneladas, no ano de 2003, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Porém, de acordo com esses dados, a partir do ano de 2004, esse município encerra a produção desse insumo.

Todavia, a investigação realizada em Rondon do Pará indicou que ele não deixou de produzir carvão vegetal, na verdade, houve uma grande mudança na sua dinâmica produtiva, a qual passou a ser praticada, principalmente, nos assentamentos e acampamentos rurais desse município. Ou seja, além de se produzir carvão da forma tradicional, por meio do reaproveitamento do resíduo de serraria e da pecuária, do desmatamento primário e secundário, essa atividade foi introduzida nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária.

Além disso, a investigação mostrou ainda que o processo de territorialização do capital através do carvoejamento não existe no município de Rondon do Pará. As indústrias siderúrgicas não produzem o seu próprio carvão, ao contrário, elas sustentam uma relação de subordinação com diversos sujeitos sociais, como fazendeiros, madeireiros, pequenos produtores rurais e camponeses assentados, para que eles forneçam o carvão vegetal por elas demandado. Desse modo, a hipótese levantada sobre a existência do processo de territorialização do capital, materializado nas indústrias siderúrgicas não se confirmou ao longo da pesquisa realizada em Rondon, o que se verificou foi o processo de monopolização do território a partir das atividades de carvoejamento.

Partindo dessa importante constatação, problematizei a seguinte questão: como se caracteriza o processo de monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará?

Tendo em vista esse questionamento, o objetivo geral do presente trabalho consistiu em caracterizar e analisar o processo de monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento no município de Rondon do Pará. Para alcançar esse objetivo de caráter geral, promovi o seu desdobramento em três objetivos de caráter específico:

a) Mostrar as estratégias utilizadas pelo capital, materializado nas indústrias siderúrgicas, para acessar a biomassa vegetal e a força de trabalho necessária à produção do carvão vegetal em Rondon do Pará;

b) Identificar as características assumidas pela atividade de carvoejamento, no que se refere aos agentes, a produção, a distribuição, a circulação e ao consumo, na dinâmica do processo de monopolização do território colocados para o município de Rondon do Pará;

c) Verificar os impactos produzidos no campo e no padrão de vida dos trabalhadores carvoeiros e dos camponeses assentados produtores do carvão vegetal em Rondon do Pará?

Para alcançar esses objetivos e responder o questionamento levantado inicialmente, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

Em primeiro lugar, a *pesquisa bibliográfica* realizada através de uma revisão teórico-conceitual sobre a temática deste estudo, em que se buscou o rol de literaturas consideradas importantes para a compreensão dos processos diretamente relacionados com o tema. Dessa maneira, destacam-se os autores que contribuem diretamente para o entendimento do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, tais como: Martins (2003; 1986; 1979) e Oliveira (2010, 2007, 1999, 1986); os autores que fazem a discussão sobre o campesinato, como: Chayanov (1974), Tavares dos Santos (1978), Oliveira (1991), D'Aquino (1996), Woortmann (1990) e Bombardi (2004); os que desenvolvem estudos relacionados com a Amazônia brasileira, especificamente, sobre a expansão do capital e as metamorfoses socioterritoriais que ele provoca, como: Sader (1986); Oliveira (2005; 1988; 1987) Hébette et. al. (2004); Almeida (2010) e, especialmente, sobre o carvoejamento: Monteiro (2006; 2004; 1998; 1996).

Em segundo lugar, a *pesquisa documental* que foi realizada a partir dos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretária do Estado do Meio Ambiente do Pará (SEMA), da Secretária Municipal de Meio Ambiente e do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para identificar se os órgãos federais, estaduais e municipais possuem o controle da atividade de carvoejamento realizada na Amazônia e, especialmente, em Rondon do Pará e nos assentamentos rurais de reforma

agrária desse município. Além disso, busquei informações no hospital municipal e na Secretaria Municipal de Saúde a fim identificar os casos de doenças provocadas durante a realização das funções ligadas à atividade do carvoejamento.

Em terceiro lugar, o registro iconográfico foi um instrumento fundamental, pois além de registrar os locais visitados em trabalho de campo, muitas vezes, funcionou como fonte única de informação, pois diante da situação de ilegalidade das carvoeiras, os seus proprietários vivendo num clima de tensão provocado pelo medo de serem denunciados ao IBAMA ou ao Ministério de Trabalho, por causa da intensa degradação socioambiental que provocam, dificultam ao máximo a coleta de dados, principalmente, impedindo a realização das conversas com os trabalhadores das carvoeiras.

Em quarto lugar, o *trabalho de campo* foi o procedimento mais importante na realização deste trabalho, o qual se constituiu por duas etapas:

a) A primeira etapa do trabalho de campo ocorreu durante o período que foi do mês de novembro de 2009 ao mês de fevereiro de 2010, no município de Rondon do Pará. Durante esse período, foram visitados 04 (quatro) assentamentos e 01 acampamento rural, os assentamentos: José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida, e o acampamento Bonfim. Além disso, foram realizadas visitas a 06 (seis) carvoeiras tradicionais, entendidas como aquelas localizadas fora dos assentamentos e acampamentos rurais, em propriedades consideradas privadas.

Em cada visita aos assentamentos e ao acampamento rural, bem como, às carvoeiras tradicionais, utilizou-se a entrevista como a ferramenta principal para a obtenção das informações necessárias para a análise. No assentamento José Dutra das 71 famílias, entrevistou-se 16 pessoas; no Nova Vitória, das 116 famílias, entrevistou-se 20 pessoas; no Unidos para Vencer, das 49 famílias, 11 pessoas foram entrevistadas; no Nossa Senhora Aparecida, das 50 famílias, 8 pessoas foram entrevistadas; e no acampamento Bonfim, 18 pessoas foram entrevistadas. Ou seja, foram entrevistadas 73 pessoas durante essa etapa do trabalho de campo, em que se considerou importante a fala de alguns dos camponeses assentados mais antigos, de modo que eles pudessem contar um pouco sobre a história do assentamento; a fala dos camponeses produtores do carvão, alguns camponeses não-produtores; e, alguns trabalhadores carvoeiros assalariados. No acampamento Bonfim foram entrevistadas apenas pessoas ligadas diretamente à atividade, pois, além dela ser intensa, ocorre, especificamente, a partir do trabalho assalariado.

As entrevistas realizadas nos assentamentos e no acampamento rural buscaram, em primeiro lugar, identificar o que tem motivado alguns camponeses se inserirem na dinâmica

do carvoejamento, enquanto outros não se inseriram. Em segundo lugar, identificar se os camponeses estão deixando de produzir alimentos para produzir o carvão demandado pelas indústrias siderúrgicas. Em terceiro lugar, caracterizar como a produção de carvão vegetal tem sido realizada. Em quarto lugar, que tipo de relação social de produção existe na prática do carvoejamento nos assentamentos e no acampamento. Em quinto lugar, o que essa produção tem significado para os camponeses de Rondon do Pará. E, em sexto lugar, identificar como ocorre o processo de subordinação da renda da terra dos camponeses assentados ao capital, materializado nas indústrias siderúrgicas.

Nas carvoeiras tradicionais foram entrevistadas 36 pessoas, todas eram trabalhadores carvoeiros. As entrevistas foram realizadas, principalmente, com o intuito de identificar a origem desses trabalhadores, por que eles trabalham com produção do carvão vegetal, quais são as condições de trabalho e de vida nas carvoeiras, como essa produção é realizada e comercializada. Os donos das carvoeiras não foram entrevistados porque não foram encontrados, além disso, quando eles estavam presentes nas carvoeiras, negavam qualquer tipo de informação. Quando a visita coincidia com a presença deles, a relação entre o entrevistador e o entrevistado ficava muito tensa, pois, os trabalhadores se sentiam coagidos pelos donos das carvoeiras a ponto de não conseguirem dar informações, chegando a negar a entrevista. Em virtude disso, preferi não fazer a identificação dos trabalhadores carvoeiros entrevistados, a fim de proteger as suas identidades.

Além da entrevista, foi realizado nos assentamentos, no acampamento e nas carvoeiras tradicionais, ainda nessa primeira etapa do trabalho de campo, um mapeamento da atividade de carvoejamento. Esse mapeamento baseou-se na identificação das carvoeiras através do Sistema Posicionamento Global (GPS), através dele verificou-se a intensificação dessa atividade nos assentamentos e acampamentos rurais do município de Rondon do Pará.

Tendo a entrevista e o GPS como ferramentas fundamentais, foi possível identificar que a atividade de carvoejamento tem se intensificado nos assentamentos e acampamento visitados, através da relação não-capitalista de produção, baseada no trabalho familiar, e da relação capitalista assalariada. Isto é, que a atividade de carvoejamento, ao mesmo tempo em que se intensifica, atua expandindo, contraditoriamente, relações de produção tipicamente capitalistas, assalariadas, e relações não-capitalistas, camponesas. Ambas subordinadas à lógica da monopolização praticada pelas indústrias siderúrgicas, que têm contribuído para a remoção da biomassa vegetal primária e secundária tanto dos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, quanto de próprio município de Rondon do Pará.

b) Na segunda etapa do trabalho de campo foram realizadas visitas às indústrias siderúrgicas, localizadas no município de Marabá, a fim de entrevistar algum dos representantes, bem como, fazer o mapeamento das suas localizações. O contato com as siderúrgicas foi dificultado, porque a maior parte delas estava desativada, em decorrência da crise mundial que afetou os Estados Unidos, maiores consumidores do ferro-gusa da Amazônia oriental brasileira, o que ocasionou, consequentemente, a redução da produção das indústrias siderúrgicas. Além disso, outro fator que contribuiu para a desativação de uma parte dessas indústrias foi a pressão exercida pelo governo do Estado no ano de 2005, exigindo que elas passassem a consumir carvão vegetal de origem legalizada, o que de fato não vem ocorrendo. O único representante que concedeu a realização da entrevista foi o da siderúrgica MARAGUSA, que não estava funcionando, mas, segundo as suas informações logo retomaria as suas atividades.

Ainda nessa segunda etapa do trabalho de campo, entrevistou-se o pesquisador e ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, da gestão da ex-governadora Ana Júlia, que foi um dos responsáveis pelo projeto de intensificação das fiscalizações realizadas nas siderúrgicas a partir do ano de 2005, Maurílio de Abreu Monteiro. Entrevistou-se, também, o representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rondon do Pará; e o representante do Sindicato dos trabalhadores Carvoeiros de Rondon do Pará.

Essas atividades realizadas na primeira e na segunda etapa do trabalho de campo foram muito importantes para revelar que a expansão do carvoejamento nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer e Nossa Senhora Aparecida, e no acampamento Bonfim, faz parte de uma estratégia criada pelos antigos e grandes produtores de carvão do município, para “legalizar” o carvão que ora tem sido realizado de forma ilegal. Essa estratégia consiste na transformação do antigo produtor de carvão vegetal em atravessador, ou seja, ao invés de controlar a produção, este passa a controlar a circulação do insumo, passando a responsabilidade da produção para outros sujeitos, sejam os assentados ou pessoas “encarregadas” pelo antigo produtor.

Em outros casos, esse atravessador continua produzindo o carvão vegetal em carvoeiras fora dos assentamentos e acampamentos rurais, na forma tradicional, a partir do trabalho assalariado, ao mesmo tempo em que atua comprando o carvão produzido pelos assentamentos e acampamentos. Para realizar o atravessamento do carvão até as indústrias siderúrgicas ele compra as notas, o Documento de Origem Florestal e as Guias Florestais, de outros sujeitos, que ora são residentes no próprio município, ora são dos municípios vizinhos.

Com isso, ele acaba transformando o carvão de origem ilegal num carvão supostamente "legal".

Como parte dessa estratégia, esse antigo e grande produtor e/ou ainda grande produtor reduz o tamanho da sua carvoeira, transformando-a em muitas pequenas carvoeiras, espalhadas nos assentamentos e acampamentos rurais, e no interior do município de Rondon do Pará. Com isso, ele não desperta a atenção dos órgãos de fiscalização ambiental e trabalhista, pois, além de produzirem com pouca mão-de-obra, as dificuldades de acesso às pequenas carvoeiras "impedem" atuação dos órgãos públicos, os quais demonstram pouco interesse em realizar esse trabalho, pois o mesmo exige um custo financeiro elevado, com o qual o Governo Federal e Estadual, parecem que não estão dispostos a se responsabilizarem.

Após o trabalho de campo, em quinto lugar, realizou-se o último procedimento metodológico da pesquisa, que se refere à extensa e trabalhosa tabulação, sistematização e análise dos dados obtidos, os quais contribuíram para a confirmação do processo de monopolização do território praticado pelas indústrias siderúrgicas, a partir da expansão da atividade de carvoejamento no município de Rondon do Pará, dentro e fora dos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária. Além disso, os dados revelaram a conivência do Governo Federal, Estadual e municipal com a produção ilegal do carvão vegetal nesse município.

Diante do exposto, a redação dessa dissertação foi realizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo é intitulado de "Reflexões Teórico-metodológica (ou conceitual) sobre o Movimento do Capital na Fronteira Amazônica", em que realizo uma discussão sobre o processo de construção do território capitalista na Amazônia, destacando o movimento desigual, combinado e contraditório que o capital pratica nesse território, principalmente na porção oriental da Amazônia. Esse capítulo é importante porque permite entender a contextualização do surgimento do carvoejamento, bem como, a sua relação direta com o movimento do capital, já que ele surge, justamente, para atender a demanda deste.

O segundo capítulo chamado de "A Gênese de Rondon do Pará e o Movimento do Carvoejamento" versa sobre o surgimento desse município, como resultado das políticas públicas realizadas pelo Governo Federal no processo de construção do território capitalista na Amazônia. Além disso, ele mostra o movimento do carvoejamento nesse território, principalmente, na fração territorial de Rondon do Pará, enfatizando o limite da atuação do Governo Federal, Estadual e Municipal no que se refere ao conhecimento, o controle e a fiscalização dessa atividade. Enfatiza, também, a mudança na dinâmica produtiva do

carvoejamento realizado em Rondon, a qual passa ser realizada, principalmente, nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária.

O terceiro capítulo analisa o processo de carvoejamento nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária do município de Rondon do Pará, especificamente, nos assentamentos: José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim. A partir dessa análise, busca-se mostrar como o capital, materializado nas indústrias siderúrgicas, pratica o processo de monopolização do território, subordinando a renda camponesa da terra através da atividade de carvoejamento.

O quarto (e último) capítulo faz a discussão sobre a produção do carvão vegetal nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará, ou seja, nas carvoeiras localizadas fora dos assentamentos e acampamentos rurais. Nesse município, a prática do carvoejamento indica que a expansão dessa atividade para os assentamentos e acampamentos rurais, não eliminou as “velhas” formas de se produzir o insumo, apesar de ter diminuído. Desta feita, mostra-se que a produção realizada nessas carvoeiras, também, está subordinada ao processo de monopolização praticado pelas indústrias siderúrgicas, para a obtenção do carvão vegetal para produzir o ferro-gusa.

CAPÍTULO I

1 REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O MOVIMENTO DO CAPITAL NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

> O território capitalista na Amazônia foi estabelecido sob a lógica dos monopólios, produzindo frações territoriais, regiões distintas na Amazônia brasileira (OLIVEIRA, 2005, p. 73).

A epígrafe nos remete à ideia de que a Amazônia não é um território único e homogêneo, que apesar de estar sob a égide do capitalismo, não deve ser considerada tão-somente como um território capitalista. Ao contrário, nela existem frações de territórios que coexistem e se relacionam entre si, dando um caráter de complexidade e diversidade que demanda o reconhecimento de tais territórios para que seja compreendida em sua totalidade.

No presente trabalho, estamos partimos da perspectiva de que o território é uma construção realizada a partir da interação da tríade formada entre a sociedade, o espaço e o tempo. Ele não é o espaço, mas é uma produção social a partir dele, como explica Raffestin (1993, p. 144):

> [...] O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado" como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder.

Fundamentando-se nesse raciocínio, podemos afirmar que se existem diferentes frações de territórios na Amazônia brasileira, concomitantemente, têm-se a existência de diferentes formas de apoderamento desse espaço, que o transforma em territórios ou em frações territoriais. Nesse sentido, o presente trabalho dá especial atenção às formas de apoderamento capitalista do espaço amazônico, isto é, ao movimento de expansão, apropriação e produção desse espaço pelo capital, no processo de construção do seu território na Amazônia, o que foi realizado através da subordinação e/ou destruição de outros territórios, tais como os dos indígenas, por exemplo.

A expansão do capital e a construção do território capitalista na Amazônia devem ser refletidas considerando o seu caráter desigual, combinado e contraditório, pois, ao mesmo tempo em que o capital atua expandindo e desenvolvendo relações sociais de produção

especificamente capitalistas, assalariadas, se apropria e redefine relações não capitalistas de produção, como as relações camponesas e de escravidão por dívida ou peonagem, necessárias ao seu processo de reprodução ampliada (MARTINS, 1979).

Nesse sentido, entendemos que se o território é construído a partir da relação estabelecida entre a sociedade, o espaço e o tempo, e que a sociedade é diversificada, composta por diferentes tipos de relações sociais de produção, desenvolvidas numa interação dinâmica no tempo-espaço. Podemos afirmar, portanto, que existem diferentes territórios e frações de territórios, bem como, diferentes territorialidades na Amazônia brasileira. Esses diferentes territórios, frações de territórios e territorialidades não são fechados e isolados, ao contrário, eles se relacionam entre si, numa situação de conflito sócio-territorial permanente.

A relação entre os diferentes territórios e as diferentes territorialidades presentes na Amazônia brasileira está subordinada à lógica do modelo de desenvolvimento capitalista de produção, isto é, um modelo de desenvolvimento que os inserem precariamente a partir dos interesses da dinâmica de produção e reprodução ampliada do capital. Uma inserção precária que não leva em consideração as particularidades e as singularidades de cada um dos territórios e territorialidades, ou seja, os seus diferentes ritmos, tempos, princípios e valores, todos são levados a um processo de homogeneização e subordinação ao ritmo, ao tempo e à cultura capitalista, o que provoca o surgimento de intensos conflitos sócio-territoriais permanentes nessa área.

Para compreender essa complexa realidade, marcada pela coexistência da diversidade social, ética e cultural, consideramos importante lançar mão do instrumental teórico elaborado pelo sociólogo José de Souza Martins (2009), que entende a Amazônia como uma “fronteira”, como um lugar da alteridade, o lugar do encontro e desencontro entre diferentes sujeitos sociais, com suas respectivas temporalidades históricas.

> [...] A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. A primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história (MARTINS, 2009, p. 133).

Coadunando com esse pensamento, entendemos que a coexistência das diferentes territorialidades presentes na Amazônia é permeada por encontros e desencontros das suas diferenças sociais, políticas, econômicas e culturais. As diferentes classes sociais ou frações de classes territorializadas resistem e lutam contra o processo de homogeneização buscado pelo capital em seu processo de mundialização, o qual não reconhece essa diversidade, provocando intensas situações de conflito social que caracterizam a fronteira.

A constituição e o movimento dessa fronteira podem ser analisados a partir de dois importantes conceitos elaborados por Martins (2009), quais sejam, o de "frente de expansão" e de "frente pioneira". Esses conceitos foram sistematizados a partir dos seus estudos sobre a ideia de fronteira existente entre os geógrafos e os antropólogos, bem como, do intenso trabalho de campo que realizou na Amazônia.

A frente de expansão é entendida como o movimento de ocupação da Amazônia praticado pelos agentes da "civilização". Esses agentes constituíam populações ricas e pobres, tais como camponeses, seringueiros, castanheiros, peões, garimpeiros e grandes fazendeiros, juntamente com os seus trabalhadores agregados. Eles formavam um grupo que, apesar de estar numa situação "comum", a do movimento de ocupação, possuíam grande diversidade entre si, "[...] com mentalidades muito desencontradas a respeito de seus lugares nesse dramático confronto da condição humana e de concepções de humanidade" (MARTINS, 2009, p. 141-142).

Esses agentes da "civilização", próprios da frente de expansão, realizaram o movimento de ocupação sobre as terras da Amazônia, motivados pelas políticas governamentais que pregavam a existência de um imenso "espaço vazio", de terras "não ocupadas" ou "insuficientemente ocupadas". Nesse sentido, o movimento da frente de expansão constituiu o próprio movimento da fronteira demográfica.

Ao avançar sobre as terras da Amazônia, a frente de expansão, a própria fronteira demográfica, acabou se defrontando com muitos e diversos povos indígenas, o que gerou uma intensa situação de conflito entre os "civilizados" e os índios, e entre os próprios índios. Porque, ao avançar para os territórios indígenas, a frente de expansão empurrava os grupos para as proximidades de outros, que, em muitos casos, eram seus rivais. Com isso, além dos extermínios de diversos povos indígenas praticados pela frente de expansão, esta era a causadora, também, de intensas guerras entre eles (MARTINS, 2009).

Além do movimento do avanço da frente de expansão sobre as terras indígenas, ocorreu, de forma concomitante, a expansão da frente pioneira sobre a frente de expansão e, até mesmo, diretamente sobre as terras indígenas.

> A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalmente ocupadas (MARTINS, 2009, p. 135-136).

O avanço da frente pioneira na Amazônia é o próprio avanço da fronteira econômica do grande capital. O "novo", compreendido como a possibilidade posta, e a "nova sociabilidade" estão fundamentados na "mentalidade" do capital. Isto é, a frente pioneira é dominada pelos interesses estritamente capitalistas, que enxergam a Amazônia como uma fronteira, "[...] não plenamente estruturada, potencializadora de novas realidades" (BECKER, 1998, p. 11).

De acordo com essa concepção, a frente pioneira seria a grande responsável pela modernização e industrialização da Amazônia, através das ações dos seus diferentes agentes, ou seja, os agentes da economia capitalista formados por grandes empreendedores com a mentalidade urbano-industrial, tais como bancos e grandes proprietários de terra. É, justamente, na frente pioneira que se tem o estabelecimento da aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital, os quais concebem a Amazônia como uma grande fronteira de recursos a ser explorada no processo do desenvolvimento ampliado do capital.

1.1 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAPITALISTA NA FRONTEIRA AMAZÔNICA DE RECURSOS

A construção do território capitalista na Amazônia se intensificou com o avanço da frente pioneira iniciada a partir do Programa Marcha para o Oeste (1937), camuflado pelas ideias de nação e de brasilidade que comandavam as políticas públicas da época. Com esse programa, o Estado exerceu o papel de impulsionar o deslocamento dessa frente, ou seja, de acelerar a criação das condições para a expansão do capital, bem como, para a sua própria territorialização na Amazônia brasileira (MARTINS, 1994; CASTRO, 2010).

O papel do Estado na construção do território capitalista na Amazônia foi fundamental, devendo ser avaliado para além dos discursos oficiais. Isto é, para a realização de uma análise crítica e totalizante acerca do processo de construção desse território, consideramos importante ressaltar que a atuação do Estado sempre esteve articulada aos

grupos econômicos internacionais e nacionais, que buscaram se apropriar e controlar os recursos existentes nessa porção do globo terrestre.

De acordo com Oliveira (1987), até a Segunda Guerra Mundial a busca pelos recursos da Amazônia foi lenta, mas no pós-guerra, a corrida por esses recursos se acelerou e o apoio do Governo Federal, representado pelos militares, foi imprescindível.

> Como de há muito se sabe, as riquezas minerais da Amazônia são cobiçadas pelos grandes grupos econômicos internacionais. O acesso a esses recursos, entretanto, faz parte da história contemporânea do país. Se até a Segunda Grande Guerra Mundial a corrida a seu controle e exploração foi lenta, no pós-guerra coube aos militares a tarefa de acelerar este controle e exploração e sua conseqüente entrega aos grupos econômicos nacionais e internacionais (OLIVEIRA, 1987, p. 10).

Para tanto, as políticas públicas voltadas para a Amazônia, bem como para o desenvolvimento nacional brasileiro, foram elaboradas de forma estratégica para atender as demandas dos grandes monopólios nacionais e internacionais com relação à exploração e exportação dos seus recursos naturais (OLIVEIRA, 1987).

As políticas públicas do Governo Federal estavam, então, destinadas à construção de um território para o capital, o qual foi construído sobre os territórios da frente de expansão e dos povos indígenas já existentes na Amazônia. Os objetivos das políticas públicas, divulgados oficialmente, eram econômicos e geopolíticos, cujo lema era “integrar para não entregar”, isto é, integrar a Amazônia ao restante do Brasil evitando, supostamente, que ela fosse apropriada pelas potências estrangeiras (MARTINS, 1994; OLIVEIRA, 1988).

Entretanto, a real intenção dessa rápida integração da Amazônia ao restante do país foi mascarada pelo discurso propagado pelo Estado, de que se deveria “integrar para não entregar”, evitando a sua possível apropriação por potências estrangeiras. Na verdade, esse discurso escondia o fato de que ela já estava sendo apropriada pela potência americana, os Estados Unidos, que buscavam manter o seu controle, evitando que a ex-União Soviética o assumisse. O Brasil estava imerso no contexto da guerra fria, na luta do capitalismo contra o comunismo (OLIVEIRA, 1987).

Para promover essa integração da Amazônia ao restante do Brasil, a fim de evitar a expansão e apropriação dos seus recursos pelo comunismo, as políticas públicas elaboradas e implementadas foram materializadas na execução da Expedição Roncador-Xingu e a Fundação do Brasil Central, em 1940; do Programa Rondon (1967), do Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), do Programa Poloamazônia (1976) e do Programa Polonoroeste (1986). Todos eles, com exceção dos dois primeiros, contaram com o apoio

financeiro dos incentivos fiscais destinados aos empresários de setores produtivos como a pecuária, a agricultura, a madeira e a mineração (CASTRO, 2010; 1994; OLIVEIRA, 1988).

Nesse sentido, podemos afirmar que o capital teve e continua tendo um forte aliado no seu processo de expansão e territorialização na Amazônia brasileira, qual seja, o próprio Estado nacional.

> A partir dos anos 70, é o Estado brasileiro que toma a si a incumbência de um novo e ordenado devassamento amazônico. Essa situação se vincula a um novo padrão de inserção do Brasil (e outros países periféricos) numa ordem planetária que é moldada por vetor científico-tecnológico moderno imbricado nas estruturas sociais do poder. O marco do novo padrão é a meta de produção tecnológica, com conseqüências aparentemente contraditórias que rebatem na fronteira. Primeiro para manter e expandir o processo industrial e reduzir seus laços de dependência, o Estado se associa a corporações transnacionais, num processo de nacionalização/ transnacionalização; segundo, esse estilo de desenvolvimento adotado pelo governo em conjunto com firmas e bancos internacionais e locais - o modelo tripé - se faz com quase total exclusão social, em termos econômicos e políticos (BECKER, 1998, p. 12).

Nesse contexto, as ações desempenhadas pelo Estado na materialização das políticas públicas consistem na própria "internacionalização dos recursos naturais da Amazônia". Esta que foi e continua sendo pautada na exploração e expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, dos trabalhadores, dos pequenos produtores, dos camponeses, dos quilombolas e dos povos indígenas. Expropriação que é realizada através do estabelecimento de grandes monopólios formados pelo tripé capital internacional, capital nacional e Estado (OLIVEIRA, 1988; 1987).

Diante disso, concordamos com as análises críticas realizadas por Oliveira (1988, p. 97) e Martins (1994), que mostram que o Estado teve o papel central na configuração do grande latifúndio moderno na Amazônia, e que ao invés de "integrar para não entregar", na verdade, buscou "integrar para entregar".

A atuação do Estado consistiu na concessão de incentivos fiscais para que as empresas nacionais e estrangeiras passassem a investir na agropecuária. Através da política de incentivos fiscais houve uma espécie de "compensação pela imobilização produtiva de capital na aquisição de terras para abertura de fazendas (onde era o caso), promoveu a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital". Esses incentivos significaram a doação de 75% do capital necessário para a implantação dos empreendimentos. Os grandes empresários, que logo se tornariam grandes latifundiários, arcariam apenas com 25% dos custos (MARTINS, 1994; MARTINS, 2009, p. 15).

Essa situação denota uma das grandes contradições das políticas de integração, pois, se o interesse dessas políticas fosse realmente integrar a Amazônia, protegendo-a das grandes potências estrangeiras, como explicar a escolha da agropecuária como modalidade de ocupação incentivada pelo Estado. Uma modalidade que provocou a destruição de muitos povos indígenas, a expulsão e expropriação de milhares de camponeses e demais sujeitos das suas terras na frente de expansão, os quais foram obrigados a se submeterem às condições miseráveis de sobrevivência nas cidades ou às condições de superexploração no interior dos grandes empreendimentos agropecuários e, posteriormente, minerais (MARTINS, 1994).

Na verdade, se num primeiro momento, o Estado estimulou o deslocamento da frente de expansão para ocupar a Amazônia, a fim de resolver os problemas das tensões sociais em relação à questão agrária de outras regiões; agora, num segundo momento, ele adotou uma política de estímulos para que o capital ocupasse a terra, que, por sua vez, já estava ocupada pela frente de expansão e pelos povos indígenas.

> A verdade é que a política de instalação de grandes empresas no campo estava e está baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração da propriedade da terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade agropecuária (MARTINS, 1985, p. 34).

Essa situação não deve ser entendida como uma coincidência ao acaso. O movimento da realidade e os estudos sobre a mesma mostram que esses incentivos possuem intencionalidades claras. Eles estão relacionados ao interesse do Estado em promover a "abertura" da Amazônia pelos sujeitos da frente de expansão para a sua, concomitante, apropriação pelo capital, e a transformação desses sujeitos em mão-de-obra barata para os grandes empreendimentos econômicos. Com isso, o capital conseguiria acessar facilmente as condições para a sua reprodução ampliada, tanto por meio da apropriação da renda da terra, quanto pela extração da mais-valia.

Diante disso, confirma-se a análise crítica desenvolvida por Oliveira (1988, p. 99), em que mostrou que o objetivo real dessas políticas ao contrário de "integrar para não entregar" consistiu em "integrar para entregar", pois, a realidade dos programas, projetos e planos elaborados pelo Estado, desde o processo denominado de "Marcha para o Oeste", confirmam a ideia da "internacionalização dos recursos naturais da Amazônia".

Nesse contexto de internacionalização dos recursos naturais da Amazônia, é que podemos destacar as estratégias de aproveitamento das potencialidades agroindustriais, do Programa Grande Carajás, o qual se caracterizava por ser um projeto "integrado", com a

finalidade de promover o desenvolvimento da Amazônia oriental brasileira, através de dinâmicas complexas travadas pelas estratégias do tripé econômico-social formado pelo Estado, pelos capitais privados nacional e internacional.

Para garantir a execução efetiva desse programa e o consequente desenvolvimento capitalista dessa porção da fronteira amazônica, o Estado continuou com a sua política dos incentivos fiscais para atrair as indústrias, principalmente as de extração e beneficiamento de minérios para a Amazônia. Ele assumiu a responsabilidade de montar toda a infraestrutura necessária à operacionalização dos projetos minerais que foram implantados, tal como o fornecimento de energia, que se deu por meio da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; a garantia do transporte viário e portuário; e a construção das cidades planejadas para a moradia dos trabalhadores dos projetos denominadas de *company town* (TRINDADE Jr.; ROCHA, 2002).

A elaboração e execução desse programa fundamentaram-se na ideia de que a Amazônia se constituía:

> [...] num espaço não plenamente estruturado, com uma organização capitalista inacabada, formas de produção e organização social indefinidas e fluida, que lhe atribuem um elevado potencial político. Este fato torna a integração da fronteira vital para a própria construção do Estado, que se empenha em sua rápida estruturação, não só pra valorizá-la economicamente, mas para controlá-la política e ideologicamente (BECKER, 1990, p. 16).

Pensamos que essa ideia não é suficiente para compreender criticamente a totalidade do processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, pois, ela não oferece os elementos que denotam a aliança do Estado com o capital nacional e internacional, na medida em que privilegia o Estado como o grande responsável por sua estruturação, para “controlá-la política e ideologicamente”. A estruturação da Amazônia pelo Estado foi realizada para favorecer a construção do território capitalista, ou seja, para facilitar o processo de apropriação e exploração dos seus recursos pelo capital.

O Programa Grande Carajás (PGC), elaborado pela antiga CVRD, hoje denominada de VALE, foi elaborado justamente para que o capital nacional e internacional promovesse a exploração dos recursos minerais da Amazônia. Ele foi aprovado pelo Estado e inaugurado em 1980, como uma estratégia para a nova fase dessa fronteira, a fase da territorialização do capital industrial e financeiro, materializado na presença dos grandes empreendimentos mínero-metalúrgicos.

O Programa Carajás é o principal representante dessa nova fase da fronteira amazônica, ele estava destinado a coordenar a execução de projetos já existentes na área, como: o Projeto Ferro Carajás, a Albrás, a Alunorte, a Alumar, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Além de impulsionar o surgimento de outros projetos, como a implantação da sídero-metalurgia. Através da implantação desse programa e desses projetos, que faziam parte do complexo industrial do corredor da Estrada de Ferro Carajás, pregava-se que o tão desejado desenvolvimento industrial e a modernização da Amazônia seriam finalmente alcançados.

O primeiro estágio desse complexo industrial consistiu na implantação de indústrias sídero-metalúrgicas nos municípios de Marabá e de Tucuruí, no Pará, e Açailândia, no Maranhão. A implantação dessas indústrias contou com a colaboração financeira do Governo brasileiro através do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimento da Amazônia (FINAN), os quais funcionaram como incentivos fiscais atrativos para que essas indústrias siderúrgicas, produtoras de ferro-gusa, se deslocassem do Sudeste do país para a Amazônia. Além disso, assim como nas políticas de "integrar para não entregar", nas políticas de industrialização e modernização da Amazônia, as siderúrgicas também receberam 75% do valor estimado dos seus custos para a construção do seu parque industrial e para o desenvolvimento de projetos de manejo florestal ou de reflorestamento (HALL, 1991; MONTEIRO, 1997).

Segundo a entrevista realizada pela equipe do jornal Reporter Brasil (2006), com o pesquisador Maurílio de Abreu Monteiro, que tem uma importante trajetória de estudos sobre a mineração na Amazônia, o deslocamento das indústrias siderúrgicas do Sudeste do país para a Amazônia oriental brasileira ocorreu a partir dos atrativos fiscais oferecidos pelo Governo Federal, bem como, pelas próprias facilidades de acesso aos seus recursos naturais.

> Esse deslocamento começou no final da década de 1980, como parte do extinto Projeto Grande Carajás. Antes, a produção se concentrava exclusivamente no Sudeste do Brasil. Um dos elementos do projeto foi incentivar a construção de guseiras e todas estão à margem da estrada de ferro Carajás [que liga o interior do Pará ao porto de São Luís, no Maranhão]. O fácil acesso à biomassa vegetal [madeira] barata e abundante, além do acesso ao minério de ferro de alta qualidade, também influenciaram. Inicialmente, houve incentivos fiscais para as empresas se mudarem e hoje existe o FNO [Fundo Constitucional de Financiamento do Norte], que dá financiamento público. Elas se aproveitam da logística oriunda do projeto Grande Carajás e a produção fica mais barata do que no Sudeste. Hoje, 80% do ferro-gusa da região é exportado para o EUA. Para se ter uma ideia, em 2005, foram 3.098 mil toneladas e a projeção para 2006 é de que serão exportadas 3.540 mil (Entrevista realizada pela Repórter Brasil, em 13.06.2006, com o pesquisador Maurílio de Abreu Monteiro).

O deslocamento e a implantação das indústrias siderúrgicas do Sudeste do país para a Amazônia foram realizados a partir da lógica da "integração precária" retratada por Martins (1997), em que o capital, em seu processo de territorialização na Amazônia, se concentrou em algumas áreas consideradas estratégicas para a produção e a exportação do seu produto, monopolizando as outras áreas para a obtenção dos recursos, matérias-primas, necessários à sua produção e reprodução.

Essa dinâmica de atração, implantação e desenvolvimento da siderurgia na Amazônia faz parte do movimento desigual, combinado e contraditório do avanço da frente pioneira capitalista sobre os territórios da frente de expansão e dos povos indígenas, sem a sua total erradicação. Isto é, a construção do território capitalista na Amazônia não conseguiu promover a sua homogeneização, destruindo completamente os diferentes territórios e territorialidades. Nesse sentido, se faz necessário analisar um pouco mais o movimento do capital nesse contexto de coexistência de diferentes territórios e territorialidades na Amazônia, especificamente, na Amazônia oriental brasileira.

1.2 O MOVIMENTO DO CAPITAL E A SITUAÇÃO DE FRONTEIRA NA AMAZÔNIA

A Amazônia foi concebida desde o seu processo de ocupação como uma grande fronteira de recursos, portanto, portadora de novas possibilidades, onde o capital conseguiu construir o seu território através da aliança estabelecida com o Estado. Vimos que a construção desse território não conseguiu promover a total destruição de outros diferentes territórios e territorialidades existentes. A destruição total não ocorreu porque além do desenvolvimento do capital ser contraditório, desigual e combinado, ou seja, além dele precisar manter e redefinir esses territórios e territorialidades subordinando-os a seu interesse, não se pode esquecer, também, do papel significativo das intensas lutas de resistências promovidas pelos diferentes sujeitos sociais em defesa desses territórios e territorialidades, e contra a "força" subordinadora do capital.

Partindo dessa interpretação, podemos dizer que a Amazônia é uma fronteira que se movimenta configurando uma unidade construída na diversidade, como indica Martins (2009, p. 155):

> [...] A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que o atraso apareça, na verdade, como diferença. As relações mais avançadas, mas caracteristicamente capitalistas, por exemplo, não corroem nem destroem necessariamente as relações que carregam consigo a legitimidade de outras

> épocas. Portanto, nesses casos, a diferença não tem sentido como passado, mas como contradição, e nela como um dos componentes do possível, o possível histórico de uma sociedade diversificada, que ganha sua unidade na coexistência das diferenças sociais e étnicas.

Nesse sentido, consideramos pertinente analisar a fronteira amazônica não apenas como uma "fronteira de recursos", onde diferentes agentes vislumbram o futuro, mas também, retomar o instrumental teórico-conceitual elaborado por Martins (2009), principalmente, em sua obra: "Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano", sobre a "situação de fronteira" da Amazônia. Esse instrumental permite compreendê-la em sua complexidade e diversidade, bem como, salientar a coexistência de territórios e territorialidades que possuem tempos e ritmos históricos diferentes, que se interrelacionam num movimento permanente de conflito social, já que lutam por "distintas concepções de destino", com bem enfatizou Martins (2009, p. 154).

> [...] o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que a contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na *situação de fronteira,* dão aos conflitos que ali se travam – entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios – a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino. E, portanto, dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possam existir na mediação da referida situação de fronteira (MARTINS, 2009, p. 154).

Apesar de presenciarmos um contexto histórico diferente do qual esse movimento do pensamento foi realizado, em que "novos"[2] sujeitos e "novas" problemáticas entram em "cena", o consideramos atual e pertinente para os propósitos do presente estudo. Diferente do que pregam alguns autores, de que a Amazônia é uma "fronteira consolidada", onde se tem o "esgotamento da região como fronteira de expansão demográfica e econômica nacional" (BECKER, 2004, p. 73), pensamos que ela não está consolidada nem do ponto de vista do capital, nem tão pouco dos diferentes sujeitos sociais que a compõem, já que o capital continua buscando se expandir e se territorializar através da apropriação dos seus recursos, e da subordinação dos diversos sujeitos sociais da fronteira.

---

[2] Os diferentes sujeitos sociais e as suas respectivas problemáticas "aparecem" no contexto histórico atual como algo novo, mas, na verdade, eles sempre existiram e lutaram pelo reconhecimento das suas diversidades sócio-territoriais. Porém, é no presente contexto que eles ganharam força política e visibilidade em suas lutas e conquistas, as quais têm sido perseguidas pelos grandes capitalistas como: os grandes proprietários de terras e as empresas privadas nacionais e internacionais, que tentam a todo custo desmobilizá-las e "desterritorializá-las", sempre com o apoio do Estado (ALMEIDA, 2010, p. 141).

Portanto, para compreender esse movimento diverso, presente na situação da fronteira amazônica, devemos destacar que os diferentes sujeitos que a compõem possuem relações específicas com os seus territórios, ou seja, eles possuem diferentes territorialidades que se encontraram e/ou se desencontraram na fronteira.

As relações estabelecidas entre esses diferentes territórios e territorialidades estão subordinadas à lógica hegemônica do modo capitalista de produção, a qual possui especificidades que vão de encontro às suas, provocando, por sua vez, diversos conflitos sócio-territoriais que são permanentes na fronteira. Esses conflitos são permanentes porque surgem a partir de uma das principais contradições desse modo de produção, que consiste na manutenção e redefinição de relações antagônicas à sua lógica de reprodução. Em virtude disso, os conflitos sócio-territoriais da fronteira podem ser entendidos, também, como elementos do próprio processo do capital na Amazônia.

No processo de desenvolvimento do capital na Amazônia, ele atua promovendo a expansão de relações sociais de produção tipicamente capitalistas, modernas e inovadas, ao mesmo tempo em que cria, recria e articula, de forma concomitante, as condições para a expansão, a produção e a reprodução de relações sociais de produção não capitalistas (OLIVEIRA, 1999; 2010; MARTINS, 1990).

> A produção capitalista de relações não capitalistas de produção expressa não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo - o movimento contraditório não só de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, mas também de criação de relações antagônicas e subordinadas não capitalistas. Nesse caso, o capitalismo cria a um só tempo as condições de sua expansão, pela incorporação de áreas e populações às relações comerciais e os empecilhos à sua expansão, pela não mercantilização de todos os fatores envolvidos, ausente o trabalho caracteristicamente assalariado. Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio. Em suma, onde o capitalismo não se realiza plenamente [...] (MARTINS, 2010, p. 37).

Essa citação traduz com muita veemência o movimento do capital na situação de fronteira da Amazônia. Nessa fronteira, um dos motivos pelo qual o capital não consegue se realizar plenamente refere-se ao fato dele não conseguir fundir os diferentes territórios e territorialidades existentes, sendo necessário, portanto, criar mecanismos para incorporá-los a sua lógica, que se realiza, segundo Martins (2010), mediante as “amarras” criadas por meio do comércio.

É através do comércio que o capital consegue articular e manipular as relações antagônicas ao seu desenvolvimento, o que acontece porque a sua formação econômico-social apresenta quatro momentos distintos, contraditórios, mas articulados entre si, que são: produção, circulação, distribuição e consumo. E, a primeira fase da expansão dessa formação é justamente a produção da mercadoria com a mais-valia, que consiste na produção do próprio capital, enquanto as outras fases constituem o seu processo de reprodução.

Apesar de a mais-valia ser produzida na própria produção da mercadoria, ela só se realiza no processo de circulação e consumo (MARTINS, 2004; OLIVEIRA, 1986; 2010).

> [...] a primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações capitalistas de produção. O processo que institui e define a formação econômico-social é constituído por diferentes e contraditórios momentos articulados entre si: num deles temos a produção da mercadoria e a produção da mais-valia organizados de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro temos a circulação da mercadoria, subordinada à produção, num outro temos a produção subordinada à circulação. Mas, esses momentos estão articulados entre si num único processo, embora possam está disseminados por espaços diferentes. Estou trabalhando com a premissa de que a mercadoria dar um caráter mundial ao capitalismo (MARTINS, 1979, p. 21).

A produção da mercadoria, que é a primeira etapa da expansão do capitalismo, é também a forma utilizada pelo capital para incorporar as "áreas e populações", onde o trabalho especificamente capitalista é ausente. Ela ocorre geralmente em bases não capitalistas, como as do modo camponês familiar de trabalhar, enquanto a sua reprodução é realizada em bases capitalistas, assalariadas.

As relações sociais de produção camponesas apresentam uma lógica diferente das relações especificamente capitalistas, assalariadas. O "processo de trabalho camponês", como bem caracterizou Tavares dos Santos (1978), está voltado para a reprodução da família e não do lucro. O trabalhador camponês é proprietário dos seus instrumentos de trabalho, que utiliza para produzir os seus próprios meios de vida. Na Amazônia essas relações são praticadas pelos camponeses em suas diferentes denominações: posseiros, quilombolas, quebradeiras de coco de babaçu e ribeirinhos, entre outros.

Sob o capitalismo, esses camponeses representam produtores de mercadorias e criadores de trabalho excedente. A sua reprodução no interior desse modo de produção, significa que o desenvolvimento da produção camponesa está sendo condicionada materialmente pelo próprio capital.

A lógica da produção e reprodução camponesa consiste na auto-exploração da força de trabalho familiar para a satisfação da sua necessidade. Nesse sentido, a decisão da quantidade e da intensidade do trabalho a ser empregado na produção é baseada num cálculo econômico, entre o número dos membros da família e as suas necessidades de consumo, isto é, quanto maiores forem suas necessidades de consumo, maior será a intensidade do trabalho praticado pelo camponês e sua família (CHAYANOV, 1974).

Essa lógica das relações de produção e reprodução camponesas é baseada na produção simples da mercadoria, objetivando vendê-la para adquirir outros produtos que os camponeses e as demais frações de classes não produzem, mas que são importantes para a sua sobrevivência. Quando a sua produção não é suficiente para gerar renda para a aquisição desses produtos, os camponeses empregam uma parte considerável da sua força de trabalho em atividades não agrícolas. Mas, isso não significa que ele perde a sua condição de trabalhador camponês, como enfatizou Tavares dos Santos (1978).

Esse autor, fundamentado no pensamento de Chayanov (1974), sistematizou alguns elementos interessantes sobre a produção camponesa, que merece um destaque para identificarmos as especificidades desse tipo de relações não capitalistas. Eles consistem em:

1) a *força de trabalho familiar*: constitui a força que move o trabalho na unidade econômica camponesa. Esse trabalho familiar pode ser definido como de ordem coletiva, em que as decisões são tomadas em nível do grupo e não de forma individual. Cada sujeito social, dos mais novos aos mais velhos, desempenha um papel na unidade de produção. Esse papel tem importância significativa para o grupo, uma vez que o trabalho na unidade camponesa é utilizado a partir do valor-de-uso e não do valor-de-troca.

2) a *prática da ajuda mútua:* fundamentada num trabalho sem remuneração, realizado ora em forma de mutirão, ora por meio da troca de dias de serviço. Essa prática é realizada em caso de doenças, quando os camponeses se reúnem para ajudar a família na efetivação das tarefas, que não estão em condições de efetuar sozinha, nem possui condições monetárias para contratar força de trabalho externa. Essa prática demonstra que o sentido do trabalho camponês se difere da lógica do trabalho assalariado, uma vez que o que reúne as pessoas não é o dinheiro, mas sim as relações de parentesco e de amizade que os levam a querer ajudar sem nada pedir em troca. É a expressão do valor-de-uso.

3) *o trabalho acessório ou complementar do camponês*: refere-se à transformação periódica do trabalhador camponês em trabalhador assalariado, como estratégia para a obtenção de um ganho adicional para a satisfação das necessidades de sua família. A realização desse tipo de trabalho traduz a combinação técnica e econômica de otimização do

uso da força de trabalho familiar, a qual ficaria inativa no período em que não houvesse o cultivo. O trabalho acessório é praticado de acordo com o calendário agrícola da unidade econômica camponesa.

4) a presença da *força de trabalho assalariada*: representa uma força de trabalho complementar utilizada na unidade econômica camponesa nos períodos críticos dos ciclos agrícolas. Essa presença não nega as características do camponês, uma vez que o assalariamento não é utilizado na lógica da acumulação capitalista, mas sim na lógica da produção simples de mercadoria voltada para o consumo.

5) a *socialização do camponês:* elemento importante no processo de reprodução da força de trabalho familiar. É um mecanismo interessante, realizado a partir da procriação e da inserção da criança ao "mundo" camponês através do processo de socialização. Esta é uma forma do indivíduo adquirir conhecimento sobre os papéis determinados pela divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, bem como os valores e princípios que fundamentam a "ordem a ordem moral"[3] de cada grupo familiar.

6) a *propriedade da terra*: significa a propriedade dos meios de produção para os camponeses, propriedade familiar, onde eles têm autonomia para a tomada de decisões sobre como fazer uso da sua terra. A propriedade da terra tem a sua valorização econômica expressa na renda da terra, esta que é gerada no processo de trabalho camponês, incorporada ao seu sobretrabalho, que tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração.

7) a *propriedade dos meios de produção:* os meios de produção representam nas unidades produtivas camponesas a extensão do braço humano. Ou seja, ter a propriedade dos seus próprios meios de produção significa ter o domínio de si mesmo, pois estes são instrumentos de reprodução da própria vida do camponês.

8) a j*ornada de trabalho:* é definida e controlada pelo próprio camponês de acordo com a variação da sua produção agrícola. Não é uma jornada de trabalho rígida, mas flexível, pois a intensidade do trabalho varia de acordo com as necessidades do próprio grupo familiar.

9) a *reprodução simples da produção camponesa:* é realizada através da repetição do processo de produção numa mesma escala. Isto é, os camponeses repõem a cada ciclo

---

[3] A ordem moral constitui um conjunto de normas e de costumes assumidos por uma sociedade como universalmente válidos. Ela é criada como princípios organizativos das relações entre os seres humanos e deles com a natureza e as coisas. O entendimento da ordem moral camponesa requer a renúncia de um olhar guiado pela lógica econômica capitalista, as ações e práticas do campesinato são fundamentadas por concepções que ultrapassam a materialidade. A sua existência pode ser explicada a partir da relação que a família camponesa possui com a terra, o trabalho e a religião. Esses quatro aspectos compõem a totalidade do "mundo" camponês, o qual não pode ser compreendido de forma dissociada de algum desses aspectos (MOURA, 1989).

produtivo, seja por via de produção direta ou pela de troca monetária, os meios de produção e a força de trabalho necessários para a simples repetição da produção, sem se preocupar com a acumulação de lucros (TAVARES DOS SANTOS, 1974).

A partir desses elementos podemos entender um pouco mais sobre a singularidade histórica do campesinato, tomando o devido cuidado para evitar possíveis generalizações dos conteúdos do conceito de camponês, como ressaltou Shanin (2005), já que o campesinato não é homogêneo, mas heterogêneo e complexo. Para esse autor, ao referenciar o camponês, bem como, o próprio campesinato, é imprescindível considerar tal heterogeneidade e complexidade dando especial atenção a sua estrutura societária e a contextualização histórica em que está inserido.

Se, por um lado, a expansão do capitalismo na Amazônia é realizada com a definição e redefinição das relações não capitalistas, como as relações camponesas, de outro lado, ela segue expandindo as relações de produção especificamente capitalistas. Esse tipo de relações são estabelecidas através de duas práticas: a expropriação e a exploração do trabalhador. A prática de expropriação é a primeira ação do capital na busca de condições favoráveis à sua produção e reprodução. Ela consiste na separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, dos seus instrumentos de trabalho, deixando-os apenas com a sua força de trabalho (MARTINS, 1991).

Após a realização do processo de expropriação do trabalhador, a segunda ação do capital consiste na transformação da sua força de trabalho em mercadoria especial, ou seja, em propriedade econômica do capitalista. Isso ocorre mediante o estabelecimento de um contrato social de compra e venda. Esse contrato é fundamentado na ideia de que os trabalhadores são sujeitos sociais, juridicamente, livres e iguais para venderem as suas forças de trabalho aos proprietários dos meios de produção.

Esse contrato é realizado entre esses sujeitos mediados pelo salário, o qual é concebido como o dinheiro necessário para a reprodução do trabalhador, como afirma Martins (1990, p. 154):

> A função do salário é a de recriar o trabalhador, fazer com que o homem que trabalha reapareça como trabalhador do capital. Assim, ele cria a sua liberdade e sua sujeição – ele se mantém livre dos instrumentos e dos materiais de que necessita para trabalhar, já que o trabalho só existe pela combinação com esses meios de produção que não são propriedades do trabalhador e sim do capitalista.

Nesse sentido, a reprodução da vida do trabalhador assalariado sob o modo capitalista de produção está ligada à necessidade da reprodução da própria força de trabalho produtora de mercadoria. Essa força de trabalho é a única mercadoria capaz de criar outras, sendo concebida, por isso, como uma mercadoria especial para os (e dos) capitalistas.

Essa relação social de produção capitalista, assalariada, estabelecida entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários da força de trabalho é sustentada pela exploração dos segundos pelos primeiros, através de uma ilusão, a de que não há exploração alguma, que ambos são livres e iguais. Entretanto, o que existe de fato é um processo de alienação do trabalhador, o qual é induzido a pensar que para sobreviver não existe alternativa, a não ser a de vender a sua força de trabalho, sujeitando-se às "amarras" do capital.

> [...] Um ponto, portanto, essencial para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação baseada numa ilusão – a ilusão de que não há exploração alguma. Exatamente por isso é que os trabalhadores são livres no capitalismo: - eles não precisam de chicote do senhor de escravos para se submeterem, para entregarem o seu trabalho ao patrão; para eles basta a ilusão de que a troca de salário por força de trabalho é uma troca de equivalentes, entre iguais, por isso justa e legítima (MARTINS, 1986, p. 156).

Na situação de fronteira da Amazônia, as relações de produção capitalistas possuem uma especificidade, que merece ser destacada para compreendermos melhor o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista. Se por um lado, existe a recriação de relações sociais e de produção não capitalistas, como as relações camponesas, que coexistem com as relações capitalistas assalariadas, próprias desse modo de produção. Por outro lado, é possível afirmar que essas relações especificamente capitalistas não acontecem igualmente, segundo as características formais do processo geral da reprodução do capital. Essas relações assumem uma forma capitalista, mediada por um salário, mas com um conteúdo mais próximo da peonagem e/ou da escravidão por dívidas, logo, da própria "acumulação primitiva" (MARTINS, 2009, p. 81).

> O capitalismo certamente não é apenas constituído do quadro de opressão e violência contidas nas informações sobre a peonagem no Brasil atual. Mas o capitalismo, certamente, é também o conjunto dos processos sociais, procedimentos e situações que esse quadro nos revela. Para explicá-lo é necessário compreender que o tempo do capital não é concretamente apenas o tempo unilinear do progresso, da modernização, da conduta racional com relação a fins e do desenvolvimento. Não se pode atribuir a momentos, circunstâncias e particularidades do processo de reprodução do capital

> características formais cuja validade está fundamentalmente referida ao seu processo geral e, sobretudo, às suas tendências gerais, que é o que se fixa nos modelos interpretativos e na teoria. O tempo da reprodução do capital é o tempo da contradição; não só contradição de interesses opostos, como os das classes sociais, mas temporalidades desencontradas e, portanto, realidades sociais que se desenvolvem em ritmos diferentes, ainda que a partir das mesmas condições básicas (MARTINS, 2009, p. 80).

Nesse sentido, consideramos a situação da fronteira amazônica uma realidade expressiva para analisar esse comportamento e circunstâncias particulares do processo de reprodução do capital. O encontro e o desencontro dos territórios e das temporalidades, dos ritmos e das diferentes realidades sociais nessa fronteira, não se deram de maneira espontânea e aleatória. A existência de formas trabalhistas e de tipos de trabalhos próprios da "acumulação primitiva" não é um resquício do passado condenado ao desaparecimento a partir do desenvolvimento ampliado do capitalismo, ao contrário, é uma criação ou redefinição praticada pelo próprio capital.

Os sujeitos sociais, que foram expropriados direta ou indiretamente pelos processos do capital, são as principais vítimas da superexploração praticada nas formas de trabalho com roupagem capitalista, mas com os conteúdos próprios da "acumulação primitiva". Esses sujeitos não são completamente inseridos nos trabalhos considerados formais, e, acabam se tornando trabalhadores fragilizados e vulneráveis, em busca de um trabalho para garantir a sua sobrevivência, com isso, são levados a aceitarem qualquer tipo de trabalho. Ou seja, esses trabalhadores não "[...] precisam de chicote do senhor de escravos para se submeterem, para entregarem o seu trabalho ao patrão [...]", pois estão inseridos num contexto adverso de extrema degradação humana, que o "chicote" se torna dispensável.

Eles são trabalhadores integrados residualmente ao sistema capitalista, de modo que não podem exercer a condição de portadores da possibilidade histórica de fazer a transformação social, uma vez que, tomados pelas necessidades mais urgentes, como a de alimentação, acabam abandonando as possíveis ações de reivindicações sociais que têm direito (MARTINS, 2003).

> Eles são apenas o trabalhador potencial, o resíduo crescente do desenvolvimento econômico anômalo. Quando muito, são trabalhadores dos setores secundários e irrelevantes da produção. Por isso, são excluídos. Não só, nem principalmente excluídos das oportunidades de participação social. Mas, excluídos das possibilidades ativas de fazer História. Não podem fazer uma greve, isto é, não podem recusar o trabalho, pois ninguém quer o seu trabalho e quando o quer há muito mais gente querendo trabalhar do que gente querendo oferecer-lhes trabalho. Não podem impregnar por dentro o processo de reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2003, p. 35).

Com isso, os sujeitos sociais expropriados dos seus meios de produção, transformados em trabalhadores “descartáveis” e potenciais, acabam, em muitos casos, buscando atividades ilícitas para conseguirem se integrar à lógica do sistema capitalista, que os quer apenas como resíduo (MARTINS, 2003).

Outro elemento importante que denota o caráter contraditório do modo de produção capitalista é a redefinição capitalista da renda fundiária e o próprio surgimento da propriedade privada capitalista da terra.

No Brasil, a redefinição da renda fundiária e o surgimento da propriedade privada capitalista da terra surgiram a partir da implantação da Lei de Terras em 1850, quando o Estado brasileiro a privatizou, decretando que o seu acesso só poderia acontecer por meio da compra, isto é, qualquer pessoa, seja capitalista ou trabalhador, só poderia acessar a terra se apresentasse o título de compra. Isso aconteceu no período da transição do escravismo para o capitalismo e vigora até os dias atuais (MARTINS, 1979).

Naturalmente a terra não tem valor capitalista, já que este é produzido através do processo de exploração do trabalho pelo capital. Nesse sentido, para promover a transformação da terra em propriedade do capital, o capitalista deve pagar a renda da terra ao seu proprietário. Através disso, assim como ele transforma a força de trabalho humana em mercadoria, também, o fará com a terra.

A renda da terra é uma contradição de dentro do processo do capital, pois aparece como um obstáculo à sua própria expansão. Para remover esse obstáculo o capitalista converte uma parte do seu capital em renda. Essa conversão é uma imobilização improdutiva, pois, a terra por si só não é geradora de valor, para isso, é necessário o acréscimo de outros investimentos, como ferramentas, adubos, máquinas etc. (MARTINS, 1986).

Segundo Martins (1986), a terra é diferente do capital, enquanto este produz lucro, aquela produz renda. Nesse sentido, para conseguir realizar a sua reprodução ampliada, o capitalista busca constantemente produzir e se apropriar tanto do lucro, como da renda da terra. Para tanto, de acordo com Oliveira (1999, p. 105), ele desenvolve estratégias, que esse autor conceitua como “territorialização do capital” e “monopolização do território”.

Os conceitos de territorialização do capital e de monopolização do território são dois instrumentos interessantes para analisar geograficamente a expansão do capital, bem como o seu movimento na fronteira amazônica. O capital realiza essas estratégias para extrair a mais-valia e se apropriar da renda da terra, a fim de se reproduzir de forma ampliada. Atua

unificando a indústria e a agricultura, ora fundindo o capitalista e o proprietário de terra numa só pessoa, latifundiários; ora criando relações de “peias”, “amarras” ao campesinato, para que este passe a produzir subordinadamente para a indústria. Ele produz uma rede de relações em que o campesinato é envolvido como um produtor de matérias-primas para a indústria (OLIVEIRA, 1999, p. 105).

Quando o capital produz a fusão do capitalista da indústria com o proprietário de terra numa só pessoa, criando o capitalista da agricultura, ele desenvolve o processo de territorialização do capital no campo. Essa territorialização é realizada através da utilização do trabalho assalariado com a extração da mais-valia, concomitantemente, a apropriação da renda da terra. Nesse processo, a produção detém o controle da circulação (OLIVEIRA, 1999).

> No primeiro mecanismo desse processo contraditório, ou seja, em que o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso o processo especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital desenvolve-se em sua plenitude. O capitalista/proprietário de terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 1999, p. 106).

Nos lugares onde o capital não consegue extrair a renda da terra devido à distância do local de produção em relação ao mercado consumidor, o capitalista não investe diretamente em atividades econômicas, pois o lucro dessa produção será transferido ao transporte. Desse modo, ele procura alternativas mais interessantes para a obtenção de maior lucro, uma dessas alternativas é a terceirização da produção, que, muitas vezes, ocorre através do processo de “monopolização do território”.

A monopolização do território ocorre quando o capital controla a circulação subordinando a produção, isto é, estabelece o monopólio na circulação. Através desse processo, ele cria e recria as condições para a produção e reprodução de relações sociais de produção não capitalistas, como as camponesas, por exemplo. Com isso, ele estabelece relações de subordinação e apropriação da renda da terra camponesa transformando-as em capital, como enfatiza Oliveira (1999), denotando a maneira pela qual o capital se expande no movimento articulado e contraditório.

A partir disso, entendemos que é por meio da estratégia da monopolização do território que o capital incorpora e redefine práticas próprias da acumulação primitiva, como explica Martins (2009):

> *Essa modalidade de exploração do trabalho se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte,* **produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital.** Isso fica claro se entendermos que, historicamente, pode-se falar em reprodução capitalista de capital, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção. Mas *não se pode falar em* ***produção*** *capitalista de produção de capital*, pois a produção do capital envolve mecanismos e procedimentos próprios da acumulação primitiva. Envolve, portanto, a conversão de meios e situações não capitalistas ou pré-capitalistas em instrumentos de produção capitalista propriamente dita, isto é, produção de mais-valia. Essencialmente, o que define o processo não é o resultado, mas o *modo* como foi obtido, isto é, o modo de produção do excedente econômico: o resultado é capital, é capitalista, mas o modo de obtê-lo não o é (MARTINS, 2009, p. 82) (grifos do autor).

Essa "[...] conversão de meios e situações não capitalistas ou pré-capitalistas em instrumento de produção capitalista propriamente dita [...]" acontece onde o capital não apresenta uma composição orgânica de acordo com os setores dinâmicos da economia, como o do capital industrial e do financeiro. O processo de monopolização ocorre onde a "vanguarda" está no capital comercial, setor menos dinâmico da economia, com uma composição orgânica inferior, ou seja, onde não há o investimento no capital constante e no capital variável compatível com os setores mais modernos. Ao invés de aumentar a sua composição orgânica, tornando-a compatível com as do capital industrial e financeiro, recorre-se aos mecanismos próprios da acumulação primitiva, mesmo porque não seria possível que o capital mais moderno competisse com o campesinato, por exemplo, que trabalha no limite da sobrevivência. Nesses termos, entendemos que a realização do processo de monopolização do território permite que o capitalista obtenha nos setores menos dinâmicos da economia, uma taxa de lucro acima do que seria a taxa de lucro real, como se fosse um setor moderno, quando na verdade não é.

Desse modo, podemos afirmar que a territorialização do capital e a monopolização do território são estratégias utilizadas no processo de reprodução ampliada do capital, como forma de apropriação da mais-valia e da renda da terra. E, na situação de fronteira da Amazônia, o capital sempre contou com o apoio do Estado para criar as condições para tal apropriação. Esse apoio é traduzido por Almeida (2010, p. 151), como "campanhas de desterritorialização na Amazônia", as quais têm sido realizadas através de:

> [...] um conjunto de medidas designadas como "agroestratégias" que tem sido adotadas pelos interesses empresariais vinculados aos agronegócios para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região Amazônica, liberando-as tanto de condicionamentos jurídico-formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pelas modalidades de uso das terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, camponeses, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco de babaçu, castanheiros, comunidade de fundos de pasto, faxinais, ribeirinhos, garaizeiros e outras categorias sociais (ALMEIDA, 2010, p. 141).

Essas "agroestratégias" consistem em medidas tais como: a) "a redefinição da Amazônia Legal", com propostas que requerem a retirada dos estados do Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão da Amazônia Legal, buscando liberar áreas para a expansão da pecuária e da soja para os grandes proprietários capitalistas; b) "a redução da reserva legal dos imóveis rurais de 80% para 50%", autorizando a derrubada de até 50% da vegetação nativa de qualquer imóvel rural da Amazônia; c) "a liberação de crédito para quem pratica crime ambiental", o que dinamizaria a venda e a compra das terras desmatadas para serem utilizadas para o cultivo de grãos; d) "a redução da faixa de fronteira de 150km para 50km; e a e) "privatização de terras públicas sem licitação na Amazônia", através da aprovação da Medida Provisória (MP) 422/2008, que aumenta de 500 para 1500 hectares o tamanho de áreas públicas invadidas na Amazônia que podem ser privatizadas sem licitação (ALMEIDA, 2010, p. 144).

Por meio dessas "agroestratégias" o capital se movimenta contraditoriamente na Amazônia, provocando a manutenção da "situação de fronteira", desvendada por Martins (2009). A partir desse entendimento, buscaremos analisar, mais especificamente, como ele desenvolve uma das estratégias utilizadas para se apropriar da mais-valia e da renda da terra nessa "situação de fronteira", a estratégia da monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará, no Sudeste do estado do Pará, na Amazônia oriental brasileira.

CAPÍTULO II

2 A GÊNESE DE RONDON DO PARÁ E O MOVIMENTO DO CARVOEJAMENTO

A gênese do município de Rondon do Pará está diretamente relacionada com as políticas públicas de colonização e povoamento do Governo Federal para a Amazônia, no início do movimento de expansão do capital, no processo de construção do seu território na Amazônia, através do avanço da "frente pioneira" sobre a "frente de expansão" e sobre os territórios indígenas (MARTINS, 2009).

Como vimos no primeiro capítulo, o Governo Federal se voltou à criação de projetos e planos que pudessem facilitar o avanço e a territorialização do capital na Amazônia. Entre os projetos e planos criados, podemos ressaltar a construção das rodovias e das estradas voltadas para facilitar o acesso aos seus recursos naturais, como foi o caso da Belém-Brasília, da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e da PA-70 (hoje BR-222). De acordo com Velho (1972), a construção dessas rodovias e estradas marcou a mudança na orientação do sistema de transporte e comunicações, que antes era realizado sob o primado da navegação fluvial.

Ao longo das rodovias e das estradas construídas, o Estado deu prosseguimento a sua política de colonização e povoamento. Especificamente em relação à rodovia Belém-Brasília, ao norte, praticou-se uma colonização mais dirigida, o caso da Zona Bragantina. Mais ao sul, desenvolveu-se uma "colonização espontânea". A colonização dirigida, segundo Hébette e Marin (2004), se refere à interferência e controle direto exercido por um agente externo sobre o processo de ocupação de alguma área a ser colonizada. Esse agente atua determinando e escolha dessa área, a localização, o tamanho, a forma, a demarcação ou distribuição dos lotes, a seleção dos indivíduos ou dos grupos que vão ser assentados etc. Diferente da "colonização espontânea" que não é controlada e nem orientada diretamente por um agente, ao contrário, é realizada a critério dos próprios grupos colonizadores.

Hébette e Marin (2004, p. 41) destacam que "a colonização espontânea é muito mal batizada", pois mesmo no contexto da colonização realizada sem um controle aparente, uma intervenção e/ou um ordenamento externo, seja do Estado ou de outro agente, na Amazônia brasileira, ela não ocorreu espontaneamente. Ao contrário, o Estado estimulou a vinda dos "homens sem terra" de outras regiões do país, principalmente do Nordeste, para as "terras sem homens" da Amazônia, a fim de acabar com os conflitos agrários de outras áreas. Muitos dos migrantes que vieram para essa área foram expulsos de suas terras nas suas regiões de origem ou viviam numa condição de extrema miséria e enxergaram a Amazônia como uma oportunidade para melhorar a sua condição de vida.

Após a construção da rodovia Belém-Brasília percebeu-se a necessidade de construir um ramal que a ligasse ao município de Marabá, onde havia uma concentração de dinâmicas econômicas importantes, que deveriam ser "integradas" ao mercado nacional. A partir de 1964, iniciou-se a construção desse ramal, o qual, antes de ser concluído, estava quase todo ocupado por camponeses vindos do Maranhão. Segundo Velho (1972), no final de 1969, a estrada estava praticamente toda ocupada, surgindo a partir daí a localidade mais importante do ramal, que ficou conhecida por Vila Rondon. O surgimento de Vila Rondon foi em 1968, a partir de um acampamento do Departamento de Estrada e Rodagem do Estado do Pará (DER).

A proximidade da Vila Rondon com a Belém-Brasília facilitou a introdução de migrantes, pequenos proprietários de terras, vindos do Nordeste, que encontraram os camponeses posseiros que ali estavam. Esses camponeses praticavam roças, dedicando-se à lavoura de subsistência na área ocupada, porém, com a intensificação da penetração de novos sujeitos, bem como, do surgimento de outros núcleos urbanos ao longo do ramal, foram se estabelecendo a concentração de terras e a expansão do latifúndio através do processo de expropriação e expulsão dos camponeses para áreas mais distantes (HÉBETTE; MARIN, 2004).

> Geralmente, os migrantes saíram do Piauí, do Ceará. Foram parando por aí, pelo Maranhão, por Goiás. Eram moradores das fazendas, vaqueiros ou até mesmo pequenos proprietários. Saíram em busca dos "gerais", das terras livres, no rumo dos rios Araguaia e Tocantins. As histórias dessas migrações são histórias épicas. São histórias de expulsão de terra, da chegada das grandes fazendas, da necessidade de ir adiante procurar um novo espaço, fazer um novo rancho, derrubar a mata, queimar e coivarar o terreno, fazer a roça e esperar a chuva, a colheita, o jagunço, o oficial de justiça, o soldado, a expulsão para mais adiante, para começar tudo de novo (MARTINS, 1981, p. 121).

Para começar tudo de novo, depois do processo de expropriação e expulsão, os camponeses procuravam alternativas, que, de acordo com o estudo realizado por Hébette e Marin (2004, p. 54-55), eram encaminhadas em três direções principais, a saber:

> a) "a migração para outra área rural", que são as migrações contínuas realizadas pelos camponeses por ocasião de expulsão, para áreas onde eles pudessem realizar o seu processo de reprodução;
> b) "o trabalho assalariado nas fazendas", assumido pelos peões em péssimas condições de vida e sob intensa exploração. Os peões são os trabalhadores braçais recrutados em outras regiões pelo "gato", que é o encarregado do fazendeiro, que falseia a realidade sobre as verdadeiras condições de trabalho e de vida que vai oferecer ao

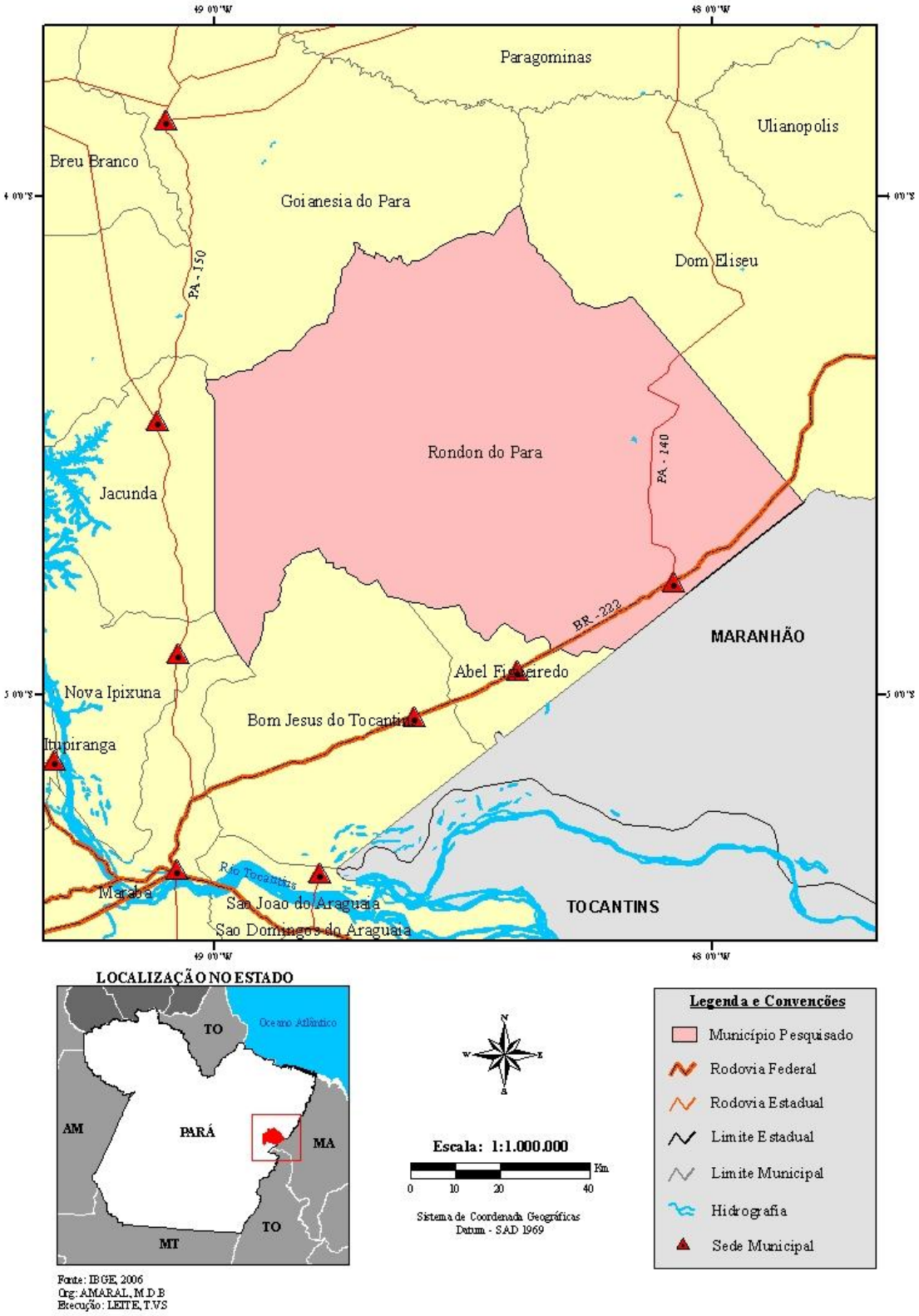
> "peão", isto é, a condição de miséria e a falta de garantia alguma para o futuro (MARTINS, 1981, p. 121).
> c) "o êxodo para a cidade média ou grande", que funciona, muitas vezes, como a única alternativa para conseguir se fixar num local, conseguindo acessar o mínimo das condições materiais de existência da vida "moderna".

Vislumbrando um futuro melhor, isto é, melhores condições de sobrevivência, é que esses migrantes passaram a habitar os novos núcleos urbanos[4], os quais foram surgindo ao longo das rodovias e estradas construídas no "seio" da floresta nativa da Amazônia oriental brasileira.

Entre esses novos núcleos urbanos podemos pontuar o surgimento do município de Rondon do Pará, que está localizado ao longo da BR-222, antiga PA-70, a 80 km da rodovia Belém-Brasília, com uma distância de 570 km da capital, Belém-PA. Esse município se constitui como parte da mesorregião do Sudeste Paraense, na microrregião de Paragominas, apresentando uma população estimada em 46.964 habitantes, numa área de 8.247km², segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Mapa 1).

[4] Entre os novos núcleos urbanos podemos identificar Paragominas, Arraia, Vila Palestina; Vila Abel Figueiredo; Vila de Bom Jesus; Morada Nova na PA-70; Nova Ipixuna, Goianésia na PA-150 e Vila Rondon (HÉBETTE et al., 2004), que mais nos interessa neste trabalho. Rondon do Pará fazia parte do município de São Domingos do Capim, com sua sede localizada próximo ao rio Capim e à cidade de Belém. A sede de São Domingos do Capim apresentava uma distância considerável de Rondon do Pará, o que contribuía para o pouco contato com a mesma.

Mapa 3 - Localização do município de Rondon do Pará



2.1 O SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ NO MOVIMENTO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Como mencionado acima, a Vila Rondon nasceu de um acampamento destinado a abrigar os trabalhadores da abertura das rodovias e estradas na Amazônia oriental. No local do acampamento desses trabalhadores, no ano de 1969, erigiu-se então a vila, que posteriormente foi denominada de Candangolândia e, depois, de Rondon do Pará.

O local onde foi estabelecido o acampamento era uma área de domínio indígena, o território dos índios do grupo Parakategês-Gavião, que foi invadido e destruído a partir da chegada do "estranho" (MARTINS, 1993), representado pelos camponeses posseiros, os fazendeiros ricos, médios e pobres, os madeireiros, os carvoeiros e o próprio Estado, que atou como grande estimulador e facilitador desse deslocamento. Essas frentes avançaram levando consigo uma nova dinâmica de acessar e explorar os recursos naturais dessa porção da Amazônia, numa dinâmica característica da expansão, produção e reprodução capitalista. Era o avanço da "frente de expansão" e da "frente pioneira" sobre o território indígena, provocando uma intensa situação de conflito social (MARTINS, 2009).

Esse contexto denota, em menor escala, o movimento da fronteira amazônica, formada pela coexistência da frente de expansão e da frente pioneira numa situação de conflito social constante. A situação de conflito social provocada é, na verdade, um conflito de classes e/ou frações de classe, em que, de um lado, estão os camponeses posseiros e os pequenos proprietários de terras, da frente de expansão, e, de outro lado, os grandes grupos econômicos, fazendeiros, grileiros, equipados, em grande parte, com a mais alta tecnologia (possível para o contexto), compondo a frente pioneira.

Os camponeses posseiros praticavam uma agricultura de roça, em que o produtor explorava ao máximo o seu terreno e depois migrava para outras áreas para dar continuidade a sua produção, de modo que pudesse garantir a sua reprodução e a da sua família sem danos significativos ao ambiente. Porém, essa dinâmica começou a ser ameaçada e a enfrentar obstáculos, a partir da chegada dos grileiros, grandes proprietários, que buscavam se apropriar da terra para a obtenção do lucro capitalista (VELHO, 1972).

Segundo Velho, os grandes e os médios fazendeiros, os grileiros, os especuladores e as empresas iam ocupando as terras da beira da estrada e comprando as benfeitorias dos camponeses, que não tinham nem ao menos o título de ocupação provisória. Diferente dos agentes da frente pioneira, que ao penetrarem na área, buscavam "regularizar", mesmo de forma ilícita, a sua situação na terra. Com isso, eles conseguiam realizar a expulsão, muitas vezes, violenta dos camponeses.

Com a invasão e expropriação das suas terras, os camponeses ora migravam em busca de “novas” terras livres; ora eram integrados como trabalhadores assalariados nas fazendas que surgiam; ou migravam para os núcleos urbanos, assumindo o papel de trabalhador assalariado em condições de extrema precariedade (HÉBETTE; MARIN, 2004).

As primeiras invasões de terras ocorreram na ocasião da criação do acampamento do DER, destinado a abrigar os trabalhadores que atuavam na abertura da estrada PA-70. Os índios foram violentamente expropriados e desterritorializados, juntamente, com os outros índios Gavião que estavam dispersos pela área. Eles foram confinados numa localidade próxima ao município de Marabá, que foi denominada de Terra Indígena Mãe Maria, a 70 km de distância de Rondon do Pará, às margens do rio Flecheiro (SANTOS, 2003).

A expropriação e a desterritorialização dos índios Gavião representou um golpe fatal às terras indígenas, mas isso não ocorreu de forma passiva, ao contrário, foi através de um grande conflito entre, de um lado, os agentes da frente de expansão e da frente pioneira, que buscavam se apropriar das terras, e, de outro lado, os índios, que resistiam e lutavam contra o processo de apropriação e destruição do seu território.

O trabalho de Santos (2003) mostra que essa situação de conflito provocou marcas sangrentas nesse município, resultando na morte e no ferimento de muitos índios e dos agentes da frente de expansão em Rondon. O depoimento abaixo foi realizado por uma das pessoas que vivenciou essa situação de conflito social em Rondon.

> Chegamos aqui bem no dia do acontecimento de briga com os índios em 25 de julho de 1969. Eu lembro como se fosse hoje, eu com os meus filhos quase todos muito pequenos. Meu esposo levou todos nós para o acampamento do DER, por que lá a gente ficava protegido. Lembro que veio homens do exército de Belém para socorrer o povo. Os homens retiraram os índios para uma área perto de Marabá, conhecida como Trinta (LIMA apud SANTOS, 2003, p. 18).

Esse clima de euforia relatado pela moradora foi o que prevaleceu na situação do contato entre os sujeitos da frente de expansão e os da frente pioneira com os índios Parakategês-Gavião, os quais travaram uma das primeiras grandes situações de conflito social na fronteira amazônica, especificamente no sul e sudeste paraense, na área do Projeto Carajás, como ressaltou Martins (1988).

Após esse conflito, a FUNAI passou a ceder às pressões realizadas pelo governo, decidindo entregar o território indígena ao domínio da frente de expansão e da frente pioneira,

em troca de uma indenização a ser paga aos índios, o que de fato não veio a acontecer (HÉBETTE et al., 2004).

A partir disso, a área ficou livre para o avanço do capital, que promoveu a transformação da terra em mercadoria para ser negociada entre os novos ocupantes e os agentes externos à Amazônia. Essa situação, acrescida da presença dos atrativos que havia em relação ao acesso a terra, caracterizados pelos seus baixíssimos custos, bem como, a abertura das rodovias, contribuiu para chegada de migrantes vindos de vários estados do Brasil.

Presenciava-se "[...] a era da integração total dos "espaços vazios" ao mercado nacional e internacional e da sua valorização pelo capital por meio da exploração de recursos [...]" (HÉBETTE et al., 2004, p. 64). A cidade de Rondon do Pará era ocupada por famílias; grandes, médios e pequenos fazendeiros; e empresas, que vinham da Bahia, do Espírito Santos, de Minas Gerais, do Maranhão e outros estados em busca de riqueza, passando a desempenhar atividades ligadas à extração madeireira, à pecuária, à agricultura e mais recentemente ao carvoejamento (SANTOS, 2003).

2.1.2 O movimento da frente de expansão e da frente pioneira em Rondon do Pará

A abertura da estrada Belém-Brasília e a PA-70, atual BR-222, representou grande incentivo à exploração madeireira e à formação do grande latifúndio no Sudeste Paraense. No caso específico de Rondon do Pará, na medida em que essa exploração avançava para o seu interior, concomitantemente, formavam-se os grandes latifúndios, por um lado, e praticava-se a agricultura camponesa, por outro lado.

As ações dos latifundiários se complementavam com as dos madeireiros, pois, na medida em que o grande latifundiário se expandia, concomitante, a exploração da madeira, as terras de Rondon de Pará iam sendo devastadas e transformadas em áreas para os latifúndios. A partir disso, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica do município, com a consequente concentração de terra e de renda nas mãos dos fazendeiros latifundiários, de um lado, enquanto os camponeses eram empurrados para as áreas menos férteis e distantes do núcleo urbano, de outro lado.

Nesse município, a prática da grilagem de terra é extremamente exacerbada, sendo apontado em documentos oficiais, como um dos locais em que essa prática é mais intensa (SAUER, 2005).

A grilagem consiste no "tráfico de terras", em que o sujeito dessa ação é chamado de "grileiro", o qual, segundo Martins (1981, p. 104), atua como um "traficante de terras" através

do assenhoramento daquelas que não são suas, sabendo que não tem nenhum direito sobre elas, falsificando documentos para vendê-las a grandes fazendeiros e empresários. A grilagem pode ser propiciada por meio da fragilidade do sistema de registro de terras; pela falsificação de títulos e de seus registros, pelos registros de escritura de compra e venda sem a linhagem de transmissão; pela invasão de áreas para a derrubada da floresta, pela atividade da pecuária; pelo acréscimo de áreas nos documentos de posse e pela suposição de competências entre a União e o Estado para proceder à titulação em vários períodos históricos.

Se, por um lado, a lei de terras de 1850, instaurou a propriedade privada da terra no Brasil, decretando que o seu acesso só poderia ser realizado por meio da compra, isto é, pela imobilização improdutiva de uma renda, conhecida por renda fundiária, por outro lado, na Amazônia brasileira, a apropriação privada da terra ocorreu através do roubo e saque, através do que ficou conhecido por grilagem das terras devolutas, as quais já tinham sido ocupadas pelos camponeses, como bem mostrou Sader (1986).

As terras, já ocupadas pelos camponeses, são as mais visadas pelos grileiros, pois, eles não se interessam por terras florestadas, ao contrário, preferem as que já foram transformadas em capoeira pelos camponeses posseiros, e as mais próximas das estradas, como fala Sader (1986), em seu estudo denominado de “Espaço e Luta no Bico do Papagaio”:

> É interessante constatar que o grileiro só se interessa por uma área se ela preenche duas condições: a presença de estrada e área “beneficiada”, “amansada”, como dizem os camponeses do Bico, referindo-se àquelas que já conta com um início de ocupação, com capoeiras já formadas. As terras virgens não foram as primeiras a serem privatizadas, mas somente as já ocupadas. Já o campesinato que migra, pelo contrário, prefere as áreas recobertas pela floresta para situar sua posse (SADER, 1986, p. 156).

É nesse sentido que Hébette e Marin (2004) afirmam que enquanto os posseiros ocupavam as terras produtivamente com a “enxada” e o “machado”, os grileiros capitalistas tomavam posse da terra com o “lápis” e a “caneta”, mais preocupados com a garantia jurídica da terra do que a sua própria produtividade.

> Enquanto se processava com o machado e a enxada a ocupação pacífica e produtiva das terras devolutas pelos posseiros despreocupados com titulação, voltados para o valor de uso mais do que para o valor de troca, os capitalistas tomavam posse das terras com o lápis e a caneta, nos mapas e no papel, preocupados com a feição jurídica da sua rapina. Nessa altura, não negociavam a terra, mas sim os favores políticos, a conivência dos cartórios, e

> cumplicidade dos funcionários públicos, os serviços de falsificadores profissionais de documentos (HÉBETTE; MARIN, 2004, p. 128).

No caso do município de Rondon do Pará isso se aplica, pois a grilagem de terras segue os procedimentos da falsificação de documentos de posse de terras pertencentes ao Estado, e, entre outras, o acréscimo de áreas nos documentos de posse (SAUER, 2005).

Além dos pecuaristas que se apropriavam das terras devolutas desse município, concentrando-as como suas propriedades, outros agentes desse processo são os madeireiros, os quais praticavam a extração madeireira através das serrarias. Elas atuavam de forma intensa no corte seletivo e na exportação da madeira para o mercado nacional e internacional. Apesar de estar incluída no polo madeireiro de Paragominas, que apresenta a maior produção madeireira do estado do Pará, com aproximadamente 48%, atualmente, essa atividade está reduzida em Rondon, pela falta de madeira devido à forte pressão sobre a biomassa vegetal desse município.

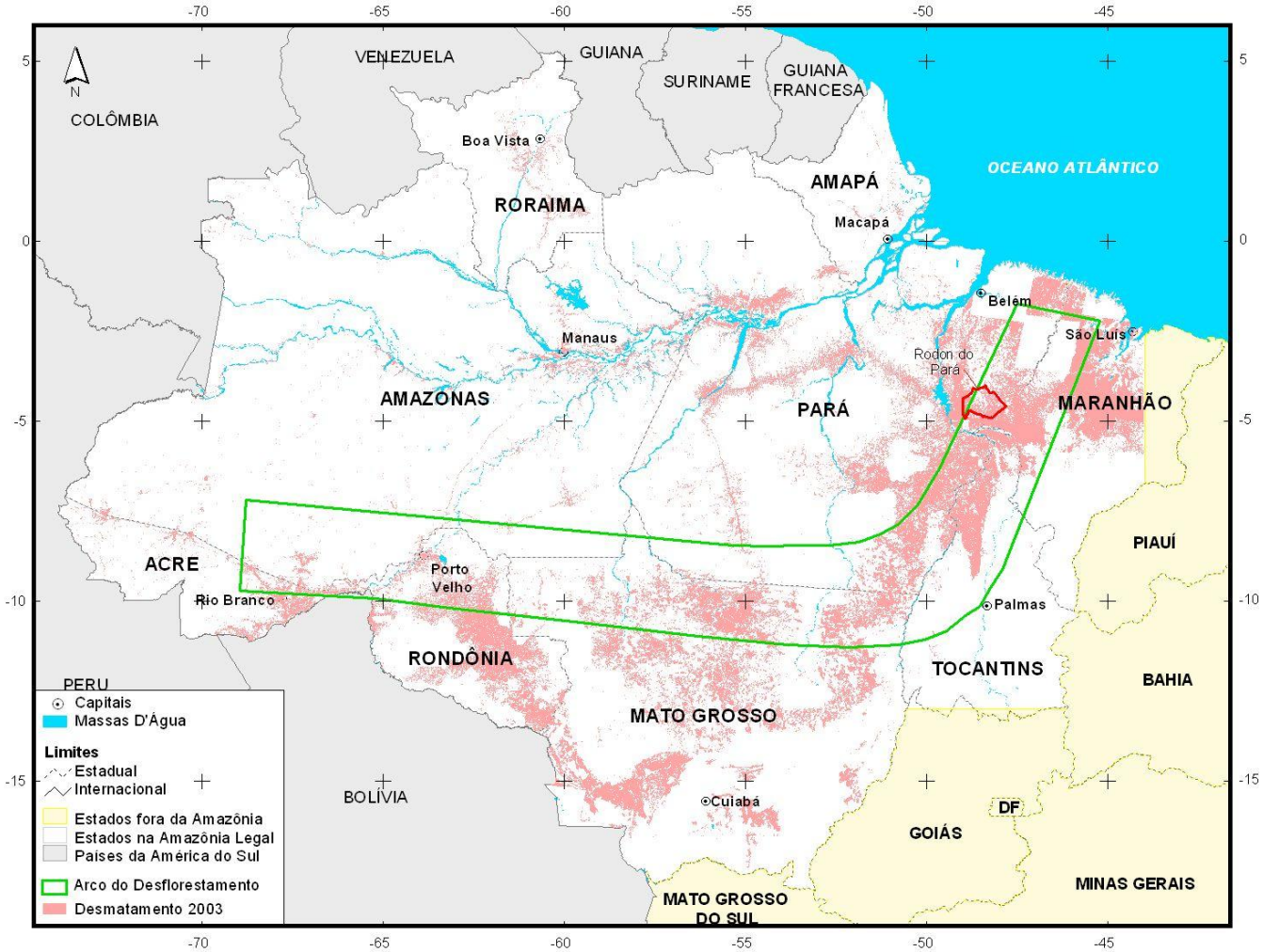
De acordo com uma pesquisa anterior, pude verificar que em virtude da forte pressão sobre a biomassa vegetal de Rondon do Pará, através do processo de desmatamento, este se encontra inserido no rol dos municípios que concentram os maiores focos de desmatamento do país. Em virtude disso, encontra-se localizado no "arco do desflorestamento", como se pode observar no Mapa 2, que mostra as áreas que possuem maior concentração desmatamento na Amazônia[5] (AMARAL, 2007).

A pressão exercida sobre a biomassa vegetal de Rondon do Pará não se restringe apenas às atividades da pecuária e da extração madeireira, mas também, pela atividade de carvoejamento (SAUER, 2005).

---

[5] Apesar desse arco apresentar, atualmente, novos contornos, ainda continua sendo importante para identificar as áreas de grande concentração de desmatamento na Amazônia.

Mapa 4 - Localização do município de Rondon do Pará no "arco desflorestamento"



Fonte: LAENA/NAEA/UFPA (2007)

Como se observa no Mapa 2, na representação da concentração do desmatamento no “arco”, Rondon do Pará apresenta-se como uma área destacada devido à intensidade do fenômeno. Segundo a pesquisa anterior, podemos afirmar que o discurso difundido de que o carvoejamento é uma atividade que não influencia diretamente no processo de desmatamento da Amazônia é uma verdadeira falácia, e que consiste numa forma de tentar mascarar um problema que está acabando com o restante da biomassa vegetal desse município (AMARAL, 2007).

Ao contrário do que se difunde, nesse trabalho, mostramos que o carvoejamento não pode ser considerado unicamente como uma atividade auxiliar e secundária, pelo contrário, ele é, também, uma atividade primária que visa acessar diretamente a biomassa vegetal para produzir o carvão vegetal, logo, pode ser entendida como uma atividade que se constitui como uma face da expansão da frente pioneira na Amazônia e, nesse caso específico, no município de Rondon do Pará, onde continua promovendo a apropriação insustentável dos seus recursos florestais.

2.2 O MOVIMENTO DO CARVOEJAMENTO NA AMAZÔNIA

A atividade de carvoejamento teve início na Amazônia a partir da elaboração de um plano, proclamado em 1982, pelo Secretário Executivo do Programa Interministerial Grande Carajás, Nestor Jost. Ele indicou a produção do carvão vegetal para o beneficiamento do minério de ferro, através da retirada da floresta primária de algumas áreas, prevendo desde o início que essa atividade ocasionaria a intensificação do desmatamento. O carvão vegetal produzido seria destinado às indústrias siderúrgicas que estavam sendo introduzidas na região (FEARNSIDE, 1991).

As indústrias siderúrgicas que foram introduzidas na Amazônia, a partir da década de 1980, produziam o ferro-gusa no Sudeste do país, com a utilização do carvão vegetal oriundo do desmatamento da biomassa vegetal nativa. Porém, com a forte pressão sobre essa biomassa, a obtenção desse insumo se tornou cada vez mais difícil. Em virtude disso, a única saída para se obter o carvão vegetal era por meio de projetos de reflorestamento, o que representava custos altíssimos com os quais as indústrias não queriam arcar (MONTEIRO, 2006, p. 2).

Diante disso, os atrativos, em forma de incentivos fiscais, oferecidos pelo Governo Federal, estimularam o deslocamento dessas indústrias siderúrgicas para a Amazônia, especificamente, para a sua porção oriental. Esse deslocamento pode ser

entendido como uma verdadeira estratégia para a sua manutenção, no que diz respeito à obtenção do carvão vegetal e da mão-de-obra barata e abundante. Essa mão-de-obra abundante é importante para a realização dos serviços mais pesados e degradantes do seu processo produtivo.

Segundo Monteiro (2003; 2005, p. 63), as indústrias siderúrgicas são classificadas em "indústrias siderúrgicas integradas" e "indústrias siderúrgicas independentes". As siderúrgicas integradas são caracterizadas por aquelas que possuem uma produção vertical realizada em ampla escala, mantendo sob o seu controle todas as etapas do processo produtivo, fabricando produtos como aço, tarugos, placas, chapas, bobinas, vergalhões e cabos. Essas indústrias apresentam-se localizadas no Sudeste brasileiro, especificamente, em Minas Gerais, possuindo condições suficientes para suportar a escassez da mata nativa para a produção do carvão vegetal, utilizando, portanto, resíduos oriundos de projetos de reflorestamentos e o coque para produzir ferro-gusa.

As indústrias siderúrgicas consideradas independentes estão centradas, especificamente, na produção do ferro-gusa a partir da utilização exclusiva do carvão vegetal originado da mata nativa, o que representa uma estratégia de barateamento dos seus custos. Essas siderúrgicas foram as que se deslocaram do Sudeste do país para a Amazônia, promovendo, por sua vez, o aumento da demanda pelo carvão vegetal (MONTEIRO, 2003).

De acordo com Homma et al. (2006), do total de ferro-gusa produzido na Amazônia, 95% é usado na produção de aço bruto e 5% na produção de fundidos de ferro, 18% dessa produção destina-se a exportação. A produção de uma tonelada de ferro-gusa demanda grande quantidade de carvão vegetal, sendo necessários 875 kg de carvão vegetal, o que significa utilizar 2.600kg de madeira seca e/ou em caso de lenha da mata nativa, o desmatamento de uma área de aproximadamente 600m² das matas (MONTEIRO, 2006).

A produção do ferro-gusa acompanha a dinâmica do mercado mundial do aço, em que os principais consumidores são os Estados Unidos. A dinâmica do mercado mundial do aço está diretamente relacionada com a reestruturação mundial da indústria, que, por sua vez, criou uma demanda mundial por esse produto. Nesse sentido, a produção do ferro-gusa brasileiro, especialmente, o da Amazônia Oriental brasileira apresenta-se como de grande importância para a indústria mundial do aço, como explica Monteiro (2006, p. 60):

> O processo de reestruturação da indústria mundial, nos últimos anos, tem sido caracterizado pela alta demanda mundial por aço e o conseqüente aumento dos preços, que se refletem também na demanda de ferro-gusa. Nesse panorama, ganha importância maior a produção do ferro-gusa, no Brasil, especialmente na Amazônia Oriental brasileira, pois os principais fornecedores desta mercadoria (Rússia, Ucrânia e China) oferecem um ferro-gusa de baixa qualidade quando se comparado ao produzido na Amazônia oriental brasileira. Ao que se soma o fato de que a produção americana de ferro-gusa não consegue ser competitiva como a realizada na Amazônia, especialmente em função dos custos de mão-de-obra. É nesse contexto que se tem ampliado, ano a ano, os investimentos e a produção de ferro-gusa na Amazônia Oriental brasileira.

É nesse contexto, também, que se pode entender a implantação das indústrias siderúrgicas na Amazônia oriental, como um elemento estratégico para a reprodução ampliada do capital. Antes de se instalar no território capitalista na Amazônia, a produção do ferro-gusa era realizada de forma restrita no Sudeste do país, onde as siderúrgicas encontravam boas condições materiais para a obtenção do carvão vegetal a baixo custo, entretanto, a partir do momento em que essas condições foram limitadas e até eliminadas, elas acabaram migrando em busca de novas condições favoráveis.

Ao se implantarem na Amazônia, as indústrias siderúrgicas concentraram a produção de ferro-gusa numa área e dispersaram a produção do carvão vegetal para outras áreas geográficas, como meio de obter as condições mais vantajosas para a sua produção e reprodução. Nesse sentido, elas buscaram promover uma relação de interdependência entre essas áreas, subordinando-as num processo de monopolização, de modo que elas passassem a produzir o carvão vegetal de forma intensa e sem grandes custos, o que aconteceu e ainda acontece sem nenhuma e/ou com pouca prudência socioambiental.

Até 1988, foram implantadas duas indústrias siderúrgicas em Marabá, no Pará, a Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR), propriedade do grupo guseiro de Minas Gerais, Itaminas; e a Siderúrgica Marabá (SIMARA), do grupo Belauto do Pará, que logo a passou a um pequeno grupo guseiro de Minas Gerais. Além dessas siderúrgicas, foram instaladas mais duas em Açailândia, no Maranhão, a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, que pertencia à Construtora Brasil, do Paraná, que a passou ao controle da Queiroz Galvão de Pernambuco; e a Viena Siderúrgica. Posteriormente, surgiram mais 14 siderúrgicas, sendo 8 no Pará e 6 no Maranhão (MONTEIRO, 1998).

Atualmente, no estado do Pará, no município de Marabá, podemos identificar as seguintes indústrias siderúrgicas: COSIPAR, MARAGUSA, SIDENORTE, SINOBRÁS, USIMAR, IBERICA, SIDEPAR, FERRO-GUSA CARAJÁS e DA TERRA, como mostra o Mapa 3.

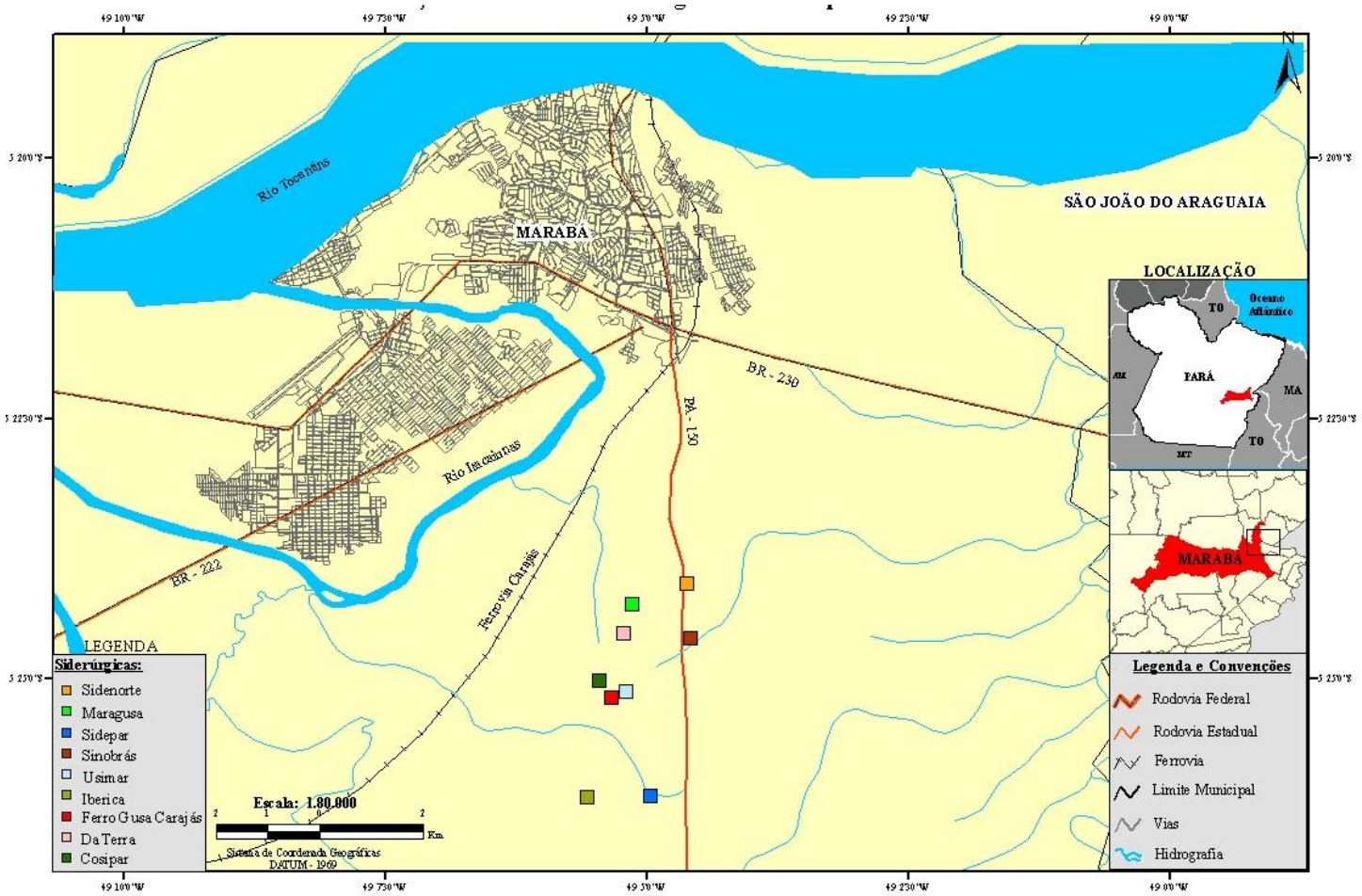
A introdução das indústrias siderúrgicas na porção oriental da Amazônia visava, inicialmente, criar um complexo industrial capaz de dinamizá-la promovendo a sua industrialização, o que seria realizado por meio da agregação de valor aos produtos regionais e a geração de grande número de empregos. Porém, os trabalhos de Monteiro (1998a; 1998b; 2003) mostram que elas não conseguiram alcançar tais objetivos, o número de empregos gerados foi bastante inferior ao anunciado, além de não provocar grandes alterações no seu perfil de renda.

A atividade de carvoejamento, voltada para o abastecimento das indústrias siderúrgicas, representou o elo principal da dinâmica econômica de diversos municípios da Amazônia oriental, especificamente, os do Sul e Sudeste do estado do Pará. Eles foram mobilizados num processo de inserção precária à lógica da reprodução capitalista, em que cada um tinha e tem o papel de produzir o carvão vegetal de forma intensiva e a baixo custo. Entre os municípios mobilizados podemos destacar os principais, a saber: Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis, Rondon do Pará, Tailândia, Abel Figueiredo, Breu Branco e Goianésia do Pará.

O carvoejamento é uma atividade caracterizada pela produção do carvão vegetal através do processo da carbonização[6] da madeira. Segundo Brito e Barrichelo (1981), essa produção pode ser realizada de duas maneiras, a primeira, se refere ao mecanismo mais antigo, denominado de "processo de combustão parcial", o qual ao longo dos séculos veio sofrendo modificações para melhorar sua capacidade produtiva. Esse processo é realizado através da produção de calor resultado da queima de certa quantidade de madeira para o aquecimento e a carbonização do restante. Isso ocorre em covas, caieiras ou balões, fornos de encosta e fornos de superfície.

[6] "A carbonização consiste em aquecer ao abrigo do ar uma matéria-prima, no caso a madeira, até sua decomposição parcial. O resultado desse tratamento é a obtenção de uma parte de carvão vegetal e, de outra parte, produtos voláteis, condensáveis ou não, denominados de produtos da destilação da madeira (BRITO; BARRICHELO, 1981)".

Mapa 3 – Localização das indústrias siderúrgicas no município de Marabá-PA



Fonte: IBGE, 2006
Org: AMARAL, M.D.B
Execução: LEITE, T.V.S

A segunda maneira de realizar a combustão é através da chaminé, a mais importante inovação introduzida pelos aparelhos de combustão parcial. Através dela foi possível conseguir um melhoramento na carbonização e no aproveitamento dos gases quentes que são produzidos durante o processo.

Na Amazônia, o carvão vegetal é produzido através do mecanismo mais antigo de combustão, utilizando fornos do tipo de superfície. Esses fornos são formados por um cilindro conhecidos como forno "rabo-quente". A utilização desses fornos não permite o aproveitamento dos gases quentes que são produzidos durante o processo de combustão, aproveita-se apenas o carvão vegetal (BRITO; BARRICHELO, 1981).

Segundo Monteiro (2004, p. 6):

> A produção do carvão vegetal implica dispersão de grandes quantidades de matéria e de energia iniciada com a derruba da mata e prosseguindo durante o processo de carbonização, uma vez que as instalações existentes são projetadas apenas para o aproveitamento do carvão vegetal, perdendo-se os voláteis. Durante a carbonização, a madeira, pela ação da temperatura, é decomposta em um produto sólido, o carvão vegetal; e os gases voláteis, composto por uma fração que pode ser liquefeita – o material pirolenhoso – em uma fração não-condensável. Assim, do processo de carbonização aproveita-se apenas o carvão vegetal, dispersam-se gases, vapores d'água, líquidos orgânicos e alcatrão.

A lenha utilizada para a realização desse processo pode ser originada, a partir de desmatamentos voltados à produção de pastagens e/ou de roças; de resíduos dispensados pelas serrarias, após o processo de beneficiamento da madeira; de projetos de reflorestamento; da silvicultura e do coco-de-babaçu (MONTEIRO, 1998).

A utilização do coco de babaçu e da silvicultura consiste em estratégias para produzir o carvão vegetal a partir do manejo florestal sustentado, porém, são residuais na Amazônia. Essas formas de produzir o carvão vegetal sustentável não são alternativas economicamente interessantes para as siderúrgicas independentes e nem para os donos das carvoeiras, pois os custos são altíssimos. A utilização do coco de babaçu, bem como, do coque está sendo realizada pelas indústrias integradas no Sudeste brasileiro (MONTEIRO, 2003).

> [...] existe uma nítida tendência à retração do consumo do carvão vegetal pelas usinas integradas. Em 1989, elas consumiram 11,7 milhões de m³ de carvão vegetal, mas este

> consumo teve uma redução constante durante os anos 90, e, em 2005, ele caiu para 4,63 milhões de m³. Esta retração no consumo de carvão vegetal pelas usinas integradas vinculou-se à crescente substituição do carvão vegetal pelo coque no processo produtivo (MONTEIRO, 2006, p. 63).

Enquanto as siderúrgicas integradas apresentam uma retração na utilização do carvão vegetal, substituindo-o pelo coque metalúrgico, as indústrias siderúrgicas independentes aumentaram o consumo do carvão vegetal como insumo básico para a produção do ferro-gusa, como relatou Monteiro:

> [...] Esse período, esse período aqui vai de 85 a 2005, teria que acrescentar um pouco, mas de 85 a 2005, a gente percebe, quer dizer, as integradas né, aquelas que produzem até o produto final. Elas baixaram de 4 **(toneladas)** pra algo quase perto de 2 **(toneladas),** quase a metade da produção, da demanda deles de [...] carvão vegetal. Eles fizeram o que? Substituíram por coque metalúrgico, isso com as **(indústrias siderúrgicas)** integradas, mas o que, aconteceu o contrário com as independentes, elas fizeram ao contrário, elas aumentaram, as independentes de 85 a 2005, elas aumentaram a produção de ferro gusa e aumentaram a demanda de carvão vegetal. Então, essa pergunta aqui 'ele pode ser substituído por outro produto?' Pode, ele pode ser substituído pelo coque mineral, pelo coque mineral entende? E aí ele pode ser substituído pelas [...] mas vai ter que dar uma mudança de rotas tecnológicas com plantas industriais maiores etc[7] (grifo meu)

Esse aumento da produção do ferro-gusa a partir da utilização do carvão vegetal originado com a pressão sobre a biomassa vegetal nativa, consiste na alternativa considerada mais viável para as siderúrgicas da Amazônia oriental. Isso, porque os custos para acessar essa biomassa são inferiores quando comparados com as outras formas de obtenção do resíduo para ser carbonizado. Entretanto, apesar dos custos serem inferiores, as consequências são superiores e mais complexas, tanto para o meio ambiente, quanto para a sociedade como um todo.

De acordo com as declarações realizadas por Monteiro em sua entrevista, essas siderúrgicas independentes só conseguem manter a sua rentabilidade, a sua lucratividade, através da externalização dos seus custos[8]. Com a lógica da

---

[7] Entrevista com Maurílio de Abreu Monteiro, realizada em 31.03.2011.

[8] A ideia de externalização dos custos vem da teoria econômica neoclássica, que consiste nos danos causados pelo processo de produção e reprodução do capital, mas que são repassados para a sociedade,

"externalização dos custos", elas conseguem ser sustentáveis do ponto de vista do capital, isto é, obtêm as condições para a sua reprodução ampliada.

> Porque, repara, o raciocínio fundamental que eu estou trabalhando é o seguinte, meu raciocínio que eu tento demonstrar é: as indústrias independentes de ferro-gusa, elas só conseguem ser, ter rentabilidade, ter lucratividade, ser sustentável do ponto de vista do capital, se elas externalizarem os custos, ou seja, elas só conseguem ser viáveis se externalizarem os custos[9].

Nesse sentido, a expressão concreta da "externalização dos custos" das siderúrgicas independentes para a sociedade pode ser entendida por meio da produção do carvão vegetal, em que elas atuam desenvolvendo estrategicamente os processos de territorialização do capital e de monopolização do território nas atividades de carvoejamento. A territorialização do capital, materializada nas indústrias siderúrgicas, ocorre quando ela domina todo o processo de produção desde a produção do carvão vegetal até a produção do ferro-gusa, com a utilização predominante da mão-de-obra assalariada. Tal processo foi realizado no período em que elas se implantaram na Amazônia. Atualmente, ele é inexistente, pois a ideia que move essas indústrias é justamente a de externalizar os seus custos, nesse sentido, elas recorrem à terceirização da produção do carvão vegetal.

A terceirização da produção do carvão vegetal pode ser entendida como uma estratégia de monopolização do território realizada pelas siderúrgicas na Amazônia, especificamente, no Sudeste Paraense. Elas criaram e continuam criando "teias" no sentido de subordinar diversos sujeitos sociais para se tornarem fornecedores do carvão vegetal, seja por meio do trabalho assalariado ou do trabalho familiar, estimulando a produção do carvão vegetal dentro de assentamentos rurais e fora dos assentamentos, em carvoeiras tradicionais, que analisaremos mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

Nesse sentido, ao serem implantadas na região, essas indústrias promoveram a terceirização da produção do carvão vegetal como uma maneira de se isentarem dos custos ambientais e sociais que elas provocam. Em virtude disso, transferiram essas

---

como a degradação ambiental e a poluição, por exemplo. Isto é, o capital busca o lucro livre e irresponsável, os impactos negativos desse lucro livre são assumidos pela sociedade.

[9] Entrevista com Maurílio de Abreu Monteiro, realizada em 31.03.2011.

responsabilidades para diversos agentes dos municípios, tais como: fazendeiros, madeireiros e camponeses-posseiros assentados, os quais foram mobilizados para fornecerem o insumo, produzindo-o através da remoção da biomassa vegetal primária e secundária da região.

Essa terceirização da produção do carvão vegetal deve ser entendida como uma estratégia do capital para se apropriar da mais-valia e da renda da terra necessárias para a sua reprodução ampliada. Através desse processo de terceirização, as siderúrgicas promovem a monopolização do território, deixando de produzir diretamente, para controlar a produção por meio da circulação, sujeitando a renda da terra e a mais-valia produzida aos seus interesses.

É nesse contexto que as siderúrgicas exercem o controle da produção do carvão vegetal nas carvoeiras tradicionais (de fora dos assentamentos) e nas carvoeiras dos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará. As indústrias siderúrgicas conseguiram subordinar diferentes grupos sociais locais para fornecer o carvão vegetal, esses grupos são formados por madeireiros, que produzem através dos resíduos dispensados no processo de beneficiamento da madeira em suas serrarias; por fazendeiros, que produzem com a madeira removida na produção de pastos para o gado; pelos camponeses-posseiros, que produzem com resíduos oriundos da limpeza da área para a produção das suas roças; e outros que produzem a partir do desmatamento primário e desmatamento secundário, isto é, pessoas que desmatam a mata nativa e/ou capoeira com a intenção tão somente de produzir o carvão vegetal (AMARAL, 2007).

Através disso, a indústria siderúrgica buscou e continua buscando aumentar cada vez mais a sua taxa de lucro, já que não imobiliza capital na compra da terra, dos instrumentos de produção e da matéria-prima para fazer o carvão, como a biomassa vegetal. Esse custo passa a ser de responsabilidade dos fornecedores, seja das carvoeiras tradicionais ou das carvoeiras dos assentamentos rurais. Dessa maneira, ela se apropria de uma parte da renda da terra e da mais-valia produzida nas atividades de carvoejamento. A outra parte da renda da terra e da mais-valia é drenada pelos produtores e pelos atravessadores do carvão vegetal, como veremos nos próximos capítulos.

2.2.1 O carvoejamento no município de Rondon do Pará

No município de Rondon do Pará, essa atividade é realizada através de condições de extrema precariedade, onde os proprietários buscam aumentar, cada vez

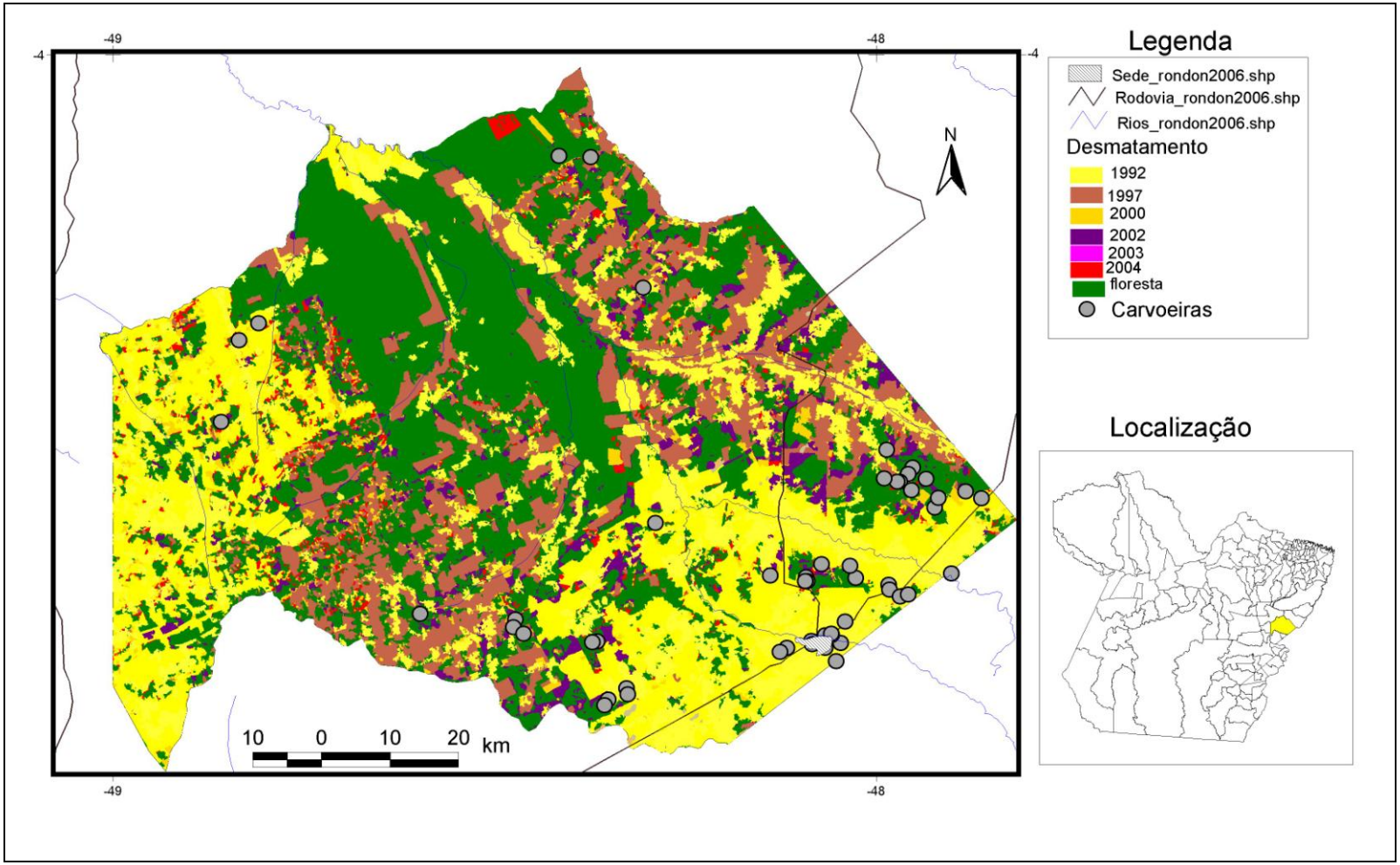
mais, sua produtividade diminuindo os seus custos em relação aos meios de produção e à força de trabalho.

O estudo de Monteiro (1998) mostrou que esse município compõe o rol dos municípios que concentraram a produção do carvão vegetal a partir do resíduo de serrarias, em detrimento dos resíduos das fazendas. Segundo ele, isso acontecia porque havia um grande número de serrarias nesse município, facilitando a obtenção do resíduo. Entretanto, em virtude do intenso processo de remoção e, consequente redução da sua biomassa vegetal, o setor madeireiro apresenta-se numa situação de crise, diminuindo drasticamente as suas atividades, o que contribuiu, concomitantemente, para a redução da produção do carvão vegetal a partir desse resíduo (VERISSÍMO et al., 2006).

Atualmente, Rondon do Pará produz o carvão vegetal, principalmente, a partir do resíduo da mata, seja esta secundária ou primária, tanto como uma atividade complementar e secundária, quanto como uma atividade primária. No contexto dessa produção primária e/ou secundária podemos destacar o importante papel que os assentamentos rurais vêm apresentando na produção desse insumo. Até 2007, a produção era realizada de maneira mais intensa nas carvoeiras tradicionais, entendidas como as mais antigas e localizadas fora dos assentamentos e acampamentos rurais, as quais eram e continuam sendo implantadas em propriedades privadas, com a terra na condição de própria, alugada ou doada.

As carvoeiras mais antigas, algumas já desativadas, estavam concentradas nas margens das estradas, das vicinais e do núcleo urbano, enquanto as mais recentes são implantadas, estrategicamente, em áreas mais distantes, tanto das estradas quanto do próprio núcleo urbano como é possível observar no Mapa 4.

Mapa 4 - Localização das carvoeiras em áreas desmatadas do município de Rondon do Pará



Fonte: Reelaborado por AMARAL, M. D. B. – UFPA/NAEA/LAENA, com base em INPE/PRODES (2002)

A disposição espacial das carvoeiras mostradas nesse mapa não é aleatória, ao contrário, a localização de cada carvoeira está diretamente relacionada com a necessidade de acessar a cobertura vegetal de outras áreas, em virtude da escassez de madeira nas proximidades do núcleo urbano de Rondon. Além disso, os proprietários das carvoeiras se deslocam para áreas mais distantes, a fim de dificultar o acesso dos órgãos de fiscalização ambiental e social, já que como a maioria dessas carvoeiras é ilegal, eles procuram se ocultar a ponto desses órgãos não conseguirem identificá-las. Dessa forma, além de estarem em contato direto com a biomassa vegetal para transformá-la em resíduo, acabam se libertando relativamente das pressões ambientais e sociais.

A partir do trabalho de campo realizando entre o final de 2009 e início de 2010, verificamos que essa disposição espacial da localização das carvoeiras foi alterada, muitas carvoeiras presentes nesse mapa foram desativadas e desmontadas. Muitos produtores de carvão vegetal abandonaram a produção e passaram a se dedicar ao controle da distribuição e circulação do insumo, comprando o carvão produzido nos assentamentos e acampamentos rurais ou em outras carvoeiras tradicionais (de fora dos assentamentos) para vender às indústrias siderúrgicas.

A produção do carvão vegetal em Rondon do Pará sofreu uma diminuição decorrente da crise financeira mundial. O preço do carvão diminuiu de forma significativa, com isso, o número de produtores também diminuiu, pois, os custos produtivos tornaram-se muito altos, o que pode justificar o abandono da produção por parte de antigos produtores e a passagem dos mesmos ao controle da distribuição e circulação do insumo. Em entrevista realizada com um motorista de caminhão de carvão, da “gaiola”, que realiza o transporte até a siderúrgica, o questionei se ele achava que a produção do carvão em Rondon do Pará tinha diminuído. Segundo ele, houve uma queda na produção do final de 2008 até os dias atuais.

> Caiu nos dois sentidos, no dinheiro, porque em 2008, ele elevou um preço assim [...] tal que eu disse carvão não fica esse preço, as pessoas diz: - gente para com isso. Porque as pessoas dão conselho, diz[...] que Oh o pessoal comprava uma árvore de manga, dava 60 reais numa árvore de manga em Rondon, que [...] normalmente você paga para as pessoas cortarem, retirarem uma árvore de manga no teu quintal. Naquele tempo, em 2000 [...] 2008, em 2008, as pessoas saia ai falando: - ei você não vende esse pé de manga ai não, queria vender pra produzir, fazer

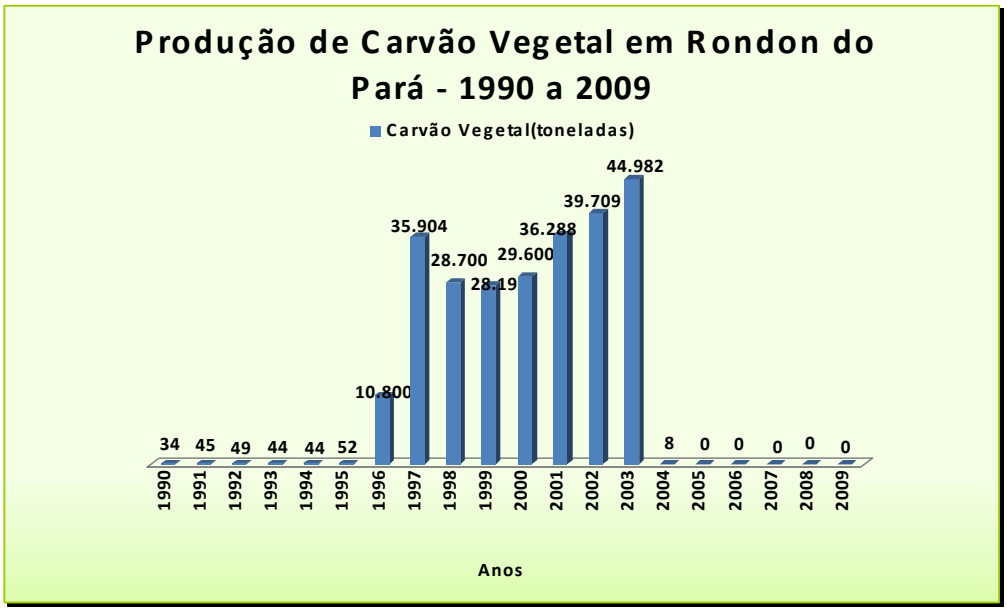
> [...] todo mundo colocou um forninho aqui, assentou um forninho pertinho ai, comprava as árvores do pé de manga, eles comprava pra fazer carvão [...] porque estava com um preço muito alto, ai com a queda de preço, eu falei gente [...] carvão ta mais caro do que ouro, você vendia uma carrada de carvão [...] comprava uma moto zero. E não era lá em Marabá não, aqui já chegou, chegaram a pagar sete mil reais no carvão lá na carvoaria, foi o caminhão lá carregar e pagar para o carvoeiro sete mil reais lá, sete e duzentos, foi o preço maior que a gente pagou, teve gente aqui que pagou de oito mil, então com essa queda de preço [...] aí veio as dificuldades porque o cara que produz lá no mato, o produtor [...] no caso, o caminhãozinho quebra [...] o motosserra quebra, tem que pagar funcionário e aquela coisa toda, então o lucro ficou pequeno, foi isso, caiu muito a produção, inclusive até o ano passado tava melhor, que o ano passado só veio diminuir as filas no mês de [...] de janeiro [...] de fevereiro pra frente, que acabou aquela aglomeração de [...] de caminhão lá na porta, que chegava a ficar duzentos caminhão na porta de uma siderúrgica. Esse ano, dezembro, dia 25 de dezembro tinha muito caminhão na siderúrgica, 28, parece que eu fui lá já tinha [...] do dia primeiro pra cá, o pessoal vão chegando e descarrega, tem o caminhãozão vai chegando e descarrega, mais [...] porque [...] caiu muito o preço[10]

A fala do entrevistado pode ser confirmada com os dados da produção do carvão disponibilizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e pelo IBGE, que mostram que a atividade de carvoejamento diminuiu em todo o estado do Pará, a partir do ano de 2008.

O IBGE mostra que a produção de carvão vegetal em Rondon do Pará é realizada desde o final da década de 1980, mas, só a partir de 1996 que sua produção ganhou grande dimensão social e econômica, como se pode observar no Gráfico 1. Esses dados apontam para a intensificação da produção do carvão a partir do referido ano, tendo o seu auge no ano de 2003, quando esse município produziu 44.982 toneladas de carvão. Em 2004, a produção diminuiu significativamente, caiu para 8 toneladas, e a partir de 2005, os dados mostram que Rondon não produziu carvão vegetal.

[10] Entrevista com um motorista da “gaiola” de carvão vegetal, realizada em 02.12.2009. A identificação não é revelada a pedido do entrevistado, o qual teme possíveis perseguições no âmbito do seu trabalho.

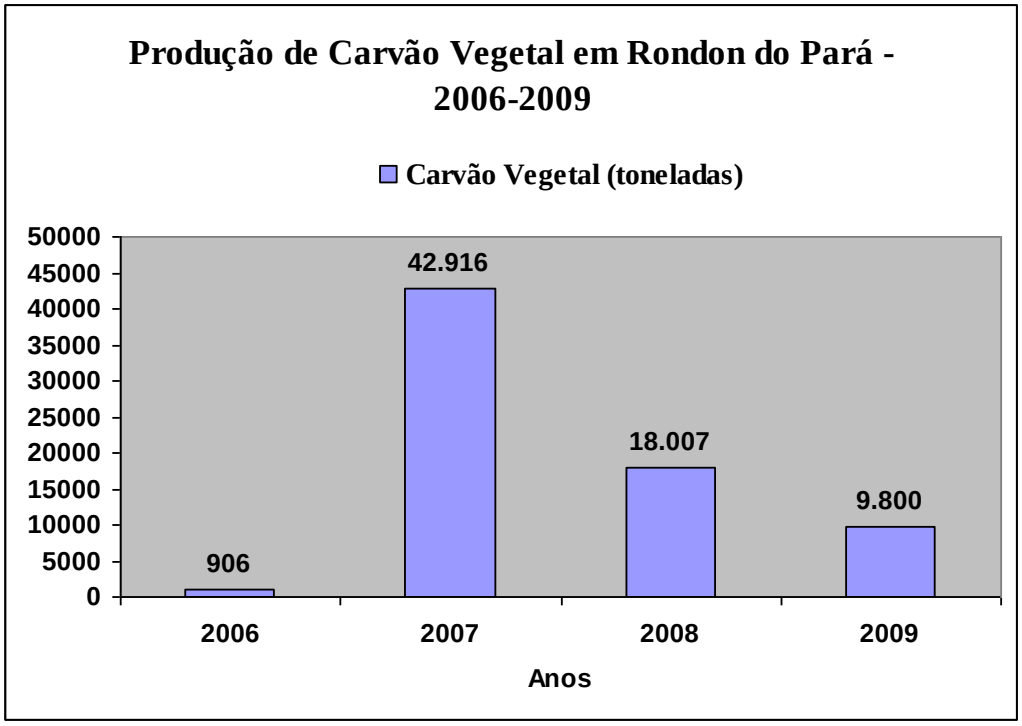
Gráfico 1 – Produção de carvão vegetal em Rondon do Pará – 1990 a 2009



Fonte: Elaborado pela autora com base em IBGE-SIDRA (2011)

Essa realidade, indicada pelos dados do IBGE, é contraditória com os dados da SEMA, que mostram que a produção do carvão vegetal realizada em Rondon do Pará alcançou um patamar de 42.916 toneladas no ano de 2007, diminuindo a partir desse ano. No ano de 2008, realmente, houve uma significativa diminuição, mas ele não deixou de produzir, como mostraram os dados do IBGE. Nesse ano, segundo a SEMA, Rondon produziu 18.007 toneladas de carvão vegetal, e, em 2009, ele produziu 9.800 toneladas (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Produção de carvão vegetal em Rondon do Pará – 2006-2009



Fonte: Elaborado pela autora com base em SEMA (2011)

Essa situação deve ser analisada com bastante atenção, porque a contradição entre as informações de cada um desses órgãos demonstra a fragilidade do processo de identificação, fiscalização e controle dessa atividade na Amazônia, seja no nível do Governo Federal e/ou no nível do Governo Estadual.

De acordo com o estudo realizado por Barros (2011), a legislação brasileira apresenta dispositivos para a fiscalização, o controle e a regulamentação da atividade de carvoejamento, principalmente, no que se refere ao aspecto empresarial, fiscal-tributário, trabalhista e ambiental. Nesse sentido, para legalizar a atividade de carvoejamento, o proprietário da carvoeira deve considerar as exigências dos dispositivos presentes na legislação, o que significa dizer que a carvoeira precisa estar inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, através da Junta Comercial de determinada unidade federativa; estar com o imposto de renda atualizado; e apresentar boas condições de trabalho para os trabalhadores carvoeiros.

No que se refere especificamente ao aspecto ambiental, Barros (2011, p. 36) afirma que:

> [...] a Lei n º. 6.938, de 31 de agosto de 1982, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), define que as ações de fiscalização, controle e normatização das atividades potencialmente poluidoras devem ser realizadas de maneira descentralizada e articulada entre os órgãos integrantes do

> Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). De acordo com a PNMA, cabe aos estados e municípios implementarem ações no sentido de manutenção da qualidade ambiental em seus respectivos territórios, enquanto à União, por meio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), cabe implementar ações em nível nacional e regional, e/ou auxiliar ações de órgãos ambientais nos estados e municípios.

Entretanto, apesar da existência dessa legislação estadual e federal, a atividade de carvoejamento é realizada com muitas irregularidades, principalmente no que se refere ao aspecto ambiental e trabalhista.

Em relação à fiscalização e controle da produção e comercialização do carvão vegetal, Barros (2001) mostrou que ela fica a cargo do Governo Estadual. Em sua pesquisa, identificou que a maior parte dos municípios do estado do Pará, 44 municípios, não faz nenhum tipo de cadastro ou licenciamento das carvoeiras existentes. Com isso, podemos afirmar que identificação e fiscalização das carvoeiras ilegais ficam comprometidas, possibilitando a manutenção e ampliação dessas carvoeiras.

A partir disso, podemos afirmar ainda que essa limitação no processo de fiscalização e controle do carvoejamento, contribui para o surgimento da contradição identificada nos dados do IBGE e da SEMA sobre o volume de carvão produzido em Rondon do Pará, no qual verificamos, na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a inexistência de qualquer cadastro e licenciamento para a realização dessa atividade.

Além da contradição encontrada nos dados dos órgãos de fiscalização, é necessário chamar a atenção para a mudança que os dados apontam sobre as áreas de maior concentração da produção de carvão vegetal no estado do Pará. Segundo os dados do IBGE, houve uma grande alteração na produção dos principais municípios que forneciam esse insumo para as indústrias siderúrgicas na Amazônia (Tabela 1).

De acordo com a Tabela 1 os principais fornecedores, identificados no Mapa 5, produziram uma quantidade significativa de carvão vegetal no ano de 2003, mas a partir de 2004 a produção começou a diminuir. Nos anos de 2008 e 2009 a produção foi muito reduzida em alguns municípios, em outros, nem chegou a existir, como é o caso de Abel Figueiredo, Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis. Esses municípios faziam parte do rol dos maiores produtores de carvão vegetal no estado do Pará, segundo os próprios dados do IBGE.

Tabela 1 - Produção de carvão vegetal no estado do Pará (toneladas) – 2003, 2008 e 2009

Municípios	2003	2008	2009
Abel Figueiredo	17.893	-	-
Breu Branco	14.518	1.785	1.696
Canaã dos Carajás	25	2.640	2.500
Curianópolis	40	2.050	2.000
Dom Eliseu	83.890	-	-
Eldorado dos Carajás	13	9.220	9.170
Goianésia do Pará	12.230	350	350
Itupiranga	120	18.950	18.980
Jacundá	45	5.328	5.250
Marabá	140	21.160	22.000
Nova Ipixuna	45	4.702	4.700
Palestina do Pará	22	2.050	2.000
Paragominas	506.888	-	-
Parauapebas	58	6.350	6.300
Rondon do Pará	44.982	-	-
São Domingos do Araguaia	80	4.250	4.150
São Geraldo do Araguaia	120	6.540	6.500
São João do Araguaia	35	2.890	2.850
Tailândia	31.800	300	280
Ulianópolis	49.329	-	-
PARÁ (total)	786.701	99.513	99.065

Fonte: Elaborada pela autora com base em IBGE-SIDRA (2011)

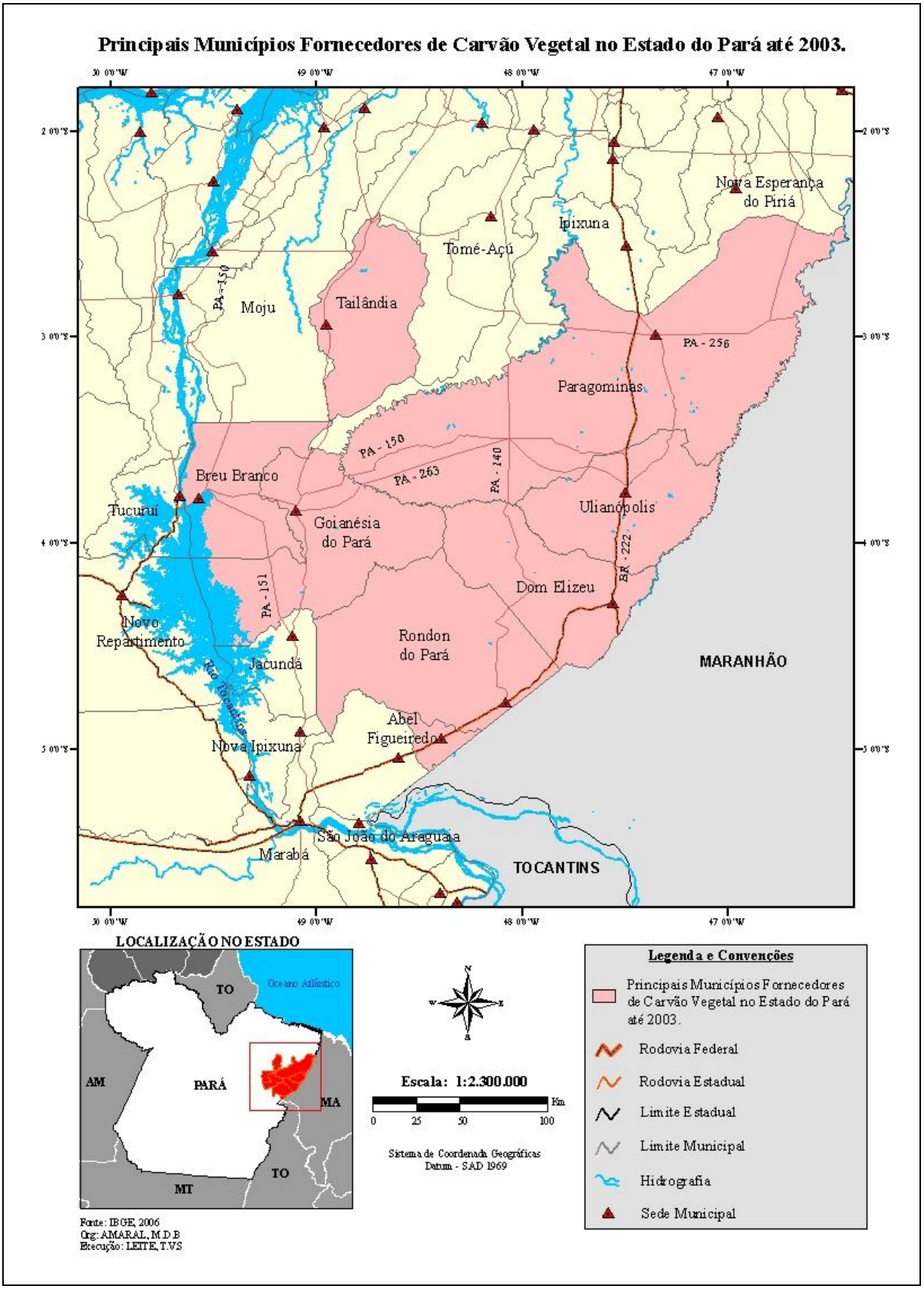
Os municípios destacados no Mapa 5, de acordo com os dados do IBGE, foram os principais fornecedores do carvão vegetal para as indústrias siderúrgicas, desde a década de 1980. Porém, esse órgão oficial apontou que eles começaram a perder essa posição de maiores produtores, à medida que muitos municípios diminuíram significativamente a produção e outros deixaram de produzir.

Enquanto isso, outros municípios ganharam destaque a partir de 2008, como indica a Tabela 1, que são: Marabá (21.160t), Itupiranga (18.950t), Eldorado dos Carajás (9.220t), São Geraldo do Araguaia (6.540t), Parauapebas (6.350t), Jacundá (5.328t), Nova Ipixuna (4.702t), São Domingos do Araguaia (4.250t), São João do

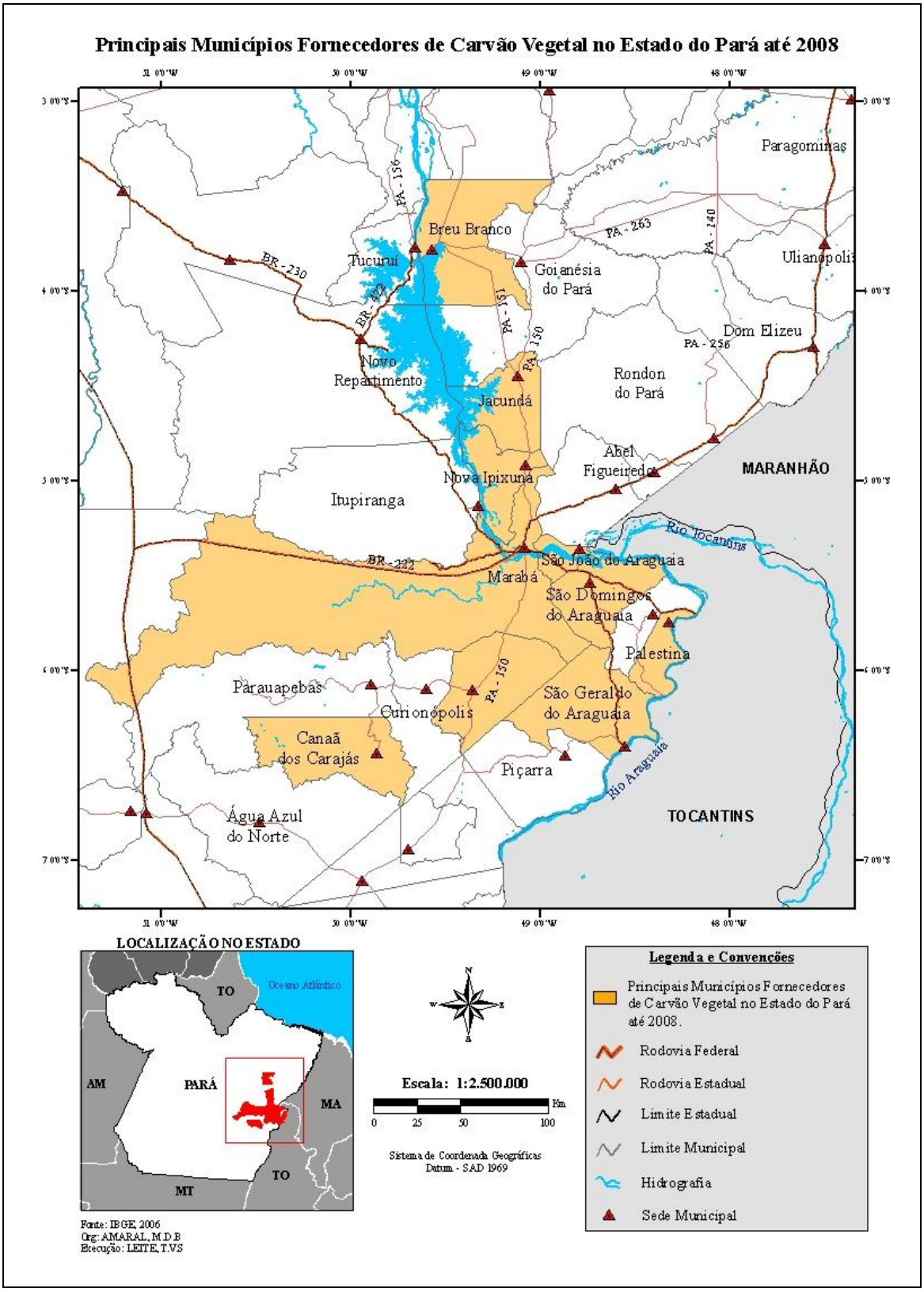
Araguaia (2.890t), Canaã dos Carajás (2.640t), Curianópolis (2.050t) e Palestina do Pará (2.050t).

De acordo com esses dados, há um deslocamento da concentração da produção do carvão vegetal dos municípios destacados no Mapa 5, para os municípios que assumiram o papel dos “novos” maiores produtores de carvão vegetal no estado do Pará, identificados no Mapa 6. No Mapa 7, elaborado por Barros (2011), podemos visualizar com exatidão o deslocamento da área de concentração dessa produção nesse estado.

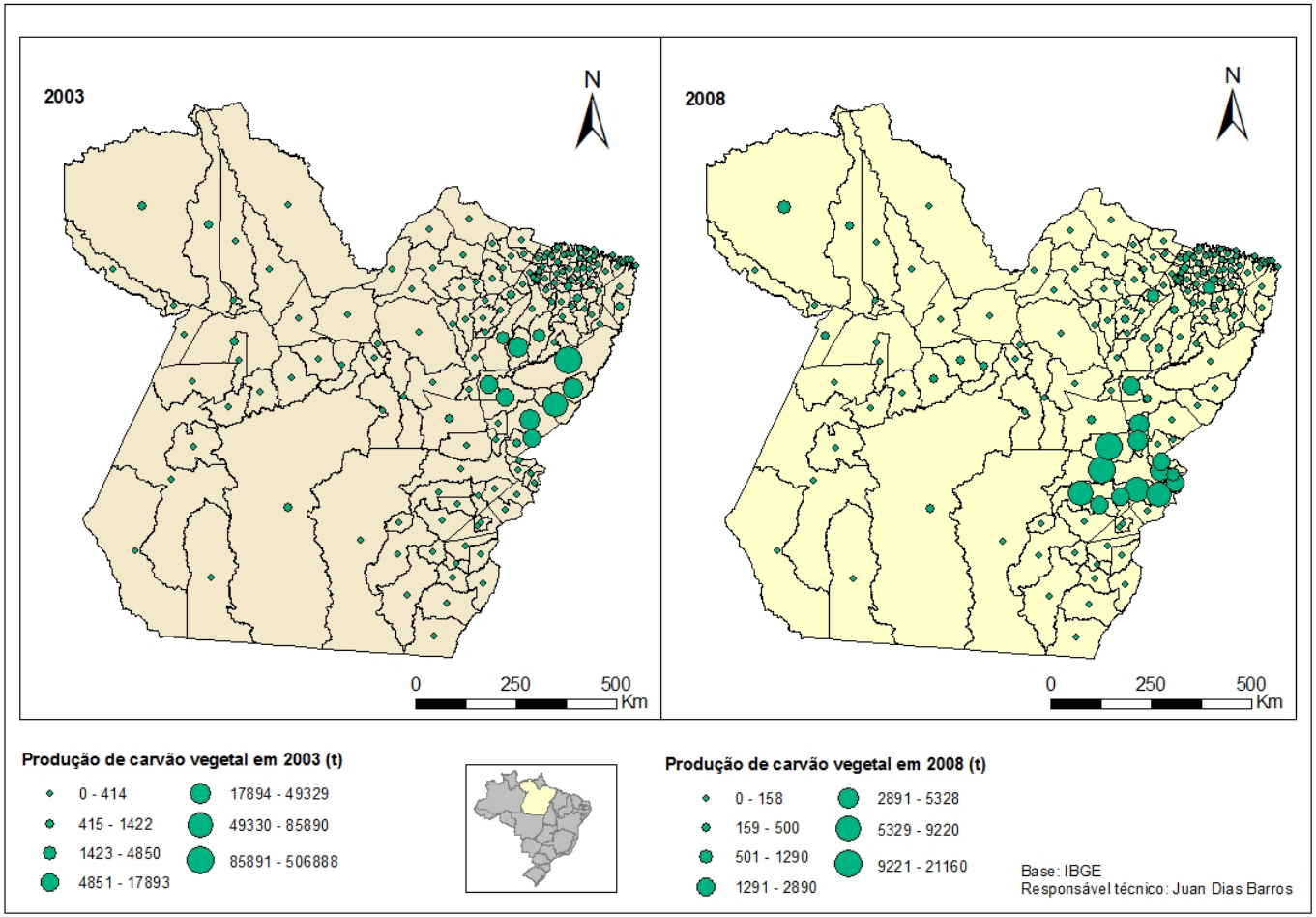
Mapa 5 – Principais municípios fornecedores de carvão vegetal no estado do Pará, até 2003



Mapa 6 – Principais municípios fornecedores de carvão vegetal no estado do Pará, até 2008



Mapa 7 - Indicação dos municípios que mais produziram carvão vegetal no Estado do Pará nos anos de 2003 e 2008



Fonte: Barros (2011)

Apesar dos dados oficiais do IBGE apontarem que houve um deslocamento da concentração da produção do carvão vegetal no estado do Pará, devido à diminuição da atividade de carvoejamento em alguns municípios e o seu aumento em outro, consideramos necessário avaliar profundamente esses dados. É no mínimo estranho que os maiores produtores de carvão do estado, simplesmente, deixem de produzir dentro desse intervalo de tempo apontado nos dados do IBGE, como é o caso de Paragominas, que produziu 506.888 toneladas de carvão, no ano de 2003, e não produziu nada em 2008; assim como Rondon do Pará, que de uma produção de 44.982 toneladas, também, nada produziu em 2008.

A veracidade desses dados fica mais comprometida quando os comparamos com os dados da SEMA, a qual mostra que esses municípios não deixaram de produzir o carvão vegetal, nem tão pouco, se tornaram os menores produtores desse insumo. Apesar da produção ter diminuído, eles continuam sendo os maiores produtores de carvão do estado do Pará, como se pode confirmar através da Tabela 2.

De acordo com essa tabela, os municípios como Paragominas e Rondon do Pará, que produziram, respectivamente, no ano de 2003, 506.888 e 44.982 toneladas de carvão vegetal, diminuíram a sua produção para, respectivamente, 116.250 e 18.007 toneladas, mas não deixaram de produzir. Além desses dois municípios, pode-se observar nessa Tabela e no Gráfico 3 a situação da realidade dos demais municípios que, supostamente, não produziram carvão a partir de 2008, segundo o IBGE.

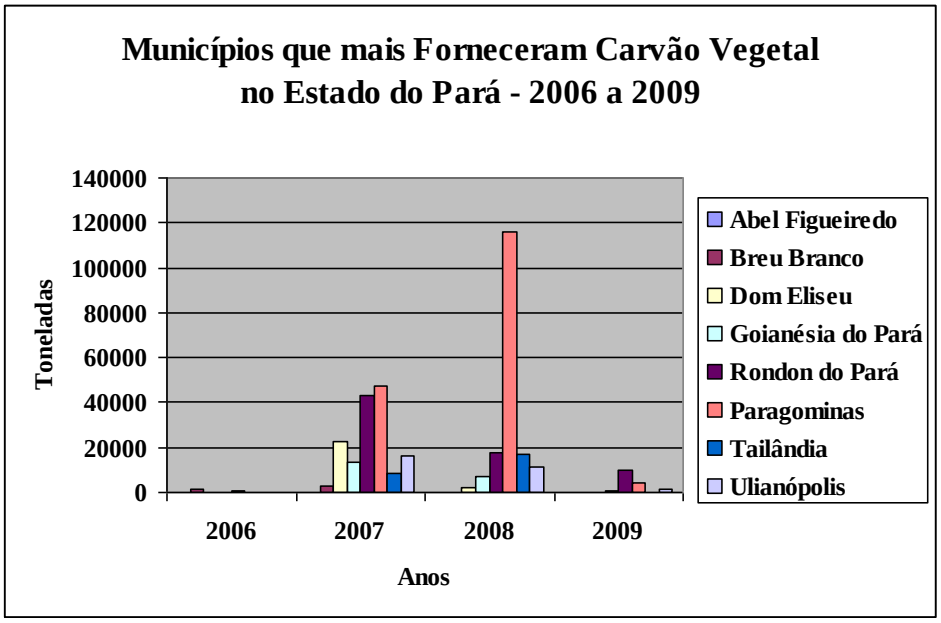
Os dados da SEMA, que estão sistematizados na Tabela 2 e no Gráfico 3, mostram que apesar dos municípios terem diminuído a quantidade de carvão vegetal produzida a partir de 2004, eles não deixaram de produzir, ao contrário, continuaram produzindo e em maior quantidade do que os outros municípios que foram indicados como os “novos” maiores produtores pelo IBGE, o que pode ser observado no Gráfico 4, que mostra que a produção desses “novos” maiores produtores não passou de 5.579 toneladas, como é o caso de Marabá.

Tabela 2 - Produção de carvão vegetal no estado do Pará (toneladas)

Municípios	2006	2007	2008	2009
Abel Figueiredo	s/i*	s/i	s/i	Em análise
Breu Branco	1.323	2.940	s/i	s/i
Dom Eliseu	s/i	22.858	1.813	Em análise
Eldorado dos Carajás	s/i	s/i	s/i	s/i
Goianésia do Pará	s/i	13.622	7.325,5	735
Itupiranga	s/i	1.911	1.300	s/i
Jacundá	980	735	6.335,5	s/i
Marabá	s/i	2.205	5.579	s/i
Nova Ipixuna	s/i	s/i	s/i	s/i
Rondon do Pará	906	42.916	18.007	9.800
Parauapebas	s/i	s/i	s/i	s/i
Paragominas	s/i	47.554	116.250	3.920
São Domingos do Araguaia	s/i	s/i	2.800	s/i
São Geraldo do Araguaia	s/i	6.912	s/i	s/i
Tailândia	s/i	8.623,5	16.954	
Ulianópolis	s/i	16.390	11.515	1.225

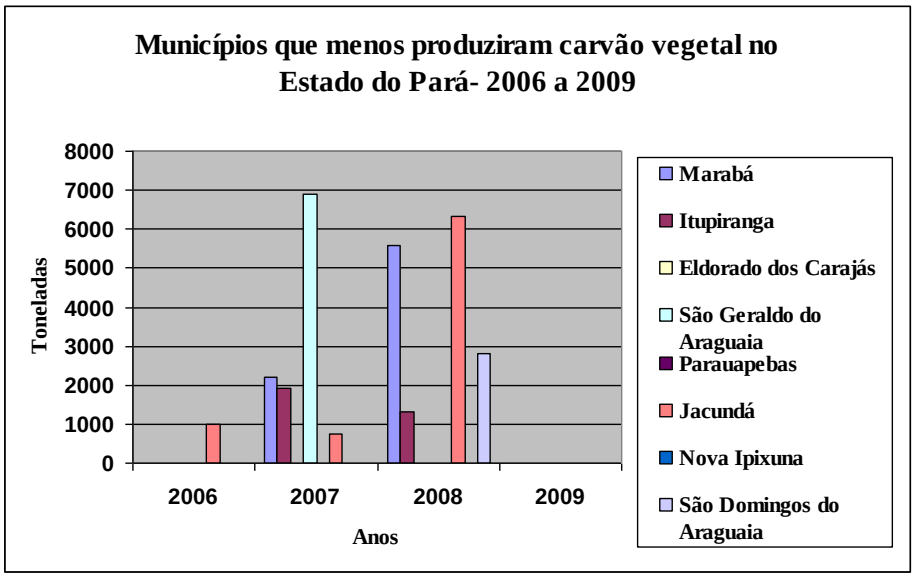
Fonte: Elaborada pela autora com base em SEMA (2011)
s/i*: Sem informação

Gráfico 3 – Municípios que mais forneceram carvão vegetal no estado do Pará – 2006-2009



Fonte: Elaborado pela autora com base em SEMA (2011)

Gráfico 4 – Municípios que menos produziram carvão vegetal no estado do Pará – 2006-2009



Fonte: Elaborado pela autora com base em SEMA (2011)

Mostrar essa realidade contraditória entre os dados oficiais, do IBGE e da SEMA, é muito pertinente para o desvendamento da verdadeira realidade que permeia a atividade de carvoejamento na Amazônia. A diminuição da produção do carvão no estado do Pará, de 786.701 toneladas, produzido no ano de 2003, para 99.513 toneladas, em 2008, não significou que os principais municípios fornecedores deixaram de produzir, eles acompanharam a diminuição que todo o estado sofreu, mas continuaram produzindo.

A contradição entre os dados oficiais aponta para alguns elementos importantes, que se referem à fragilidade no processo de fiscalização e controle da atividade de carvoejamento; a questão da ilegalidade da produção do carvão vegetal e a monopolização do território a partir dessa atividade. Esse três elementos devem ser vistos como complementares e integrantes da lógica da reprodução do capital na Amazônia.

Apesar da existência da legislação brasileira para a fiscalização e controle da atividade de carvoejamento, ela não tem sido suficiente para fiscalizar e controlar a realização dessa atividade no estado do Pará. A prova disso é apresentada por Monteiro (2005), quando mostra a elaboração de uma estimativa da demanda e do volume de carvão vegetal declarado como consumido pelas indústrias siderúrgicas da Amazônia ao IBAMA. De acordo com a estimativa, existe uma contradição entre o consumo de

carvão vegetal declarado e o demandado pela produção do ferro-gusa dessas siderúrgicas.

> O IBAMA realizou, no período de maio a julho de 2005, uma inspeção nas siderúrgicas da região de Carajás e, tendo por base o volume de produção de ferro-gusa no período de 2001 a 2004, que foi de 10,5 milhões de toneladas, e ainda considerando a argumentação das siderúrgicas, estabeleceu como parâmetro para fiscalização a demanda de apenas 0,611 toneladas de carvão vegetal para cada tonelada de ferro-gusa produzida. Mesmo com este coeficiente de conversão, o instituto detectou um déficit, entre o declarado como sendo o consumido pelas empresas siderúrgicas instaladas na região de Carajás e a estimativa do órgão, na ordem de 2,1 milhões de toneladas no período de 2000 a 2004 (MONTEIRO, 2006, p. 83).

Essa realidade indica a relação entre os dois outros elementos da realidade do carvoejamento: a questão da ilegalidade da produção e da monopolização do território. A falta de informações reais sobre a produção do carvão vegetal pelos órgãos oficiais, tanto o IBGE quanto a SEMA, está relacionado com a produção ilegal do carvão vegetal e o aumento da produção do carvão nos assentamentos rurais do município.

Produzir carvão na legalidade demanda custos muito elevados, pois além da documentação de comprovação da origem da matéria-prima, o Documento de Origem Florestal (DOF), existe ainda as exigências quanto às condições da estrutura física da carvoeira, que se deve apresentar minimamente digna para a moradia dos trabalhadores. São exigências que os proprietários das carvoeiras, em sua maioria, não cumprem. Eles preferem trabalhar na ilegalidade, pois são amparados, em muitos casos, pelas próprias siderúrgicas, que sabem que o carvão de origem ilegal é mais barato, logo, estimula a sua produção. Como fica claro na fala de um administrador das carvoeiras de um dos maiores produtores de carvão de Rondon do Pará.

> Baixa do preço do carvão, é [...] de uma certa forma a regularização ta muito complicado pra você regularizar uma carvoaria hoje em dia, ta quase impossível na verdade. Tipo assim, a pessoa que trabalha com carvão hoje em dia ou trabalha na clandestinidade ou não trabalha, por que fazer um projeto de manejo pra trabalhar dentro da lei, você [...] po [...] pra começar você nunca tem que ter trabalhado na sua vida com carvão, ter mexido com fazenda ou com nada, pra você comprar uma fazenda, grande, com muita madeira, pra poder gastar apenas 10, 20% dela, entendeu? e mesmo assim nesses 20% fazer um manejo pra não acabar nem com esses 20%, entendeu? Num projeto desse não dar menos do que um milhão de reais. Pra

> você trabalhar pra vender o carvão hoje em dia a preço de banana. Ai esse é o grande problema que antes não tinha. As próprias siderúrgicas, os [...] os patrocinava materiais de EPI, é [...] os exames, pagava FGTS, pagava férias e décimo de funcionário, a própria siderúrgica que pagava, a gente só tinha que ter fidelidade de entregar o carvão pra eles e eles ainda pagava pra gente. Todas as siderúrgicas da redondeza aqui fazia isso, agora, eles compra carvão de quem vende mais barato, eles não querem nem saber de carvoaria.[11]

A estratégia que as siderúrgicas estão utilizando é fazer a declaração do carvão vegetal consumido junto ao IBAMA, mesmo que não seja o consumo real, para dizer que estão usando resíduo de manejo florestal e de reflorestamento para produzir o carvão e se livrar das pressões tanto dos órgãos oficiais, quanto da própria sociedade, quando na verdade continua trabalhando na ilegalidade: "[...] a estratégia de obtenção de lenha por meio de manejo sustentado é uma fórmula dissimulada de se promover o desmatamento com amparo legal, uma vez que o manejo florestal pode ser realizado em até 100% da área da propriedade fundiária (MONTEIRO, 2005, p. 82)". O que ficou claro, também, na fala do administrador entrevistado, quando foi questionado sobre as pressões ambientais que as siderúrgicas estavam sofrendo, para comprar o carvão apenas de carvoeiras legalizadas.

> Na verdade, o que o IBAMA exigia dela, que comprassem carvão de empresas que tivessem mínimas condições de trabalho e essas mínimas condições de trabalho é programa de proteção ambiental é [...] é [...] como é o nome? Programa de controle médico ocupacional, entendeu? É material de EPI, alojamento, alimentação e água a vontade para os funcionários. Que, que essas siderúrgicas faziam? Patrocinava essas condições da empresa entendeu? Justamente pra poder comprar carvão de todo mundo que eles precisavam de muito carvão. O que acontece agora, o governo não quer mais isso, o governo quer que a siderúrgica só compre carvão de empresa totalmente legalizada, ou seja, vai comprar, vai usar o carvão de uma ou duas, quando comprava de mais de mil empresas. [Mayka: E aí como é que faz?] Como é que faz? Eles não compram carvão, eles dizem que produz o carvão só deles, entendeu? E das duas, das duas ou três que são legalizadas, ai por baixo do pano eles vão metendo esse carvão, mais ai quer dizer, acabou com o vínculo com toda, com toda e qualquer empresa que não seja legalizada. [Mayka: Entendi. Então quer dizer que ele tem uma

[11] Entrevista com o administrador das carvoeiras de um dos grandes produtores de carvão de Rondon do Pará, realizada em 19.01.2010. O seu nome não é revelado para evitar possíveis problemas de perseguições, ameaças e perda de emprego, comuns quando se trata de uma atividade ilegal.

> ou duas que estão totalmente legalizadas e as outras por debaixo do pano pra poder garantir.] Por debaixo do pano pra poder garantir o que eles precisam.[12]

Isso é justamente o que explica a diferença entre o carvão, supostamente, consumido pelas siderúrgicas, de 4 milhões, sendo que a sua demanda foi de 6 milhões, então, os 2 milhões de carvão consumidos, mas não declarados, entram nessa lógica da produção "por debaixo do pano pra poder garantir o que eles precisam", como enfatizou o administrador entrevistado.

Essa fala mostra claramente o que vem acontecendo no "mundo do carvão" atualmente, que o movimento do capital no seu processo de produção, expansão e reprodução através da siderurgia é extremamente contraditório. No caso específico das indústrias siderúrgicas, existe uma relação de combinação entre relações de produção próprias da acumulação primitiva e relações de produção características da acumulação capitalista, as quais estão enraizadas na dinâmica do movimento do capital, pois, mesmo diante das pressões ambientais e sociais, elas não deixam de financiar a produção ilegal do carvão vegetal.

Nesse sentido, fica evidente mais uma vez que a falta de dados referentes à produção do carvão vegetal na SEMA, não significa a inexistência da atividade, ao contrário, significa a existência intensiva da produção ilegal desse insumo. Além dessa produção ilegal que acontece nas carvoeiras tradicionais, escondidas e dispersas pelas terras do município, a produção do carvão aumentou, também, nos assentamentos e acampamentos rurais, em que os órgãos estaduais e municipais também não têm dados e não têm informações sobre a produção.

O carvão vegetal tem sido produzido nos assentamentos rurais com a liberação dos órgãos oficiais, os quais partem da ideia de que o pequeno produtor vai colocar apenas três fornos para o seu próprio consumo, o que não acontece de fato, como será mostrado no capítulo a seguir. Na verdade, os assentamentos rurais também têm sido utilizados pelas siderúrgicas como estratégia para dizer que o carvão é de origem legal, como mostrou o ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará, Maurílio de Abreu Monteiro, quando questionado sobre a produção do carvão nos assentamentos:

---

[12] Entrevista com o administrador das carvoeiras de um dos grandes produtores de carvão de Rondon do Pará, realizada em 19.01.2010.

> Eu acho que isso acontece *(a produção do carvão nos assentamentos rurais)*, isso é fruto de uma demanda induzida pelas siderúrgicas independentes. Você cria um mercado de carvão vegetal, cê cria esse mercado de carvão, como você tem uma situação, ah... de pobreza, de falta de renda, você induz esses assentados a [...] dizimar uma riqueza que é a floresta e converter em carvão vegetal que é rápido, o pagamento é rápido, fazem, montam, aí você tem intermediários que montam, que constroem os fornos, o cara não precisa ter dinheiro nenhum, vai lá monta os fornos, constroem os fornos, dar um dinheiro pro assentado. Essa é uma, uma, uma dinâmica que tem se apresentado muito em função do nível de volatividade do carvão vegetal, que eles acompanham a curva do [...] do, acompanha a curva do [...] do gusa, quando o gusa sobe, cria uma demanda maior que não é suprida por madeira originada de silvicultura e tem que buscar fontes na floresta primária. E ao buscar fontes em florestas primárias, os assentados que uma grande parte do sul e sudeste do Pará está ocupado por assentado, são chamados por intermediários a contribuir com esse tipo de insumo. O que eu acho que isso dificulta à estabilização a produção camponesa nesse território[13] (grifo meu).

No âmbito legal, ele diz que o Estado não ampara a realização dessa atividade nos assentamentos rurais:

> Não. O que tem é o seguinte, o Estado, o Estado Nacional Brasileiro, que é responsável por aquilo, estava construindo planos de licenciamento ambientais nos assentamentos. Os assentamentos têm que ter licenciamento ambiental, até agora não tem esse licenciamento ambiental, então o que havia era um esforço do Governo Federal licenciar não apenas essa, mas todas as atividades nos assentamentos, porque hoje nos assentamentos, eles lutam em geral emancipados, são assentamentos sob a responsabilidade do Governo Federal. O que o Governo Federal estava tentando fazer, era fazer um processo de licenciamento para cada um desses assentamentos. E aí a impressão que eu tenho é que quando você fosse fazer licenciamento nesses assentamentos e fosse legalizar ou contabilizar a produção de carvão vegetal ia se mostrar insustentável essa produção, porque o custo dessa produção ele é insuficiente para repor e reproduzir uma nova, uma nova [...] floresta, mesmo que seja uma floresta secundária. [...] Pois é, eu digo o seguinte, eu acho que essa liberação é irresponsável, porque não ta contemplando o licenciamento do assentamento como um todo que é uma obrigação do INCRA fazer, do INCRA fazer. E eu digo o seguinte, se você for pensar como um todo, essa atividade é uma atividade que está minando e vai minar a sustentabilidade, a

[13] Entrevista com Maurílio de Abreu Monteiro, realizada em 31.03.2011.

> médio ou longo prazo, dos assentamentos. Está tirando a biomassa e vendendo a baixo preço, que poderia ter um conjunto de outros produtos, inclusive, inclusive num esquema de [...] de incorporar nutrientes nos solos, ou seja, isso está sendo feito de forma a [...] sem levar em conta a totalidade dos assentamentos e sem levar em conta o licenciamento que o INCRA ficou de fazer de dizer que tipo de atividades poderiam ser feitas ali. Eu acho que é um dos resultados de uma política de demanda crescente de carvão vegetal e de um nível de legalização que me parece insustentável, porque você ai vai ter um carvão que vai ter documento, mas não quer dizer que é sustentável, não quer dizer [...] parte dessa pressão que Estado Nacional sofre para aparecer bem. E eu acho que isso é insustentável, por quê? Porque não faz parte de um plano de manejo integral, quer dizer, cada assentamento que o INCRA ficou de fazer. [...] Isso que eu tô dizendo, isso é parte das estratégias que parte das demandas de localizar fontes que possam ter papéis, de dizer 'oh esse aqui tem uma legalidade', mas essa legalidade não cobre todo o carvão e ela não quer dizer que seja sustentável, cê não tá construindo novas áreas plantadas, por quê? Por que é mais econômico, ela não, carvão vegetal não consegue [...] você não vê nos assentamentos plantação pra produzir carvão vegetal, cê vê, o que se tem no assentamento é demanda da floresta primária, da biomassa vegetal primária pra fazer carvão vegetal e não de floresta reflorestada pra fazer carvão. Isso tá claro, indício claro de insustentabilidade dessa estratégia[14].

Essa fala de Monteiro é bastante reveladora do que está acontecendo no estado do Pará, em relação ao carvoejamento. Ele destaca problemas sérios que dizem respeito não apenas a essa atividade, como também, à atuação do INCRA nos assentamentos rurais do sul e sudeste do Pará, e das próprias siderúrgicas.

Em relação à atuação do INCRA, observa-se na declaração de Monteiro, que ele não promoveu o licenciamento ambiental nos assentamentos, o qual seria de grande importância para a identificação das atividades mais apropriadas para a realidade de cada um deles. Essa afirmação se confirma nos relatos realizados pelos próprios camponeses assentados, em conversas informais, quando diziam que estavam esperando o INCRA para fazer um levantamento dos lotes e das famílias que estavam morando no assentamento.

Sem o licenciamento ambiental, o INCRA permite que uma atividade altamente degradante, tanto para o meio ambiente, quanto para os sujeitos sociais envolvidos, seja realizada nos assentamentos rurais de reforma agrária de Rondon do

[14] Entrevista com Maurílio de Abreu Monteiro, realizada em 31.03.2011.

Pará. O que mais uma vez reforça a ideia de que a atuação dos órgãos oficiais são complementares às ações das próprias siderúrgicas, representantes do capital, que monopolizam o território através do carvoejamento.

A atuação dos órgãos ambientais, em específico, a do INCRA, mostra uma conivência com a estratégia utilizada pelas siderúrgicas para dizer que utiliza um carvão vegetal produzido de forma legalizada, o que contraria muito a realidade, especialmente, a desse município, que tem produzido o carvão vegetal dentro dos assentamentos rurais e fora dos assentamentos, nas chamadas carvoeiras tradicionais, sob o monopólio dessas indústrias siderúrgicas, o que será discutido mais profundamente nos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

3 O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO CARVOEJAMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE RONDON DO PARÁ

No primeiro capítulo deste texto foi realizada uma discussão sobre o movimento do capital na construção do seu território na Amazônia. A partir dessa discussão, enfatizamos que a expansão do capital tem sido realizada, historicamente, sem nenhuma prudência ambiental, nem tão pouco social. Além disso, percebemos também que o capital sempre contou com apoio do Estado para a concretização das suas ações voltadas para a sua reprodução ampliada. Isso fica evidente, por exemplo, com a implantação das indústrias siderúrgicas na porção oriental da Amazônia, onde elas promovem um processo de monopolização do território através da atividade de carvoejamento.

A monopolização do território através do carvoejamento é uma estratégia utilizada pelas indústrias siderúrgicas para obterem o insumo básico da produção do ferro-gusa, qual seja, o carvão vegetal. Num primeiro momento, o da sua implantação, elas criaram relações com diferentes classes sociais e/ou frações de classes, entre as quais se destacam, principalmente: os madeireiros e os fazendeiros, do Sul e do Sudeste do estado do Pará, para produzirem o carvão vegetal. E, num segundo momento, atual, portanto, criaram relações de subordinação a partir dessa produção, envolvendo, também, outra classe social, a saber: a dos camponeses dos assentamentos rurais de reforma agrária.

No segundo capítulo com a discussão sobre o movimento do carvoejamento no município de Rondon do Pará, observamos que ele foi praticado com oscilações em seu desenvolvimento, ou seja, apresentou uma diminuição significativa a partir do ano de 2008, em função da crise financeira mundial. Mas, essa diminuição não significou o seu fim, ao contrário, os municípios que foram mobilizados para produzir o carvão vegetal continuaram produzindo, porém, com a participação dos camponeses dos assentamentos e dos acampamentos rurais.

Nesse sentido, o presente capítulo busca analisar o processo de carvoejamento nos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará, especificamente, nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida e Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim. Por meio dessa análise, pretendemos mostrar como o capital, materializado nas indústrias siderúrgicas, pratica o processo de monopolização

do território, subordinando a renda camponesa da terra através da atividade de carvoejamento.

Para isso, se faz necessário resgatar e analisar, em primeiro lugar, a gênese histórica do campesinato rondonense; em segundo lugar, a produção camponesa e a relação do camponês com a terra; e, em terceiro lugar, a produção do carvão vegetal como um elo de subordinação da renda camponesa da terra ao capital.

3.1 A GÊNESE HISTÓRICA DO CAMPESINATO RONDONESE

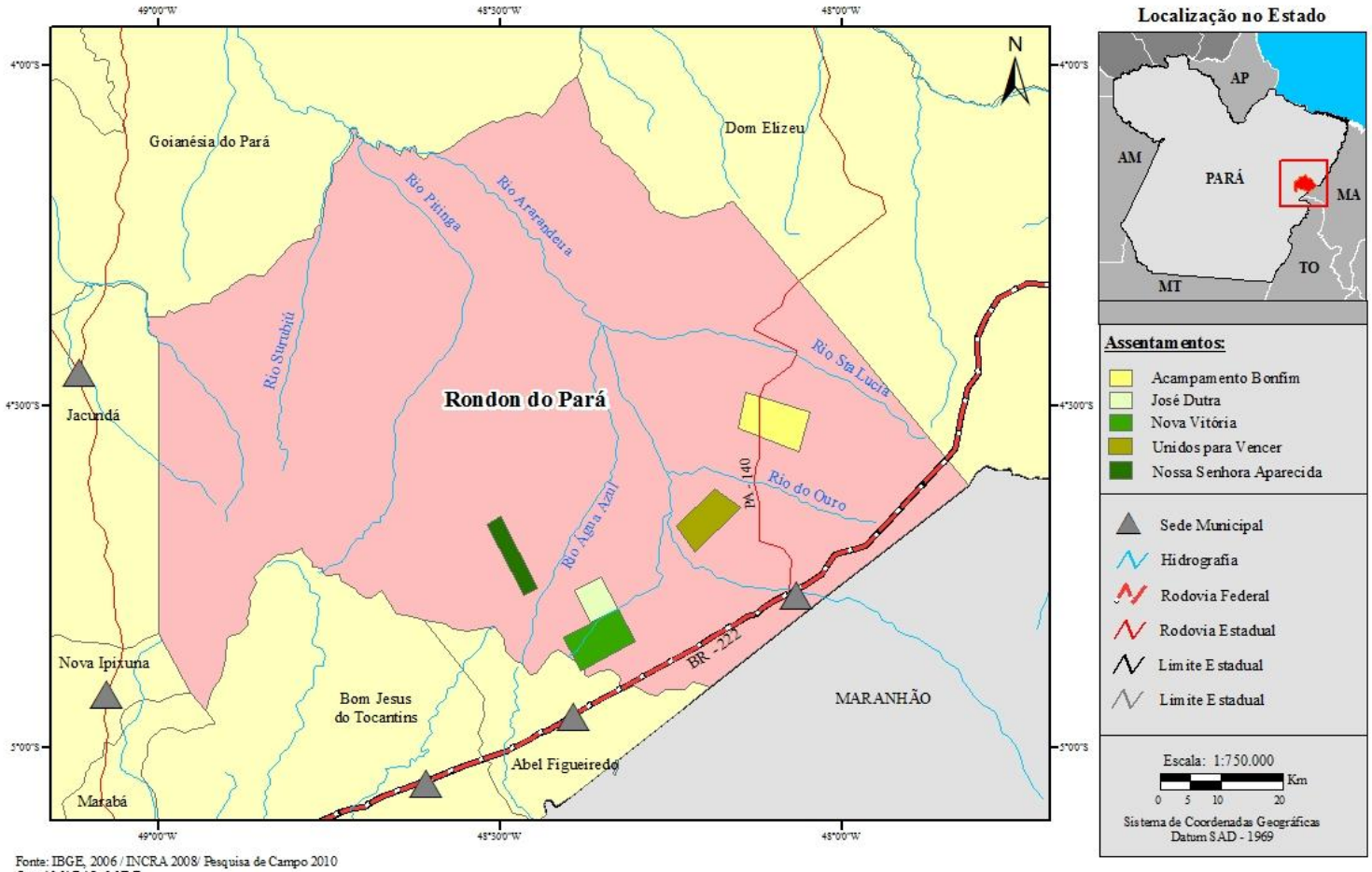
A gênese histórica do campesinato rondonense e o surgimento dos assentamentos rurais: José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e o acampamento Bonfim, destacados no Mapa 8, podem ser entendidos a partir do movimento da fronteira amazônica, da expansão conflituosa da frente de expansão e da frente pioneira pelas terras do município de Rondon do Pará.

Os moradores desses assentamentos eram camponeses-posseiros migrantes que viviam num movimento de expansão em busca da terra, mas não apenas da terra em si, eles lutavam e continuam lutando, também, pela liberdade e autonomia para o controle da sua própria vida, como enfatizaram bem durante as entrevistas, o que pode ser representado na fala do Sr. Florêncio:

> Mayka: e por que o senhor veio para o assentamento e permaneceu nele até hoje?
> Sr. Florêncio: é porque eu sempre desejava por um pedaço de terra pra trabalhar. Praticamente nunca trabalhei empregado. Já morei em Brasília um bocado de anos, né? Em Anápolis, em Goiás, mas nunca quis, assim, um emprego. Sempre eu quis trabalhar por minha própria conta, né? Sempre quando eu ia pra lá, trabalhei de ajudante de pedreiro, depois me tornei pedreiro, pintor, encanador, mas nunca trabalhei empregado, né? E sempre chorava por uma roça, aí eu vim pra cá, para o Pará, continuei trabalhando para os outros. Mas de repente, às vezes eu tinha um sonho de arranjar uma terra. Até que arrumei, aí a necessidade eu tinha pra terminar de criar meus filhos[15].

[15] Entrevista com o Sr. José Florêncio de Souza Neto, do assentamento José Dutra.

Mapa 8 – Localização dos assentamentos rurais no município de Rondon do Pará



Fonte: IBGE, 2006 / INCRA 2008/ Pesquisa de Campo 2010
Org: AMARAL, M.D.B
Execução: LEITE, T.V.S

Para o camponês-posseiro migrante, como o senhor José Florêncio de Souza Neto e os outros camponeses dos assentamentos rurais destacados no presente trabalho, a terra tem um significado singular que vai além do sentido capitalista, que a concebe como um instrumento de acumulação de lucros. A terra faz parte da vida do camponês, e ele luta por ela a fim de conseguir obter o controle da sua própria vida, buscando a liberdade como um princípio no seu processo de reprodução social, como bem destacou Bombardi (2004, p. 200), em seu estudo sobre o processo de territorialização camponesa no bairro Reforma Agrária, em São Paulo:

> [...] ter a própria terra significava concretizar um sonho de liberdade e autonomia. Esta autonomia diz respeito ao controle total do processo de trabalho na terra, o que significa ser senhor do próprio tempo e do próprio espaço.

O movimento praticado pelo camponês é o da busca da terra e da liberdade para controlar o trabalho familiar, a sua autonomia, a sua locomoção e a sua decisão (MARTINS, 1986).

A fala do Sr. José Florêncio representa essa busca pela terra e pela liberdade, além de mostrar de forma clara os elementos, que segundo Chayanov (1974), são definidores da organização econômica camponesa, que são: a relação entre a terra, o trabalho e a família. Elementos que Woortmann (1990) considera como categorias culturais centrais do universo camponês, ligados ao que ela chama de uma "ética camponesa" definidora de forma subjetiva de uma "campesinidade".

> [...] Assim, naturalmente, cada cultura terá categorias nucleantes específicas, mas, ao que parece, existem certas categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra, família e trabalho. O importante, contudo, não é que sejam comuns - pois elas estão presentes, também, em culturas urbanas - mas que sejam nucleantes e, sobretudo, relacionadas, isto é, uma não existe sem a outra. Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família (WOORTMANN, 1990, p. 23).

No mesmo sentido em que a fala do Sr. José Florêncio apresenta os elementos, que na leitura de Chayanov (1974) são definidores da organização econômica da unidade camponesa, e que, na leitura de Woortmann (1990), são categorias culturais

centrais da campesinidade, podemos destacar, também, as motivações relatadas pelo Sr. João Simão de Souza, do assentamento José Dutra:

> Mayka: e por que o senhor veio pra cá? Morar no assentamento? Sr. João: ah! Porque [...] aqui é melhor ter que viver, entendeu? Lá em Rondon a gente fez lá, trabalhou pra ficar por lá e não adquiriu nada, né? Aí, aqui, nós tomamos conta daqui. Tamo trabalhando. Tamo sobrevivendo, né? Sem precisar ta trabalhando um dia pra um, um dia pra outro. O que a gente faz é dentro do que é nosso aqui. A gente tá vendo o futuro, né? É isso[16].

Ele mostra a preocupação com a liberdade em relação ao seu trabalho, ou seja, a autonomia de trabalhar naquilo que lhe é próprio, diferente de trabalhar empregado, em que o produto final do seu trabalho é para enriquecer o seu patrão, não ficando com nada daquilo que produziu. Para ele, ficar na cidade significava trabalhar sem adquirir nada, já no assentamento significa poder viver melhor, pensando no futuro. O Sr. João Simão deixou claro que "aqui, nós tomamos conta daqui", ou seja, não tem um patrão para controlar o seu trabalho e a sua vida, determinando a hora de começar e a hora de terminar o trabalho, como acontece com os trabalhadores assalariados. Ao contrário, "o que a gente faz é dentro do que é nosso aqui", por isso, eles conseguem ver o futuro.

A respeito dessa situação, o trabalho de D'Aquino (1996), intitulado de "A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP" é bastante elucidativo. Ela mostra a situação de resistência dos trabalhadores assentados em relação à produção coletiva através de uma cooperativa, já que a autonomia buscada na luta pela terra, bem como, o próprio trabalho familiar estava comprometido:

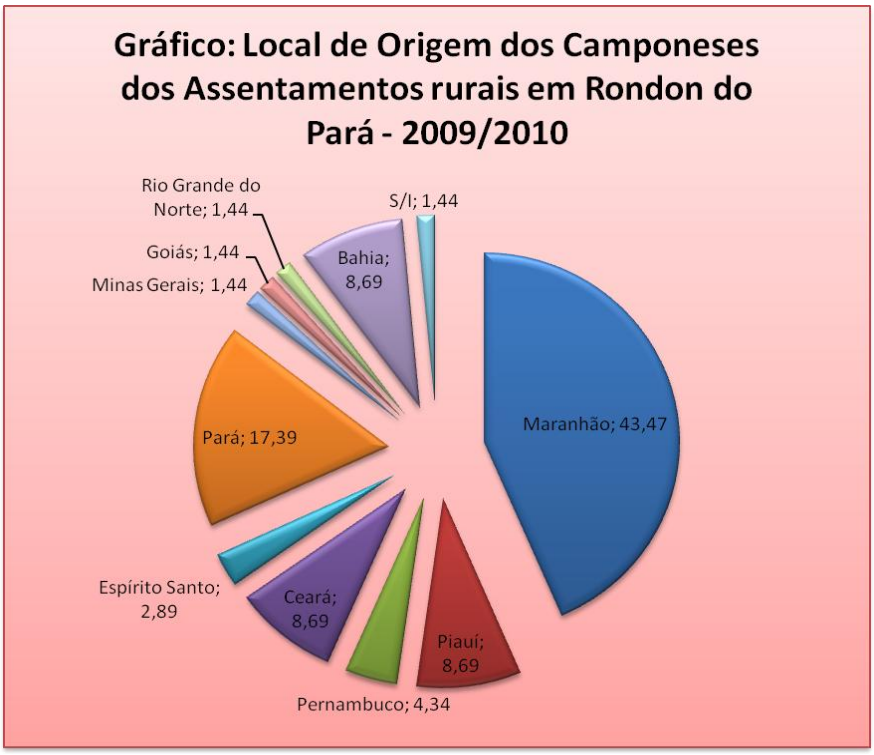
> O controle das horas trabalhadas, o horário de dormir, que na Cooperativa funciona como verdadeiro "toque de recolher", a proibição do uso de bebida alcoólica no horário de trabalho, no espaço da Cooperativa (que é todo o espaço da Agrovila), o fato de terem que "pagar por um prato de comida para oferecer a um parente ou uma visita" e a impossibilidade de parar o trabalho a hora que quiserem, uma vez que todas as horas de trabalho são controladas e computadas para a repartição "das sobras" ao final do ano agrícola, provocaram sérias reações entre os trabalhadores que optaram por abandoná-la (D'AQUINO, 1996, p. 9).

[16] Entrevista com o Sr. João Simão de Souza, do assentamento José Dutra.

Os camponeses dos assentamentos visitados em Rondon do Pará, em sua maioria, não nasceram nesse município. Eles eram camponeses-posseiros migrantes que saíram das suas áreas de origem para o Sudeste Paraense, como parte da corrente migratória apontada por Martins (1986), a qual se origina no Nordeste e se direciona ao Pará, em busca de terras livres. São pessoas que têm suas histórias marcadas pela expropriação/expulsão da terra e que seguem caminhando em busca de terras livres para se reproduzirem concomintante à (re)construção do seu território.

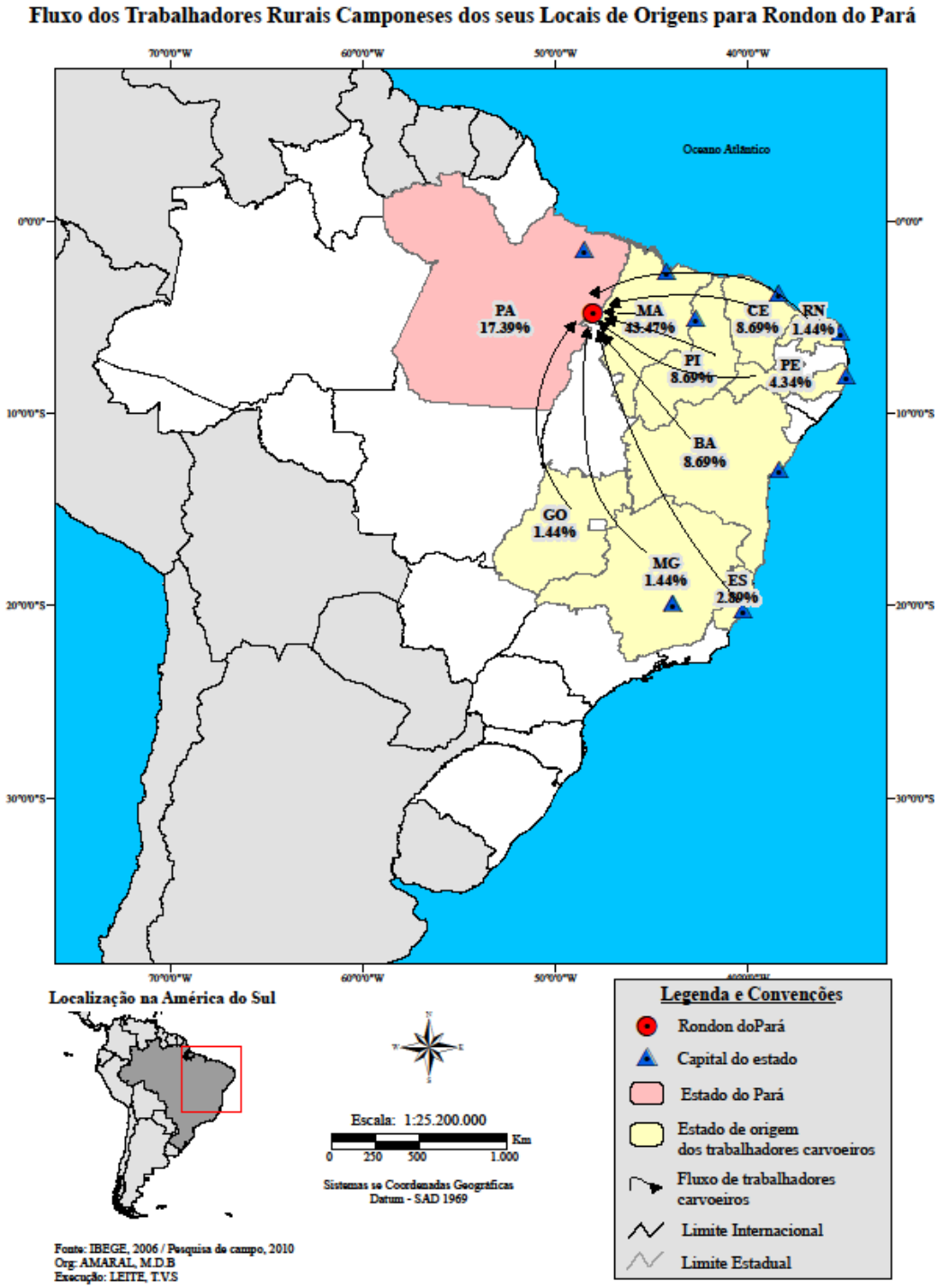
No Gráfico 5 e no Mapa 9 indicamos o local de origem dos camponeses dos assentamentos rurais visitados em Rondon do Pará. Ele mostra que a maioria dos camponeses dos assentamentos têm sua origem no estado do Maranhão, com 43,47% dos entrevistados. 17,39% são do Pará; 8,69% do Piauí, Ceará e Bahia; 4,34% de Pernambuco; 2,89% do Espírito Santo; 1,44% de Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Norte.

Gráfico 5 – Local de origem dos camponeses dos assentamentos rurais em Rondon do Pará – 2009/2010



Fonte: Dados coletados em trabalho de campo por Amaral (2009).

Mapa 9 – Fluxo dos trabalhadores rurais camponeses dos seus locais de origem para Rondon do Pará



É interessante destacar que a migração desses camponeses deve ser entendida como parte do contexto histórico do próprio movimento da frente de expansão na Amazônia, em que desde período áureo da borracha e da castanha, os camponeses migravam em busca de melhores condições para a reprodução das suas vidas, como foi

ressaltado no primeiro capítulo. Apesar dos diferentes momentos e contextos históricos, a situação dos camponeses é comum no sentido da busca pela terra, a procura de "dias melhores", como destacou o camponês assentado, José Artur de Souza Almeida:

> Eu vim de lá pra cá, procurando encontrar dias melhor, que pra lá pro Maranhão é devagar as coisas. Eu vim... a primeira vez eu vim de pau de arara, não tinha como pagar um ônibus, a situação tava braba e eu vim de pau de arara. O que significa dizer pau de arara? Esses caminhões que conduz gente aqui, aquela mesma coisa, então eu vim de pau de arara pra Imperatriz, e daí eu fiz uma viagem e fui até Abaetetuba, passei três meses em Abaetetuba e vim e voltando e me estabilizei aqui em Rondon, já tem o quê? 18 anos aqui em Rondon[17].

O deslocamento dos camponeses-posseiros migrantes para a Amazônia, especificamente para Rondon do Pará, possui um significado diferente do significado da expansão capitalista dos grandes pioneiros que para essa área, também, se deslocaram. Enquanto os camponeses vêm em busca de terra para obterem "dias melhores" para a reprodução da vida, o capital vem em busca de garantias para a sua reprodução ampliada, para a reprodução do lucro capitalista. Para entender o processo migratório desses camponeses para esse município, deve-se considerar o que Martins (1986) ressalta sobre isso.

> Na verdade, na região amazônica e em outras áreas, a questão precisaria ser vista de uma forma um pouco diferente. Eu tenho encontrado muitas pessoas nas regiões por onde ando, no sertão, que nunca haviam tido notícia da propriedade privada da terra, não tinham a menor idéia do que fosse isso. E ficaram assustadas quando ali começaram a chegar os primeiros proprietários, as primeiras cercas e tudo o mais. Isso causa um grande espanto. O espanto não é pela novidade da coisa, pelo tamanho da coisa. É pela forma, pela própria essência da coisa, ou seja, pela propriedade capitalista da terra que começa a chegar ali (MARTINS, 1986, p. 129).

Quando o capital se introduz na Amazônia, ele provoca a expulsão e/ou expropriação de todos que possam representar uma ameaça à sua reprodução. Essa expulsão e/ou expropriação é realizada de maneira perversa e violenta. Em Rondon do Pará, por exemplo, segundo Sauer (2005), é possível encontrar muitos casos de violação dos direitos humanos praticados pelos agentes do capital sobre os camponeses, tanto

---

[17] Entrevista com José Artur de Souza Almeida, do assentamento Nova Vitória.

que entre os anos de 1996 e 2004, 8 (oito) trabalhadores rurais foram brutalmente assassinados, outras pessoas foram espancadas, ameaçadas, outras sofreram tentativas de assassinatos e de sequestro, além das denúncias de trabalho escravo, da grilagem de terras e da devastação ambiental realizados por fazendeiros locais.

Contextos de diversos tipos de violência como os praticados no município de Rondon do Pará, ocorrem por todo o Brasil, o que tem levado às situações de "fuga" por parte dos camponeses do "cativeiro" que o capital, representado por fazendeiros, madeireiros e por empresários, tenta impor sobre eles (VELHO, 1972). Assim, para não se transformarem em trabalhadores cativos do capital, para conseguirem um mínimo de autonomia e liberdade para o controle do seu próprio tempo e espaço, a alternativa vista por esses sujeitos é a migração para novas terras. Como foi o caso do Sr. Sebastião Nunes da Silva, de 79 anos, que nascido em Barra do Corda, no Maranhão, migrou para o Pará, especificamente, para Rondon, em busca de terra para trabalhar.

> Mayka: o que o senhor fazia lá?
> Sr. Sebastião: todo tempo o meu serviço foi de mexer com roça!
> Mayka: mas o senhor trabalhava pros outros [...]?
> Sr. Sebastião: Não. lá nós não tinha terra por que nessa época pra lá terra era comum, né?! Era comum. A terra era do Estado. Aí a gente fazia uns pedacinho de roça onde a gente queira! Aí eu vim trabaiar pros outros despois que eu entrei aqui pro Pará. Eu entrei no Pará em setenta e quatro. Quando eu cheguei pra cá todas as terras... de todo mundo era de dono, né?! As terras pra cá tudo era de dono. Aí eu fiquei trabalhando em fazenda. E quando eu vim do Maranhão eu vim direto pra essa fazenda aqui. Morei três anos, nessa fazenda. O dono muito bom. Gente boa. Quando eu sai, não queria nem que eu saísse, dessa fazenda. Aí eu sai. Aí despois nós se encontrava e a conversa dele era deu voltar. Voltar pra cá. Voltar, voltar! Aí eu sempre enganava ele: "ah! Eu vou tomar um serviço ali, ainda não terminei, quando eu terminar eu vou". Vim imbromando, imbromando ele, que nunca que vim. Nunca voltei. Aí ele [...] nessa época morava em Belém! Mudou pra Salvador, na Bahia. Aí de lá, deixou um gerente aqui. Aí o gerente [...] ele mandava o dinheiro. Aí ele vinha de três em três meses. Aí mudou pra vim seis. Ai mudou pra vim de ano em ano. Ai mandava um dinheiro. E o gerente comendo e sem fazer serviço. Sem fazer serviço e a juquira foi crescendo [...] Aí o cara achou que o dinheiro tava pouco. Ai começou a vender a mata. Madeira, quando ele veio, chegou viu o serviço, ele tirou o gerente. Aí mandou botar outro, mas aí já tava sem jeito. Só já tava juquira, a mata toda explorada. Já tinha tirado a madeira toda. Aí ficou. A juquirona cresceu. Aí o povo inventaram de invadir. Aí vieram. Invadiram a primeira vez. Eles vieram: tiraram. Aí

> depois eu soube que eles estava invadindo de novo. Eu digo dessa vez eu vou, e aí eu vim. E tô aqui até hoje. Dessa vez que nós tava acampado, ele veio. Mas no dia que ele chegou lá eu não tava. Se eu tivesse ele ia dizer umas coisas pra mim. Porque eu gostava muito dele e ele de mim. Mas ele tinha muito bem razão de dizer alguma coisa, né[18].

O Sr. Sebastião diz que tinha uma boa relação com o seu patrão, mas isso não o impediu de ir em busca de um pedaço de terra para a sua reprodução. Ele mostrou em sua fala o seu estranhamento em relação ao fato de toda terra ter um dono, diferente da situação que vivia, em que fazia roças na terra que era controlada apenas pelo Estado, sem a presença de um dono específico, como um fazendeiro, por exemplo. Na verdade, o Sr. Sebastião estranhou a propriedade privada de que falou Martins (1986), por isso, é que ele decidiu se juntar ao grupo de pessoas que se mobilizou para ocupar essa mesma fazenda, que, posteriormente, se transformou no assentamento José Dutra.

O surgimento dos assentamentos rurais de Rondon do Pará, especificamente José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer e o acampamento Bonfim, contaram com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, que se estruturou a partir de 1994, passando a contribuir diretamente no processo de mobilização e organização da resistência dos camponeses sem-terra desse município. A exceção é o assentamento Nossa Senhora Aparecida, que surgiu a partir de uma ocupação incentivada por madeireiros interessados em extrair a biomassa vegetal, como mostra a fala do Sr. Carlos Barros, quando relatou como ele conseguiu um pedaço de terra nesse assentamento.

> Sr. Carlos Barros: Até os 15 anos eu [...] a minha família era carente, que nem até hoje mesmo, então eu vendia pão na cidade era 1985 [...] 82, entre 82 e 85. Aí a gente vendia pão, vendia gelatina eu acho que tinha lá pelos 10, 11 anos e aí a gente [...] com 15 anos aí nós mudamos pro Abel Figueiredo, né? Aí em 86 o [...] a GETAP, antes era GETAP não era INCRA, cedeu um pedacinho de terra pro meu pai trabalhar aqui onde é o Casca Seca hoje. Então era um pedacinho de cinco alqueire de terra aí ó [...] em 90, no ano de 1990 surgiu aqui essa invasão que é o assentamento Nossa Senhora de Aparecida, surgiu uma invasão né? os invasor, os maderero incentivavam as pessoa invadir essas terras. Então teve invasor que tirava de 5, 6 lotes pra vender os pedaço depois, vender os lotes assim de dez alqueire,

[18] Entrevista com o Sr. Sebastião Nunes da Silva, do assentamento José Dutra.

> oito alqueire. Então eu me achei [...] a minha área no casca seca era pequena e não tinha condição de trabalhar que era muito esmorrada, então meu pai aposentou, minha mãe aposentou, foram pra cidade aí eu já tava bem grandinho né?, já tinha arrumado a companheira , aí eu me achei obrigado a vender lá e comprar um lotizinho bem aqui que tá até hoje, tá interando os dez anos. 10 anos? 20 anos!
> Mayka: Mas qual era o interesse dos madeireiros?
> Sr. Carlos Barros: Na madeira que tinha na mata, que eles compravam baratinho. Os invasores, os invasores queriam a terra pra trabalhar e os madeireiros [...] inclusive esses madereiros, o principal dentro da história já faleceu, ele já faleceu já. Aí incentivaram, eles entraram aí com uma turma de gente, né? Aí com o decorrer do tempo o sindicato veio, né? Viu os povo precisando de estrada, precisando de moradia, o sindicato do Rondon veio, que era o Dezinho, que é o finado, né? Já faleceu também, aí fez umas reunião a gente foi participando dessas reunião e entendendo quê que significava assentamento, né? Mas veio a morte dele, né? Alguém mandou eliminar ele mas aí ficou a esposa dele assumindo o sindicato e aí através do sindicato a gente conseguiu algumas benfeitoria, alguns benefícios, que é a moradias, é [...] o fomento que eles falam que é o apoio inicial, né? Estradas. Escolas a gente não conseguiu ainda porque tem uma [...] tem uma diferença entre a prefeitura e o INCRA: - não é a prefeitura que faz a escola, não é o INCRA que faz- aí nessa briga pra lá e pra cá a gente não consegui não, então não tem escola no assentamento, né?[19]

A partir da fala do Sr. Carlos Barros, percebemos que a ocupação das terras da localidade identificada como Casca Seca, ocorreu concomitantemente ao avanço dos madeireiros que buscavam explorar a biomassa vegetal dessa área. Isso expressa bem a diversidade presente no movimento da "frente de expansão" sobre as terras da Amazônia brasileira, como trata Martins (2009). De um lado, tem-se a abertura da biomassa vegetal pelos madeireiros, de outro lado, a ocupação dessa área pelos camponeses. Posteriormente, aparece a figura do Sr. José Dutra da Costa, o Dezinho, um sindicalista que lutava juntamente com os camponeses contra a grilagem de terra e pela reforma agrária em Rondon do Pará, o qual teve importante papel na formação do assentamento Nossa Senhora Aparecida.

[19] Entrevista com Carlos Barros, do assentamento Nossa Senhora Aparecida.

O Sr. José Dutra da Costa atuou também na organização do movimento de ocupação da fazenda onde o Sr. Sebastião trabalhava[20]. Dezinho foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará, no período de 1993 até 1999, por dois mandatos. Ele atuava na investigação das terras que não tinham documentos, isto é, na identificação das terras griladas e improdutivas de Rondon. Além disso, ele organizava o movimento de camponeses para a ocupação das terras identificadas.

> Dezinho é porque [...] Dezinho era uma pessoa que ele se via aí [...] era presidente do sindicato. E vivia sondando pra ver onde era [...] qual era a terra que não tinha documento. Pra ele botar o pessoal. Aí descobriu que essa não tinha, aí botou[21].

A história desse sindicalista é interessante. Ele foi ameaçado muitas vezes por diversos fazendeiros-grileiros, porque conseguiu desvendar que muitos títulos de propriedade desse município eram falsos, que a maior parte das áreas de Rondon do Pará pertencia ao Estado e à União. Mas, mesmo sofrendo ameaças e perseguições, Dezinho não desistiu da luta pela terra. Em virtude disso, ele foi duramente assassinado na porta da sua casa por um pistoleiro, a mando de um grande fazendeiro grileiro. Esse assassinato foi o estopim para a transformação do acampamento na fazenda Tulipa Negra, em assentamento, já que a morte de Dezinho teve grande repercussão, chamando a atenção das autoridades para a necessidade de intervir nessa realidade.

> Sra. Edinalva: Pois é, a história do assentamento foi assim, a gente veio pra esse assentamento no ano de 2000, junho de 2000. Quando a gente tava no assentamento. Nós viemo pro assentamento no mês de junho de 2000 mais ou menos, mas no final de dezembro. Quando o finado Dezinho, ele teve ai uma descoberta das terras latifúndias, latifundias essas terras não tem documento, né? Ele era, ele era uma pessoa muito esperta. Então ele descobriu esses problema que tava sofrendo, aí surgiu, ele tava ameaçado e ele disse pra nós assim: olha, gente, eu vou viver por essas terras, por vocês. Eu sei que vou morrer, mas vou morrer para o bem do povo, vou fazer a reforma agrária pela minha morte. Ele disse pra nós, na reunião dentro do assentamento: Eu vou morrer, mas vou deixar a reforma agrária pra vocês. E foi certo. E aí, quando foi um dia no mês de novembro de 2000, até esqueci o dia de novembro, tá até no calendário, a gente pegou no rádio que o Dezinho tinha sido

[20] A realidade do assentamento José Dutra será mais enfatizada porque ele teve um papel fundamental para o surgimento dos outros assentamentos, principalmente, em função da morte do sindicalista José Dutra da Costa.

[21] Entrevista com o Sr. Sebastião Nunes da Silva, do assentamento José Dutra.

> assassinado, tinha matado, tinha assassinado. A gente no acampamento que a gente tava acampado a gente ficamos com medo, com muito medo, aí passou o aviso no rádio, a gente reuniu todo mundo no barracão que tinha no barracão dentro do assentamento porque a gente ficamo com medo porque ele já tinha sido morto por este assentamento. Nós os assentados perdemo ele, aí pensou: eles vão vim e acabar com a gente também, vão queimar nossos barraco, vão fazer qualquer coisa com a gente né. Aí nós se reunimo dentro do barracão, aí quando foi meia noite assim chegou um cara de moto que veio avisar pra nós que ele tinha morrido. Porque lá no assentamento, no acampamento nosso a gente era muito assim é organizados. Se um chegasse de noite já sabia, tinha que piscar a lanterna, entendeu. Se visse um do acampamento à noite, tivesse fora e ele entrar, já sabia, como que ele entrava, ele tinha que entrar piscando a lanterna. E se ele entrasse com a lanterna acessa, aí a gente podia correr perigo porque a gente já tava numa situação como a gente tava, como se diz, o pobre, quando não tem nada ele enfrenta tudo na vida. Aí, viu a lanterna piscando assim à meia noite, a gente já ficou sabendo que era um da nossa turma, era o nosso coordenador veio avisar que ele já tinha morrido, tinham matado ele, tinham assassinado. Só que nós não fomos ninguém do acampamento, ninguém. Nós se reunimos, fizemos reunião , todos juntos. O que que [...] nós vamo ou não vamos lá? Não vamos. Ele já morreu? Já. Então nós vamos lutar por isso aqui, isso aqui não vai se acabar. Agora vamos lutar, vamos guerriar. Porque se nós fosse podia até ficar com medo de retornar pra dentro do acampamento porque a nossa força era ele. E aí? Não vamos sair ninguém. Ninguém foram pra lá ver ele do acampamento José Dutra não. Só o coordenador e nós ficamos. Aí eu dizia: eu vou me embora, agora eu vou me embora. Nós não vamos sair, os mais corajosos sempre animavam os mais né, dizia não, agora que nós vamos guerriar. O Dezinho morreu? morreu, então nós também vamo morrer. Logo aí com uma semana chegou CPT, FETRAGRI, INCRA e organizou tudinho aí. Foi uma luta pela reforma agrária a morte do finado Dezinho, foi uma luta pela reforma agrária a morte dele. Foi quando se tornou reforma agrária dentro de Rondon do Pará, foi a morte dele, porque eles achavam que matando o finado Dezinho a reforma agrária ia se acabar, mas matou o finado Dezinho foi que começou a reforma agrária, foi através da morte dele[22]

Foi a partir da morte desse sindicalista que o movimento em busca pela terra se intensificou em Rondon do Pará, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará-

[22] Entrevista com a Edinalva Lopes, assentamento José Dutra.

FETAGRI, desse município. Até então nenhum acampamento tinha sido regularizado e transformado em assentamento, como bem mostrou uma assentada do José Dutra:

> Mayka: Antes da morte dele já existia algum assentamento em Rondon?
> Sra. Edinalva: Existia acampamento, mas assentamento não.
> Mayka: E esses assentamentos eram organizados por quem? Por ele mesmo?
> Sra. Edinalva: Por ele mesmo. Tava começando a organizar ele, era ele que tava e organizava.
> Mayka: E o Dezinho era de Rondon mesmo?
> Sra. Edinalva: De Rondon mesmo. Ele era esposo da Joelma, que ela que ficou no lugar dele depois. Aí o Brito, mas tiramo o Brito e colocamo ela.
> Mayka: Por que vocês tiraram o Brito e colocaram ela?
> Sra. Edinalva: Porque a gente queria ela e ela era esposa dele e nós confiava nela e no Brito nós não confiava.
> Mayka: E por que vocês não confiavam no Brito?
> Sra. Edinalva: Por que o finado Dezinho quando foi ameaçado e foi pedir ajuda no sindicato, ele não deu e recuou, não dá ajuda para ele.
> Mayka: Pro Dezinho?
> Sra. Edinalva: Aham. Por que o finado Dezinho era o presidente do sindicato e ele se candidatou pra vereador.
> Mayka: E o Brito fazia o quê nessa época?
> Sra. Edinalva: Deixa eu contar uma história pra você, o Brito ele era de dentro do Sindicato. O finado Dezinho que era o presidente do sindicato, ele era compadre do finado Dezinho e ele era do sindicato com finado Dezinho. O finado Dezinho candidatou a vereador e falou: Brito, você vai ficar no meu lugar e eu vou me candidatar a vereador. Se eu ganhar, você fica sendo presidente do sindicato. Se eu não ganhar, eu volto para o sindicato de novo. E ele perdeu por três votos. E o Brito não aceitou ele voltar mais pro sindicato. E quando ele se viu ameaçado que ele correu atrás de tudo que ele tava organizando mesmo assim, o Brito ficou o sindicato ficou na CPT, organizando, correndo atrás. E aí ele pediu ajuda do Brito e o Brito não deu ajuda pra ele. Ele tinha que ajudar ele, dá assistência, não deu ajuda pra ele. Aí o finado Dezinho morreu e ele ficou no sindicato, aí nós tiramo ele. Mayka: E como foi pra tirar?
> Sra. Edinalva: Votação [...] nós fizemo na votação.
> Mayka: Aí a Joelma entrou?
> Sra. Edinalva: Aí nós escolhemo ela, nós dizia pra ela que nós queria ela, aí formou uma chapa dela junto com a CPT, a FETAGRI. A CPT, a FETAGRI, tudo ajudaram nós. A gente aqui juntamo e fizemo a votação e ela ganhou[23].

[23] Entrevista com a Sra. Edinalva de Souza Lopes, do assentamento José Dutra.

A fala da assentada Sra. Edinalva mostra claramente que Dezinho teve um papel muito importante na história de luta pela terra em Rondon, além disso, mostra também um pouco dos conflitos internos, entre os sujeitos do próprio sindicato, os quais não aprofundaremos nessa discussão. O que nos interessa é afirmar o papel desse sindicalista para entender um pouco sobre a gênese dos assentamentos rurais de reforma agrária no município de Rondon do Pará.

O movimento de ocupação da fazenda, onde o Sr. Sebastião trabalhava, a fazenda Tulipa Negra, foi o primeiro alvo de denúncias de título falso. Quando ela foi acampada, ficou sendo conhecida como Cocal pelo grupo, porque o acampamento foi realizado numa área onde havia uma lagoa e ao redor dela várias árvores de coco-de-babaçu, tanto que ficou conhecida como lagoa do Cocal. Depois da morte do Dezinho, o acampamento foi regularizado e, em homenagem ao sindicalista, ficou conhecido como assentamento José Dutra.

> Sr. Lindomar: Aqui mesmo, quando nós viemo pra cá, que nós acampemo lá na lagoa dos cocal, tem uma lagoa, né? Cocal porque tem um bocado de coco babaçu. Dez alqueires só de coco babaçu! Aí [...] aí [...] pra lá, na época lá era muito difícil pra gente. A gente, por exemplo, pra vim pra cidade, né? Uma dificuldade danada. Um sofrimento pra gente! Ai depois foi só ficando melhor, ficando. Veio os broquetes, veio as estrada. Foi só melhorando. Ai depois vei [...] o [...] aquele [...] tem um nome lá mas eu esqueço. Eu conheço pelo nome velho que é "fomento"[24].
>
> É [...] do começo a gente ficava lá na vila mesmo e [...] finado mermo morreu mode o pessoal desse assentamento mermo, que ele lutava pelo esse pessoal aí. Finado "Dezin" [...] ele ia lá direto no cocal. De primeiro chamava de cocal aqui. Aí de primeiro o pessoal vieram pra tirar nós. Aí não tirou. Aí falou que era só um [...] um [...] liminar de despejo falso. Ai nós ficou e [...] foi lutando ai e [...] tem um pessoal que despois que ele morreu ai cada um foi pra dentro de suas terras. Logo todo mundo agoniado [...] aí cortou; cada um cortava a sua. E ninguém foi, assim, na época não foi pelo INCRA cortado aqui, assim ligeiro sabe? Foi cada um repartiu. Ai agora, de uns tempo pra cá que eles veio e cortou. Na época, nós chegou pra ai, desde o começo[25]

[24] Entrevista com o Sr. Lindomar Aguiar de Souza, do assentamento José Dutra.
[25] Entrevista com o Sr. Jailson Oliveira Miranda, do assentamento José Dutra.

A conquista da terra por esse grupo, bem como, pelo grupo de camponeses dos outros assentamentos, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e do acampamento Bonfim, não foi nada fácil, como bem mostram as falas do Sr. Lindomar e do Sr. Jailson. Em todos os assentamentos visitados, juntamente com o acampamento, prevaleceram um clima de medo e angústia, pois os camponeses achavam que a qualquer momento poderiam ser despejados e atacados pelos pistoleiros, como relatou Conceição de Maria Braveles de Caldas, do assentamento Nova Vitória, quando a questionei sobre o medo que eles tinham.

> Mayka: A senhora tinha medo de quê?
> Sra. Caldas: Não, é porque aqui a terra era de fazendeiro, né? Aí não tava nada legalizada ainda, o povo ainda tava aguardando o dia pra ser liberado pra ser uma coisa boa que nem hoje, porque a gente já não tem mais aquele pavor, aquele medo, porque a gente não tava comprando terra, a gente tava se apossando dela, a gente não tava pagando, né? Eu tinha medo de noite, por causa dos pistoleiros. Aí o ano foi se passando até chegar o ponto que já somos cadastrados pelo INCRA, né? [...][26].

Além desse clima de medo, as dificuldades para se manter no acampamento eram grandes, devido à falta de uma estrutura física, minimamente digna e protegida para a permanência dos camponeses. Mas, mesmo diante das condições adversas, o grupo não desistiu, ao contrário, permaneceu firme até adentrarem para os seus lotes, como enfatizou o Sr. João Passarinho e o Sr. Edemar Pereira da Silva, do assentamento Nova Vitória; e o Cláudio Pereira de Souza, do assentamento Unidos para Vencer, quando foram questionados sobre condição de vida no acampamento.

> Mayka: Com era a vida na época do acampamento?
> Passarinho: Muito bem, a senhora falou bem. Nós chegamos passando muita fome dentro do curral ali que não tinha recursos, nós não tinha nada, né? Passamos fome, mas seguramos pepino aqui dentro dessa terra pra não ir embora[27].
>
> Sr. Silva: Esse aqui levantava é 2 horas da madrugada pra fazer merenda pra nós. Uma turma ficava 4 horas, outro ficava 4 horas, ai um ia dormi e o outro voltava [M: E vocês ficavam fazendo o quê?) Acampado, acordado pra não puder te ataque

[26] Entrevista com a Sra. Conceição de Maria Braveles de Caldas, do assentamento Nova Vitória.
[27] Entrevista com o Sr. João Passarinho, do assentamento Nova Vitória.

> de pistoleiro. [M: Mas já teve algum?] Aqui graças a Deus não teve nenhum[28].
> Sr. Souza: Ah, lá era muito difícil, só fofoca, por isso que eu sai lá de dentro. (M: Fofoca de quê?) Ah, deles lá mesmo, num tumulto de gente daquele, é uma fofoca danada. (M: E quem fornecia a alimentação de vocês?) Não, não tinha. (M: Como é que vocês faziam para se alimentar?) É difícil. Eu passei 15 dias, passava 15 dias, tinha que sair 15 pa [...] pra trabalhar pá conseguir o alimento. (M: E como o senhor fazia pra ir pra rua pra trabalhar?) Pra rua? De bicicleta. Eu morava no 70, no km 70, eu morava lá antes de vim pra cá. Eu vinha de bicicleta. (M: Aí o senhor trabalhava lá?) É [...] eu tinha uns fazendeiros lá, conhecidos as pessoas de lá, ai pegava um serviço e fazia, trabalhava a diária, pá trazer o alimento pá cá pá conseguir. (M: Mas o senhor veio com a família ou sozinho?) Eu vim só, depois que a família veio. (M: Enquanto isso sua família estava onde?) Lá no km 70 ali. Depois de um ano. Ai depois de um ano, quando já tinha a primeira roça de arroz é que eu vim pá dentro. (M: Vocês sofreram aqui dentro?) Já, sofri demais, já comi até folha de pau, não tenho vergonha de falar, que na hora da fome eu como mesmo, que aqui não tinha nada, não tinha nada, nada, nada. Apesar de que só tinha pau, acabou que eu comi folha de juá, que é a melhor que tem. Aqui tem muito lá pá fora. (M: Serve pra quê?) É [...] é uma frutinha, uma árvore cheia de espinho. (M: Comia a folha?) Sim, comia a folha que o estômago não aguentou, ai na hora que vem a fome assim, pa não comer nada, né?[29]

As dificuldades relatadas por esses três assentados representam as condições de vida que todos os outros assentados enfrentaram para conseguir a sua terra. Após esse período de grande instabilidade nos acampamentos, os camponeses conseguiram a regularização e a transformação dos acampamentos em assentamentos rurais pelo INCRA, com exceção do acampamento Bonfim, que ainda não foi regularizado.

A Tabela 3 mostra a área de cada assentamento e a capacidade do número de famílias que cada um suporta.

---

[28] Entrevista com o Sr. Edemar Pereira da Silva, do assentamento Nova Vitória.
[29] Entrevista com Cláudio Pereira de Souza, do assentamento Unidos para Vencer.

Tabela 3 - Área dos assentamentos rurais de Rondon do Pará

Assentamentos	Área (hectares)	Número de famílias
José Dutra	29.345.229	71
Nova Vitória	59.742.991	116
Nossa Senhora Aparecida	34.085.678	50
Unidos para Vencer	22.413.237	49
Acampamento Bonfim	s/i*	s/i*

Fonte: ITERPA (2011)

* s/i: Sem informação ou informação indisponível no site do ITERPA.

Tendo em vista a ocupação das respectivas áreas dos assentamentos rurais destacados na Tabela 3, coube a cada família escolher a localização dos seus lotes. Quando o INCRA chegava na área para fazer a vistoria, eles já estavam demarcados, desse modo, no geral, o INCRA seguiu a demarcação realizada pelos próprios assentados, apesar de em alguns casos, a demarcação deles ser alterada por incompatibilidade na metragem.

Ednalva de Souza Lopes nos conta como foi a escolha dessa área de terra, a divisão dos lotes e um pouco das dificuldades que enfrentaram:

> Mayka: E como foi pra escolher essa terra pra acampar?
> Sra. Ednalva: Essa terra não morava ninguém, a terra era largada porque o dono dessa terra tinha deixado ela, não morava ninguém, ela tava uma terra só tinha juquira, não tinha nada mais. E aí o finado Dezinho foi quem descobriu que essa terra não era [...] era documentada, ela era uma terra grilada. Que era uma terra grilada e que o dono dela não pagava imposto, que era terra do Estado. Aí foi onde que nós [...] ele trouxe nós pra acampar, né?
>
> Mayka: A senhora pode me contar como é que foi a divisão das terras, dos lotes?
> Sra. Ednalva: A divisão dos lotes, o pessoal, do primeiro foi assim, não foi o INCRA que cortou, a gente reuniu e limparam todo redor do lotes né, juntaram em grupo limparam a área em redor. Aí o pessoal da FETAGRI, da CPT vieram, fizeram uma reunião com a gente, ensinaram como a gente devia fazer para demarcar esses lotes né. Mais ou menos como se nós tivesse uma base, como cortar aquela base, como a gente deveria cortar pra tirar a vicinal, que é a vicinal de fora a fora pra cortar os lotes, organizar, ensinaram pra gente. E a gente reuniram né, todo mundo, todo mundo cortou o linhão de fora a fora

> dividindo o assentamento, depois foi cortando o lote dez em dez. De um lado e de outro do linhão, tá entendendo? E aí a gente tirar os lote, não ficaram assim realmente no lugar certo, mas quando o INCRA viu a diferença foi pouca.
>
> Mayka: E teve algum problema? Quais as dificuldades que vocês tiveram nessa época?
> Sra. Ednalva: Muitas. Primeiro que o pessoal não queria carregar a gente de carro. Eles não queriam levar a gente pra Rondon. Até o carro do leite eles proibiram que levasse a gente pra Rondon porque ele sabe que os fazendeiros não gostam de gente acampada. Então a gente tinha dificuldade, tinha vez que a gente tinha que ir de pé, andava de pé, agente não podia dizer que era do acampamento porque a gente tinha medo de dizer que era do acampamento até porque eles não levavam e até porque a gente tinha um pouco de suspeita de dizer. Então muita dificuldade, pra gente sair era difícil demais. A gente também não tinha o que comer, o sindicato é que mandava alguma coisa pra gente e a gente também tinha uma coordenação, nesse tempo que era a dona Graça e o Duca, eles eram os coordenadores do assentamento e eles pediam nos outros assentamentos que já era mais evoluído, que já tinha o que comer. Aí o pessoal mandava farinha, sacos de farinha, sacos de arroz, mandava feijão, mandava abóbora, mandava tudo o que eles tinha pra gente. Era uma ajuda. A gente era acampado, não podia sair pra trabalhar, tinha que ficar no acampamento. A noite tinha umas pessoas que tinha que vigiar o acampamento e outro dormiam. No outro dia, uns ia dormi e outros vigiar o acampamento pra não entrar pistoleiro, tava correndo perigo o acampamento.
>
> Mayka: E teve algum conflito na divisão desses lotes?
> Sra. Ednalva: Não, não teve conflito porque as pessoas já iam se combinado. Cada qual eu vou tirar o meu aqui, eu vou tirar o meu ali, cada qual tirava o seu no lugar que cada qual cortava o seu. Às vezes se juntava de dois, três: eu vou tirar o primeiro, o segundo eu vou tirar o terceiro do linhão. Começava do linhão: eu quero o primeiro, eu quero o segundo. O meu foi o quarto lote. Aí se o meu pegasse água e se o do vizinho pegasse água e o meu não pegasse, mas foi o que a gente escolhemo. Não teve conflito não, foi organizado.[30]

Após essa divisão dos lotes do assentamento José Dutra, cada família foi morar nos seus 10 alqueires de terra[31], algumas pessoas optaram morar no lote que o grupo deixou para a construção da vila do assentamento, como mostra a Fotografia 1. Os

[30] Entrevista com a Sra. Edinalva de Souza Lopes, do assentamento José Dutra.
[31] 1 (um) alqueire equivale a 2,72 hectares, então, cada família tinha acesso a 27,2 hectares de terra nos assentamentos. A exceção foram os lotes que após a demarcação do INCRA tiveram que ser diminuídos.

moradores da vila preferiram estabelecer sua morada ali, porque estariam mais próximos do acesso aos serviços e estruturas, que seriam trazidos para o assentamento, como a escola das crianças, mostrada nas Fotografias 2 e 3; a energia; a estrada principal e as vicinais que dão acesso à cidade.

Os moradores tiveram a oportunidade de escolher entre construir a sua casa, com o material fornecido pelo INCRA, no seu lote ou no lote da vila, a maioria escolheu construir sua casa na vila; outros construíram e depois abandonaram e outros construíram em seus próprios lotes.

Fotografia 1 - Vila do assentamento José Dutra

A vila do assentamento José Dutra, onde há a concentração de pessoas que abrem mão de morar no seu lote, devido à distância que ficaria aos serviços como escola e energia.
Fonte: Amaral (2009)

Fotografia 2 - A escola do assentamento José Dutra

A casa onde funciona a escola das crianças do assentamento José Dutra, com uma criança sentada perto da porta e outra na janela, ambas centradas em nós, pessoas "estranhas", que andavam pela vila.
Fonte: Amaral (2009)

Fotografia 3 - O interior da escola da vila do assentamento José Dutra

O interior da casa onde funciona a escola do assentamento José Dutra.
Fonte: Amaral (2009).

Além do José Dutra, o assentamento Nova Vitória e o acampamento Bonfim, também, fizeram um vila, onde alguns moradores preferiram se concentrar. Diferente dos assentamentos Nossa Senhora Aparecida e o Unidos para Vencer, que não construíram a vila, cada morador permaneceu na área dos seus lotes.

A construção dessa vila, com as casas de alvenaria, mostradas na Fotografia 1, não foi uma dádiva, mas sim o resultado de muitas lutas marcadas por grandes dificuldades, medos e esperanças como vimos na fala da professora Ednalva. Ela relatou a condição da terra identificada pelo sindicalista José Dutra, uma terra grilada, improdutiva e abandonada pelo antigo fazendeiro. Falou também sobre as dificuldades que o grupo enfrentou. Além da professora Ednalva, gostaria de destacar a fala do senhor José Florêncio de Souza Neto, atual presidente da associação, que conta um pouco mais sobre as dificuldades no processo de conquista da terra do assentamento.

> Nós tinha dificuldade de transporte. Era a grande dificuldade. Que eu cansei de ir de a pé daqui na estrada, vinte e tantos quilômetros, de a pé! Nós tinhamo que ir por dentro, passando pelo 105, é nós saía lá. Então, cansei de muitas vezes ir a pé pela aqui, e às vezes chegava lá sem dinheiro. Não tinha dinheiro pra pagar, nem sequer a passagem. As pessoa já davam com a mão para os carros, se conhecia, que a gente era uma pessoa que estavam na terra, eram os sem terra, ai era o pior, né? Ainda teve companheiro nosso que acostumado vim de lá né? Ia passando o carro ele atirava. Atirava. Aconteceu todas essas dificuldades, né? Transporte [...] da gente trazer uma feira, aquele negócio, sabe? Aí tinha o carro do leite que às vezes a gente pedia e ele trazia, né? Ele passava aqui meio perto, aí a gente acaba de chegar com ela na cabeça. Mas depois que, o INCRA veio, que a gente fez a pesquisa aqui e tal, a vistoria como a gente via falar, e a gente organizou-se, e fizemo uma, começemo [...] vamos ajeitar aqui pra gente se organizar. Aí [...] vamos fazer um [...] ajeita uma coordenação aqui dentro. Aí começemo, já fomos atrás do carro pra vim pra cá. Primeiro foi atrás de um trator ne, aí me bati e bati e me bati com esse trator, vai e vai, pra ele vim tirar [...] vê que nós dá a madeira dá a madeira que tinha no local, donde ele fazia a estrada. Aí dava a madeira pra ele né. Na faixa de vinte metros prum lado e pro outro nós dava pra ele, fora da estrada vinte pra ele[32].

Mesmo diante dessas dificuldades, o grupo não desistiu, permaneceu firme no ideal da conquista da terra, se organizando, buscando ajuda onde podia, no caso da comida fornecida pelos outros assentamentos e pelo sindicato que fornecia as cestas básicas. Diante de tudo isso, temos elementos suficientes para concluir que a gênese histórica do assentamento José Dutra, bem como de todos os assentamentos visitados, faz parte da lógica do movimento da fronteira, da luta e resistência da frente de

[32] Entrevista com Sr. José Florêncio de Souza Neto, do assentamento José Dutra.

expansão contra a frente pioneira no município de Rondon do Pará. A gênese histórica dos assentamentos visitados é justamente a luta pela reforma agrária.

3.2 A PRODUÇÃO CAMPONESA E A RELAÇÃO DO CAMPONÊS COM A TERRA

A relação do camponês com a terra em Rondon do Pará, especificamente, nos assentamentos rurais José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida e no acampamento Bonfim, está relacionada com a busca do equilíbrio interno da sua unidade econômica camponesa, mediante o equilíbrio entre terra, trabalho e família, para satisfazer as suas necessidades de reprodução.

Entretanto, o equilíbrio interno da unidade econômica camponesa desses assentamentos rurais de reforma agrária é muito instável, pois a terra onde estão localizados não possui uma boa fertilidade em sua totalidade, uma parte dela possui água e a outra parte é seca, o que influencia diretamente na escolha do produto a ser cultivado. A terra que possui água apresenta uma produção camponesa mais diversificada, enquanto na terra seca a produção acaba sendo restringida a um produto, obrigando, muitas vezes, o camponês a trabalhar como assalariado em outras atividades dentro do próprio assentamento ou nas fazendas vizinhas, bem como se inserir na produção do carvão vegetal ou produzir alimentos em parceria com outros assentados, como alternativas para a obtenção de renda.

Essa realidade aponta para a inexistência de uma política agrícola voltada para o tratamento dos solos dos assentamentos rurais de reforma agrária de Rondon do Pará, a fim de melhorar a fertilidade dos mesmos, contribuindo para a produção camponesa de alimentos.

A Tabela 4 identifica os alimentos cultivados nas roças dos assentamentos, e do acampamento rurais visitados em Rondon do Pará. De acordo com essa tabela, o produto mais cultivado é a mandioca, pois a maior parte das terras é seca e não possui, portanto, os nutrientes necessários para o cultivo diversificado, além não ter nenhuma política agrícola voltada para essas terras. Além disso, na Tabela 4 é mostrado que o cultivo de alimentos no acampamento Bonfim é muito residual, mas, na verdade, o que acontece nesse acampamento é a intensa produção do carvão vegetal, que será enfatizada no próximo item deste texto.

Tabela 4 - Alimentos cultivados nas roças dos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará (2009-2010)

Assentamentos	Alimentos								
	Arroz	**Feijão**	**Milho**	**Mandioca**	**Urucum (corante)**	**Batata**	**Abóbora**	**Quiabo**	**Maxixe**
Nova Vitória	12	11	11	13	1	1	4	1	1
Unidos para Vencer	6	4	4	4			1		
Nossa Senhora Aparecida	1	1	3	3					
José Dutra	8	9	9	11					
Acampamento Bonfim	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Total	27	26	29	32	1	1	5	1	1

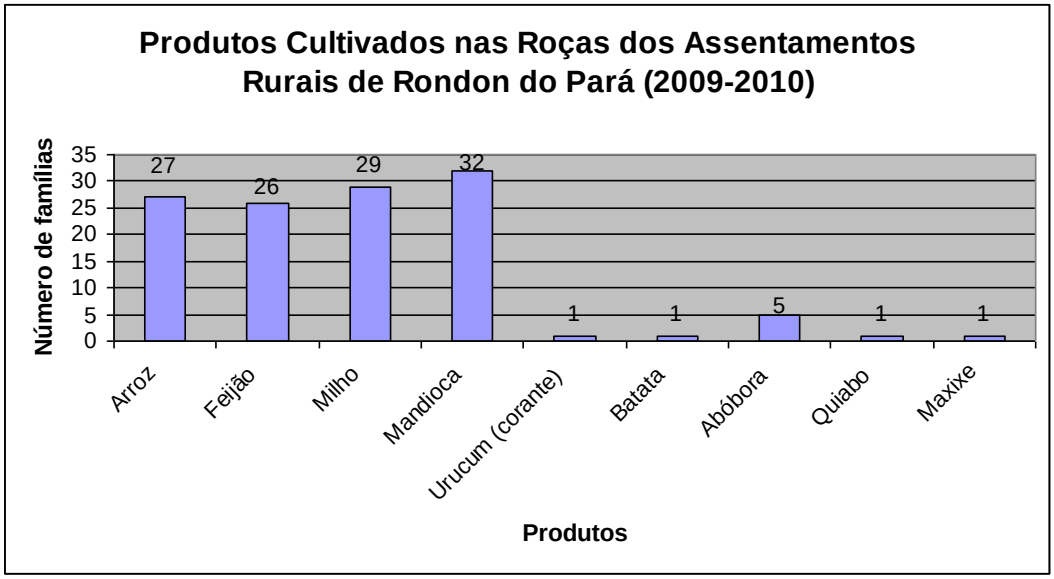
Fonte: Elaborada pela autora com base no trabalho de campo (2010)

As falas do Sr. João Simão de Souza e da Sra. Benta Pereira Araújo enfatizam a realidade das famílias que não possuem água nas suas terras.

> Mayka: E vocês, é [...] quais são os principais problemas que vocês enfrentaram e que enfrentam aqui hoje?
> Sr. João: É, pra nós é só a água mesmo, né?
> Mayka: E o que o senhor planta aqui?
> Sr. João: Ah! Eu planto tudo. Mandioca, milho. Só não planta arroz, que não dá aqui, arroz, né? Feijão. Tudo eu planto aqui.
> Sra. Benta: Não. O que dá mesmo melhor é mandioca[33].
> Sr. João: o que dá melhor é mandioca[34]

O Sr. João Simão de Souza e a Sra. Benta Pereira Araujo mostram que a mandioca é o produto mais cultivado nas terras dos assentamentos e do acampamento, apesar dos camponeses produziram outros produtos como arroz, feijão, milho, urucum (corante), batata, abóbora, quiabo e maxixe (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Produtos cultivados nas roças dos assentamentos rurais de Rondon do Pará- 2009-2010



Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

Assim como o Sr. João e a Sra. Benta Pereira, o Sr. Jailson Oliveira Miranda também apresenta uma realidade semelhante. Segundo ele, a terra que não possui água é o que eles chamam de "chapadão", uma terra barrenta, sem fertilidade e destituída de ações voltadas para a sua recuperação, sendo usada para o cultivo da mandioca.

---

[33] Entrevista com a Sra. Benta Pereira Araújo, do assentamento José Dutra.
[34] Entrevista com o Sr. João Simão de Souza, do assentamento José Dutra.

> Mayka: e aqui na sua terra? Você planta alguma coisa?!
> Sr. Jailson: tem plantado. Tem [...] planto. Planto milho, planto [...] nós planta mandioca, nós planta arroz, não aqui na minha terra, né?! Mas sempre eu tenho, eu tenho que falar aqui, né?! Porque eu trabalho aqui, mas planto ali na "de mãe", que a "de mãe" dá. Aqui no chapadão não dá não. Aqui só tem mandioca plantada[35].

Além da produção camponesa ser prejudicada pela falta de uma política agrícola voltada para a irrigação das terras dos assentamentos e do acampamento visitados, a fim de torná-las mais férteis, portanto, mais produtivas, a criação de animais também sofre com isso, como relatou o senhor Sr. João:

> Mayka: E o senhor cria animais?
> Sr. João: Não. Não crio porque [...] só os animais que eu tenho são galinhas mesmo. Não crio mais porque aqui não tem água [...] [Sra. Benta: já tentamos criar uns gados, uns dois anos.] eu criei gado mas ai não deu criar porque não teve como eu manter esse gado sem água aqui, né? Aí tive que botar esse gado fora, né? Vender[36].

Apesar dos camponeses relatarem que a criação de animais é prejudicada pela falta de água, eles não abandonaram a criação. Na Tabela 5 são identificados os animais criados nos assentamentos e no acampamento.

---

[35] Entrevista com Jailson Oliveira Miranda, do assentamento José Dutra.
[36] Entrevista com o Sr. João Simão de Souza, do assentamento José Dutra.

Tabela 5 - Criação de animais nos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará (2009-2010)

Assentamentos rurais	Criação de animais									
	Bode	**Gado**	**Galinha**	**Jegue**	**Jumento**	**Ovelha**	**Porco**	**Pato**	**Peixe**	**Peru**
Nova Vitória	1	9	14	1	4	1	4	1	1	
Unidos para Vencer	-	3	5	-	1	1	4	2		
Nossa Senhora Aparecida		3	3							
José Dutra		5	8		2		4	1		1
Acampamento Bonfim	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Total	1	20	31	1	7	2	12	4	1	1

Fonte: Elaborada pela autora com base no trabalho de campo (2010)

Os camponeses reconhecem que para obterem uma boa e diversificada produção é necessário que haja um investimento no melhoramento dos solos, isto é, uma política agrícola que leve em consideração as especificidades de cada área dos assentamentos e do acampamento. Isso fica claro na entrevista do Sr. Silva Gonçalves de Alencar, quando ele relata que há três anos vem perdendo a sua produção.

> Mayka: E o senhor planta e quando planta qual é o período?
> Sr. Silva: Nós plantava em novembro, dezembro, mas tá com três anos que nós planta [...] morre. No ano trasado eu plantei duas linhas e meia e peguei um saco de arroz que molhou todinho.
> Mayka: Por quê?
> Sr. Silva: A doença, ai eu tenho um filho que ele trabalha, doutor, da [...] da [...] agronomia que me disse pai ai se não tiver uma pessoa para dar um apoio não pode não. Ai quando foi o ano passado eu plantei um milho e colhi no fim de novembro, no fim de outubro, deu uma chuva ai eu fui e plantei quando foi em dezembro, deu uma doença que o milho já estava secou e ficou verde. Ai o meu filho veio e eu disse: 'e ai meu filho o que que tu diz?' É doença pai, se não tiver uma mecanização, trabalhar, cortar a terra, botar remédio, ninguém pode mais. Agora, a gente tá deixando para plantar, o ano passado quando foi para plantar o arroz eu falei para o rapaz que eu só quero que plante no fim de dezembro para nascer em janeiro, quando foi nascendo em janeiro bateu o inverno e esfriou mais a terra, foi o tempo que a gente fazia coisa e coisa[37].

Os assentados que possuem a terra banhada por água, cultivam arroz, milho, feijão, mandioca, amendoim e variadas frutas, como: abacaxi, açaí, acerola, azeitona, banana, caju, coco, cupuaçu, goiaba, laranja, limão, manga, mamão, melancia, maracujá, tangerina, seriguela. A fala da Sr. Ednalva mostra um pouco disso.

> Mayka: E na sua área tem água?
> Sra. Ednalva: Tem, na minha área tem água.
> Mayka: Mas é água que já tinha ou água que a senhora colocou?
> Sr. Ednalva: Água que já tinha, nascente.
> Mayka: E o que que a senhora planta lá?
> Sra. Ednalva: Eu planto de tudo na minha terra. Eu planto milho, feijão, mandioca, faço farinha, banana, abacaxi, laranja, fruta de todo tipo na minha terra[38].

---

[37] Entrevista com o Sr. Silva Gonçalves de Alencar, do assentamento Nova Vitória.
[38] Entrevista com a Sra. Ednalva de Souza Lopes. assentamento José Dutra.

Além da Sra. Ednalva, gostaria de destacar a fala do Sr. Sebastião Nunes da Silva, que relatou o que produzia na sua terra demonstrando muito orgulho e felicidade por estar ali naquele assentamento. Ele fez questão de mostrar as frutas que tem no seu quintal, como se observar nas Fotografias 4 e 5.

Fotografia 4 - Área de plantação do Sr. Sebastião Nunes da Silva

A área de plantação do Sr. Sebastião tem como marco esse "pé de mamão". A partir daí, observamos uma "juquira", onde é possível localizar muitos "pés de mamão", além das outras plantações.
Fonte: Amaral (2009).

> Mayka: e deu?! A terra é boa?!
> Sr. Sebastião: boa! Aqui só não dá se você não plantar. Mas ó, isso aqui. Isso aqui eu tenho, ta ai dentro, vocês pode olhar ai, só vê juquira né, começa bem aí nesses pé de mamão. Isso ai é Junqueira, mas pode entrar dentro, cê acha é muito lá, e tem é muito aí, de madeira, tá perdendo. Porque eu tenho esses pé aí, tem uns pé aqui, tem outros pé ali! Mas eu não levo pra vender, porque ocê chegar com uma caixinha grande assim, então tá bom assim.

Fotografia 5 - Plantação de abacaxi

Além do "pé de mamão", o Sr. Sebastião nos mostra a sua plantação de abacaxi no fundo do seu quintal.
Fonte: Amaral (2009).

Além da carência de água nas terras dos assentamentos e do acampamento de Rondon do Pará, a qual tem refletido diretamente na produção desses camponeses assentados, não se pode deixar de destacar a atuação do Programa de Fomento e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no financiamento dos seus projetos produtivos.

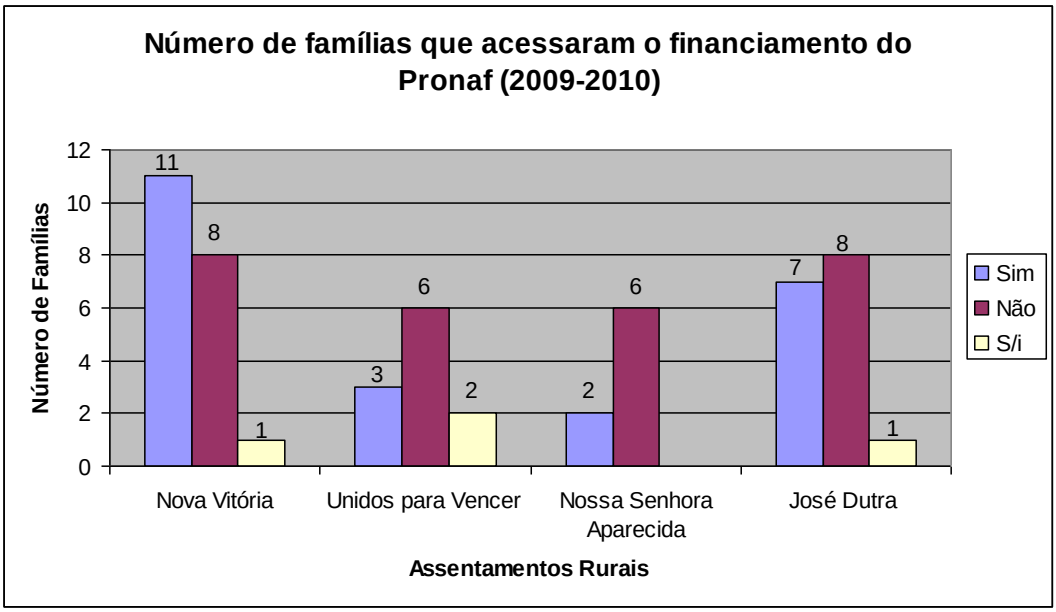
O programa do fomento consistiu numa verba do Governo do Estado voltada para os assentamentos, com intuito de promover o progresso no campo. O acesso dos camponeses assentados de Rondon do Pará ocorreu após a morte do sindicalista José Dutra, o Dezinho.

> Logo tem o fomento, depois que finado Dezinho morreu, com a morte do finado Dezinho logo tomaram maior problema porque ele além de ser presidente do sindicato, ele também era coordenador da FETAGRI né, lá uma pessoa muito importante, de grande valor. E aí o INCRA, com a FETAGRI, CPT, essas autoridades tudo, logo chegaram rapidamente no assentamento né, fizeram logo vistoria e logo organizaram e logo veio o fomento pra gente, o dinheiro que o governo manda pra gente comprar alimento, machado, facão, essas coisas pra poder trabalhar. Logo veio esse fomento e ajudou muito os agricultores. [...] começamos trabalhar, aí depois disso veio a casa, veio o PRONAF, o PRONAF A, que inclusive tem gente

> que já começaram a pagar. Outros nem começaram a pagar ainda porque teve na terceira remessa, porque nós tivemos a primeira, a segunda e a terceira remessa do PRONAF. E hoje todo mundo tem seus alimentos, todo mundo tem sua vaca pra tomar leite né, todo mundo tem suas coisinhas. Só não tem quem não quis enfrentar, quem saiu do [...] do assentamento, mas que ta no assentamento hoje tá de parabéns (Sra. Ednalva de Souza Lopes, assentamento José Dutra).

O PRONAF é um programa de financiamento do Governo Federal para projetos individuais ou coletivos que possam gerar renda para os produtores agrícolas. Entretanto, nem todos os camponeses acessaram esse financiamento, não quiseram "enfrentar", como diz a Sra. Ednalva. O Gráfico 7 mostra o número de famílias de cada assentamento e acampamento que acessaram esse financiamento.

Gráfico 7 – Número de famílias que acessaram o financiamento do PRONAF (2009-2010)

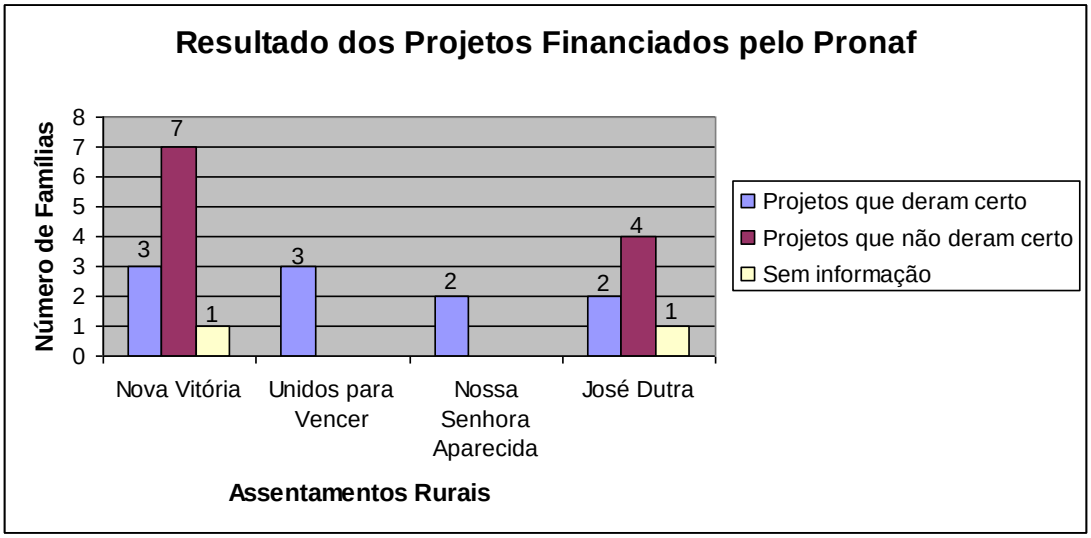


Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

De acordo com o Gráfico 7, das 20 (vinte) famílias entrevistadas no assentamento Nova Vitória: 11 (onze) disseram que acessaram o financiamento do PRONAF, 8 (oito) não acessaram e 1 (uma) não deu informação; no assentamento Unidos para Vencer, das 11 (onze) famílias entrevistadas: 3 (três) acessaram o financiamento, 6 (seis) não acessaram e 2 (duas) não informaram; no assentamento Nossa Senhora Aparecida, das 8 famílias: 2 (duas) acessaram e 6 (seis) não acessaram; e no assentamento José Dutra, das 16 famílias: 7 (sete) acessaram o financiamento, 8

(oito) não acessaram e 1 (um) não informou.[39] O Gráfico 8 mostra o resultado dos projetos financiados pelo PRONAF, indicando o número de famílias que conseguiram que os seus projetos fossem realizados, possibilitando a obtenção de uma renda, por um lado, e o número de famílias que não conseguiram obter renda com os projetos, os quais não deram certo, resultando na perda de todo o investimento realizado.

Gráfico 8 – Resultado dos projetos financiados pelo PRONAF



Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

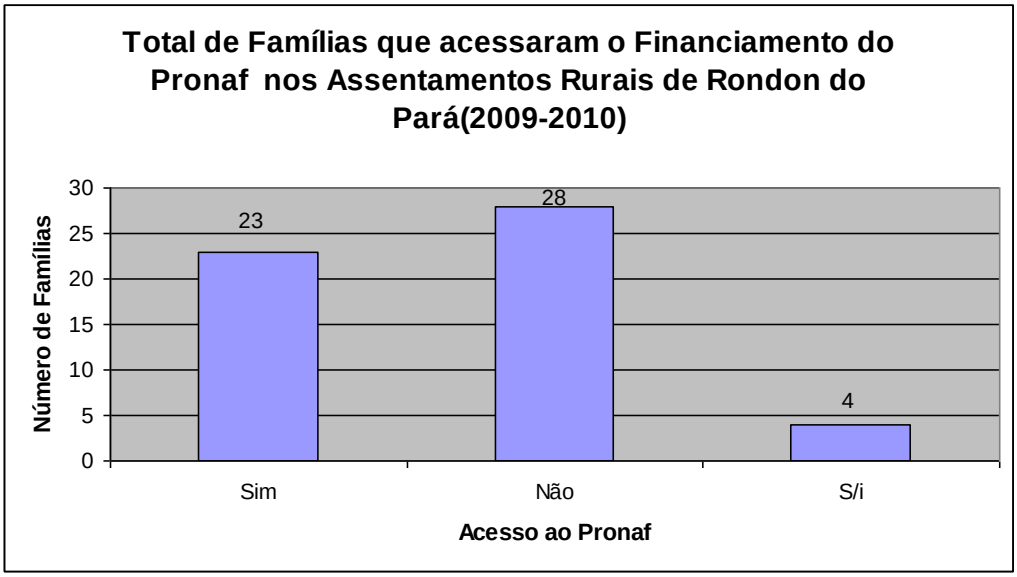
De acordo com as informações desse gráfico, das 11 (onze) famílias que acessaram o financiamento do PRONAF no assentamento Nova Vitória: 3 (três) disseram que os projetos deram certo, 7 (sete) disseram que os projetos não deram certo e 1 (uma) não deu informação; no assentamento Unidos para Vencer, das 3 (três) pessoas que acessaram o financiamento, as 3 (três) afirmaram que os projetos deram certo; no assentamento Nossa Senhora Aparecida, as 2 (duas) famílias que acessaram, disseram que os projetos deram certo; e no assentamento José Dutra, das 7 (sete) famílias que acessaram, 2 (duas) obtiveram êxito nos projetos, 4 (quatro) não obtiveram êxito e 1 (uma) não informou.

A partir dos Gráficos 7 e 8, pode-se concluir que no "universo" das 55 (cinquenta e cinco) famílias entrevistadas nos assentamentos rurais: Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida e José Dutra, de Rondon do Pará, 23 (vinte e três) famílias acessaram o financiamento do PRONAF, enquanto 28 (vinte e

[39] O acampamento Bonfim não apareceu porque o financiamento do PRONAF está destinado aos assentamentos regularizados. Além disso, a atividade predominante nesse acampamento é o carvoejamento, como será visto no próximo item deste capítulo.

oito) não acessaram, e 4 (quatro) famílias não deram informações, como está identificado no Gráfico 9.

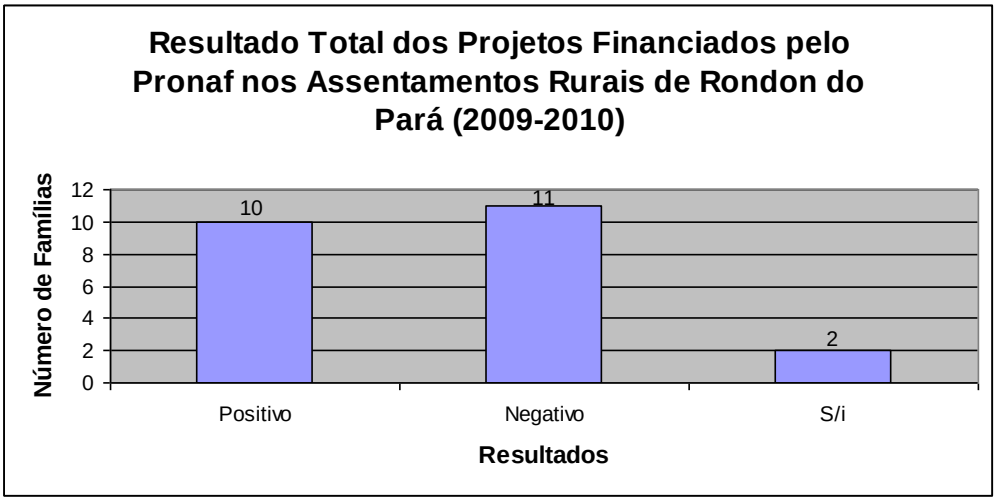
Gráfico 9 – Total de famílias que acessaram o financiamento do PRONAF nos assentamentos rurais de Rondon do Pará (2009-2010)



Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

Das 23 (vinte e três) famílias que acessaram o financiamento do PRONAF nos assentamentos rurais visitados em Rondon do Pará, 10 (dez) famílias obtiveram êxito nos seus projetos, conseguiram implantá-lo e desenvolvê-lo gerando uma renda para as suas reproduções. Enquanto isso, 11 (onze) famílias tiveram os seus projetos fracassados, e 2 (duas) famílias não deram informação (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Resultado total dos projetos financiados pelo PRONAF nos assentamentos rurais de Rondon do Pará (2009-2010)



Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

Os Gráficos 7, 8, 9 e 10 mostram a realidade do PRONAF nos assentamentos Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida e José Dutra, no município de Rondon do Pará. Eles contradizem a fala da Sra. Ednalva de Souza Lopes, do assentamento José Dutra, quando afirmou acima que "[...] hoje todo mundo tem seus alimentos, todo mundo tem sua vaca pra tomar leite né, todo mundo tem suas coisinhas. Só não tem quem não quis enfrentar, quem saiu do... do assentamento".

Na verdade, os dados expressos nos gráficos mostram que esse programa não promoveu uma dinamização da produção camponesa nos assentamentos visitados em Rondon do Pará. Os camponeses assentados reconhecem a importância do PRONAF, mas ao contrário do que se esperava, ele causou foi o endividamento dos camponeses, pois a maior parte dos projetos não deu certo, a maioria deles perdeu toda a produção, ficando apenas a imensa dívida do financiamento para pagar, como indica a fala do Sr. Eduardo Pereira, camponês assentado e presidente do sindicato:

> Mayka: Qual é importância do PRONAF para o assentamento?
> Sr. Eduardo: A importância do PRONAF dentro do assentamento, dizer que nem a história é uma ajuda de custo muito bem vinda pra dentro do assentamento, né? A gente sabe que nem todo mundo, a riqueza, ela ficou pra todo mundo, mas nem todo mundo ficou com a riqueza né, aonde a gente luta muito com os trabalhador pra que eles não vendesse o seu lote, pra que eles não vendesse o seu gado, pra que eles não acabasse o que ele tinha né, até porque ele tinha pegado um projeto que era pra, é [...] a [...] o alimento da família dele com mais [...] mais [...] mais tranquilidade né, porque agente sabe assim que quando a gente tem o alimento assim na mesa agente fica mais tranquilo né. Agora, difícil mesmo é a gente pegar um projeto e não ter nem como pagar né, porque agente não soube administrar o projeto. É [...] em todos assentamentos hoje, tem muito cidadão que não não tem mais, pegou o projeto, mas não tem mais é [...] o gado, num tem mais peixe, não tem mais o frango, não tem mais a criação de ovino, não tem mais, acabou com tudo[40].

Os camponeses assentados ficaram sabendo do programa através do sindicato, que levou técnicos para explicarem como funcionava. Os assentados deveriam apresentar um projeto para solicitar o financiamento, após um período de carência, eles começariam a pagar as parcelas, das quais uma porcentagem ficaria com o sindicato e a outra com os técnicos, que seriam os responsáveis pela assistência aos assentados para

[40] Entrevista com o Sr. Eduardo Pereira Silva, do assentamento Nova Vitória.

que eles obtivessem êxito nos seus projetos. Entretanto, segundo os relatos dos entrevistados, os técnicos não cumpriram com o seu papel, eles deram as instruções iniciais e não apareceram mais para acompanharem o desenvolvimento dos projetos.

> Mayka: e o que o senhor fez com o dinheiro do PRONAF?
> Sr. José Francisco: Rapaz, o dinheiro do PRONAF[...] eu plantei caju [...] eu plantei [...] os técnicos aqui [...] só queria pegar o dinheiro do pião. Aí disseram: "não! Borá [...] fazer o projeto do açaí. Açaí de cerqueiro. Isso aqui dá uma beleza o açaí". Eu disse: "então, vambora!". Aí fez o projeto de açaí. Aí fiz o projeto de abelha. Nunca tinha mexido com abelha. E ai o Júlio mais o Sérgio, sentado bem aí disse: "Vem, rapaz, olha! Eu vou te ajudar do começo ao fim!". "Rapaz, eu nunca mexi com isso!". "pode ficar sem medo que aqui ninguém fez e tu vai ganhar dinheiro!". "Então bota ai!". Aí fizemos pra abelha e fizemos pra caju. Aí eu tenho seiscentos pés de caju plantado ai depois [...] durante ai [...] O caju até que é bom pra gente vender a castanha. Abelha eu peguei umas treze caixas de abea [...] Mas devido eu não saber manejar [...] foi tempo perdido porque eles vieram só um [...] um dia me ensinar a pegar as abelhas, sabe?! "algum dia tu vens mais aqui?!". Nunca mais eles pisaram aqui. Ai a abea [...]. Subia formiga, dava formigueiro. Aí ela: "rapaz, como é que faz eu as abeas... as formigas vão mudar as abeas, vão mandar embora e tal [...]". Aí ele: "não vem, tu cava o [...] pau lá [...] e bota um [...] pneu de carro com óleo queimado [...] que elas não [...]". Elas sobem entre o pau e vai embora, amarrava algodão nos paus e amarrava Bombril. Não tem jeito. Aí não pode colocar um veneno forte, pra matar as formigas, que aí as abelhas vai embora também. E acabou em nada.
> Mayka: perdeu!
> Sr. José Francisco: perdi tudo!
> Mayka: E aí? Tem que ficar pagando?!
> Sr. José Francisco: tem que pagar!
> Mayka: quanto tempo?
> Sr. José Francisco: é dez anos pra pagar. Agora [...] só que [...] vai ser, começar a pagar [...] tem três anos de carência!
> Mayka: dez anos o senhor vai pagar isso?!
> Sr. José Francisco: é três anos de carência e... Três anos em diante começa a pagar. Dentro de sete anos tem que pagar[41]!

Além do projeto de açaí, abelha e caju, realizados pelo Sr. José Francisco Pereira Costa com financiamento do PRONAF, a Tabela 6 mostra os demais projetos realizados pelos camponeses dos assentamentos visitados em Rondon do Pará.

Assim como o caso do Sr. José Francisco, a maioria dos projetos realizados pelos assentados não deu certo, como indicado nos Gráficos 8 e 10. Para uns assentados

[41] Entrevista com o Sr. José Francisco Pereira Costa, do assentamento José Dutra.

a responsabilidade pela perda dos projetos é dos técnicos levados pelo sindicato, pois eles não deram a assistência necessária para a execusão dos projetos.

Outros assentados falam que a culpa é dos próprios moradores que não souberam investir o dinheiro do PRONAF, como mostra a fala do Sr. José Ferreira Castelo Branco.

> Mayka: e o que o senhor acha do PRONAF?
> Sr. José Ferreira: esse projeto [...] é bom. O que eu enxergo muito é assim [...] falta muito de interesse e fé no [...] no povão. Muita gente acha que o PRONAF atrapalhou por [...] eu não sei por quê?! Eu vejo a trapalhada que muitos vive de arrasta num lugar difícil que nem esse. Ai pega aquele dinheiro do PRONAF, ele não sabe aplicar né? Olha [...] olha primeiro pras necessidade que tá passando né? E naquilo ele vai se disfazendo daquilo. E por causa das dificuldade, como nós tamo dizendo, passa dez anos aqui. Tanta promessa, promessa. A coisa que veio foi esse PRONAF. E as dificuldades da produção aqui que é grande. Por exemplo, aqui em cima desse chapadão, tentaram arroz, não dá, né. Arroz não dá. Vem aquele vício de madeira, de terra, de madeira que tinha só aqui em cima desse chapadão. Aí vamos viver de vender a madeira. Explorar a madeira pra serraria. Quando acaba a madeira da serraria. Lá vem essa grande influência de carvoeira. E ai o povo se encaixa naquilo, é o que se ver. Vendo a dificuldade do lugar para a produção. Ai se encaixa naquilo. Se vive só daquele gadinho [...] plantar uma mandioca [...] e é assim. Esperando, diz que vinha uma programação pra facilitar o trabalho diferente que é a agricultura né. Plantar [...] que essa terra aqui, como diz? Ela dá aqui, esse chapadão, ela dá legume, qualquer legume ela dá, mexendo nas tribulação, que é a meca [...] mecani [...] agrícola né. Agora, manual, o cara não convive. De agricultura não![42]

[42] Entrevista com o Sr. José Ferreira Castelo Branco, do assentamento José Dutra.

Tabela 6 - Projetos de investimento do Pronaf dos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará – 2009/2010

Assentamentos	Projetos de Investimento do Pronaf											
	Gado	**Açaí**	**Abelha**	**Ovelha**	**Caju**	**Arame**	**Peixe**	**Barragem para água**	**Represa**	**Roda d'água**	**Bode**	**Mel**
Nova Vitória	6	-	-	2	-	6	1	-	1	-	1	1
Unidos para Vencer	3	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-
Nossa Senhora Aparecida	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
José Dutra	1	1	1	-	1	-	2	1	1	1	-	-
Total	1	1	1	2	1	10	3	1	2	2	1	1

Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

O Sr. José Ferreira mostra-se consciente da necessidade de um investimento nas terras que não possuem água no assentamento, no “chapadão”. Para ele, no “chapadão” “qualquer legume ela dá”, mas para isso deve-se promover a mecanização agrícola. Entretanto, não se conhece nenhuma política agrícola no sentido de melhorar o solo dos assentamentos de Rondon. Com isso, os camponeses são obrigados a buscarem alternativas para a obtenção de renda para a sua reprodução.

Nesse contexto, cabe enfatizar, portanto, que a baixa fertilidade das terras dos assentamentos rurais Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida, José Dutra e do acampamento Bonfim, do município de Rondon do Pará, somada com a inexistência de iniciativas voltadas para o melhoramento dos solos, através de uma política agrícola, bem como, os prejuízos ocasionados pelo fracasso dos projetos financiados pelo PRONAF, que deixou os camponeses assentados altamente endividados, tudo isso deve ser considerado como elementos que dificultam a produção camponesa familiar de alimentos, estimulando os assentados a produzirem o carvão vegetal como uma alternativa à sua reprodução, como veremos a partir de agora.

3.3 A PRÁTICA DO CARVOEJAMENTO NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE RONDON DO PARÁ: NOVA VITÓRIA, UNIDOS PARA VENCER, NOSSA SENHORA APARECIDA, JOSÉ DUTRA E NO ACAMPAMENTO BONFIM

> O carvão a importância aqui é só pra interar o da feira mesmo. Da feira pra gente comprar o que precisa. Do remédio também eu tiro é só dele mermo. O carvão aqui o importante mermo é [...] do remédio, de tudo quanto há, da feira, se não for da roça é tudo do carvão. Aí não adianta a pessoa dizer que não é, que é, né? (Sr. Jailson Oliveira)

Diante das condições de precariedade como a falta de água, a falta de investimento num tratamento dos solos, as estradas cortadas e a falta de transporte presentes nos assentamentos rurais do município de Rondon do Pará, especificamente, nos assentamentos: Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida, José Dutra e do acampamento Bonfim, os camponeses são levados a praticarem a produção do carvão vegetal como alternativa para a obtenção de renda para a compra dos

produtos necessários a reprodução da suas famílias, produtos tais como “remédios” e a própria “feira”, como destacou o senhor Jailson Oliveira, do assentamento José Dutra.

O Mapa 10 mostra a localização das carvoeiras nesses assentamentos rurais e no acampamento visitados durante o trabalho de campo. Nesse mapa é possível perceber a forte presença da atividade de carvoejamento, o que confirma os dados da Tabela 7 que mostra que a atividade de carvoejamento está sendo realizada de forma intensiva nesses assentamentos. De acordo com essa tabela, do total de 73 pessoas entrevistadas, 48 pessoas estão diretamente ligadas com a produção do carvão vegetal.

A realização dessa atividade não segue a mesma dinâmica nos assentamentos e no acampamento visitados, ela é realizada a partir de diferentes relações sociais de produção, ora por meio da relação social de produção não capitalista, do trabalho familiar, com alguns casos de assalariamento temporário, ora por meio da relação social de produção capitalista, do trabalho assalariado. Essas diferentes relações sociais de produção do carvão vegetal representam a estratégia capitalista para a extração da renda camponesa da terra e da mais-valia pelo capital, materializado nas indústrias siderúrgicas.

Mapa 10 – Localização das carvoeiras nos assentamentos rurais no município de Rondon do Pará

Tabela 7 - Número de pessoas entrevistadas nos assentamentos e acampamento rurais do município de Rondon do Pará - 2009-2010

Assentamentos e acampamento	Número de famílias existentes	Número de entrevistados	Número de entrevistados produtores de carvão
Nova Vitória	116	20	8
Unidos para Vencer	49	11	5
Nossa Senhora Aparecida	50	8	7
José Dutra	71	16	10
Bonfim	s/i	18	18
Total	286	73	48

Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

O capital atua criando relações sociais de produção não capitalistas, familiares, através da não expropriação da terra e dos instrumentos produtivos dos camponeses, subordinando, portanto, a renda camponesa da terra por meio das "amarras" que obrigam os camponeses a produzirem o carvão vegetal a baixo custo para as insdústrias siderúrgicas.

Segundo Martins (1986, p. 175):

> Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital.

A produção do carvão vegetal a partir da relação social de produção não capitalista, familiar, com alguns casos de assalariamento temporário, ocorre principalmente nos assentamentos José Dutra e Nova Vitória. A realização do carvoejamento, a partir da relação social de produção capitalista assalariada, ocorre principalmente nos assentamentos Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida, e no acampamento Bonfim (Tabela 8).

Tabela 8 - Relações sociais de produção do carvão vegetal nos assentamentos e acampamentos rurais de Rondon do Para- 2009-2010

Assentamentos e acampamento	Produtores de carvão vegetal	Produção familiar de carvão vegetal	Produção assalariada de carvão vegetal
Nova Vitória	8	3	5
Unidos para Vencer	5	1	4
Nossa Senhora Aparecida	7	2	5
José Dutra	10	5	5
Bonfim	18	-	18
Total	48	11	37

Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

De acordo com a Tabela 8, percebe-se que a relação social de produção predominante, na realização do carvoejamento nos assentamentos rurais, e no acampamento, visitados no município de Rondon do Pará, é a produção baseada no trabalho assalariado. Ou seja, do "universo" de 48 pessoas entrevistadas, 77% produzem o carvão vegetal a partir do trabalho assalariado, enquanto 22% produzem através do trabalho familiar.

O carvoejamento realizado através do trabalho familiar ocorre em alguns casos com a combinação do trabalho familiar com o assalariamento de camponeses do próprio assentamento e/ou de pessoas de fora do assentamento. Essa combinação do trabalho familiar com o trabalho assalariado temporariamente não contraria o que o Martins afirmou acima, ela não indica a existência de uma relação social de produção capitalista no interior do trabalho camponês.

A combinação do trabalho familiar com o trabalho assalariado na produção do carvão vegetal nos assentamentos rurais José Dutra e Nova Vitória é estabelecida em virtude da carência de maior número de mão-de-obra familiar para dar conta da produção, pois esta possui várias etapas, além de ser considerada uma atividade "pesada", como afirmou o Sr. João Simão de Souza, durante a entrevista:

> Mayka: e como o senhor produz carvão?
> Sr. João: eu corto, puxo, e boto dentro do forno, e toco fogo, e tiro!
> Mayka: e o senhor faz tudo isso sozinho ou o senhor contrata outra pessoa?
> Sr. João: não. Eu não faço sozinho porque é muito pesado o serviço. Eu corto, eu encho. Mas aí pra poder puxar o caminhão puxa. E tem uns rapazes pra poder botar no caminhão, jogar em baixo lá, né? E eu que encho[43].

[43] Entrevista com o Sr. João Simão de Souza, do Assentamento José Dutra.

Além do Sr. João, existe o caso do Sr. Jailson Oliveira Miranda, do assentamento José Dutra, que recorre ao assalariamento de pessoas de dentro e de fora do assentamento quando ele se encontra "baquiado", ou seja, com muito trabalho que não consegue fazer sozinho ou doente.

> aqui, por enquanto tem o... que nem eu trouxe o Vei agora, não é direto não. Que esses dias tava parado, né? Ai eu trouxe três pra encher comigo. Trabalhar mais eu. Tem três rapaz trabalhando mais eu, que é aqueles três ali. Mas não é direto assim trabalhando. Às vezes quando eu tô mesmo baquiado. Mas às vezes quem trabalha mais só é eu e outro, ou eu e outro, mais outro. Tem horas que é nós três, mas tem horas que é mais só dois mesmo. Trabalha mais é com dois. Mas como esses dias não tava podendo aí eu trouxe esse pra mim ajudar[44].

Essa combinação do trabalho familiar com o trabalho assalariado pode ser entendida como um elemento da produção camponesa, segundo o pensamento do Tavares dos Santos (1978). O camponês se assalaria temporariamente em atividades agrícolas ou não agrícolas, como é o caso da produção do carvão vegetal, no sentido de obter mais uma renda para a reprodução da vida, e não para a acumulação. E o camponês que contrata o trabalho de outro camponês o faz para conseguir o número suficiente de força de trabalho para a realização da atividade. O pagamento pelo seu trabalho é realizado por produção.

Através disso, tem a produção do carvão, enquanto uma mercadoria para ser vendida com o intuito de comprar outras mercadorias que não se produz nos assentamentos. É uma "ajuda" para as despesas da casa, como disse o Sr. Lindomar Aguiar de Souza, do assentamento José Dutra, quando eu lhe perguntei sobre a importância da produção do carvão para a sua família.

> Mayka: e o carvão é importante, aqui, pra sua família?
> Sr. Lindomar: É. É. É porque é assim: eu faço um carvãozinho aí, porque carvão ajuda a gente também! Porque na lavoura a gente quase não tem recompensa. Então o carvãozinho aí, o que a gente produz, ajuda a gente muito, né? Ajuda na despesa da casa. Ajuda na farmácia. Ajuda na loja. Tudo isso o carvãozinho ajuda[45].

Além da produção do carvão vegetal a partir do trabalho familiar, com a presença do assalariamento temporário, existe também a produção realizada unicamente através do

---

[44] Entrevista com o Sr. Jailson Oliveira Miranda, do Assentamento, do Assentamento José Dutra.
[45] Entrevista com o Sr. Lindomar Aguiar de Souza, do Assentamento José Dutra.

trabalho assalariado por alguns assentados e, principalmente, por pessoas de fora do assentamento que negociam com o dono do lote para produzir o carvão, pagando-lhe o dinheiro equivalente de uma "gaiola" de carvão a cada três "gaiolas" produzidas, como relatou o Sr. Bonifácio Moreira, que contrata trabalhadores assalariados de fora do assentamento para trabalharem com ele.

> [...] e sempre no comum a gente paga em trinta dias, né? Paga todo mundo livre [...] e isso é sempre feito [...] com trinta dias. Ou com trinta dias ou quando produz três gaiolas de carvão, né? Que sempre uso assim: eu faço uma pra fazer despesa. Ai a segunda [...] que minha forma de fazer aqui, com o rapaz, eu faço duas gaiolas pra mim, fazer a despesa e tudo, e toda despesa é minha. Aí eu [...] tenho que passar uma pra ele, porque a terra é dele, o forno é dele, o caminhão [...] aí eu passo uma pra ele. Livre. Aí sempre eu uso fazer... a primeira gaiola é minha, pra fazer a despesa; aí a segunda eu passo pra ele e a terceira eu pago os trabalhos, tudo[46].

A fala do Sr. Bonifácio revela que ele produz na terra de outro camponês assentado, pagando-lhe a renda camponesa da terra, isto é, o tributo pago pela utilização da terra do lote para produzir. Esse tributo é pago todo mês, quando o Sr. Bonifácio produz uma "gaiola" de carvão, especificamente, para repassar o dinheiro da sua venda para o camponês assentado, proprietário do lote. Nesse caso, o camponês assentado, proprietário do lote, é um rentista, que vive da renda camponesa produzida pelo Sr. Bonifácio através do carvão vegetal.

O Sr. Bonifácio produz numa terra que não é sua, nesse sentido, o proprietário dessa terra tem o direito de extrair dela uma renda diretamente da produção, neste caso, específico, diretamente da produção do carvão vegetal, "sem a necessidade de intermediários", como Martins (1986, p. 163) explica quando trata sobre a renda camponesa da terra:

> [...] a propriedade da terra dá direito ao seu titular de extrair uma renda diretamente da produção, sem a necessidade de intermediários. É quando o camponês paga ao seu senhor o direito de trabalhar em suas terras com alguns dias de trabalho; ou então entregando-lhe diretamente uma parte da sua produção; ou ainda convertendo essa parte da produção em dinheiro e entregando-o diretamente ao proprietário. Nesses três casos, de renda pré-capitalista[47] em trabalho, em espécie e em dinheiro, o próprio produtor entrega diretamente nas

[46] Entrevista com o Sr. Bonifácio Moreira, do assentamento José Dutra.

[47] Embora Martins (1986, p. 163) fale em renda pré-capitalista, posteriormente, em Martins (2010, p. 37), ele mostra que o capital, em seu processo de desenvolvimento, pratica o movimento contraditório de subordinação de relações pré-capitalistas ao capital, bem como, cria relações antagônicas e subordinadas não capitalistas, como por exemplo, a produção camponesa que produz a renda não capitalista da terra.

> mãos do proprietário o excedente que ele reclama como pagamento pela utilização da terra.

A produção do carvão vegetal nos assentamentos rurais e no acampamento visitados é realizada a partir da produção não capitalista familiar e da produção capitalista assalariada, ambas subordinadas ao processo de monopolização praticado pelas indústrias siderúrgicas.

3.3.1. A produção do carvão vegetal a partir do trabalho familiar

> carvão aqui, logo quem chegou aqui, quem... primeiro que botou carvoeira aqui não tava aqui dentro. Ninguém nem sabia o que era carvão. Eu mermo nem intendia, nem sabia por onde começar carvão. Numa época eu trabalhava pros outro. Eu trabalhei uns tempo numa carvoeira. Ai passei a saber mai um pouquinho de carvoeira, né? Porque eu trabalhava uns dias com eles lá de motoqueiro, quando eu precisava de fazer a feira, sabe? Eu ia lá e trabalhava de motoqueiro, né? Ai, cabá eu passei a saber como é que enchia. Ai eu passei, fui fazer os forno pra mim mesmo, sabe? Ai trabalha um "Chicão". Hoje em dia ele não ta ai dentro não. Ele vendeu os direitinho dele e saiu, sabe? Que começou a mexer [...] a primeira carvoeira que começou a mexer aqui dentro foi Chicão. Aí a gente passou a saber. Aí [...] tinha uma [...]. Aí ele parou mais com a carvoeira dele, que a madeira dele queimada acabava, acabou, né? Não a mata, que hoje até, na terra dele até hoje tem a mata. Acabou aquele queimadinho, abertura. Aí ele puxava madeira pros outros. Ganhava por forno. Puxava com boi e ganhava aquela comissão, né? Trinta reais. Trinta e cinco que ele cobrava por forno que ele puxava com boi. É assim que começou, negócio de carvoeira. Ai cada um foi botando as [...] uns forninho. Agora a época eu não nego pra ninguém, né? Na época eles inxigia botar cinco forno só, né? Agora alguns que exagera. Botou seis, botou sete, botou oito [...] (Sr. Jailson Oliveira Miranda)

O Sr. Jailson mostrou claramente como surgiu o carvoejamento no assentamento José Dutra, em que o camponês assentado, "Sr. Chicão", foi o primeiro a dar início à produção, estimulando os demais assentados a construírem fornos em seus lotes. Para tanto, os assentados contaram com a liberação do IBAMA, pois tal órgão considera que o carvão produzido nos assentamentos com o limite de três a cinco fornos, não se constitui como uma atividade de grande impacto ambiental, pois seria uma produção como uma forma de reaproveitamento da madeira liberada na limpeza da área para produção da roça, como bem explicou o Sr. João Simão de Souza e a sua esposa Benta Pereira de Andrade:

> Mayka: vocês têm licença pra produzir carvão, aqui no assentamento?
> Sr. João Simão: não!

> Sra. Benta: não sei como é que funciona isso não! Não! Quando foi pra fazer o carvão de reaproveitamento, o sindicato liberou pra fazer os fornos, não foi?! Pra fazer carvão de aproveitamento da madeira das roças, né?! mas só que teve muitas gente [...]
> Sr. João Simão: e com consentimento do IBAMA, né?
> Sra. Benta: eles fala, aí quando [...] aí depois [...] só que depois foi [...] liberou... ai muita gente passou a trabalhar só no carvão, tu ta vendo aí né? Muitos lugares produzindo carvão. Mas o certo era fazer [...] os forno pra trabalhar com aproveitamento que faz a roça. Aí vai tirar madeira. Quando chega no tempo de plantar, aí já ta tudo limpo, planta, né? mas... tem muita gente no assentamento que [...] sobrevive só do carvão [...] vai [...] não fez isso não. Fez foi oito, seis, dez forno.
> Sr. João Simão: O IBAMA só aceitou, dizendo o sindicato, só aceitou três forno, né? Aí o pessoal é: "não vamo ver se a gente faz mais um". E foi lá com a presidenta do sindicato que botou e [...]. Ela pegou e diz que conversou lá como pessoal do IBAMA, e aceitou fazer mais um: quatro. Mas não podia passar de quatro de jeito nenhum. Mas tem gente que ai que exagerou, tem seis, sete, oito, nove, dez. Eu nunca passei de quatro não.

Essa liberação da produção do carvão vegetal nos assentamentos rurais de reforma agrária, pelo IBAMA, deve ser analisada com especial atenção, pois, ao longo dessa pesquisa, percebemos que a realidade investigada aponta para uma estreita relação entre os interesses do Estado, através dos órgãos públicos, com os interesses do capital, materializado nas indústrias siderúrgicas. Dessa maneira, consideramos que essa liberação consiste em mais uma ação do Estado para facilitar a produção e reprodução do capital na Amazônia e fora dela. Além disso, ela é uma forma de transferir as responsabilidades dos problemas ambientais, como o desmatamento e a emissão de gases poluentes, para os camponeses, isentando os agentes do capital das consequências das suas práticas.

Como o IBAMA "aceitou" a existência da produção do carvão vegetal nos assentamentos rurais, os camponeses passaram a produzir sem grandes pressões ambientais. As carvoeiras construídas nos lotes apresentam entre 3 a 8 fornos do tipo "rabo-quente", como mostra a Fotografia 6.

Fotografia 6 - Carvoeira familiar

A carvoeira familiar do Sr. Jacks, com 4 fornos, nas proximidades da vila do assentamento José Dutra, nas margens da estrada.
Fonte: Amaral (2009).

O Sr. Jacks construiu os fornos nessa área que pertence ao seu limite dos 10 alqueires de terra, e mora numa casa na vila. Ele trabalha na roça e na carvoeira, não permanece muitas horas na carvoeira, vem apenas na hora de encher, tirar e/ou carbonizar o forno. Além dessa carvoeira de quatro fornos, o Sr. Jacks possui mais uma carvoeira de três fornos.

Apesar da importância da produção do carvão vegetal como fonte de renda a curto prazo, a maioria dos camponeses não abandona a produção de alimentos e a criação de animais. Eles reconhecem que a produção do carvão permite a obtenção de renda mais rápido do que a roça, mas não substituem uma pela outra, pois sabem que a atividade de carvoejamento é instável e a renda acaba sendo pouca, como afirmou o Sr. João Simão de Souza, do assentamento José Dutra, quando o indaguei sobre a relação da produção do carvão com o trabalho na roça.

> Sr. João Simão: é assim. É [...] eu não deixo de cuidar das minhas coisas, da minha roça, pra mexer com carvão, entendeu?
> Mayka: por quê?
> Sr. João Simão: porque não compensa. Mexer com carvão [...]. Porque o ganho é muito pouco. O que sobra pra gente não dá pra sobreviver, entendeu? E só vou trabalhar no carvão quando eu tô desocupado da minha roça. Quando eu não tenho o que fazer na minha roça. Eu não

> vou trocar a minha roça pelo carvão. Isso eu nuca faço isso, entendeu?[48]

De forma semelhante, o Sr. José Francisco, do mesmo assentamento, falou que:

> É assim: se você vai só se envolver com carvão a agricultura fica pra traz, né? Aí tem esse detalhe porque [...] Eu mesmo não me envolvo com carvão. Às vezes eu paro pra fazer [...]. Vou cuidar das minhas coisas aí. Mas tem muita gente aí que às vezes nem bota roça: só envolvido nesse carvãozinho velho ai. Sempre eu não vejo nada também, né. Porque [...], né? Moram tudo aí [...] eu não vejo nem com carro novo, nem com nada. Não sei se tem dinheiro guardado pra lá, né. Não sei. Mas eu acho que não, porque é um chororô, é [...]. De vez em quando vem aqui é [...] "me arranja um quilo de arroz! Mais uma lata[...]." E assim [...][49].

Em sua fala, o Sr. José Francisco deixa claro que a produção do carvão não gera muita renda para os camponeses dos assentamentos. Na verdade, o carvão é uma atividade instável, apenas uma "invocação", ou seja, uma ilusão de que eles vão obter em curto prazo de tempo, uma renda, diferente do tempo de obtenção da renda oriunda da produção da roça, que demora mais.

> Sr. José Francisco: rapaz, o carvão é aquele negócio... O carvão só é... Só é invocação! Carvão não tem vantagem! Eu acho que tem vantagem pra esse pessoal que tem cinquenta, sessenta, mas pra que três, quatro forno é tempo perdido.
> Mayka: por quê?
> Sr. José Francisco: rapaz, o carvão ele aumenta. Ele aumenta. Ele vai pra cinco, seis, sete mil a carga de carvão feita ai na praça. Aí você diz: "agora ta seguro". Aí começa a comprar besteira. Começa a se afobar também. Pensa que não vai cair com pouca. Aí quando ta bem alto nas conta o carvão baixa pra mil e quinhentos, dois mil. Aí você fica naufragada. Aí você vai passar quase um ano trabalhando pra repor aquilo que você tá devendo. Eu mesmo não tenho resultado com isso ai. Eu faço uma carga de carvão, mas é lá por acaso. Meu negócio aqui é agricultura mesmo, trabalhando. E serve também porque as vezes eu não tenho nada. Ai eu já fiz uma carga. Ai eu vendo: pego mil e quinhentos, dois mil. Dá pra mim comprar um ranchinho. Ai dá pra levar de novo. Aí eu começo de novo [...] é assim, mas pra dizer assim: "eu vivo de carvão", não, né? [S: tem que pagar batedor, tem que pagar...]. É. [S: enchedor de forno; tirador de forno. Tudo tem que pagar. Ai quando chega no final o dinheiro... o lucro da gente vai pros trabalhador]. Não dá não. Pra mim o carvão não dá resultado. Nunca teve.

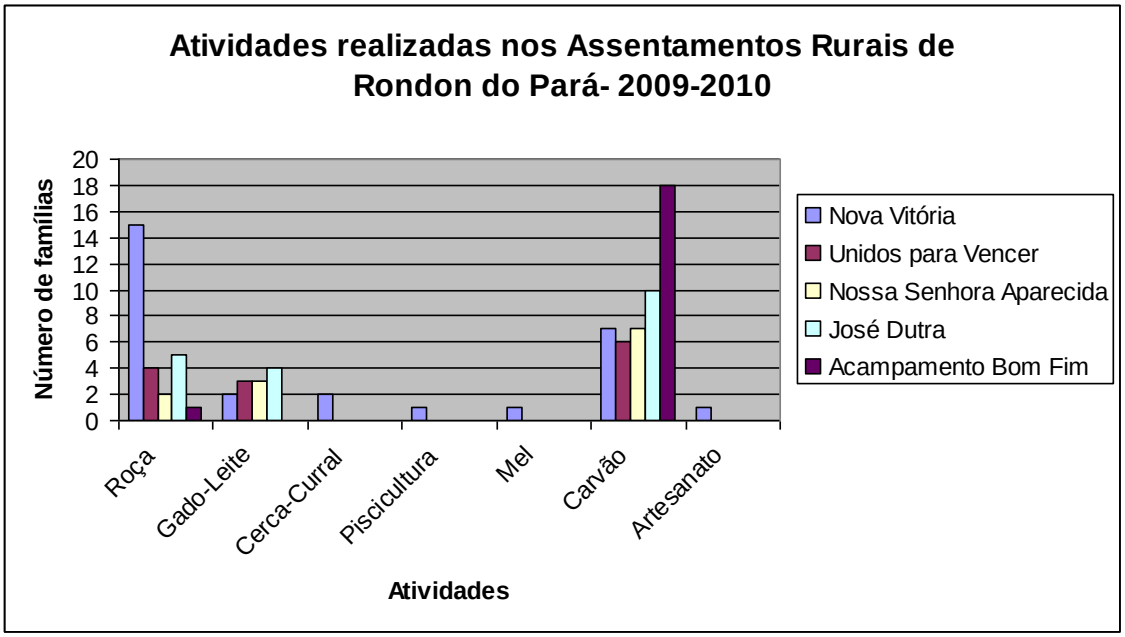
---

[48] Entrevista com o Sr. João Simão de Souza, do assentamento José Dutra.
[49] Entrevista com o Sr. José Francisco Pereira Costa, do assentamento José Dutra.

O Sr. José Francisco reconhece que o carvão ajuda, mas é uma atividade de risco, justamente, por sua instabilidade, pois ora está com o preço alto, ora com preço baixíssimo, o que acaba promovendo o endividamento do produtor. Essa fala mostra claramente a consciência do camponês em relação à diferença da produção instável do carvão para a produção agrícola, que apesar de gerar renda num prazo mais longo, é uma atividade mais estável, em que o produtor tem maior poder de controle.

Mas apesar de ser mais estável, a produção da roça nos assentamentos rurais visitados em Rondon do Pará, tem sido muito reduzida. O Gráfico 11 evidencia que a principal atividade realizada nos assentamentos Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida, José Dutra e no acampamento Bonfim tem sido o carvoejamento.

Gráfico 11 – Atividades realizadas nos assentamentos rurais de Rondon do Pará – 2009-2010



Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2010)

Essa atividade é realizada de duas maneiras, uma em que o camponês produz o carvão vegetal como uma atividade secundária, que não atrapalha o seu trabalho na roça, como indica a fala do Sr. José Francisco acima, bem como, a fala o Sr. Lindomar Aguiar de Souza:

> Mayka: e o carvão atrapalha você na produção da roça?
> Sr. Lindomar: não.
> Mayka: mas determina alguma coisa? Por exemplo: "ah, Eu não vou pra roça porque eu vou trabalhar com carvão. Eu não vou plantar esse ano por que eu tô com carvão".

> Sr. Linomar: não. Carvão nunca me empatou de eu plantar minha roça. Toda época das roça eu paro e vou fazer minha roça! Nunca empatou não[50].

A outra maneira que os camponeses têm adotado para produzir o carvão vegetal tem sido como uma atividade primária, colocando a roça num plano secundário. Essa maneira de produzir esse insumo é realizada pelos camponeses que têm suas terras no "chapadão", os quais concentram a sua produção no carvão vegetal e na mandioca, vivendo da renda obtida com a venda do carvão para comprar as outras mercadorias que necessitam para se reproduzirem.

A produção do carvão vegetal como uma atividade secundária na vida dos camponeses dos assentamentos José Dutra e Nova Vitória, é realizada de forma muito simples e doméstica, isto é, numa carvoeira pequena, como a mostrada na Fotografia 6, com no máximo 04 (quatro) fornos. O carvão é produzido a partir do reaproveitamento da madeira dispensada pelo processo de limpeza da área para a produção da roça, que é a madeira seca, a que não serve para fazer cerca e nem curral.

> Sr. João Simão: ali é pra poder [...] a gente faz pra poder [...] além da gente pegar e dar uma diária de serviço pra uma pessoa que precisa, entendeu? Sobra alguma coisinha pra gente poder fazer uma feira pra completar com o que a gente faz da farinha, entendeu? Mas é muita coisa pouca [...]. Eu tô quase parando. Eu fico sessenta dias, setenta dias pra poder tirar uma gaiola de carvão, entendeu? Já to com mais de trinta dias que to [...] agora que tô queimando o quarto forno de carvão. Mas eu não vou pegar picar a motosserra ali na mata, pra derrubar, só pra fazer carvão pra mim vender. Eu não faço isso. Todo mundo aí, a maior parte das pessoas, tá com os lotes limpo, e o meu não, tem muita mata ainda. Eu derribo sim. Eu derribo três linhas, quatro linhas, cinco linhas pra mim plantar, né? Ali eu pego aquela madeira: queimo. Acabou eu parei também, né?[51]

A fala do Sr. João Simão revela claramente a lógica da produção do carvão vegetal a partir da relação social de produção familiar. Isto é, uma atividade que é realizada de forma secundária, complementar na obtenção da renda da família, mesmo com o assalariamento temporário através de "uma diária de serviço pra uma pessoa que precisa", ou seja, um camponês que se assalaria para ajudar nas despesas da família.

A produção do carvão pela família camponesa consiste numa forma de reaproveitar a madeira dispensada na limpeza da área para a produção da roça. Além disso, o Sr. João Simão

---

[50] Entrevista com o Sr. Lindomar Aguiar de Souza, do assentamento José Dutra.
[51] Entrevista com o Sr. João Simão de Souza, assentamento José Dutra.

mostra que o camponês é consciente da capacidade destrutiva que a produção do carvão representa para a mata do seu lote. Ele sabe que se não tiver o controle, vai acabar deixando a sua terra sem nenhuma mata, ficando com "os lotes limpo", como acontece com os camponeses que têm colocado a atividade de carvoejamento como atividade principal no seu lote, e, consequentemente, reduzido muito a sua mata, como indica a fala da dona Francisca Rosana Dias Miranda, quando perguntei sobre a quantidade de carvão que eles produziam, isto é, a quantidade de gaiolas de carvão que eles produziam por mês.

> Mayka: e [...] de quantas gaiolas sai aqui por mês?!
> Sra. Francisca Rosana: uma! Por mês! Porque é [...] a gaiola de carvão que a gente faz sempre é pra pagar o armazém. Que a gente compra. Então todo mês tem que sair uma. Agora mesmo a gente não pagou o armazém porque tá atrasado. Não saiu. Ele tava doente. Tava parado. Não tava mexendo com gente. Aí ele foi e arrumou uns trabalhador pra poder tirar as gaiola de carvão mais ligeiro pra pagar o supermercado. Aí sempre é uma por mês. De primeiro a gente tirava mais de uma. Quando tinha mais madeira. A gente tirava. Só que agora a madeira já tá mais acabando aí a gente tem que economizar mais que é pra poder dar[52]

Na fala da dona Francisca pode-se perceber duas informações importantes, que revelam a lógica da produção familiar do carvão vegetal no assentamento José Dutra. A primeira informação é a de que a produção do carvão consiste numa produção simples de uma mercadoria, que será vendida para a aquisição de outras mercadorias, que essa produção não está voltada para a acumulação de lucros, como ocorre, no geral, na lógica da produção capitalista assalariada. A segunda informação importante revelada na fala da dona Francisca, e que, também, foi revelada na fala do Sr. João Simão, é a de que a produção familiar do carvão vegetal é pequena, pois, durante o período de um mês, eles conseguem produzir apenas uma "gaiola" de carvão, que corresponde a 60m³ do insumo, o que representa de forma aproximada a 120m³ de madeira removida para a carbonização. O sentido dessa atividade para o camponês assentado é que ela é uma fonte complementar da sua renda.

Um dos problemas dessa fonte alternativa de renda é que mesmo permanecendo na terra com os seus próprios instrumentos de produção, os camponeses assentados estão cada vez mais dependentes do capital, a partir da atividade de carvoejamento, como se percebe ainda na fala da dona Francisca, quando diz que eles precisam "tirar as gaiola de carvão mais ligeiro pra pagar o supermercado", caso contrário, não poderiam comprar os alimentos. Isso

[52] Entrevista com a Sra. Francisca Rosana Dias Miranda, do assentamento José Dutra.

mostra a contraditória realidade desses camponeses, que apesar de estarem na terra, não estão produzindo os seus alimentos.

Além disso, dona Francisca demonstra claramente a sua consciência em relação à finitude da biomassa vegetal do seu lote, que está cada vez mais sendo reduzida pela produção do carvão vegetal. Em virtude disso, dona Francisca considera que "[...] tem que economizar mais que é pra poder dar", ou seja, diminuir o ritmo da produção para poder desfrutar por mais tempo desse recurso.

Os camponeses que produzem o carvão vegetal de forma complementar e secundária, contratam outros camponeses para ajudar no carregamento da madeira que foi dispensada na limpeza da área para cultivo da roça. Eles a carregam até a "boca" do forno, como mostra a Fotografia 7, depois disso, o próximo passo é encher os fornos com essa madeira.

Fotografia 7 - Descarregamento da madeira na "boca do forno"

A carvoeira do Sr. Jailson Oliveira Miranda e o caminhão utilizado para carregar a madeira do mato e trazê-la até a "boca do forno", onde ocorre o descarregamento. Observe que a madeira descarregada é fina, característica da mata secundária, "capoeira".
Fonte: Amaral (2009)

As madeiras utilizadas para a produção do carvão medem entre 80 centímetros a 1 metro. Dentro de cada forno cabem, aproximadamente, 16 metros de madeira com essa metragem, após o processo de combustão, essa madeira se transforma em, aproximadamente, 6 a 8 metros de carvão vegetal. Mas para encher uma gaiola são necessários 60 (sessenta) m³ de carvão vegetal. Dessa maneira, como as carvoeiras dos camponeses, que praticam a produção familiar com assalariamento temporário, no assentamento José Dutra e no Nova

Vitória possuem entre 3 a 8 fornos, para conseguir produzir uma gaiola de carvão demora entre um mês ou dois meses.

Depois que a madeira foi colocada dentro dos fornos, inicia-se o processo de combustão, como mostra o Sr. Jailson Oliveira Miranda, quando falou como ele produz o carvão.

> Mayka: É, como é que carvão é feito?
> Sr. Jailson Oliveira: É cortando a madeira, botano nos forno, carbonizando. Carbonizar que a gente chama é olhar e tampando as boca, ele vai abaixando os fogo. Despois que enche, passo é carbonizar. Ai quando ele tiver no ponto ele deixa o carvão quase pronto mermo na caovoeira, não deixando [...] a gente reparando, não deixando estragar, ele não deixa estragar o forno, não deixa estragar o carvão.
> Mayka: e como é que faz pra não deixar estragar o carvão?
> Sr. Jailson Oliveira: vai tampando as boca dos forno, ele vai descendo, o fogo vai descendo, que tem os buraco no forno, os forno tem os buraco. Aí a gente vai tampando, aí os fogo vai baixando pro rumo de baixo. Quanto chega embaixo, ele queima ao redor do pé da madeira, né? Quando queira ao redor dos pé ele começa a parar. Quando ele para de fumaçar, ele tá quase no ponto. Quando ele para de fumaçar de tudo, aí ele tá no ponto. Tem a chaminé que puxa o resto do fogo pra queimar o pé da madeira em baixo. Que a gente enche o forno tem o pé da madeira embaixo. A gente toca fogo na copa, na copa. No que ele vai embalando a gente vai tampando as boca, ele vai baixando, que tem as bocas; tem os buracos ali. Aí ele vai baixando o fogo até chegar embaixo. Quando ele chega embaixo a gente tampa e deixa puxar pela chaminé. A chaminé é um buraco que ele tem também. Ai ele fica puxando. Quando ele para de fumaçar de tudo, ele pega [...] a gente pega veda tudo e barrela, joga a barrela por cima que é pra ele esfriar. As vezes ele esfria tudo que ele nem fogo num dá.

Depois que o carvão esfria, ele é retirado de dentro do forno e acumulado até completar os 60m³ necessários para preencher uma gaiola. Os camponeses vão acumulando o carvão na própria carvoeira, como mostra a Fotografia 8, ou ensacados e guardados dentro de um barraco, como mostra a Fotografia 9.

Fotografia 8 - Acumulação de carvão na carvoeira

O carvão vegetal sendo acumulado na carvoeira, enquanto os fornos, que já passaram pelo processo de carbonização e barrelamento, estão em processo de esfriamento para a retirada do insumo.
Fonte: Amaral (2009).

Fotografia 9 - Acumulação de carvão em sacos

O carvão vegetal sendo acumulado em sacos e guardado dentro do barracão, para completar os 60m³ necessários para encher uma gaiola.
Fonte: Amaral (2009).

Completada a carga de carvão referente a uma "gaiola", o camponês vai à cidade para vendê-la. Os camponeses já sabem exatamente quem são os compradores do carvão na cidade de Rondon, esses sujeitos compram o carvão do assentado e o transportam para a

indústria siderúrgica, localizada no município de Marabá. Alguns camponeses já têm comprador certo para o carvão, outros vendem para quem pagar um preço maior.

> Mayka: e quem compra o seu carvão?
> Sr. Jailson Oliveira: Elialdo.
> Mayka: e como você conseguiu esse contato com o Elialdo?
> Sr. Jailson Oliveira: eles chega aí [...] tem horas que não é só ele que vem, né? Na época ele chegou e [...] procurando carvão pra comprar, e eu cheguei e [...] vendo pra ele até hoje. Comecei vender pra ele e ele é gente boa. Ai quando a gente precisa também, duma feira, duma coisa, ai ele arruma pa gente, aí eu vendo pa ele até hoje. Conheci ele, aí mesmo, caçando carvão pra comprar e eu passei a conhecer e vendo pa ele.
> Mayka: e se você [...] conseguisse uma pessoa, arranjasse uma pessoa que compra [...] um preço maior? Você deixava de vender pra ele pra vender pro outro?
> Sr. Jailson Oliveira: dependendo, assim, se fosse um preço melhor. Agora gente que te aparece muito, sabe? Gente atravessador. A senhora conhece o que é atravessador, né? Aí eu não deixo não.
> Mayka: por quê?
> Sr. Jailson Oliveira: porque na parte, quando a gente tem hora que precisa. Aí tem hora que aquele que é do conhecimento da gente ele ajuda a gente, principalmente, se a gente precisou, se a gente quebrou uma coisa, ou tá precisando duma feira, aí ele vai e arruma. E o atravessador tem horas que paga mais caro, mas se a gente chegar a precisar de alguma coisa, ele não [...]. num fornece. Fornecê alguma coisa que a gente precisa, ou até duma feira ele não fornece[53].

O Sr. Jailson Oliveira mostrou que no processo de comercialização do carvão existe, em alguns casos, uma relação de confiança referente ao comprador, que é o atravessador. Essa relação de confiança é fundada na "ajuda" que o atravessador dar ao camponês nos momentos de maior escassez, de "precisão".

Entrementes, para além dessa relação de confiança indicada pelo Sr. Jailson, o que a sua fala revela é uma verdadeira relação de subordinação da renda camponesa da terra ao capital comercial, o que acontece através da venda do carvão vegetal ao atravessador, isto é, para aquele que "ajuda a gente", aquele que "fornece alguma coisa que a gente precisa". Na verdade, entendemos que essa "ajuda" não ocorre porque o atravessador é caridoso e quer ajudar o camponês assentado, ela funciona como um mecanismo utilizado por esse sujeito para "amarrar" o camponês, de modo que ele comercialize o carvão apenas com esse atravessador.

---

[53] Entrevista com o Sr. Jailson Oliveira Miranda, do assentamento José Dutra.

Situação semelhante foi ressaltada por Tavares dos Santos (1978), quando discorreu em “Colonos do vinho”, sobre os vínculos dos camponeses produtores de uva, do núcleo de colonização italiana de São Pedro, no município de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, com as indústrias de vinho, as quais, também, criam mecanismos para aprisionar os camponeses para produzirem a uva necessária à produção do vinho.

> Ser “freguês” de uma cantina significa vender a uva para a mesma firma há muito tempo, dez, quinze, vinte anos, desde a época do “meu véio pai”. É uma prática tradicional de uma relação mercantil, pois “estar sempre sentado numa cadeira só” vai recobrindo de uma sociabilidade extra-econômica a crueza da relação de troca. Na memória dos camponeses de São Pedro, está a figura paternalista de alguns cantineiros, que os visitavam em suas casas, quase sempre antes da colheita. Daí que, do ponto de vista do camponês, ser “freguês” é a garantia de “lugar prá colocá a uva”, assegurando a venda anual do seu produto. Do ponto de vista da burguesia industrial, manipular a instituição do “freguês” é uma forma de preservar o fornecimento da matéria-prima (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 94-95).

Por outro lado, a subordinação da renda camponesa da terra ao capital comercial ocorre, também, na comercialização realizada sem que haja essa relação de confiança, em que o camponês assentado vende o carvão vegetal para o atravessador que pagar mais pela “gaiola”, como declara o Sr. José Francisco Pereira Costa.

> Mayka: quem compra? Assim, tem uma pessoa fixa?
> Sr. José Francisco: Rapaz, tem não. É vários aí. É aquela pessoa que ocê chega [...]. Vamos supor: cê tem um [...] aí esse rapaz aí compra por cem conto. Mas eu vou ali, naquela ali, e ela compra por seiscentos. Ai eu vendo pra aquela. Não tem aquele certo, sabe?[54]

O sujeito comprador do carvão vegetal dos assentados, geralmente, é um produtor tradicional de carvão ou um produtor que possui grandes e muitas carvoeiras no município. Ele conhece e detém todos os mecanismos para a realização da compra do carvão dos assentados e da sua venda para as indústrias siderúrgicas. Esse sujeito que compra o carvão dos assentados já possui relações com a própria indústria siderúrgica, conseguindo, portanto, as notas fiscais para o transporte dos produtos florestais ora com a própria siderúrgica, ora com pessoas que se dedicam tão somente à obtenção dessas notas e a sua venda aos compradores de carvão. São relações ilegais de compra e venda do carvão vegetal.

[54] Entrevista com o Sr. José Francisco Pereira Costa, do assentamento José Dutra.

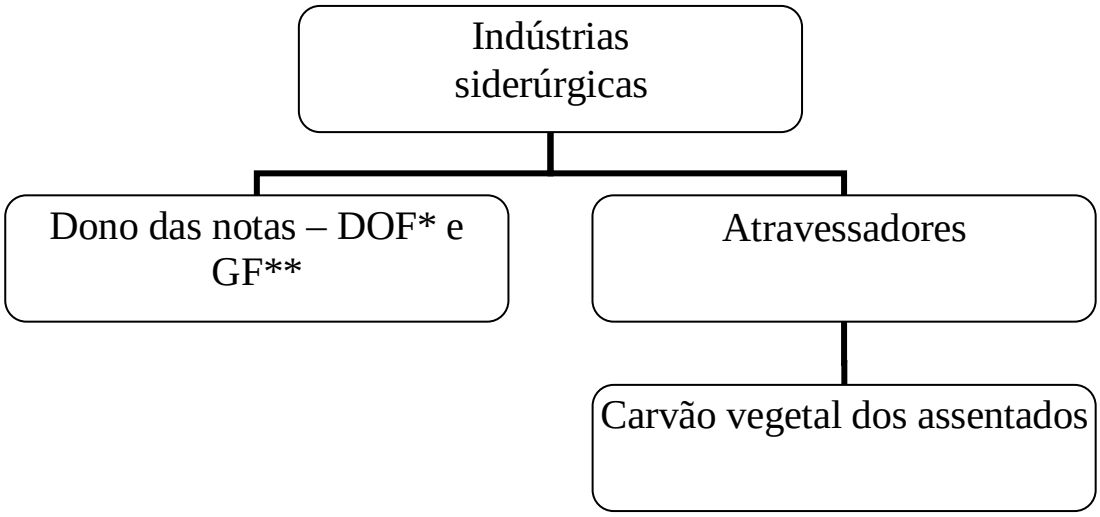
Essa situação é inversa à dos comerciantes do vinho, analisada por Tavares dos Santos (1978), os quais além de serem comerciantes, passaram, também, a fabricar o vinho, o que possibilitou a ampliação dos seus capitais seja pela comercialização realizada com os camponeses, seja pela fabricação do vinho, ou pela comercialização deste no mercado regional:

> Quando o comerciante passa a ser também um fabricante, as oportunidades de ir ampliando seu capital são cada vez maiores, pois imprime maior volume e velocidade às suas operações, agilizando a acumulação através da diferença de preços entre o que compra dos camponeses e o que vende a eles, e entre o preço que paga pelo vinho e o que recebe pela venda desse produto para o mercado regional, e, cada vez mais, para o mercado do Rio e São Paulo (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 77).

No caso da produção do carvão vegetal em Rondon do Pará, os antigos produtores passaram a se dedicar, também, à comercialização do carvão produzido pelos camponeses assentados, o que lhes permite a obtenção da renda camponesa da terra, a extração da mais-valia em suas próprias carvoeiras, bem como, o lucro com a venda do carvão às indústrias siderúrgicas.

Para melhor ilustrar essas relações elaboramos o Esquema 1.

Esquema 1 - Relações existentes na produção familiar do carvão vegetal



Fonte: Trabalho de campo (2009-2010)

* O Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria n°253 de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, em substituição à ATPF (http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/index.php?id_menu=99).
** Guia Florestal

Ou seja, os assentados produzem o carvão vegetal a partir de relações sociais de produção não capitalista, familiar, com casos de assalariamento temporário. Vendendo, posteriormente, aos atravessadores, que compram as notas, necessárias para a produção, transporte e venda do produto florestal, de outra pessoa, seja do município de Rondon do Pará, ou de algum município vizinho. Com isso, os atravessadores conseguem vender o carvão vegetal para as siderúrgicas, forjando uma "legalidade" da atividade de carvoejamento para a sociedade.

Segundo informações adquiridas em Rondon do Pará, o dono das notas é a pessoa que possui uma quantidade de biomassa vegetal e faz um projeto de manejo tendo essa biomassa como referência, discriminando a quantidade que se transformará em resíduo e a outra em madeira em tora. Tendo as notas legais desse projeto de manejo, essa pessoa não executa a remoção da biomassa, ao contrário, ele vende essa nota para outra pessoa, chamada de atravessador. Esse atravessador, com as notas em mãos, passa a comprar carvão vegetal de vários produtores, sejam eles legais ou ilegais; produtores carvoeiros tradicionais e/ou produtores camponeses assentados. Ele compra o carvão vegetal, independente da origem do resíduo, e vende para a siderúrgica, utilizando os seus próprios caminhões.

Em alguns casos o atravessador é o próprio grande produtor, que possui várias carvoeiras e ainda compra o carvão produzido pelas famílias dos assentamentos para vender às siderúrgicas. Ele compra a nota do "dono das notas" e vende o carvão diretamente para a siderúrgica em seus próprios caminhões, como se o carvão fosse todo de origem legal.

A "gaiola" de carvão vegetal nos assentamentos está sendo comprada por aproximadamente R$ 2.300,00 e R$ 2.400,00[55]. Os motoristas dos caminhões "gaiolas" vão aos assentamentos, carregam a gaiola e a levam para as indústrias siderúrgicas, só depois que esta efetua o pagamento do atravessador, é que ele vai acertar o pagamento dos camponeses, que, por sua vez, pagam os seus ajudantes.

> Mayka: e como é o pagamento do carvão? É na hora que sai a gaiola ou é um tempo depois, como é que é?
> Sr. Lindomar: é assim: eles panha aqui o carvão aqui. Aí leva pra siderúrgica. Aí com três, quatro, cinco dia [...] Aí quando eles vêm que o dinheiro de lá cai na conta deles aqui, né? Aí eles vai e passa os dinheiro pra gente. É quatro, cinco dias.

[55] Informação coletada em novembro de 2009.

O pagamento dos ajudantes dos camponeses assentados é realizado por produção, isto é, para encher um forno de madeira e tirar o carvão produzido existe um preço estipulado, quanto mais fornos a pessoa encher de madeira e tirar de carvão, maior será o dinheiro que ela receberá quando o atravessador pagar o camponês, dono da carvoeira. O Quadro 1 mostra as atividades desempenhadas dentro das carvoeiras dos assentamentos José Dutra e Nova Vitória e a remuneração referente a cada uma delas.

Quadro 1 - As atividades e remunerações da produção familiar do carvão vegetal nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida e Unidos para Vencer

Atividades	Remuneração (produção/ quando sai a gaiola)
Cortar a madeira no mato ou na "boca" do forno com o moto-serra.	R$ 20,00 (quando não é o próprio camponês)
Bater tora (colocar a madeira em cima do caminhão e tirar de cima e jogar na boca do forno)	R$ 20,00 (quando não é o próprio camponês)
Transportar a madeira do mato para a carvoeira	Entre R$ 40,00 e R$ 55,00 (quando não é o próprio camponês)
Encher o forno com o resíduo	Entre R$ 15,00 e R$ 20,00 (quando não é o próprio camponês)
Carbonizar a madeira e resfriar o carvão produzido	R$ 8,00 (quando não é o próprio camponês)
Tirar o carvão vegetal de dentro do forno.	R$ 15,00

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatos dos camponeses em trabalho de campo (2009).

Essas atividades são realizadas com uma jornada de trabalho que não possui um controle determinado de cima para baixo, ao contrário, nas carvoeiras familiares dos camponeses dos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer e Nossa Senhora Aparecida, a jornada de trabalho está pautada no tempo do próprio camponês, isto é, ele mesmo controla e decide o tempo necessário para a realização das atividades, tanto da carvoeira quanto dos próprios cultivos.

Como os próprios camponeses relataram que vieram para o assentamento porque "eu sempre desejava por um pedaço de terra pra trabalhar", tendo a liberdade e a autonomia no controle do seu próprio tempo e do seu próprio espaço de trabalho. Isto é um "pedaço de terra" onde possa ter a liberdade para decidir o que e como vai trabalhar a terra, como Bombardi (2004, p. 200) ressaltou em seu estudo:

> Essa liberdade se dar em sentido amplo: vai desde a possibilidade de escolher com qual cultura se quer trabalhar, da forma como vão imprimi-las em suas terras (controle do espaço), passando pela determinação de suas técnicas, pelo controle daquilo que foi produzido [...], até o ritmo de trabalho que se quer, ou que se precisa atribuir à própria família.

A determinação da jornada de trabalho, indicada na fala do Sr. João Simão, mostra bem isso.

> Mayka: quantas horas por dia o senhor trabalha?
> Sr. João Simão: eu? [risos] Eu trabalho às vezes, trabalho [...] quatro horas, cinco horas, seis horas [...] não tem assim. Outras vezes eu vou de manhã cedo e chego no escuro. Porque, dependendo do que a gente tem que fazer, tem serviço, né. Não tem, assim, um período marcado pra mim poder entrar e sair, entende?. Quando eu to mermo disposto, mermo. Enquanto eu tiver disposto eu tô trabalhando. Quando é dia, né? Outras vezes eu venho almoçar. Quando é de tarde eu também já não vou mais, né? Aí [...] fica assim, né? Esse período de quatro a seis horas por dia, né?[56]

O que o Sr. João Simão fala é que não tem "um período marcado para entrar e sair" da carvoeira, apesar do carvão ser o produto final da atividade de carvoejamento, que, por sua vez, não fica com os camponeses, eles ainda possuem a liberdade para controlarem o tempo que destinam a realização dessa atividade. Como ela não é a atividade primária para maioria dos camponeses, eles priorizam a plantação dos seus cultivos.

O tempo da plantação dos cultivos agrícolas dos camponeses dos assentamentos rurais visitados é determinado pelo tempo da chuva e da seca. Como vimos, o período da plantação começa no mês de dezembro, pois em novembro começam as primeiras chuvas, que preparam a terra para os cultivos. Caso não chova, como aconteceu no ano de 2009, os camponeses não plantam. Nesse ano, as chuvas atrasaram muito, tanto que no mês de fevereiro os camponeses ainda não tinham iniciado as plantações. Desse modo, eles utilizam esse tempo para produzir o carvão vegetal, e quando começam a plantar eles revezam o tempo de trabalho destinado aos cultivos e a produção do carvão, como se pode perceber no diálogo com o Sr. Lindomar Aguiar de Souza:

> Mayka: e quantas horas por dia você trabalha na roça, quantas horas você trabalha na carvoeira?!
> Sr. Lindomar: ah! Eu tô trabalhando sozinho! Eu trabalho seis horas por dia!

[56] Entrevista com o Sr. João Simão, do assentamento José Dutra.

> Mayka: todos os dias?!
> Sr. Lindomar: Não. Não é todos os dias não. É porque eu sou só, na carvoeira mesmo não é todos os dias. Um dia eu tenho que fazer uma coisa [...] outro dia é outra, outro dia é outra, né? Então não é só uma função que eu faço, porque eu sou sozinho e não tenho condição de pagar pra fazer. Aí eu faço assim: um dia vou num, outro dia vou noutro[57].

Nesse contexto, pode-se dizer que mesmo sob o processo de monopolização do território em que os camponeses estão inseridos, eles ainda possuem uma autonomia e liberdade em relação ao controle do seu próprio tempo e espaço de trabalho (D'AQUINO, 1996; BOMBARDI, 2004).

3.3.2 A produção do carvão vegetal a partir do trabalho assalariado

No item anterior ressaltei que existem pessoas nos assentamentos e no acampamento visitados que estão produzindo carvão vegetal como uma atividade primária, isto é, que têm deixado de produzir alimentos para produzir apenas o carvão vegetal, pois este permite a obtenção de renda num prazo menor. Nesse sentido, percebeu-se uma verdadeira disseminação da prática do carvoejamento como uma atividade primária, isto é, como uma atividade principal nos assentamentos rurais e no acampamento, principalmente, no Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim.

Durante as visitas verificou-se a existência de duas situações, a primeira é a produção assalariada do carvão vegetal por camponeses assentados; e a segunda é a produção assalariada do carvão por pessoas de fora dos assentamentos e do acampamento. Essas pessoas de fora, não assentadas, que estão produzindo nesses assentamentos e, principalmente, no acampamento Bonfim, são antigos produtores das carvoeiras tradicionais.

Eles se introduzem nos assentamentos através de negociações realizadas com os camponeses assentados, que ora vendem a madeira do seu lote, ora vendem o próprio lote. Com isso, os sujeitos não assentados se apropriam da área e montam toda a estrutura da carvoeira, passando-a para outro sujeito que será encarregado de controlar toda a produção do carvão vegetal, juntamente, com os custos dos materiais de produção e da mão-de-obra. O encarregado é o responsável direto da produção desse insumo, o qual deverá ser vendido apenas para o sujeito que montou a carvoeira. Esse sujeito compra o carvão do encarregado, a nota do "dono das notas" e faz o atravessamento do produto até as indústrias siderúrgicas.

---

[57] Entrevista com o Sr. Lindomar Aguiar de Souza, do assentamento José Dutra.

Na verdade, os assentamentos Nova Vitória, José Dutra, Nossa Senhora Aparecida, o Unidos para Vencer e o acampamento Bonfim têm sido alvos principais da estratégia de alguns dos antigos produtores tradicionais do carvão vegetal no município de Rondon do Pará. Eles deixaram de controlar a produção do carvão vegetal para controlar a sua circulação, pois, além de se livrarem dos problemas decorrentes das fiscalizações, pelo fato de não aparecerem como os responsáveis pelas carvoeiras, ainda ficam com a renda da terra.

A produção do carvão vegetal através da relação social de produção assalariada tanto do camponês assentado, quanto do sujeito não assentado, o de "fora", é muito semelhante. O que a diferencia é o sentido da atividade, pois, para os camponeses que produzem o carvão a partir do trabalho assalariado, a renda obtida com a sua venda é destinada à reprodução da vida, pois, vendem o carvão para comprarem alimentos e outros produtos. Enquanto, a produção realizada pelos sujeitos não assentados, de "fora", está voltada para a reprodução do capital, isto é, para a acumulação de lucros.

Além disso, a produção assalariada realizada pelos camponeses ocorre com uma estrutura mais simples, isto é, em carvoeiras menores, quando comparadas com as carvoeiras dos produtores não assentados, o que indica que a produção, também, é menor. No geral, as carvoeiras dos camponeses não passam de 8 fornos, a maior parte delas possui 6 fornos, como pode-se observar na Fotografia 10, da carvoeira do Sr. Antonio Francisco Cordeiro Dias, do assentamento Nossa Senhora Aparecida.

Fotografia 10 - Carvoeira de trabalho assalariado

Carvoeira onde se produz o carvão vegetal a partir do trabalho assalariado. Ela possui maior número de fornos do que a carvoeira familiar – 8 fornos, todos cheios em processo de esfriamento, ou seja, estão com carvão vegetal – o que denota uma intensa dinâmica produtiva.
Fonte: Amaral (2010)

O Sr. Antonio Francisco Cordeiro Dias apesar de produzir o carvão a partir do trabalho assalariado, sua renda está voltada para a reprodução da sua família. Além de produzir o carvão, ele realiza, também, plantações de muitas frutas para o consumo.

Para produzir uma gaiola de carvão são necessários 60 m³ desse insumo, nesse sentido, para alcançar esse equivalente, os camponeses precisam da produção de sete fornos e meio. Porém, a produção dessa quantidade de carvão exige, por sua vez, maior quantidade de biomassa vegetal para ser carbonizada, o que não é adquirido com facilidade por parte dos camponeses, já que eles estão queimando sua própria madeira que tem sido reduzida consideravelmente, obrigando-os a comprarem madeira de outros assentados que estejam querendo limpar os seus lotes para produzir roças.

Situação diferente ocorre na carvoeira do produtor não assentado, que, no geral, possui uma estrutura maior, com o número de fornos variando entre 11 e 40 fornos, que em boas condições produtivas, produzem maior quantidade de carvão vegetal. De acordo com as entrevistas realizadas, a produção pode variar entre 5 a 12 gaiolas por mês, ou seja, entre 300m³ a 720m³ de carvão por mês, o que significa entre 600m³ a 1.440m³ de madeira utilizada na carbonização.

Para produzirem essas gaiolas de carvão, eles utilizam todo tipo de madeira presente nos lotes. Os camponeses que produzem o carvão como uma atividade primária a partir do trabalho assalariado, não realizam o reaproveitamento da madeira dispensada na limpeza da sua área para a produção de cultivos, já que não praticam a produção de roças, mas sim a remoção da biomassa tão somente para produzir esse insumo. Enquanto os produtores não assentados, ora compram o lote do camponês e passam a produzir o carvão, ora compram apenas a mata para carbonizar, quando esta acaba ele procura negociar com outra pessoa que possui madeira em suas terras.

No processo de produção do carvão em base assalariada a jornada de trabalho é de oito horas por dia, a remuneração do trabalhador carvoeiro é realizada de acordo com a sua produção, desse modo, ele busca produzir o máximo possível para receber uma remuneração maior, como bem declarou a entrevista do Sr. Bonifácio Moreira:

> Mayka: e quantas horas por dia o senhor trabalha?
> Sr. Bonifácio Moreira: aqui a gente trabalha na faixa de [...] a base é oito horas, né? Aqui é a norma do dia, né?
> Mayka: começa a trabalhar que horas?
> Sr. Bonifácio Moreira: seis [...] seis e meia [...]. Tem dias que a gente para quatro horas, cinco horas. Porque a gente trabalha aqui [...] a gente paga os meninos é pela produção, né? Então [...] tem [...] dias que [...] produzem bem [...] às vezes a gente quer produzir mais: agente demora mais. Outros dias [...] às vezes a pessoa tá enfadada, aí para cedo[58].

Diferente do camponês, produtor familiar de carvão vegetal, o trabalhador carvoeiro, da carvoeira tradicional, não tem o controle do seu tempo e do seu espaço. Na verdade, quem controla o seu tempo e o seu espaço é o encarregado ou o dono da carvoeira, isto é, o responsável geral pela produção do insumo[59].

Durante a jornada de trabalho na carvoeira, os trabalhadores carvoeiros desempenham atividades como a de: a) motoqueiro ou operador de motosserra, fazendo o corte da madeira no mato ou na "boca" do forno; b) de bandeirador e empilhador, amontoando a madeira cortada no mato, para ser colocada no caminhão ou no jirico de transporte para a "boca" do forno; c) de forneiro, que pratica o enchimento do forno com a

---

[58] Entrevista com o Sr. Bonifácio Moreira, do assentamento José Dutra.

[59] O trabalhador carvoeiro assalariado fica confinado na carvoeira, sendo controlado pelo encarregado ou dono da mesma. A afirmação de que não tem controle do seu tempo e nem do seu espaço, está fundamentada nesse confinamento, pois, a vida desse trabalhador carvoeiro assalariado fica restrita ao espaço da carvoeira, ele não tem liberdade para frequentar outros espaços, para isso, precisaria abandonar o trabalho, além de não ter a liberdade para se manifestar diante das condições de vida e de trabalho na carvoeira, porque pode ser imediatamente demitido.

madeira que será carbonizada, posteriormente, retira o carvão do forno; d) de carbonizador, a pessoa que é responsável pela combustão do resíduo; e) de barrelador, que faz o barrelamento do forno para promover o seu esfriamento; e a, f) de cozinheira ou cozinheiro, que cozinha para os trabalhadores da carvoeira e pratica, em alguns casos, a limpeza externa do alojamento.

O Quadro 2 mostra as funções desempenhadas pelos trabalhadores carvoeiros nas carvoeiras assalariadas dos assentamentos rurais e acampamento visitados e as suas respectivas remunerações.

Quadro 2 - As atividades e remunerações na produção assalariada do carvão vegetal nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim

Atividades	Remuneração
Encarregado	Entre R$ 2.100,00 e 2.400,00 (preço da gaiola)
Batedor de tora	R$ 20,00 (por forno)
Bandeirador ou empilhador	Entre R$ 8,00 e R$ 10,00 (por forno)
Forneiro	Entre R$ 15,00 e R$ 35,00 (por forno)
Carbonizador	Entre R$ 100,00 e R$ 310,00 (por gaiola)
Cozinheira	R$ 300,00

Fonte: Elaborado pela autora com base no trabalho de campo (2009 e 2010)

As funções e as remunerações das carvoeiras de produção assalariada nos assentamentos José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim são diferentes das funções e remunerações das carvoeiras de produção familiar. Isso acontece porque nas carvoeiras familiares as funções são realizadas pelo próprio camponês, com casos de assalariamento temporário. E na carvoeira assalariada, cada trabalhador carvoeiro desempenha uma função diferente.

As remunerações apresentadas no Quadro 2 são, segundo os trabalhadores carvoeiros, “livre”, ou seja, eles não pagam o local onde dormem e nem a sua alimentação. As Fotografias 11, 12 e 13 mostram alguns dos tipos de alojamentos presentes nas carvoeiras assalariadas dos assentamentos e acampamentos visitados.

Fotografia 11 - Alojamento de uma carvoeira de produção assalariada

Esse alojamento está localizado no assentamento Nossa Senhora Aparecida. Ele abriga os trabalhadores da carvoeira assalariada, possui uma estrutura melhor do que as observadas ao longo das visitas, apresentando água encanada, refeitório e quartos para poucas pessoas.
Fonte: Amaral (2010).

Fotografia 12 - Alojamento de uma carvoeira de produção assalariada

Esse alojamento está localizado no acampamento Bonfim. Ele foi improvisado com palha e lona, com uma estrutura é muito precária, sem condições dignas higiene e moradia para os trabalhadores.
Fonte: Amaral (2010).

Fotografia 13 - O interior do alojamento da carvoeira de produção assalariada

O interior do alojamento mostrado na Fotografia 12, em que podemos observar um espaço dividido por lonas, com redes, roupas e toalhas espalhadas, com um filtro de água, uma banca onde se lava as louças, tudo misturado sem um mínimo de higienização.
Fonte: Amaral (2010)

Essas fotografias mostram as reais condições de vida que os trabalhadores carvoeiros enfrentam na atividade de carvoejamento nos assentamentos e no acampamento visitados em Rondon do Pará. São nesses alojamentos que eles dormem e fazem as suas refeições, baseadas em alimentos a base de proteína e carboidrato, basicamente, arroz, feijão e farofa de ovo, para fornecer a energia necessária à execução das funções no processo de produção do carvão vegetal.

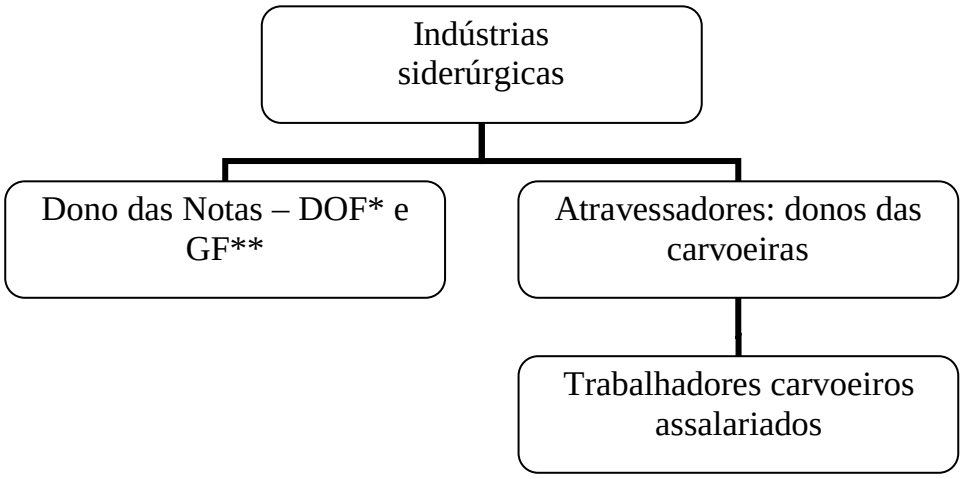
Na Fotografia 12 mostra-se o alojamento onde moram cinco pessoas, sendo três trabalhadores carvoeiros, a esposa de um deles, juntamente, com o seu bebê. Eles sobrevivem nesse espaço de confinamento em condições miseráveis, sem energia elétrica, sem água encanada, sem banheiro, ou seja, (sobre)vivem nesse barraco em condições subumanas de existência.

Os trabalhadores carvoeiros assalariados não são, em maior número, camponeses assentados, eles são trazidos, pelos encarregados ou pelos próprios donos das carvoeiras, da cidade de Rondon do Pará. São pessoas que, geralmente, vêm de outra cidade à procura de trabalho. Os encarregados e os donos das carvoeiras entram em contato com eles através de anúncios pela rádio local e da procura pelos hotéis da cidade, além de indicações realizadas por colegas e familiares que também trabalham na produção do carvão.

Esses trabalhadores carvoeiros estão submetidos de forma degradante à lógica da produção capitalista, o qual é apropriado e reproduzido nas "mãos de outras pessoas. Nesse sentido, pode-se dizer que a acumulação de lucros a partir da atividade do carvoejamento não se realiza nas "mãos" dos trabalhadores carvoeiros, eles não se apropriam do produto do seu próprio trabalho. Esses trabalhadores carvoeiros são utilizados como meios de produzir riquezas para "outros", isto é, para o verdadeiro dono da carvoeira, aquele que a constrói e controla a venda do carvão às indústrias siderúrgicas, atuando como atravessadores; para os "donos das notas", que enriquecem com a venda dessas notas para os atravessadores do carvão; e para a própria indústria siderúrgica, que compra o carvão a baixo custo para a produção do ferro-gusa.

O Esquema 2 mostra as relações existentes na produção assalariada do carvão vegetal nos assentamentos rurais: José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim. Comparando esse esquema com o primeiro, que traduz as relações existentes na produção familiar do carvão vegetal nesses assentamentos, nota-se que tanto o camponês, produtor familiar, quanto o camponês, produtor assalariado e o trabalhador carvoeiro, estão subordinados à lógica da monopolização do território praticada pelas indústrias siderúrgicas, produtoras do ferro-gusa.

Esquema 2 - Relações existentes na produção assalariada do carvão vegetal nos assentamentos rurais: José Dutra, Nova Vitória, Nossa Senhora Aparecida, Unidos para Vencer e no acampamento Bonfim



Fonte: Trabalho de campo (2009-2010)

* O Documento de Origem Florestal (DOF), instituído pela Portaria n°253 de 18 de agosto de 2006, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), representa a licença obrigatória para o controle do transporte de produto e subproduto florestal de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, em substituição à ATPF (http://servicos.ibama.gov.br/cogeq/index.php?id_menu=99).
** Guia Florestal

As indústrias siderúrgicas promovem o processo de monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento dentro dos assentamentos e acampamentos rurais e fora dos assentamentos. No processo de desenvolvimento dessa atividade há, de forma contraditória, a reprodução de relações sociais de produção capitalista, de base assalariada, e a reprodução de relações sociais de produção não capitalista, familiares. A partir disso, essas indústrias conseguem as condições materiais elementares para a reprodução do capital na Amazônia e no mercado mundial.

CAPÍTULO IV

O PROCESSO DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO ATRAVÉS DO CARVOEJAMENTO NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ

No segundo capítulo deste trabalho destacou-se que, a partir do ano de 2008, a dinâmica do carvoejamento realizado no município de Rondon do Pará, apresentou uma diminuição e uma mudança importante, que se refere à expansão dessa atividade para os assentamentos e acampamentos rurais, concomitantemente, a transformação de muitos dos antigos produtores do carvão vegetal em atravessadores. Isto é, muitos produtores deixaram de controlar a produção do carvão para atuar na sua circulação.

Além disso, o segundo capítulo mostrou ainda que essa mudança consiste numa estratégia utilizada pelas indústrias siderúrgicas para dar legalidade ao carvão vegetal produzido nesse município, pois, como mostramos no terceiro capítulo, a produção do carvão vegetal, realizada nos assentamentos e acampamentos rurais visitados, ocorre em certa medida com a permissão dos órgãos públicos, como o IBAMA e o INCRA.

Neste quarto capítulo discutiremos a produção do carvão vegetal nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará, ou seja, nas carvoeiras localizadas fora dos assentamentos e acampamentos rurais. Nesse município, a prática do carvoejamento indica que a expansão dessa atividade para os assentamentos e acampamentos rurais, não eliminou as “velhas” formas de se produzir o insumo, apesar de ter diminuído. Dessa maneira, mostraremos que a produção realizada nessas carvoeiras, também, está subordinada ao processo de monopolização praticado pelas indústrias siderúrgicas, para a obtenção do carvão vegetal para produzir o ferro-gusa.

4.1 A PRODUÇÃO DO CARVÃO VEGETAL NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ

A produção do carvão vegetal nas carvoeiras tradicionais, de fora dos assentamentos e acampamentos rurais, no município de Rondon do Pará, é realizada em propriedades privadas, de origem legal ou ilegal, isto é, em propriedades adquiridas por meio da compra, do arrendamento, da doação e até mesmo da grilagem terras.

A dinâmica produtiva das carvoeiras tradicionais é semelhante à destacada no estudo que realizei anteriormente, em que pude constatar que o carvão vegetal era produzido, principalmente, por meio do resíduo oriundo do desmatamento. Através desse trabalho confirmamos que o carvoejamento além de ser uma atividade complementar e secundária, é

também uma atividade primária, isto é, ela é realizada com o objetivo voltado tão somente para acessar a biomassa vegetal para a produção do carvão vegetal. Das 68 carvoeiras visitadas durante a realização desse trabalho, 58 produziam o insumo a partir do resíduo da mata, apenas 10 delas utilizavam resíduos de serrarias, ressaltando que entre essas, somente 05 estavam ativadas, enquanto as outras 05 estavam desativadas. Das 58 carvoeiras, 11 produziam a partir do resíduo obtido através da pecuária; 06 através da produção de roça; 24 por desmatamento secundário e 17 por desmatamento primário (AMARAL, 2007).

Até 2007, a produção do carvão era realizada com mais intensidade nas carvoeiras tradicionais, mas, a partir do ano de 2008, o ritmo da produção começa a diminuir, quando entraram em "cena" os assentamentos e acampamentos rurais. O mapa 04, presente no segundo capítulo, mostra a existência de muitas carvoeiras tradicionais dispersas ao longo do município, entre os anos de 2003-2007. Diferente do que expressa o mapa 11, de localização dessas carvoeiras no município de Rondon do Pará, nos anos de 2009-2010.

Esse mapa é importante porque se comparado com o mapa 04, pode-se perceber a um número menor de carvoeiras identificadas, o que pode está associado à expansão da dinâmica do carvoejamento para dentro dos assentamentos e acampamentos rurais, provocando a diminuição do número de carvoeiras tradicionais no município. Durante o trabalho de campo, algumas das áreas visitadas foram as das carvoeiras identificadas no mapa 04, porém, verificou-se que a maior parte delas não existe mais, elas realmente foram deslocadas ora para os assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, ora para outras áreas minimamente florestadas[60].

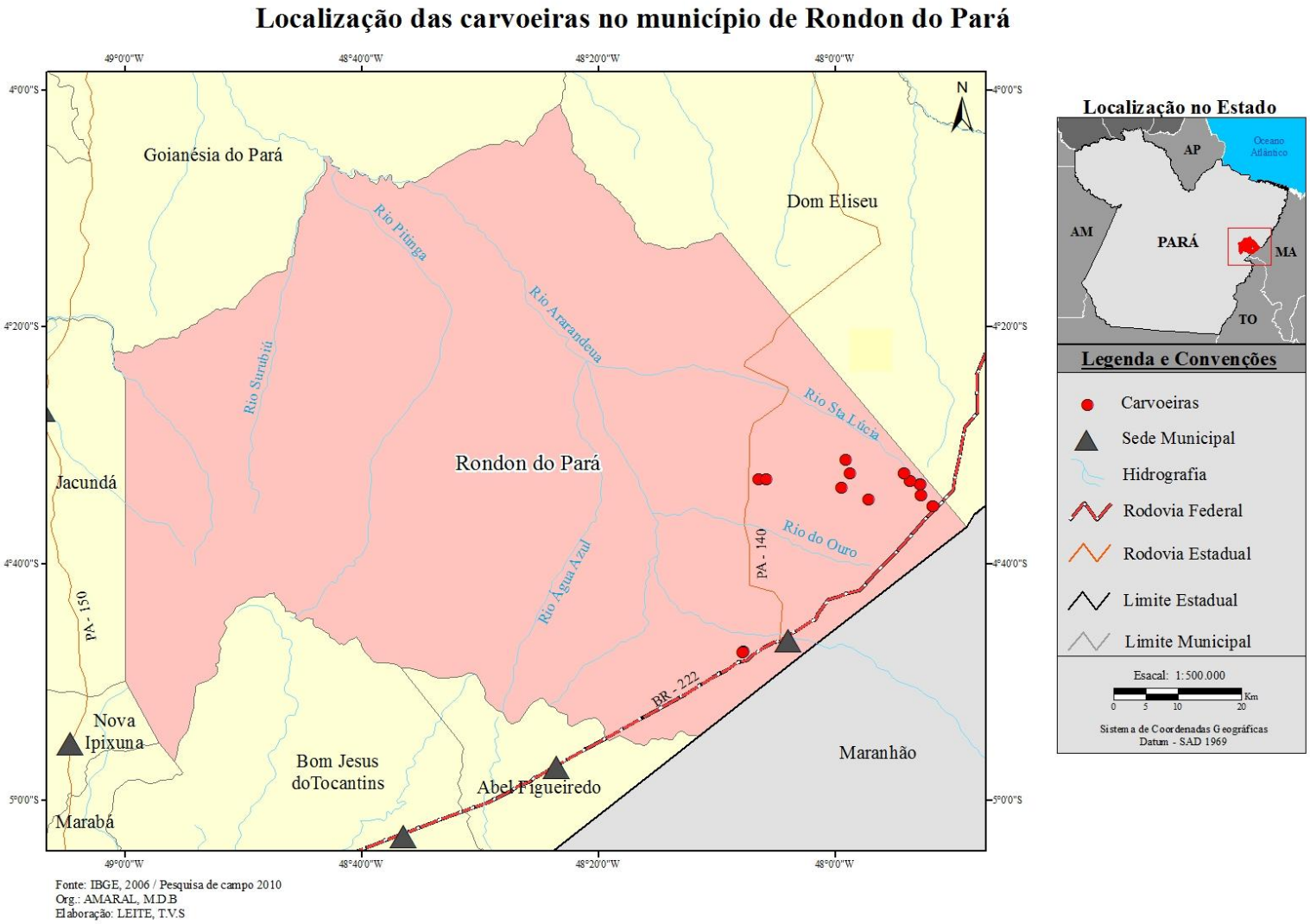
A localização da carvoeira numa determinada área é temporária, sua permanência é determinada pela presença da biomassa vegetal. As carvoeiras tradicionais do município de Rondon do Pará são implantadas em áreas florestadas, em que o "suposto"[61] proprietário deseja transformá-la em pastagem ou se apropriar tão somente da renda da terra, por meio do arrendamento. Isso é realizado através de um contrato entre um "suposto" proprietário da terra e o dono dos fornos, o qual compra apenas a biomassa florestal para removê-la e transformá-la em carvão vegetal. Quando a biomassa foi completamente carbonizada, ele desloca a carvoeira para outra área para desflorestá-la.

---

[60] As carvoeiras tradicionais que possivelmente foram deslocadas para áreas minimamente florestadas do município de Rondon do Pará, não foram localizadas, porque se privilegiou no roteiro do trabalho de campo as carvoeiras tradicionais identificadas no mapa 04, as quais foram deslocadas em grande parte para os assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária.

[61] Nem sempre aquele que se diz proprietário da terra em Rondon do Pará, de fato o é, já que a grilagem de terras nesse município é muito comum. A falta de informação sobre o "suposto" proprietário das terras, onde as carvoeiras tradicionais são implantadas, não permite afirmar aqui que eles são realmente os seus proprietários.

Mapa 11 – Localização das carvoeiras no município de Rondon do Pará



Fonte: IBGE, 2006 / Pesquisa de campo 2010
Org.: AMARAL, M.D.B
Elaboração: LEITE, T.V.S

Das carvoeiras identificadas no mapa 04, para as carvoeiras do mapa 11, a única carvoeira que não mudou a sua localização foi a carvoeira de um dos maiores fazendeiros de Rondon do Pará, identificada na Fotografia 14.

Fotografia 14 - Carvoeira de localização permanente em Rondon do Pará I

Essa é a maior carvoeira existente nesse município, localizada a 100 km de distância do núcleo urbano de Rondon, possui 340 fornos, com a melhor estrutura, composta por alojamento, refeitório, banheiros e sala de televisão para os trabalhadores.
Fonte: Amaral (2009).

Essa carvoeira está localizada na propriedade do maior latifundiário do município de Rondon do Pará, segundo os dados do relatório sobre a "Violação dos direitos humanos na Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense (2005)". De acordo com esse relatório, essa propriedade possui aproximadamente 112 mil hectares, o que significa 20% da área total de Rondon do Pará.

Apesar dessa de existir um processo investigatório sobre origem dessa propriedade, o seu "suposto" proprietário atua desenvolvendo atividades como a pecuária, a extração madeireira e o carvoejamento. Nessa propriedade ainda é possível encontrar uma concentração de mata nativa, porém com os "dias" contados, já que aos poucos ela é consumida pelas atividades destacadas.

A carvoeira destacada na fotografia 14, localizada nessa propriedade, é legalizada perante os órgãos ambientais e trabalhistas, sua produção é realizada a partir do resíduo da serraria, existente na mesma propriedade. A partir das observações realizadas, verificou-se que o proprietário reproduz a sua riqueza a partir da apropriação da renda da terra e da mais-

valia obtida a partir da superexploração dos trabalhadores carvoeiros e dos trabalhadores da serraria.

A produção do carvão vegetal realizada nas carvoeiras tradicionais de Rondon do Pará é semelhante a das carvoeiras assalariadas presentes nos assentamentos e acampamentos rurais. O que as diferencia são, principalmente, dois elementos: 1º) a existência de algumas carvoeiras tradicionais legalizadas, como a da propriedade do maior fazendeiro do município, destacada anteriormente; 2º) a maior intensidade no processo de produção do carvão vegetal, devido o maior número de fornos que variam entre 50 e 340, além do emprego de maior número de trabalhadores carvoeiros.

As carvoeiras tradicionais legalizadas são as mais estruturadas. Entre as 06 carvoeiras visitadas, apenas duas eram legalizadas e ambas utilizam o resíduo da serraria na produção do carvão vegetal. Enquanto, 04 carvoeiras tradicionais produziam o insumo a partir do resíduo da mata. O que permite reafirmar a relação dessa atividade com o processo de desmatamento desse município, bem como, do próprio estado do Pará.

Quando o carvão vegetal é produzido a partir do resíduo de serraria, este é transportado num caminhão "caçamba" até a carvoeira, como mostra a Fotografia 15:

Fotografia 15 - Transporte do resíduo da serraria para a carvoeira

O transporte do resíduo da serraria, sendo realizado na "caçamba", da cidade de Rondon do Pará para a carvoeira localizada no campo, aproximadamente a 1km de distância.
Fonte: Amaral (2009).

Quando o carvão é produzido a partir do resíduo da mata, os trabalhadores carvoeiros adentram à mata, cortam e derrubam qualquer tipo de madeira para carbonizar. Existem casos de carvoeiras, que estão trabalhando em parceria com a Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce-CVRD, que está desflorestando a mata secundária de algumas áreas do município para reflorestar com o paricá, voltado para a produção de compensados e laminados.

O transporte do resíduo oriundo da remoção da biomassa vegetal é realizado em condições mais precárias do que o da serraria, a madeira é transportada num carro chamado jirico, como mostra a Fotografia 16:

Fotografia 16 - Transporte do resíduo da mata para a carvoeira

Nota-se que os trabalhadores carvoeiros tinham acabado de chegar à carvoeira, vindo da mata onde fizeram a remoção da biomassa. Eles chegaram e começaram rapidamente a descarregar a madeira na "boca" dos fornos. Essa carvoeira está localiza numa área envolvida por uma plantação que a esconde e dificulta o seu acesso.
Fonte: Amaral (2009).

Os trabalhadores carvoeiros removem todo tipo de madeira para carbonizar, mas eles têm preferência pela madeira seca, pois ela já passou pela fase da desidratação, consequentemente, tem maior rendimento do que a madeira que tem água, a madeira úmida.

Ao concluir o descarregamento do resíduo, seja da serraria ou da mata, na "boca" do forno, os trabalhadores carvoeiros cortam e deixam num tamanho que varia entre 80 cm a 1.20m de cumprimento, para colocá-lo dentro dos fornos, como mostra a Fotografia 17. Nessa fotografia pode-se observar que os trabalhadores estão cortando o resíduo e o colocando

dentro dos fornos sem a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI), que são necessários e obrigatórios para esse tipo de atividade, o que discutiremos mais adiante.

Fotografia 17 - Corte da madeira na "boca" do forno

Trabalhadores carvoeiros cortando a madeira trazida da serraria para a carbonização. Esses resíduos são chamados por alguns trabalhadores carvoeiros de sarrafos, eles são dispensados pela serraria e reaproveitado na produção do carvão vegetal.
Fonte: Amaral (2009)

Os resíduos não são jogados de qualquer maneira dentro dos fornos, ao contrário, eles precisam ser organizados para que suportem maior quantidade e sejam carbonizados com maior rapidez, como se observa na Fotografia 18.

A quantidade de resíduo que cada forno suporta depende do tipo de madeira a ser carbonizada, na maioria das carvoeiras tradicionais visitadas, os trabalhadores carvoeiros afirmam que essa quantidade varia entre 16m a 18m, que após a carbonização se transforma em aproximadamente 8 m³ de carvão vegetal.

Fotografia 18 - Enchimento do forno

O trabalhador carvoeiro aparece fazendo o enchimento do forno. Ele organiza os resíduos da serraria, de modo que o forno fique bem cheio e que a carbonização seja rápida, o que permite maior quantidade de carvão vegetal produzido e maior remuneração para ele.
Fonte: Amaral (2009).

Após o enchimento dos fornos, eles são fechados com uma mistura que apresenta a consistência de uma massa de cimento, feita com barro e água, que é utilizada para construir uma "porta" para o forno, como indica a Fotografia 19, em que o trabalhador realiza o seu fechamento, utilizando suas próprias mãos, sem nenhum tipo de material de proteção.

Fotografia 19 - Fechamento do forno

Observa-se que o trabalhador carvoeiro fechou o forno com uma massa feita de barro, utilizando as suas próprias mãos, como instrumento de trabalho. Além das suas mãos, ele utilizou, também, o carrinho de "mão" para fazer a massa e uma vasilha de plástico para jogá-la sobre o forno. Esses galões pretos presentes na foto, que vêm com óleo, são reaproveitados como baldes para carregar a água necessária para fazer a massa da "porta" do forno.
Fonte: Amaral (2009).

Tendo fechado o forno, o trabalhador carvoeiro responsável pela carbonização, que é chamado de carbonizador, acende o fogo pelos buracos que cada um possui. Esses buracos têm a função de “avisar” o fim da carbonização. Cada forno possui entre 12 a 22 furos, isto é, tem carvoeiras que apresentam fornos com 12 furos e outras com até 22. Eles são construídos nos fornos seguindo fileiras, a primeira fileira de furos é chamada de “primeiro”, a segunda de “segunda”, a terceira de “baianas” e a última fileira é chamada de “tatu”, ou, “chaminé”.

Na medida em que a madeira vai sendo carbonizada, a fumaça vai saindo por esses furos, quando ela começa a ficar azulada, significa que o carbonizador deve começar a fechá-los. Quando todos eles estiverem fechados, faz-se o barrelamento, que consiste em passar sobre o forno uma mistura, semelhante a que foi utilizada para a construção da sua “porta”, no sentido de acelerar o seu esfriamento, para que o carvão vegetal possa ser retirado, como se percebe através das fotos 20 e 21.

Fotografia 20 - Barrelamento e esfriamento do forno

À direita, tem-se o forno coberto com um barro mais claro, o qual passou pelo processo de barrelamento, para promover o seu esfriamento. Enquanto, o forno da esquerda, que está liberando fumaça, ainda está no processo de carbonização. Fonte: Amaral (2009).

Fotografia 21 - Retirada do carvão vegetal do forno

Após o esfriamento do carvão, inicia-se a sua retirada de dentro do forno. O trabalhador carvoeiro está realizando essa etapa da produção sem nenhum material de proteção, utilizando apenas o "garfo" para pegar o carvão.
Fonte: Amaral (2009).

A retirada do carvão vegetal de dentro do forno é uma das etapas mais difíceis no processo do carvoejamento, pois nunca há o esfriamento total do insumo, mesmo porque isso demandaria maior tempo, consequentemente, menor produtividade. Com isso, o trabalhador acaba fazendo a sua retirada em estado de alta temperatura, muitas vezes, estando em brasa ainda, sendo necessário jogar água para apagar o fogo, como aconteceu com o carvão retirado pelo trabalhador carvoeiro da Fotografia 22. Essa Fotografia mostra claramente, ele apagando o fogo do carvão depois que o retirou do forno.

Fotografia 22 – Esfriamento do carvão vegetal fora do forno

Quando o carvão não esfria completamente através do barrelamento, o trabalhador carvoeiro é obrigado a jogar água no carvão, pois como mostra esta foto, ele ainda estava queimando, estava em brasa, devendo ser apagado para evitar que ele "torrasse", isto é, virasse cinza, estragando e não servindo mais para ser utilizado pela siderúrgica.
Fonte: Amaral (2009).

Essas fotos mostram que além de estar submetido à fumaça do carvão, o trabalhador carvoeiro que executa essa tarefa, também, se submete à alta temperatura do forno e do sol durante o verão, e no inverno à temperatura do forno. Nas carvoeiras existem caixas d'água, como indica a Fotografia 23, que são utilizadas no esfriamento dos fornos e, acabam sendo utilizadas pelos próprios trabalhadores carvoeiros para esfriarem os seus corpos.

As carvoeiras que não possuem caixas d'água, a água é levada e armazenada em camburões.

Fotografia 23 - Carregamento da caixa de água na carvoeira

O trabalhador carvoeiro enchendo a caixa de água para ser utilizada na produção do carvão. Além disso, ele, juntamente, com os demais trabalhadores a utilizam para se resfriarem quando estão retirando o carvão do forno. Como essa carvoeira fica distante de qualquer fonte de água, é necessário, portanto, trazê-la no mesmo caminhão que carrega o resíduo da mata para a carvoeira.
Fonte: Amaral (2009).

Ao concluir a produção carvão vegetal, a próxima etapa é o carregamento da "gaiola" para transportá-lo até as indústrias siderúrgicas, localizadas no município de Marabá, como se identificou no mapa 03, no segundo capítulo deste texto.

O carregamento da "gaiola" é a outra etapa mais difícil e perigosa da atividade de carvoejamento, pois os trabalhadores carvoeiros colocam o carvão em balaios e sobem uma escada altíssima para jogá-lo dentro do caminhão. Eles sobem com os balaios em cima dos seus ombros, até o alto da gaiola, enquanto isso, os outros trabalhadores ficam no chão, enchendo os outros balaios, como mostra a Fotografia24.

Fotografia 24 - O carregamento do caminhão "gaiola" com carvão vegetal

O trabalhador carvoeiro está subindo a escada com o balaio de carvão sobre o seu ombro, para jogá-lo dentro da "gaiola". Ele não usa nenhuma proteção, precisa subir descalço para melhor se equilibrar em cima da escada. Enquanto ele sobe na escada, os outros trabalhadores permanecem juntando o carvão com o "garfo" para encher os outros balaios.
Fonte: Amaral (2010).

Ao concluir o carregamento do caminhão, "gaiola", o motorista transposta o carvão até a siderúrgica. No estudo que realizei anteriormente, mostrei que o carvão vegetal produzido no município de Rondon do Pará era transportado para as indústrias siderúrgicas localizadas nos municípios de Marabá, no Pará, e de Açailândia, no Maranhão (AMARAL, 2007). No entanto, durante a realização deste trabalho, em todas as carvoeiras visitadas, tanto nas de dentro dos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, quanto nas de fora, nas carvoeiras tradicionais, informaram que o carvão produzido tem sido vendido para as indústrias siderúrgicas de Marabá.

Isso aconteceu porque a maioria das indústrias siderúrgicas dos dois municípios teve suas atividades interrompidas por causa da crise financeira mundial e, também, devido às fiscalizações ambientais que se intensificaram a partir de 2005. É importante ressaltar que mesmo diante da suposta intensificação das fiscalizações, as indústrias siderúrgicas continuam utilizando carvão vegetal de origem "ilegal".

4.2 DE RONDON DO PARÁ À MARABÁ: O ATRAVESSAMENTO DO CARVÃO VEGETAL PRODUZIDO NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS PARA AS INDÚSTRIAS SIDERÚRGICAS

Quando discutimos a realidade do carvoejamento nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária de Rondon do Pará, mostramos as articulações realizadas pelos sujeitos envolvidos na dinâmica do atravessamento, para conseguir as notas necessárias para transportar e vender o insumo às indústrias siderúrgicas. Essa dinâmica não é diferente para o carvão produzido nas carvoeiras tradicionais, na verdade, ela é a mesma.

Como se ressaltou ao longo desse trabalho, muitos dos antigos e grandes produtores deixaram de controlar a produção do carvão para se deter ao controle da sua circulação, isto é, do seu atravessamento das carvoeiras de Rondon do Pará para as indústrias siderúrgicas de Marabá. Para tanto, eles realizam um conjunto de "tramas" a fim de conseguir realizar esse controle, o que se traduz em três diferentes situações:

a) a do antigo produtor que deixou de produzir carvão para se deter à sua compra nos assentamentos e nos acampamentos, bem como, ao seu atravessamento para as indústrias siderúrgicas, o que já foi discutido no terceiro capitulo;

b) a do antigo produtor que deixou de produzir o carvão diretamente, transformando a sua grande carvoeira, em pequenas e muitas carvoeiras espalhadas pelo interior das terras do município, seja dentro de acampamentos rurais ou não. Eles passam a gerencia das "novas" carvoeiras para uma pessoa que vai atuar como o proprietário da mesma, é o "encarregado", o qual assume todas as responsabilidades da produção do carvão vegetal, com a obrigação de vendê-lo apenas para o antigo produtor, que no geral é quem monta toda a estrutura da carvoeira. Essa realidade também foi discutida no capitulo terceiro, porém, se faz necessário esclarecer que esse antigo produtor, que assumiu a postura do atravessador, não compra o carvão apenas das carvoeiras dos assentamentos e acampamentos, mas também, das suas antigas carvoeiras, que foram passadas para outra pessoa, mas que ele mantém vínculo direto. Alguns atravessadores possuem suas próprias notas para o atravessamento, enquanto outros as compram de outras pessoas ou vendem o carvão para um grande produtor que detém sua própria nota e faz o seu próprio atravessamento.

c) Além dessas duas situações, existe uma terceira que consiste no atravessamento realizado pelo próprio produtor de carvão vegetal. É o caso das carvoeiras tradicionais legalizadas, em

que o dono da carvoeira possui os seus próprios caminhões, "gaiolas", os documentos e as licenças necessárias para o atravessamento do seu insumo, como é o caso do dono da carvoeira destacada na Fotografia 14.

É importante não deixar de ressaltar que existem pessoas em Rondon do Pará, que são responsáveis tão somente pela venda da nota para os produtores de carvão vegetal das carvoeiras tradicionais. Na maioria das vezes essa nota[62] é retirada no nome de outra pessoa, que pode ser tanto de Rondon como de outro município, como mencionamos no capítulo anterior. Com as notas, a guia florestal e o documento de origem florestal, os produtores diretos e os atravessadores realizam o transporte do carvão para as indústrias siderúrgicas.

Segundo um motorista de caminhão "gaiola" entrevistado, as notas servem *"Pra apresentar na siderúrgica e...e... como assim, pra apresentar para o IBAMA, se o IBAMA me pegar, a fiscalização, os postos fiscais, tem que apresentar aquele documento se não você não vai. Tem que chegar no posto fiscal, na Carne de Sol, no caso" (Entrevista com um motorista da "gaiola" de carvão vegetal, em 02 de dezembro de 2009)*.

A fala desse motorista indica que eles levam consigo as notas, para apresentá-las nos postos de fiscalizações e na siderúrgica. O transporte é realizado principalmente no período noturno, quando a fiscalização rodoviária é menor e a corrupção dos policiais é garantida. Além disso, porque os custos do transporte diminuem, já que os desgastes dos pneus e dos freios do caminhão são menores à noite, como relatou o motorista entrevistado:

> Mayka: É por isso que muitos transportam a noite, pra fugir da fiscalização?
> Motorista: Isso. Uns por causa da fiscalização. Eu mesmo transporto à noite não só por esse fato, porque eu sempre... eu... eu... sempre... já fui até preso por transportar ilegal. Já... já passei uma noite de 2 (duas) da madrugada ate 6(seis) da manha, preso, detido la em Marabá. Aí daí pra ca nunca mais eu transportei produto ilegal. Aí eu viajo mais porque o sol não ta quente, pra não estragar, porque o desgaste do pneu e do freio, à noite tudo é menor. Entendeu? A maioria transporta à noite por isso[63].

Por mais que o motorista relate que há uma preferência por transportar a carga de carvão vegetal no período noturno, porque nesse período o desgaste do caminhão é menor, a sua fala revela que o fator mais preponderante na escolha do horário é a fiscalização, a qual é mais "flexível" à noite, isto é, é mais passível de ser burlada.

---

[62] Para emitir o Documento de Origem Florestal (DOF), a pessoa precisa ter um cadastro técnico federal no IBAMA. Através desse cadastro ela pode acessar o serviço on-line no site www.ibama.gov.br e selecionar a opção DOF "Documento de Origem Florestal" e solicitar as notas e fazer o pagamento das mesmas.

[63] Entrevista com um motorista da "gaiola" de carvão vegetal, em 02 de dezembro de 2009.

Nessa fala o motorista reconhece que transportou carvão de origem ilegal de Rondon do Pará, e, por isso, foi preso, mas não realiza mais o transporte nessa condição. Os motoristas levam insumo para as siderúrgicas, onde será consumido.

Chegando à porta de entrada da indústria siderúrgica, os caminhoneiros enfrentam uma fila formada por caminhões "gaiolas" que vêm dos demais municípios que produzem carvão, especificamente, os do sudeste paraense. No verão, a fila dos caminhões nas portas das siderúrgicas fica mais extensa, pois, é o período que mais se produzem o carvão vegetal. No inverno, a fila diminui muito, às vezes, ela nem se forma, porque a produtividade é muito pequena no período das chuvas, pois os custos do processo de produção e transporte do insumo aumentam significativamente.

A Fotografia 25 mostra a fila de caminhões, "gaiolas", no pátio externo da siderúrgica, esperando para ser chamado para vender e descarregar o carvão no pátio interno da indústria.

Fotografia 25 - Fila de caminhões esperando para descarregar o carvão na indústria siderúrgica

A fila de caminhões estacionados no pátio externo da indústria siderúrgica Cosipar, no período do verão[64].
Fonte: Amaral (2010).

Quando os motoristas chegam à siderúrgica, eles permanecem no pátio externo, esperando serem chamados na portaria para pesar o carvão na balança, que existe no pátio interno da siderúrgica. Posteriormente, a siderúrgica efetua o pagamento do produto, o qual é

[64] Quando eu estava tirando as fotos, o segurança da indústria interrompeu dizendo que era proibido fotografar. Ele impediu que eu fotografasse e conhecesse a indústria, assim como, conversasse com algum representante. Voltei outras vezes, mas não conseguir estabelece diálogo com nenhum representante.

realizado no ato da compra do carvão, ou às vezes, por meio de depósito na conta bancária do atravessador, o qual é o responsável pela distribuição da renda aos diferentes sujeitos envolvidos na "trama" do processo de produção e circulação do carvão vegetal.

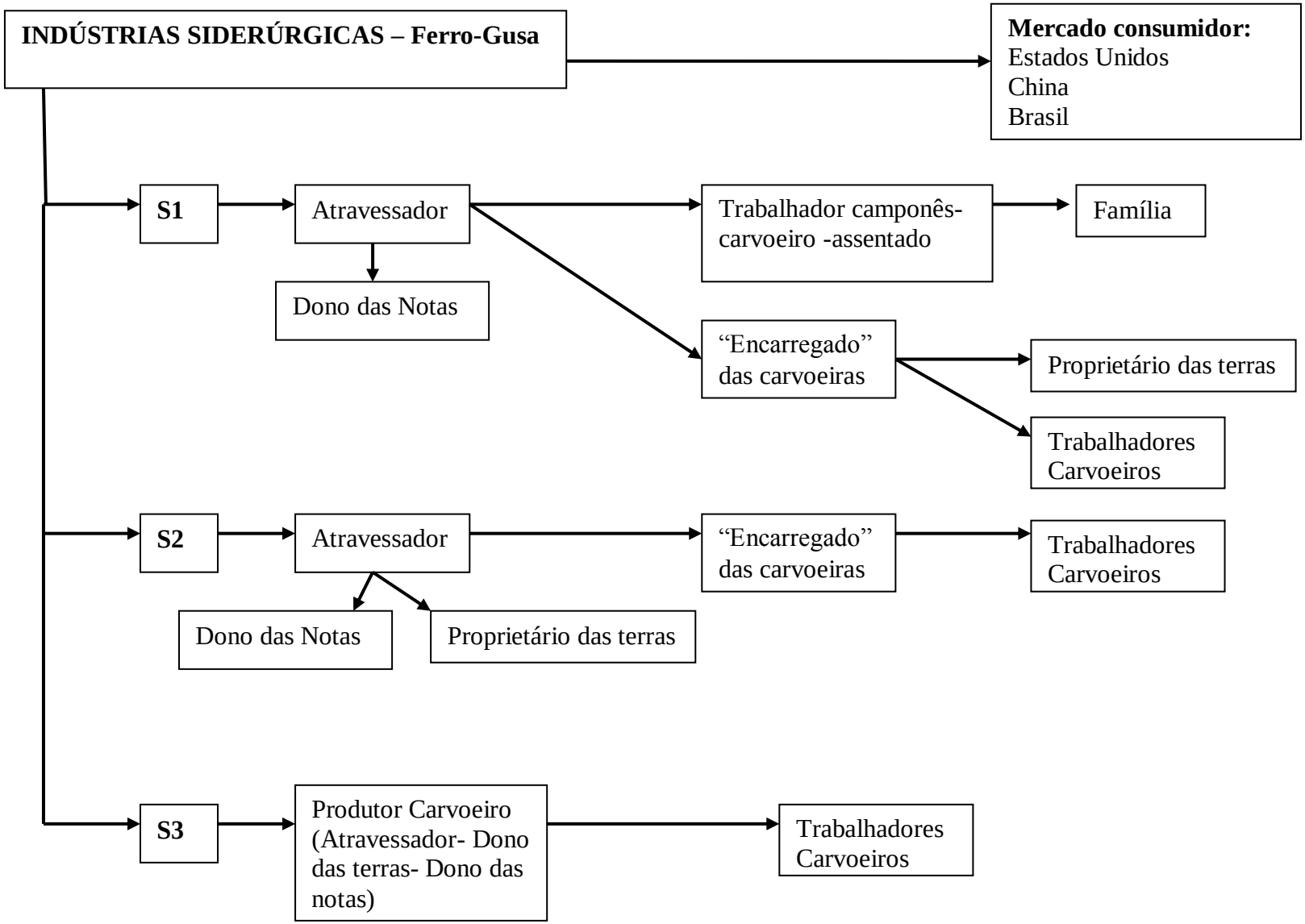
De acordo com as três situações do controle da circulação do carvão vegetal destacadas anteriormente, pode-se indicar que a renda da terra e a mais-valia produzida através da superexploração dos trabalhadores carvoeiros, não são apropriadas somente pelo grande capital industrial, materializado na indústria siderúrgica. Os antigos produtores do carvão vegetal, atuais atravessadores; os grandes produtores atuais; os donos das notas; e, os "encarregados" das carvoeiras, também, se apropriam de uma "fatia" desse "bolo", isto é, da riqueza gerada no processo de carvoejamento.

Nesse sentido, considerando as três situações já destacadas, podemos identificar, também, respectivamente, três diferentes situações de apropriação dessa riqueza, quais sejam:

a) a situação em que a indústria siderúrgica faz o pagamento da carga de carvão ao atravessador, que, por sua vez, vai repassar uma parte desse pagamento ao dono das notas, ao produtor camponês carvoeiro, e ao "encarregado" das carvoeiras de onde comprou o carvão vegetal, seja de dentro de acampamentos ou não, o qual deverá transferir uma parte para o proprietário das terras, onde se produziu o carvão. Nesse pagamento está incluso parte da renda camponesa da terra e da renda capitalista da terra com a mais-valia produzida na superexploração dos trabalhadores carvoeiros assalariados;
b) a siderúrgica faz o pagamento do carvão ao atravessador, que, diferente da primeira situação, vai ser o próprio responsável pela transferência de uma parte da renda capitalista da terra e da mais-valia ao proprietário da terra, onde se produz o carvão, ao dono das notas e, ao "encarregado" da carvoeira, o qual faz o pagamento do salário dos trabalhadores carvoeiros.
c) a siderúrgica faz o pagamento do carvão vegetal ao produtor carvoeiro, que é, ao mesmo tempo, o atravessador, o proprietário das terras e dono das notas. Diferente das outras situações, esse produtor carvoeiro divide com a indústria siderúrgica a renda da terra e a mais-valia produzida no carvoejamento.

Essas três diferentes situações de apropriação da riqueza produzida no processo de carvoejamento, realizado em Rondon do Pará, pode ser representada esquematicamente da seguinte maneira:

Esquema 3 - As relações e os sujeitos envolvidos no processo de produção e circulação do carvão vegetal produzido em Rondon do Pará



Essas diferentes situações das relações existentes entre os sujeitos envolvidos na atividade de carvoejamento em Rondon do Pará traduzem a realidade da situação de fronteira que define a Amazônia, a qual é marcada por uma diversidade histórico-social e econômica singular, capaz de potencializar diferentes conflitos sociais.

No contexto da situação de fronteira refletida pelo processo de carvoejamento, é possível identificar, portanto, que essas diferentes e interdependentes relações sociais estão baseadas em práticas fraudulentas e estratégias forjadas pelos sujeitos para se integrarem ao sistema econômico capitalista, mesmo que seja uma integração precária e residual.

Essa situação de fronteira elucida uma das principais contradições do modo de produção capitalista, que se refere a sua própria necessidade de manter e de reproduzir relações sociais de produção não-capitalistas e relações de produção com características típicas da acumulação primitiva, sustentadas na superexploração do trabalhador. Nesse sentido, essa situação de fronteira indica que *"(...) a acumulação primitiva pode se mesclar e se confundir com a reprodução do capital (MARTINS, 2009, p. 82)"*. Desse modo, é, portanto, parte constitutiva do contraditório e desigual modo de produção capitalista.

4.3 ENTRE A CINZA E A FUMAÇA SOBREVIVEM OS TRABALHADORES CARVOEIROS: AS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ

Como parte integrante do desigual e contraditório modo capitalista de produção, o processo de carvoejamento é uma atividade ambientalmente e socialmente degradante, mas, do ponto de vista do capital, necessário à sua produção e reprodução na Amazônia. A permanência de atividades como essa, no interior desse modo de produção, não é um resquício do passado que automaticamente será extinta com o passar do tempo, ao contrário, ela é sustentada e recriada pelo próprio capital para contribuir com a sua reprodução ampliada (MARTINS, 2009).

Nesse contexto, a superexploração e degradação da biomassa vegetal, bem como, dos trabalhadores carvoeiros, no interior do processo do capital, não significam uma irracionalidade, ao contrário, é a própria racionalidade contraditória do movimento do desenvolvimento capitalista.

Os 35 (trinta e cinco) trabalhadores carvoeiros entrevistados nas carvoeiras de Rondon do Pará sobrevivem dia e noite entre a cinza e a fumaça liberada pelas carvoeiras, onde passam uma boa parte da sua vida. Os trabalhadores carvoeiros residem nas próprias

carvoeiras, pois, a maioria delas está localizada no interior do município, distante da cidade e das vilas, além da maioria dos trabalhadores carvoeiros serem oriundos de outros estados ou regiões.

Nas carvoeiras montadas por antigos produtores, atuais atravessadores, os trabalhadores, juntamente com o "encarregado", vão à cidade apenas no dia do pagamento para receber o salário, depois retornam novamente. Já nas carvoeiras dos grandes proprietários carvoeiros, que produzem o carvão na sua propriedade de terra, controlando o seu atravessamento com as suas próprias notas, os trabalhadores recebem o salário na carvoeira, o que significa dizer que eles residem definitivamente no ambiente de trabalho, só voltam à cidade de origem no final do mês, do semestre, do ano, ou passam anos sem retornarem.

As carvoeiras visitadas em Rondon se diferenciam em relação ao padrão de infra-estrutura organizacional que apresentam. Assim, de acordo com as infra-estruturas encontradas, podemos classificá-las em três tipos de carvoeiras: as carvoeiras estruturadas; as carvoeiras semi-estruturadas e as carvoeiras mal-estruturadas.

As carvoeiras estruturadas são as que possuem as melhores condições de vida e de trabalho para o trabalhador carvoeiro. Nelas, além de ser obrigatório o uso dos equipamentos de proteção "EPi's", é possível encontrar alojamentos com uma boa estrutura, com espaço amplo, quartos divididos por um número pequeno de trabalhadores, que dormem em camas do tipo "beliches". Além disso, possuem banheiros limpos com vaso sanitário e chuveiro; refeitório, com água encanada, filtrada e gelada; sala de televisão para os trabalhadores, enfim, todos os espaços bem organizados e higienizados, como se pode visualizar nas fotos 26 e 27.

Fotografia 26 - Alojamento da carvoeira estruturada

Um dos alojamentos das carvoeiras estruturadas do município de Rondon do Pará, ele possui a melhor condição de moradia dos trabalhadores carvoeiros, com espaço amplo, dividido em quartos onde dormem entre 2 a 4 trabalhadores. Enquanto os trabalhadores estão na carvoeira, os seus quartos ficam fechados e somente os colegas do quarto têm acesso direto.
Fonte: Amaral (2010).

Fotografia 27 - Alojamento da carvoeira estruturada

Momento em que os trabalhadores carvoeiros estavam almoçando. O refeitório é bastante amplo, organizado e higienizado. Ele é dividido em três compartimentos, um destinado a realização das refeições, um para preparar os alimentos, onde fica os fogões e fornos, e outro, que funciona como o depósito dos alimentos.
Fonte: Amaral (2010)

As carvoeiras semi-estruturadas são aquelas que possuem uma infra-estrutura formada por um alojamento pequeno, com três compartimentos: uma cozinha, um pátio, onde

os trabalhadores fazem suas refeições; e, um salão, onde todos os trabalhadores carvoeiros dormem em suas respectivas redes, como se pode observar nas fotos 28 e 29. O banheiro fica separado do alojamento.

Fotografia 28 - Alojamento da carvoeira semi-estruturada

O alojamento da carvoeira semi-estruturada. Do lado direito fica o salão, onde os trabalhadores dormem. Do lado esquerdo, fica a cozinha, que é separada por um pátio que funciona como o local da realização das refeições pelos trabalhadores.
Fonte: Amaral (2010).

Fotografia 29 - Dormitório dos trabalhadores carvoeiros das carvoeiras semi-estruturadas

Os trabalhadores carvoeiros estão descansando após o almoço. Esse salão é o lugar onde eles dormem e permanecem quando não estão trabalhando na carvoeira ou na mata. A condição de repouso é mínima, suas roupas ficam penduradas em cordas por cima das suas redes, e os seus materiais de uso pessoal ficam pelos cantos das paredes. O momento de descanso e relaxamento para a reprodução humanamente digna desses trabalhadores é residual.
Fonte: Amaral (2010).

Essas condições de vida às quais os trabalhadores carvoeiros estão submetidos diariamente nas carvoeiras semi-estruturas, são piores nas carvoeiras classificadas como mal-estruturadas. As quais apresentam uma infra-estrutura organizacional extremamente precária, composta por um pequeno alojamento, que se assemelha ao da carvoeira semi-estrutura, mas que não possui banheiro, nem ao menos água encanada para os trabalhadores carvoeiros. Eles precisam correr, literalmente, para o mato para fazer suas necessidades fisiológicas.

Mesmo diante dessas condições miseráveis em que sobrevivem esses trabalhadores, se faz mister destacar que as condições de vida verificadas nas carvoeiras de Rondon do Pará atualmente, são diferente das condições observadas durante a realização da pesquisa que realizei em anteriormente, em que os alojamentos eram barracos construídos com barro, palhas e lonas, contendo apenas assentos e mesas improvisadas com pedaços de madeira em tora; sem banheiro e sem abastecimento de água (AMARAL, 2007). Uma condição desumana e muito pior quando comparada com as atuais, as quais foram, minimamente, modificadas a partir das pressões trabalhistas e ambientais que se intensificaram em 2005, mas que ainda não foram suficientes para mudar a condição de precariedade, de superexploração e de subordinação a que os trabalhadores carvoeiros estão submetidos.

A realidade das pressões ambientais e sociais iniciadas a partir do ano de 2005 sobre os antigos produtores é um forte indicativo de que seja, também, um elemento de estímulo para esses sujeitos abandonarem o controle direto do processo de produção do carvão, assumindo o controle da sua circulação. Isto é, pode ser entendido como mais um estímulo para eles transferirem a produção para os assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, se esquivando das responsabilidades sociais e ambientais da atividade e repassando-as para os camponeses assentados ou para pessoas “laranjas”, que as assumem iludidos de que vão se libertar da condição de trabalhador subordinado e superexplorado, o que de fato não ocorre.

Dessa maneira, o que percebemos é que a expansão do carvoejamento para os assentamentos e acampamentos rurais foi acompanhada da expansão, também, das piores condições de trabalho e de moradia. Ou seja, ao introduzir essa atividade utilizando o trabalho assalariado no processo produtivo, tais condições não foram alteradas, ao contrário, elas permaneceram com a precária estrutura identificada em pesquisa anterior, porém, livres das pressões ambientais ou sociais.

A situação do trabalhador carvoeiro das carvoeiras tradicionais foi indicada nos registros iconográficos utilizados para explicar o processo de produção do carvão vegetal, quando eles aparecem executando suas funções sem a utilização de nenhum material de proteção. A utilização do material de proteção, EPI’s, é obrigatório para a realização da atividade de

carvoejamento, os Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva básicos são: óculos ou protetores faciais, com lentes filtrantes; luvas; avental; perneiras e calçados de proteção (botas, por exemplo); vestimentas com tecido de algodão e uso de máscara, segundo Célia Koury, médica do trabalho e auditora fiscal da DRT/PA (CARVOEIROS..., 2005).

Entretanto, entre as carvoeiras visitadas, verificamos que apenas nas carvoeiras estruturadas, os trabalhadores carvoeiros estavam usando os EPI's. Encontramos placas como mostra a Fotografia 31, chamando a atenção dos trabalhadores para a utilização dos mesmos, mas o que observamos é que apesar da existência desse tipo de placas, eles não estavam usando os materiais de proteção, o que indica que essa placa não tem validade efetiva. Ou seja, existe para o caso de uma fiscalização, mas, na realidade, os trabalhadores carvoeiros não utilizam os EPI's.

Fotografia 30 - Placa de aviso sobre a utilização de materiais de proteção

A placa de aviso que informa sobre a obrigatoriedade da utilização dos materiais de proteção carvoeira. Porém, a realidade mostra o inverso, ou seja, os trabalhadores utilizam no máximo a bota e a luva para se proteger na execução das atividades.
Fonte: Amaral (2010).

Na maioria das carvoeiras, sejam as semi-estruturadas ou as mal-estruturadas, encontramos trabalhadores carvoeiros realizando suas atividades substituindo os equipamentos de trabalho e de proteção por partes do próprio corpo, como se pode observar na Fotografia 20, quando o trabalhador fechava a "porta" do forno com uma massa de barro, utilizando as suas próprias mãos; e na Fotografia 25, que mostra os trabalhadores fazendo o

carregamento da “gaiola” de carvão, destacando um trabalhador subindo a escada com um balaio cheio de carvão para jogar dentro da “gaiola”.

Além das situações de precariedade apresentadas nas fotos 20 e 25, as fotos 22 e 23, também, denotam essas situações, pois o trabalhador é obrigado inalar, “engolir” e suportar a fumaça e o calor liberado pelo carvão durante e depois da sua carbonização. O que pode resultar a curto e/ou em longo prazo a doenças graves como as expostas no quadro de riscos das atividades na carvoeira, exposto abaixo:

Quadro 3 - Riscos das atividades

Riscos	Doenças
Elevada carga térmica	Alteração da pressão arterial oriunda dos fornos.
Grande exposição à carga solar	Queimaduras e cataratas precoce
Alto esforço físico	Hérnias inguinais e escrotais.
Queda de toras de madeiras e das escadas	Fratura de alguma parte do corpo ou até mesmo a morte.
Poeira	Alergia e gripe.
Fumaça	Alterações nas vias aéreas superiores pela irritação constante; alergias, como asma e conjuntivite.

Fonte: Célia Koury, médica do trabalho e auditora fiscal; José Ribamar Miranda da Cruz, chefe da Sessão de Inspeção do trabalho/DRT/PA, (2005). Adaptado por Amaral, M. D. B. (2007).

Mesmo diante desse quadro de risco referente às atividades do carvoejamento, os donos das carvoeiras e os “encarregados”, responsáveis diretos pela produção do carvão vegetal, não demonstram nenhum tipo de preocupação com a condição de trabalho e de vida do trabalhador carvoeiro, já que o seu interesse é produzir muito e sem grandes custos, ou seja, comprar os EPI’s significa gastar mais, portanto, isso é deixado de lado.

Na verdade, os “encarregados” não possuem melhores condições de vida e de trabalho em relação à dos trabalhadores carvoeiros, eles também são sujeitos subordinados a superexploração. Eles são os “laranjas” que assumem as responsabilidades da carvoeira, iludidos de serem os donos das carvoeiras e de que vão obter maiores ganhos, quando na realidade fazem parte do rol dos “trabalhadores descartáveis” necessários a reprodução ampliada do capital (MARTINS, 2003).

A preocupação da indústria siderúrgica, dos atravessadores, dos donos das notas, dos proprietários de terras, dos proprietários das carvoeiras e, até certa medida, dos “encarregados”, é com o “ganho livre e socialmente irresponsável”, isto é, com o ganho livre das responsabilidades ambientais e sociais da atividade. Não existe uma preocupação com a

reprodução digna da vida humana dos trabalhadores carvoeiros, eles são submetidos a uma intensa degradação e desvalorização do seu trabalho (MARTINS, 2003, p. 30).

Nas carvoeiras tradicionais, as funções desempenhadas pelos trabalhadores carvoeiros são:

a) motoqueiro ou operador de moto-serra, fazendo o corte da madeira no mato ou na "boca" do forno, quando o resíduo é originado de serraria e necessita ser ajustado para o enchimento do forno;

b) bandeirador e empilhador, amontoando a madeira cortada no mato, para ser colocada no caminhão ou jirico de transporte para a "boca" do forno;

c) operador do trator de pneu, aquele que dirige o caminhão ou jirico transportador do resíduo;

d) enchedor do forno, o que pratica o enchimento do forno com o resíduo trazido do mato ou da serraria;

e) carbonizador, a pessoa que é responsável pela combustão do resíduo;

f) barrelador, que faz o barrelamento do forno para promover o seu esfriamento;

g) tirador do forno, a pessoa que tira o carvão vegetal do forno após o seu processo de combustão e de esfriamento;

h) e a cozinheira ou cozinheiro, que cozinha para os trabalhadores da carvoeira e pratica, em alguns casos, a limpeza externa do alojamento.

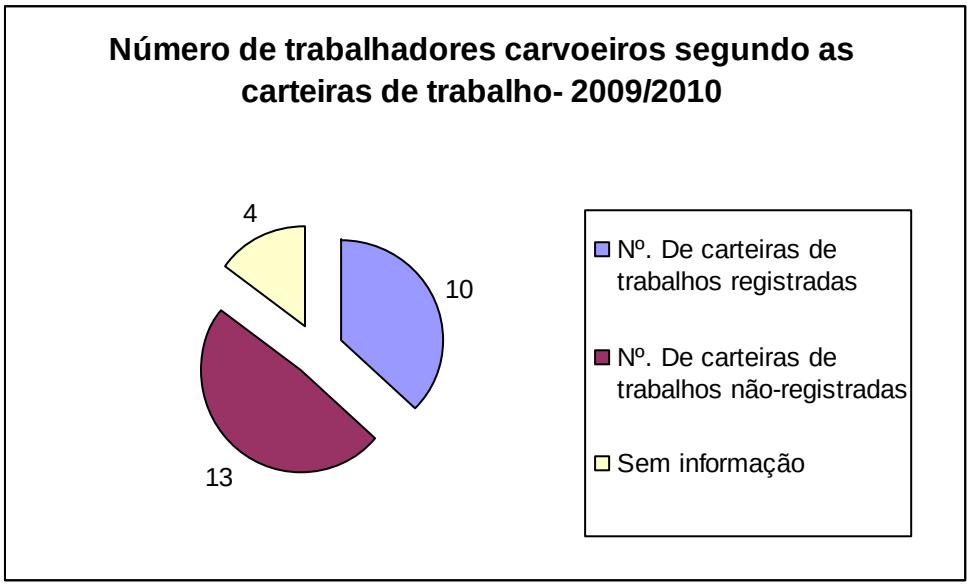
Para realizar essas funções, os trabalhadores carvoeiros, em sua maioria, possuem uma jornada de trabalho de 12 horas diárias, sem considerar o domingo e qualquer feriado, com apenas 2 horas de descanso, quando param para almoçar e para dormir à noite. Como eles moram na própria carvoeira, a jornada de trabalho fica muito extensiva, a "folga" no trabalho acontece apenas quando os trabalhadores vão à cidade receber o salário. Quando decidem voltar à cidade de origem para visitar a família, pedem demissão no trabalho, quando retornam da viagem procuram uma nova carvoeira para trabalhar ou voltam para a antiga.

A jornada de trabalho dos trabalhadores carvoeiros é determinada pelo regime de trabalho temporário, sem a exigência de um horário fixo, mas sim a alta produtividade. O que significa dizer, que a sua remuneração é realizada a partir da produção realizada, isto é, quanto mais eles produzem, mais eles ganham. Em virtude disso, acabam abdicando da sua própria vida no intenso e degradante trabalho da carvoeira.

Como a maioria das carvoeiras não apresenta compromissos trabalhistas com os trabalhadores, como registrar as suas carteiras de trabalho, por exemplo. Apenas as carvoeiras tradicionais estruturadas possuem a maior parte dos trabalhadores carvoeiros com suas

respectivas carteiras de trabalho registradas. O gráfico 11 expressa o número de trabalhadores carvoeiros que possuem suas carteiras de trabalho registradas nas carvoeiras tradicionais visitadas em Rondon do Pará. Do total de 35 trabalhadores carvoeiros entrevistados, 10 trabalhadores possuem suas carteiras de trabalho registradas; 13 trabalhadores não possuem carteiras de trabalho registradas e 4 trabalhadores não responderam ao questionamento.

Gráfico 12 – Número de trabalhadores carvoeiros segundo as carteiras de trabalho – 2009/2010



Fonte: Trabalho de campo.

Mesmo com a carteira de trabalho assinada, o trabalhador carvoeiro não tem garantia e estabilidade na obtenção do seu salário mensal, ele só o receberá se produzir. Caso ele deixe de produzir por algum motivo seja por doença, cansaço, ou, por qualquer outro, não obterá ganho algum no final do mês.

O Quadro 03 mostra as diferentes funções desempenhadas pelos trabalhadores carvoeiros e as suas respectivas remunerações.

Quadro 4 - Funções desempenhadas pelos trabalhadores carvoeiros e as suas respectivas remunerações

Função	Atividade	Remuneração (produção/mensal)
Motoqueiro ou operador de moto-serra	Cortar a madeira no mato ou na "boca" do forno com o moto-serra.	R$ 20,00 por forno; entre R$ 600,00 a 1.500,00 mensal.
Bandeirador e empilhador	Juntar a madeira cortada no mato e coloca em cima do caminhão ou jirico.	Entre R$ 250,00 a R$ 700,00 mensal.
Operador do trator de pneu	Dirigir o caminhão ou jirico que transporta o resíduo até a carvoeira.	R$ 800,00 mensal.
Enchedor do forno	Encher o forno com o resíduo	R$ 20,00 por forno; entre R$ 500,00 a R$ 1.000,00 mensal.
Carbonizador e barrelador	Carbonizar a madeira e resfriar o carvão vegetal.	Entre R$ 600,00 a R$ 800,00.
Tirador do forno	Tirar o carvão vegetal de dentro do forno.	R$ 20,00 por forno; entre R$ 500,00 a R$ 1.000,00 mensal.
Cozinheira ou cozinheiro	Cozinhar para os trabalhadores da carvoeira e, em alguns casos, faz a limpeza externa do alojamento.	R$ 350,00 mensal.

Fonte: Informações obtidas em trabalho de campo (2009-2010).

Esse quadro mostra o valor que o trabalhador carvoeiro receber referente à sua produção, segundo a sua função, e o seu valor mensal aproximado. O controle da produção é realizado tanto pelos próprios trabalhadores como pelo "encarregado" da carvoeira, ambos anotam num caderninho a quantidade produzida no dia, no final do mês eles têm a soma total da produção. Em algumas carvoeiras, os "encarregados" dão, ao final de cada dia, tickets contendo a produção de cada trabalhador, no final do mês, cada um deve apresentá-los para o recebimento da sua remuneração. Se os trabalhadores perderem os tickets, os "encarregados" possuem os comprovantes para a soma total da produção do mês.

A remuneração, segundo a produção dos trabalhadores carvoeiros, acaba obrigando-os a trabalhar intensamente, com a ilusão de que vão conseguir maiores ganhos. Entretanto, diante das condições de insalubridade específica da atividade de carvoejamento, a possível maior remuneração não é suficiente para a obtenção de uma boa qualidade de vida. O trabalhador pode até receber uma remuneração maior do que recebia em sua cidade, porém, a exploração da sua força de trabalho é mais intensa e as possibilidades do aparecimento de

doenças constituem riscos maiores, já que estão submetidos a más condições de higiene, habitação e alimentação.

No que se refere à alimentação, eles têm a ilusão de que trabalhando muito, ganharão muito, uma vez que, acreditam que não gastarão com alimentação. Segundo eles, esta é fornecida gratuitamente pelo dono ou pelo "encarregado" da carvoeira, como indica a fala de um dos trabalhadores carvoeiros, quando questionado sobre quem fornece a sua alimentação:

> Trabalhador carvoeiro: O patrão aí.
> Mayka: O senhor paga por ela?
> Trabalhador carvoeiro: Não sei, é assim, porque nós trabalhamos à custa dele. Antigamente nós trabalhávamos às nossas custas quando o carvoeiro era clandestino. Nós mesmos comprávamos a alimentação, nós mesmos fazíamos. Hoje em dia não, hoje em dia a gente trabalha às custas do patrão. Antigamente não tinha isso aqui, era um barraco de palha, hoje em dia normalizou o negócio dos anos 97 pra cá. De 96 pra trás talvez muito na região de Açailândia tava descoberto era só barraquinho de palha. Hoje em dia não, em Açailândia nenhum trabalhador dorme na carvoeira. Aqui o negócio porque a distância é muito grande. Todas as vezes come feijão, arroz, carne, macarrão./ Farofa, milharina, farofa de carne, farofa de ovo, café (Trabalhador carvoeiro-1, entrevistado em 20/02/2010).

Essa fala revela e reafirma três importantes informações sobre a alimentação e as condições de vida na carvoeira. A primeira informação é sobre o seu fornecedor, que, segundo o entrevistado é o patrão, ou seja, o dono ou o "encarregado" da carvoeira; a segunda refere-se à melhoria da condição de vida dos trabalhadores, no que diz respeito à moradia, a qual deixou de ser o antigo barraco de palha e lona; e a terceira informação é sobre os alimentos fornecidos. É importante ressaltar que apesar das melhorias indicadas na fala, estas são residuais e insuficientes para promoverem alterações nas condições subalternas às quais os trabalhadores carvoeiros estão submetidos.

Para completar a informação revelada na fala do trabalhador carvoeiro sobre os alimentos consumidos, elaboramos um quadro a partir do conjunto de informações fornecidas pelas outras entrevistas realizadas.

Quadro 5 -: Refeições diárias dos trabalhadores carvoeiros

Café da manhã	Almoço e Jantar
Café com Farofa de ovo	Arroz, Feijão e carne
Café com Milharina	Arroz, Feijão e peixe
Café com bolo	Arroz, Feijão e frango
Café com farofa de ovo com milharina	Arroz, Feijão carne de caça
Cuscuz de milharina	Arroz, Feijão e carne e macarrão

Fonte: Trabalho de campo (2009-2010)

Esse quadro de refeições indica muito mais do que os alimentos consumidos diariamente pelos trabalhadores carvoeiros, ele permite fazer uma relação entre o tipo de alimento consumido e o tipo de atividade realizada por eles. Pois, de acordo com as conversas realizadas com os trabalhadores carvoeiros, percebeu-se que eles acham que essa alimentação é boa porque ajuda a suportar as atividades exaustivas que compõem o carvoejamento. Eles necessitam de uma alimentação que os ajude a adquirir mais energia e força para a realização dos trabalhos. No geral, eles demonstraram estarem satisfeitos com a alimentação, muitos consideram semelhante a da cidade, porém, isso também deve ser avaliado criticamente, através de uma reflexão sobre o que os levam a se sentirem satisfeitos com a alimentação? A satisfação decorre da sua qualidade, ou por acreditarem que ela é gratuita? Ou essa satisfação é produto das condições adversas que dificultavam o acesso a alimentação desses trabalhadores, antes de vim para o “mundo do carvão”.

4.4 OS TRABALHADORES CARVOEIROS E A SUPEREXPLORAÇÃO E DEGRADAÇÃO DA VIDA NAS CARVOEIRAS TRADICIONAIS DE RONDON DO PARÁ

Ao longo desse texto, procuramos analisar o carvoejamento e a situação de superexploração e de degradação do trabalho e da vida dos trabalhadores carvoeiros, como um fenômeno de dentro do processo de produção e reprodução ampliada do capital. Nesse sentido, se faz necessário, portanto, identificar quem são esses sujeitos que sobrevivem entre as cinzas e a fumaça dessas carvoeiras, e a consciência social que possuem do contexto de sobrevivência em que estão inseridos.

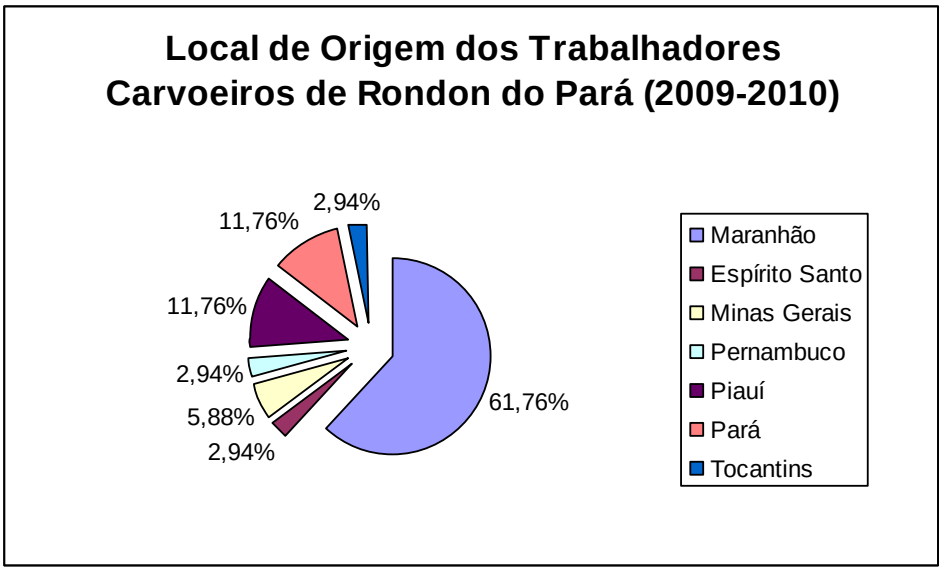
Os trabalhadores carvoeiros são sujeitos desenraizados pelos processos do capital, o qual os transformou em trabalhadores-migrantes temporários, que saem dos seus locais de origem em busca de meios de sobrevivência. Eles são desenraizados das suas antigas relações

sociais, para cumprir papéis previamente determinados nos setores considerados menos rentáveis da economia, como o carvoejamento. Nesse sentido, esses trabalhador-carvoeiro-migrantes não podem ser vistos como sujeitos sociais excluídos, ao contrário, eles foram desenraizados, para serem enraizados a partir de outra lógica, a lógica do lucro livre e socialmente irresponsável (MARTINS, 2003).

A maioria dos trabalhadores carvoeiros entrevistados não nasceu no município de Rondon do Pará. Eles são de outros municípios e estados, como mostra o gráfico 12, nota-se que dos 35 trabalhadores entrevistados: 61,76% dos trabalhadores carvoeiros são do Maranhão; 2,94% são do Espírito Santo; 5,88% são de Minas Gerais; 2,94% de Pernambuco; 11,76% do Piauí; 11,76% do Pará e 2,94% do Tocantins. São trabalhadores que estabelecem um fluxo migratório vindo de outros municípios e estados, como indica o mapa 12, em busca de trabalho.

Antes deles se submeterem às precárias condições de trabalho e de vida nas carvoeiras de Rondon do Pará, enfrentaram experiências diversas de adversidades no campo e na cidade, onde já tinham sido transformados em trabalhadores "nus", isto é, detentores apenas da sua força de trabalho, que deveriam obrigatoriamente vendê-la no mercado de trabalho.

Gráfico 13 - Local de origem dos trabalhadores carvoeiros de Rondon do Pará (2009-2010)



Fonte: Trabalho de campo.

Alguns desses trabalhadores carvoeiros saíram das suas unidades familiares, onde produziam com a família, para trabalharem nas carvoeiras com a esperança de poder contribuir com a sua reprodução, mesmo que fosse com a redução de uma "boca" à ser

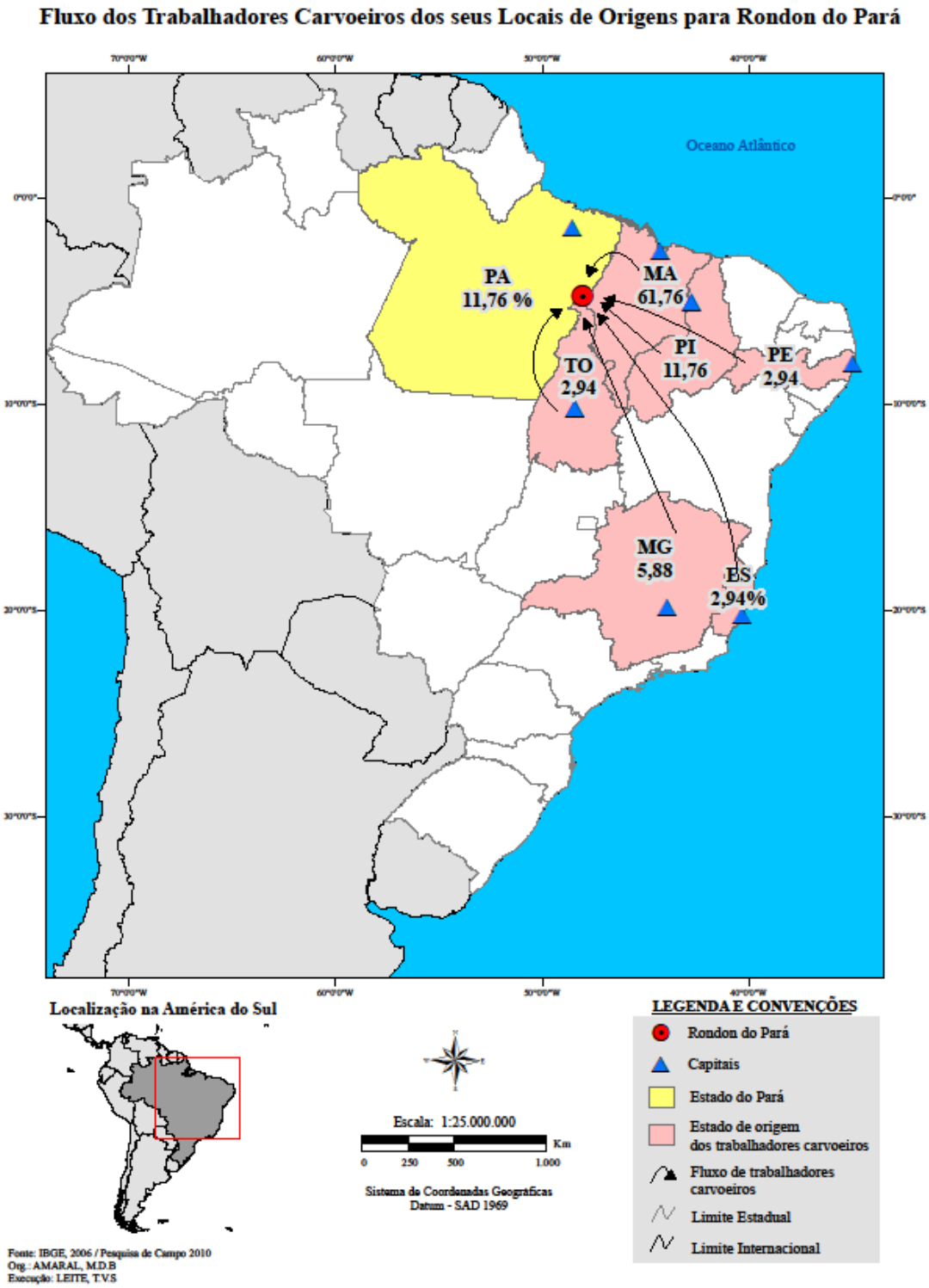
alimentada pelo pai, como indica a fala do trabalhador carvoeiro, quando foi questionado porque ele teria vindo do seu local de origem para trabalhar na carvoeira:

> Trabalhador carvoeiro: Eu vim é o seguinte. Lá o serviço é mais fraco e eu não queria viver só assim, meu pai, minha mãe, dependendo do que é deles. Fazer o quê vou trabalhar e ter o meu.
> Mayka: Em que os seus pais trabalham?
> Trabalhador carvoeiro: Trabalham em roça. Meu pai sempre fez serviço de roça, trabalhando em serviço de roça[65]

Além de saírem da lógica do trabalho familiar realizado na roça, isto é, no campo, outros trabalhadores carvoeiros, antes de adentrarem ao "mundo do carvão", realizavam diferentes atividades como trabalhos em restaurantes industriais, ajudantes de pedreiros; lavadeiras e até mesmo trabalhadores carvoeiros em outras carvoeiras. Esses trabalhadores podem ser entendidos como "[...] cada vez um trabalhador em busca de trabalho e cada vez mais sujeito a entradas e saídas cíclicas do mercado de trabalho (MARTINS, 2003, p. 29)".

[65] Trabalhador carvoeiro-2, entrevistado em: 20.02.2010.

Mapa 12 – Fluxo dos trabalhadores dos seus locais de origem para Rondon do Pará



Eles são recrutados para as atividades do carvoejamento através de anúncios no jornal, na rádio local, e por "encarregados" que os buscam em outros municípios e estados, como mostra o fragmento da entrevista de um dos trabalhadores carvoeiros:

> Trabalhador carvoeiro: (...) foi lá, colocou num anúncio que tava precisando de trabalhador, aí tava conversando com ele e trouxe nós no ônibus (...).
> Mayka: Mas o senhor teve que pagar pra ele?
> Trabalhador carvoeiro: Não, nunca foi descontado nada não. (...) nós tinha que fazer exame, foi lá deu uma merenda pra nós e nunca descontou nada não. Só o que descontou foi de (...), R$ 40,00 conto, só isso mesmo, mas desconto de passagem, essas coisas, até agora ele não falou isso não[66].

Além dessas formas de recrutamento, o mais comum é o contato por relações de parentesco e de amizade, pois, quando o trabalhador carvoeiro vai visitar a sua família e/ou amigos nas suas cidades e estados de origem, acabam trazendo outros familiares e/ou amigos para se inserirem no "mundo" do carvão.

Os trabalhadores carvoeiros reconhecem que o trabalho na carvoeira é muito exaustivo, mas que é necessário para a sua sobrevivência, como podemos observar na fala abaixo:

> Trabalhador carvoeiro: Rapaz, a carvoeira é o seguinte, pra te falar a verdade não é um trabalho bom. Agora hoje aqui pra nós que mora nessa região aqui o ganha pão melhor é esse, é carvoeira. Que se dissesse que saiu carvoeira acabou-se, não tem outro serviço. O serviço não é bom. (...) Se você olha o cabra enchendo o forno, se você ver ele tirando ainda meio quente aí é que você diz mesmo que não é bom, mas é sempre onde o cabra ganha mais, aí o ramo na região hoje mais é esse. Aliás, o melhor que eu tenho é esse, aí eu sou carbonizador ainda melhor, né (Trabalhador carvoeiro-3, entrevistado em 20/02/2010).

Com essa fala fica claro que os trabalhadores carvoeiros possuem uma consciência social acerca das condições adversas que enfrentam no carvoejamento, em que ao mesmo tempo que sofrem com as condições precárias e subalternas de trabalho e de vida na carvoeira, acabam sendo obrigado a se satisfazerem com elas, por acreditarem que estão num setor da economia da região em que o "ganha pão é melhor". E que não possuem capacidades para conseguirem outro tipo de trabalho, como diz outro trabalhador:

> Rapaz... é um servicin... não acho muito ruim não, é um serviço bom, porque... apesar de que eu não saber ler ne, não posso enfrentar outro serviço, o jeito é esse ne (risos)[67].

---

[66] Trabalhador carvoeiro-2, entrevistado em: 20/02/2010.
[67] Trabalhador carvoeiro-4, entrevistado em 05.01.2010.

A fala desse trabalhador mostra que eles vivem numa situação de intensa vulnerabilidade e fragilidade, porque na essência são trabalhadores desempregados que buscam alternativas para suprir as necessidades mais urgentes da vida. Como não possuem as capacitações exigidas pelos trabalhos socialmente mais dignos, por *"não saber ler ne"*, são obrigados a se submeterem às "cinzas e a fumaça" da carvoeira. Nelas é possível conseguir obter ao menos um "ganha pão" e uma alimentação "livre", como fica evidente nos argumentos que eles utilizam para explicar porque gostam do trabalho da carvoeira, como revela a fala do trabalhador carvoeiro:

> Rapaz, se não mudar tá bom, a comida é certa, a merenda é boa, tem farofa, aquele milho, até agora tá boa a produção aí. No lado do rango tá bom demais. Os gerentes são tudo bacana, tem nego que quer se zangar, mas aqui não fica porque o gerente não quer, o seu Paulo, o dono da carvoeira. Por enquanto tá bom o esquema.

Ou seja, o que a fala demonstra é que tendo uma boa alimentação, a situação fica ótima.

Mas, para além dessa alimentação que é fornecida nas carvoeiras, a qual não pode ser vista como uma dádiva, mas sim como intencionalmente selecionada para um determinado fim, a situação desses trabalhadores carvoeiros é bem mais complexa. Eles não possuem direitos trabalhistas, a maioria não tem a carteira de trabalho assinada, com exceção das carvoeiras estruturadas e legalizadas. Ou seja, são "descartáveis" dentro dessa lógica econômica, da lógica do lucro livre, já que não têm nenhum tipo de estabilidade e seguridade social-trabalhista real.

Na medida em que não existe uma estabilidade mínima no trabalho e na própria vida, eles acabam impossibilitados de se organizarem, lutarem e reivindicarem pela transformação da sua situação social. Uma vez que ao se manifestarem contra as condições de vida e de trabalho na carvoeira, com certeza estarão demitidos imediatamente, já que existem muitos trabalhadores desempregados esperando uma oportunidade para ter um "ganha pão" para garantirem as suas sobrevivências.

Isso ficou claro durante as entrevistas, quando os trabalhadores carvoeiros demonstravam nervosismo e dificuldade no relato sobre a situação do trabalho e da vida na carvoeira, principalmente, quando o "encarregado" ou dono da carvoeira estava presente. Eles pareciam coagidos pelo olhar desses sujeitos, que indicava coerção e repressão. Mas quando eles se afastavam ou não estavam na carvoeira, os trabalhadores falavam com mais liberdade e espontaneidade.

Diante disso, esses trabalhadores carvoeiros acabam suportando a intensa precariedade e superexploração no processo de carvoejamento, sem constituírem um movimento organizado e/ou sindical para lutar de forma organizada pelos seus direitos humanos, direitos trabalhistas, enfim, direito a uma vida humana digna e com boas condições de trabalho.

CONCLUSÃO

A proposta inicial deste trabalho pretendia estudar a territorialização do capital e a monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará, localizado no sudeste do estado do Pará, na Amazônia oriental brasileira. Entretanto, durante os primeiros passos da pesquisa, verificou-se que o processo de territorialização não existia nesse município, uma vez que as indústrias siderúrgicas não produziam diretamente o seu próprio carvão vegetal nessa área.

De acordo com as conversas estabelecidas com os trabalhadores carvoeiros e com outras pessoas envolvidas com essa atividade em Rondon do Pará, notou-se que essas siderúrgicas atuaram desenvolvendo relações com diversos sujeitos sociais, estimulando-os a produzirem o carvão vegetal, assim que foram implantadas na Amazônia oriental, principalmente, nos municípios de Marabá-PA e Açailândia-MA. As relações eram sustentadas pelas siderúrgicas através do fornecimento dos materiais necessários à montagem da estrutura da carvoeira, bem como, os instrumentos de trabalhos e os materiais de proteção para os trabalhadores carvoeiros. Porém, aos poucos, depois que elas conseguiram subordinar os diversos sujeitos sociais, tornando-os seus fornecedores de carvão vegetal, foram abandonando esse tipo de relação, deixando todas as responsabilidades da produção do insumo com esses sujeitos.

Na verdade, essas relações estabelecidas, inicialmente, devem ser vista como um mecanismo utilizado pelas siderúrgicas para a criação de “amarras” sobre os diversos sujeitos, de modo que eles passassem a produzir o carvão vegetal a baixo custo e em abundância, assim como elas precisavam. Ou seja, as relações estabelecidas foram um mecanismo voltado para a criação de condições vantajosas para que essas siderúrgicas obtivessem “lucro livre e socialmente irresponsável” na Amazônia brasileira (MARTINS, 2003, p. 30).

Uma vez estabelecido as “amarras” necessárias para conseguir o “lucro livre” mediante a obtenção do carvão vegetal para a produção do ferro-gusa, as indústrias siderúrgicas passaram a desenvolver a estratégia da monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento. De início, até por volta do ano de 2006, percebeu-se, a partir da pesquisa anterior, que a produção do carvão vegetal era realizada, principalmente, por madeireiros, com a utilização do resíduo de serrarias; fazendeiros, com o aproveitamento das madeiras removidas na produção de pastos; camponeses, com madeiras removidas para a limpeza da área de suas roças; e, por pessoas dedicadas tão somente à produção do carvão vegetal, produzindo com madeiras oriundas do desmatamento primário e secundário

(AMARAL, 2007). A partir, aproximadamente, do ano de 2007, novos sujeitos foram inseridos nesse processo de monopolização praticado pelas indústrias siderúrgicas, quais sejam, os camponeses dos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária.

Diante desse contexto, o presente trabalho buscou caracterizar e analisar o processo de monopolização do território a partir da atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará. Durante a trajetória da pesquisa, verificou-se que esse processo acontece de duas maneiras, quais sejam, através de relações de produção capitalistas assalariadas e de relações de produção não-capitalistas camponesas.

A produção do carvão vegetal através de relações não-capitalistas camponesas de produção ocorre nos assentamentos de reforma agrária: José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer e Nossa Senhora Aparecida. Nesses assentamentos e, também, no acampamento Bonfim não existe apenas esse tipo de relações, há também relações de produção capitalistas assalariadas.

Os camponeses desses assentamentos rurais de Rondon do Pará têm se inserido na atividade de carvoejamento como uma forma alternativa à obtenção de renda para a reprodução de suas famílias. De acordo com a realidade observada, três elementos principais podem ser destacados como estímulos a essa prática de inserção, quais sejam: a falta de uma política agrícola para o melhoramento da fertilidade dos solos das terras dos assentamentos rurais de reforma agrária; a liberação e a falta de fiscalização da atividade de carvoejamento nos assentamentos e acampamentos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e o endividamento dos camponeses que não conseguiram desenvolver os projetos financiados pelo PRONAF.

Esses elementos não devem ser analisados de maneira isolada, ao contrário, devem ser considerados em conjunto e de forma interdependente, pois fazem parte de um interesse e de uma lógica que ultrapassam os limites fronteiriços do município de Rondon do Pará e da própria Amazônia brasileira. Eles refletem o interesse regional, nacional e internacional de criar e consolidar as condições para atender a lógica da territorialização do capital nessa porção do Brasil.

A presença da atividade de carvoejamento nos assentamentos rurais: José Dutra, Nova Vitória, Unidos para Vencer, Nossa Senhora Aparecida e, também, no acampamento Bonfim, indica que muitos camponeses assentados estão deixando de produzir alimentos para produzir o carvão vegetal demandado pelas indústrias siderúrgicas. Eles estão assentados em áreas onde a maior parte dos solos não possui boa fertilidade, o que demanda um tratamento

especial através de políticas agrícolas, mas que de fato não existem. Desta feita, a produção do carvão vegetal tem representado para os camponeses assentados de Rondon do Pará uma forma de obtenção de renda em curto prazo, para a compra dos produtos que necessitam para sobreviver.

Os camponeses assentados produzem o carvão vegetal através do trabalho familiar, com alguns casos de assalariamento temporário, voltados para a reprodução da vida e não para a acumulação de lucros. Apesar dos camponeses produzirem o carvão, eles não abandonaram completamente a produção de roças e a criação de animais, produzem ao menos a mandioca e criam pelos menos galinhas para o sustento da família.

O assalariamento temporário é necessário tanto para quem assalaria, quanto para quem se torna assalariado, pois, de um lado, o camponês que assalaria precisa de maior número de força de trabalho para a realização das etapas do processo produtivo do carvão vegetal, e, de outro lado, o camponês que se torna assalariado temporário está buscando uma fonte renda a mais para contribuir nas despesas da família. O assalariamento temporário é um tipo de trabalho assessório, em que o camponês se transforma periodicamente em trabalhador assalariado, como estratégia para a obtenção de um ganho adicional para a satisfação das necessidades de sua família (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

A produção do carvão vegetal a partir do trabalho assalariado é realizada por alguns camponeses assentados e, principalmente, por pessoas de fora dos assentamentos e do acampamento, que negociam com o dono do lote para executar a atividade, ora comprando a sua biomassa, ora o alugando, ou mesmo comprando o próprio lote. O pagamento é realizado com o dinheiro equivalente a venda de uma “gaiola de carvão” ou com a entrega do lote limpo para a produção de roças, no caso da compra da biomassa ou do aluguel, o permite dizer que existem camponeses rentistas, que vivem da renda da terra. No caso da compra efetiva do lote, o pagamento é feito em dinheiro ao camponês, que sai da terra para que o “novo” proprietário assuma e passe a produzir o carvão a partir do trabalho assalariado.

A produção do carvão vegetal, em base capitalista assalariada, dentro dos assentamentos e acampamentos rurais segue a mesma lógica de produção das carvoeiras tradicionais do município, em que os trabalhadores carvoeiros não possuem autonomia e nem liberdade no controle do seu próprio tempo, nem tão pouco do seu próprio espaço, já que são trabalhadores confinados ao espaço da carvoeira, onde trabalham com uma jornada de trabalho extensa, recebendo o seu pagamento a partir da quantidade produzida (recebe por produção), e, assim, (sobre)vivem durante o período que permanecem no emprego. Além disso, eles não têm liberdade nem ao menos para se manifestar, como ficou claro na

realização das entrevistas, pois, quando os donos das carvoeiras estavam presentes, eles dificultavam e/ou controlavam o que os trabalhadores carvoeiros podiam dizer através de olhares ameaçadores e punitivos, que prejudicava a fala dos sujeitos.

Os trabalhadores carvoeiros se deslocaram de seus estados e municípios de origem em busca de melhores condições de sobrevivência. Nos seus locais de origem viviam em condições adversas marcadas pela falta de acesso a terra e/ou pela falta de condições para reproduzir os seus meios de sobrevivência. Diante disso, foram se transformando em trabalhadores migrantes temporários em busca de trabalho, os quais encontraram na atividade de carvoejamento a possibilidade de conseguirem uma renda mínima para sobreviver.

Esses trabalhadores carvoeiros reconhecem as condições de intensa precariedade e superexploração presente no "mundo do carvão", mas, mesmo reconhecendo tais condições, se submetem a elas por não vislumbrarem alternativas. A maioria deles não possui nenhum direito trabalhista, eles trabalham sem carteira de trabalho assinada, sem direito à férias e sem direito à atestado médico por motivos de saúde, caso precisem parar de trabalhar por motivos de doença, ficam sem receber qualquer tipo de assistência ou salário, sendo obrigados a abandonar o emprego. Ou seja, o que essas condições revelam é que no "mundo do carvão" não existe estabilidade e nem segurança para o trabalhador carvoeiro.

Na dinâmica produtiva do carvão vegetal realizado em Rondon do Pará, nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais, seja através de relações camponesas, não-capitalistas de produção, ou de relações capitalistas assalariadas, a renda da terra e a mais valia produzida são apropriadas pelo capital industrial, materializado nas indústrias siderúrgicas, e pelo capital comercial, representado por diferentes sujeitos que atuam de maneira independente, mas ao mesmo tempo em conjunto, no controle da circulação do carvão vegetal, quais sejam: o sujeito que atua como atravessador, que já é cadastrado nas siderúrgicas, e o "dono das notas", que é uma pessoa responsável por conseguir as notas necessárias para o transporte e a venda do carvão vegetal para as indústrias siderúrgicas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que no processo de monopolização do território a partir da produção do carvão vegetal, a renda da terra e a mais valia produzidas são apropriadas pelo capital industrial e pelo capital comercial atuando de maneira conjunta. Ademais, acrescenta-se que para essa atuação, o Estado desempenha um papel fundamental, pois, é o responsável pela criação das condições necessárias para a concretização das ações e interesses desses capitais.

A realidade investigada revela que o papel do Estado no processo de monopolização do território praticado pelo capital, materializado nas indústrias siderúrgicas, é desempenhando através das seguintes práticas:

a) a falta de uma política agrícola voltada para o melhoramento da fertilidade dos solos dos assentamentos rurais de reforma agrária, de modo que os camponeses assentados possam ter melhores condições para produzir alimentos;

b) a falta do acompanhamento e da fiscalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, uma vez que os técnicos responsáveis pela orientação e acompanhamento do desenvolvimento dos projetos realizados pelos camponeses assentados não cumpriram as suas funções. Em virtude disso, muitos camponeses não conseguiram desenvolver os seus projetos, perdendo todo o investimento realizado, ficando apenas com a dívida do financiamento;

c) a liberação da prática do carvoejamento nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, com a justificativa de que a produção do carvão vegetal pelos camponeses assentados seria limitada a três fornos, não representando, por sua vez, uma atividade causadora de sérios danos ambientais, uma vez que essa produção estaria voltada para o consumo das famílias camponesas e não para a comercialização;

d) a falta de fiscalização do INCRA no que se refere as atividades desenvolvidas nos assentamentos rurais de reforma agrária, pois, se foram liberados apenas três fornos, o que justifica a existência de carvoeiras com números de fornos acima do que foi permitido, significa, entre outras coisas, que não há fiscalização;

e) a falta de uma fiscalização da SEMA, de forma conjunta com o IBGE[68], em relação a atividade de carvoejamento realizada no município de Rondon do Pará e em toda a Amazônia oriental, pois, de acordo com os dados apresentados no segundo capítulo deste trabalho, observou-se a existência de uma incompatibilidade entre os dados desses órgãos governamentais. Segundo os dados do IBGE, a produção do carvão vegetal em Rondon do Pará a partir de 2004 começa a diminuir, chegando a não produzir nada no ano de 2005. Diferente dos dados da SEMA, que mostram que a produção desse município começa diminuir apenas em 2007, mas não deixando de produzir. Realmente, a dinâmica do carvoejamento observada nesse município diminuiu em virtude da crise mundial, mas não deixou de existir. Ademais, houve uma grande mudança nessa dinâmica que foi a expansão e

[68] Sabe-se que a função do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não é a fiscalização, mas como é um órgão de pesquisa voltado para subsidiar as políticas públicas do Estado, uma ação conjunta entre a SEMA e o IBGE seria fundamental para a realização de uma verdadeira fiscalização da atividade de carvoejamento em Rondon do Pará e na Amazônia.

intensificação dessa atividade nos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, bem como, a transformação de muitos dos antigos produtores do carvão vegetal em atravessadores, ou seja, antigos e grandes produtores de carvão passaram a se dedicar ao controle da circulação desse insumo, comprando-o dos assentamentos e das carvoeiras tradicionais existentes em Rondon e vendendo paras as indústrias siderúrgicas em Marabá;

f) falta de fiscalização e intervenção mais intensiva do Ministério do Trabalho e as delegacias do trabalho, para controlar e punir os responsáveis pela superexploração dos trabalhadores carvoeiros no que se refere ao não cumprimento das legislações trabalhistas nas atividades de carvoejamento.

Como foi ressaltado anteriormente, essas práticas devem ser analisadas em conjunto, considerando-as de forma interdependentes e complementares entre si, pois, elas fazem parte de um projeto do Estado articulado ao capital, materializado nos grandes empresários capitalistas. Um projeto que consiste em subsidiar o movimento de expansão e territorialização do capital na Amazônia brasileira, através das "campanhas de desterritorialização" realizadas, segundo Almeida (2010), por meio de medidas "agroestratégias" que legitimam as ações e os interesses desses capitalistas nessa área.

Desta feita, depreende-se que a expansão e territorialização do capital na Amazônia brasileira ocorrem através de um movimento desigual, combinado e contraditório, realizado através da utilização do processo de monopolização do território como uma estratégia para a obtenção dos recursos necessários para a produção e reprodução desse capital. Um movimento contraditório que para se concretizar sempre contou com o apoio do Estado, seja de maneira direta ou indireta.

No processo de monopolização do território praticado pelas indústrias siderúrgicas a partir da atividade de carvoejamento, o Estado sempre desempenhou um papel importante, desde a implantação dessas indústrias na Amazônia até os dias atuais. Primeiramente, através dos incentivos fiscais mediante o FINOR e o FINAN, posteriormente, com o FNO. E mais recentemente, por meio das medidas "agroestratégias" que facilitam a até induzem à criação das relações de subordinação dos diversos sujeitos sociais ao capital, na medida em que o Estado deixou de cumprir o seu papel referente a elaboração e concretização de políticas públicas voltadas para a reprodução de uma vida justa e digna, fazendo com que esses sujeitos passem a enxergar na lógica capitalista de produção a única alternativa para garantir as suas sobrevivências, como mostrou-se ao longo do presente trabalho.

Diante disso, pode-se concluir que o processo de monopolização do território pelo capital, materializado nas indústrias siderúrgicas, a partir da atividade de carvoejamento em Rondon do Pará, é realizado por meio dos subsídios oferecidos pelo Estado através das suas práticas, que facilitam a apropriação da renda camponesa da terra e a extração da mais-valia nas carvoeiras de dentro dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária e nas carvoeiras tradicionais.

A monopolização do território através da atividade de carvoejamento realizado tanto nas carvoeiras dos assentamentos e acampamentos rurais de reforma agrária, quanto nas carvoeiras tradicionais no município de Rondon do Pará, é a própria estratégia utilizada pelas indústrias siderúrgicas para a obtenção do "lucro livre e socialmente irresponsável" (MARTINS, 2003, p. 30), como foi ressaltado anteriormente. A partir dessa estratégia as indústrias siderúrgicas conseguem o carvão vegetal a baixo custo e em abundância para a produção do ferro-gusa, passando as responsabilidades dos desastres socioterritoriais, como: a superexploração do trabalhador carvoeiro e do camponês assentado; a precarização do trabalho; a emissão de gases poluentes para atmosfera; o desmatamento; doenças causadas pelos trabalhos da carvoeira, nos trabalhadores carvoeiros e nos camponeses assentados; diminuição da produção de alimentos e de animais nos assentamentos e acampamentos rurais; entre outros, para os sujeitos sociais subordinados através da produção do carvão vegetal.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, A. et al. **Desatamento na Amazônia:** indo além da emergência crônica. Manaus: IPAM, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi et al. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 141-159

AMARAL, M. D. B. **O carvoejamento e a sua insustentabilidade em Rondon do Pará**. 2007. Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ANDERSON, B. Anthony. Desflorestation in Amazonia: Dynamics, Causes, and Alternatives. In: _____. **Alternatives to desforestation**: sters toward sustainable use of the amazon rain forest. Columbia University Press. New York, 1988. p.

BARROS, Juan Dias. **Da mata às guseiras:** espacialização do carvoejamento no Estado do Pará. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Insituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BARROS, B. P. **Breves estudos e considerações sobre a Amazônia**. Belém Editora, 1985.

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Amazônia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Amazônia.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Fronteira amazônica**: questões sobre a gestão do território. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BRITO, J. O.; BARRICHELO, L. E. G. Considerações sobre a produção de carvão vegetal com madeiras da Amazônia. In: **Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais -Série Técnica**, Piracicaba, v. 2, n. 5, p. 1-25, mar. 1981. Disponível em: www.ipef.br/publicacoes/ stecnica/nr05/cap01. Acesso em: 22 de março de 2007.

CARVOEIROS em busca de dignidade. **Revista Proteção**, Brasília, p. 33-45, out. 2005.

CASTRO, E. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W. et al. **Amazônia**: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010. p. 105-122.

_____. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAE**A, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visón SAIC, 1974.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 20., 1996. Caxambu. 35p. Não publicado

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento e desenvolvimento agrícola na Amazônia brasileira. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. de (org.). **Amazônia**: a fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: MPEG, 1991. p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Tradução: Ruy Jungman. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.

HÉBETTE, J. et al. Cruzando uma zona de fronteira em conflitos: o leste do Médio Tocantins. In: _____. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. p.

HOMMA, A. K. O. et al. Guseira na Amazônia: perigo para a floresta. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 233, dez. 2006.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MACHADO, Lia. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. In: BECKER, B. K. et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. v. 1 p. 397.

MARGULIS, S. **Causas do desmatamento da Amazônia**. 1. ed. Brasília, 2003.

MARTINS, José de Sousa. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 145-213.

_____. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. In: **Tempo social**: revista de sociologia. USP, São Paulo, v.6, 1994. P: 1-25.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Expropriação e violência:** a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1991

_____. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **A militarização da questão agrária**. Terra e poder: o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O cativeiro da terra**. São Paulo: USP, 1979.

MONTEIRO, M. de A.; COELHO, M. C. Mineração e entropia: notas sobre interação com processos de desenvolvimento. In: _____. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA, 2007. p. 41- 61

MONTEIRO, M. de A. et al. Desmatamento na Amazônia brasileira: desocultando o papel da produção de carvão vegetal nas mudanças espaciais recentes. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3. 2006, Brasília. **Anais...** Campinas: ANPPAS, 2006. v. 1. p. 1-12.

MONTEIRO, M de A. Em busca do carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 2. 2006.

_____. Produção ilegal de carvão vegetal gera desmatamento e escravidão na Amazônia. **Repórter Brasil**, 2006. Disponível em: http://www.reporterbrasil.org.br/ exibe.php?id=622 Acesso em: 13 de março de 2006.

_____. Em busca de energia barata e com escassa prudência ambiental: o caso do deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2. Indaiatuba-SP, 2004. **Anais ...** Indaiatuba: ANNPAS, 2004. v. 1. p. 1-18.

_____. Em busca de um carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. In: COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. **50 anos de mineração na Amazônia**. Belém e Rio de Janeiro, 2003.

_____. Carvoejamento, desmatamento e concentração fundiária: repercussões da siderurgia no agrário regional. In: HOMMA, A. K. O. **Amazônia**: meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: Embrapa-SPI; Belém: Embrapa-CPATU, 1998. p

_____. A siderurgia e a produção de carvão vegetal no corredor da Estrada de Ferro Carajás. In: COELHO, M. C. N.; COSTA, R. G. **Dez anos da Estrada de Ferro Carajás.** Belém: UFPA/NAEA, 1997. p.183-221.

_____. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia:** drenagem energético-material e pauperização regional. Belém: UFPA/ETFPA, 1996.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

NEPSTAD, D. C. et al. O empobrecimento oculto da floresta amazônica. **Ciência Hoje**, Rio Janeiro, v. 27, n. 157, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 5-64, ago. 2010.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e Reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007**.**

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Mauricio (org.). **Amazônia revelada** - Os descaminhos ao longo da BR-163. 1. ed. Brasilia: CNPQ, 2005. p. 67-183.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

_____. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Integrar para não entregar**: políticas públicas na Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Atica, 1986.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUES, Roberto. Agricultura e agronomia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, n. 15, set./dez. 2001.

SACHS, Ignacy. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 43, n. 15, set./dez. 2001.

SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana)- Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1986.

SANTOS, C. F.. A cidade às margens da rodovia: da cidade dos trabalhadores à cidades dos heróis. In: _____. **De volta às origens**: nas barrancas da PA-70 dos trabalhadores, nasce Rondon do Pará. Rondon do Pará, 2003. p. 13-43.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUER, S. **Violação dos direitos humanos na Amazônia**: conflitos e violência na fronteira paraense. Goiânia: CPT, 2005.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 7, p. 1-21 jul./dez. 2005.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, v. 15, set./dez. 2001.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

TAVARES dos SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1972.

VEIGA, José Eli da. O Brasil ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, v. 15, set./dez. 2001.

VERISSÍMO, A. et al. Zoneamento de áreas para manejo florestal no Pará. **O Estado da Amazônia-IMAZON**, Belém, n. 8, set. 2006. Disponível em: www.imazon.org.br Acesso em: 22 de março de 2007.

VIERA, J. B. **Expansão da pecuária na Amazônia, Pará, Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WOORTMANN, K. **"Cum parente não se neguceia"** O campesinato como ordem moral. Brasília: Anuário Antropológico/87. Editora UNB/Tempo Brasileiro, 1990.